



Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória **(Bahia, 1840-1888)**

Idelma Aparecida Ferreira Novais



Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria José Rapassi Mascarenhas

Salvador, agosto de 2008



Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória **(Bahia, 1840-1888)**

Idelma Aparecida Ferreira Novais



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação,
curso de Mestrado em História, Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria José Rapassi Mascarenhas

Salvador, agosto de 2008

N935 Novais, Idelma Aparecida Ferreira
Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888) /
Idelma Aparecida Ferreira Novais. – Salvador, 2008.
... f.

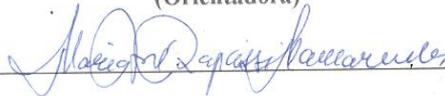
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Rapassi Mascarenhas
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1.Economia. 2. Sertão. 3. Estradas. 4. Tropeirismo. I. Mascarenhas,
Maria José Rapassi. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

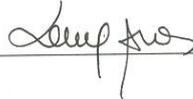
CDD – 981.42

BANCA EXAMINADORA

Maria José Rapassi Mascarenhas
Doutora em História – USP
Universidade Federal da Bahia
(Orientadora)



Lina Maria Brandão de Aras
Doutora em História – USP
Universidade Federal da Bahia



Erivaldo Fagundes Neves
Doutor em História – UFPE
Universidade Estadual de Feira de Santana



À minha família, meu porto seguro, todo o meu amor!

A Vaninho, meu irmão querido, que não pôde estar comigo até o fim deste trabalho. Saudades!

AGRADECIMENTOS

Ao término de mais uma etapa na minha vida, fico feliz em agradecer as pessoas que contribuíram em vários momentos e de diversas maneiras. Mesmo correndo o risco de cometer omissões, não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento pela colaboração de todos.

À minha orientadora, Maria José Rapassi Mascarenhas, pela dedicação, acompanhamento, soube como encaminhar este trabalho. Conteí ainda, com a sua amizade e compreensão em vários momentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, em especial, a Antonio Luigi Negro, Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, pelas sugestões de leituras e incentivo.

Aos professores Erivaldo Fagundes Neves (UEFS) e Lina Maria Brandão de Aras (UFBA), que compõem a banca examinadora, pelas importantes sugestões.

Aos professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por terem me transmitido o prazer pela pesquisa e pelo estudo de História, em especial a Maria Aparecida Silva de Souza. Ao professor Ruy Herman Araújo Medeiros pelas sugestões que foram fundamentais para conclusão desse trabalho.

Aos meus colegas do curso, entre eles Belarmino, Grayce, Patrícia, Eronize, Cristiane pela amizade, colaboração, momentos de alegria, debates, aprendizado e companhia nas constantes e cansativas viagens entre Vitória da Conquista e Salvador.

Sou grata a Ruth Sanches, Sonia, Franco, Warlen, Pamela, João Vitor e Eric, por me acolherem em Salvador, oferecendo conforto em vários momentos.

Aos funcionários do Fórum João Mangabeira em Vitória da Conquista, do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista, do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Museu Regional de Vitória da Conquista, extremamente prestativos no decorrer das pesquisas.

A Jacson Tavares, pelo apoio e orientação geográfica, fundamentais na elaboração dos mapas.

A Prefeitura Municipal de Barra do Choça, Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça, pelo apoio material e humano durante a realização desse estudo. Aos colegas de trabalho, pelo companheirismo, amizade e colaboração em especial Maria Lâne Sabino, Marcos Viana, Edilene Rocha, Rita de Cássia Menezes, Saturnino

Barbosa, Solange Cortes, Elisângela Soares, Selenita Novais, Vera Belinato, dentre outros tantos que direta ou indiretamente colaboraram e foram prestativos.

Aos amigos Elaine Seabra, Suelene Lima, Sérgio Cortes, Milena Sabino, Rejane Rocha, Rita de Cássia Amorim, Jornando Pereira e Saulo Moreno que permaneceram ao meu lado, ouvindo minhas idéias, lendo os textos, auxiliando no uso dos programas de informática e me aconselhando.

Não poderia deixar de agradecer a Arlindo Luiz de Souza e Valter Luiz de Souza pelo atendimento e competência, facilitando a minha vida em muitas ocasiões. À Ray Araújo, por acompanhar a minha trajetória com amizade e colaboração e sempre conseguir os livros difíceis de serem encontrados e também Juca Maldonado, Leonardo Oliveira e Adriana de Jesus. A Aline Meira, pela preciosa ajuda em todos os momentos que necessitava.

Finalmente a minha família, pais, irmãos, sobrinhos, tios, primos e cunhados por acreditarem em mim, pelo carinho, apoio e ensinamentos.

Puluxia estradaeira [de "O Tropeiro Gosalin"]

(Elomar)

Êh êh êh.....
 Mula ruana pisa no chão
 Depressa correndo qui a noite já vem
 Êh mula riana tú é nosso bem, ai,
 N'é João Inburana
 O bem qui nós tem
 O bem qui nós tem
 O bem qui nós tem
 Gosalin era um tropêro qui passô a vida andano
 De janêro a janêro caminhava todo ano
 Dêrna qui perdeu seu pai na fome de noventinha
 Só dêis anos ele tinha
 Isturia um tropêro um tal Miguel Ventania
 Pusentado apois a tropa hoje é ridicularia
 Me contô qui uns viajante nos corredô da filixa
 Hoje in plena luz do dia
 Já dero cum cego errante
 Cantano essa puluxia
 Êh êh êh.....
 Mula ruana pisa no chão
 Depressa correno qui a noite já vem
 Êh mula ruana cadê nosso bem, ai
 Cadê João Inburana
 Qui nunca mais vem
 Qui nunca mais vem
 Qui nunca mais vem

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica econômica mercantil da Imperial Vila da Vitória (atual Vitória da Conquista), no período de 1840 a 1888, destacando a atuação dos fazendeiros nas atividades agrícolas, na pecuária e no comércio delas decorrentes e a inserção do Sertão da Ressaca no mercado interno. As fazendas de gado situadas no Sertão da Ressaca foram responsáveis pela agricultura de subsistência, como também pela produção destinada ao mercado regional no século XIX, e para isso foi utilizada tanto a mão-de-obra escrava como a livre. As famílias proprietárias participavam do mercado interno suprido pela produção local com possibilidade de gerar acumulações endógenas com ritmo econômico próprio. As rotas terrestres formadas através do comércio de gado e da prática do tropeirismo, como também a abertura de novas estradas que possibilitassem o escoamento e troca de mercadorias com outras regiões. Verificaremos também a importância do Rio Pardo e do Rio das Contas como rotas fluviais, que proporcionava o transporte de produtos do Sertão da Ressaca com outras localidades da Província baiana. Tanto pelas rotas terrestres como fluviais a Imperial Vila da Vitória mantinha relações comerciais com Nazaré, Canavieiras, Valença, Ilhéus, região do Rio São Francisco e também com a Província de Minas Gerais. Assim, as rotas comerciais foram importantes vias que possibilitaram o abastecimento do Sertão da Ressaca, o escoamento de mercadorias locais para outras localidades, o comércio e comunicação entre Sertão e Litoral.

PALAVRAS-CHAVE: Economia; Sertão; Estradas; Tropeirismo.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyse the mercantile economical dynamic of the Imperial Vila da Vitória (actual Vitória da Conquista), in the period from 1840 to 1888, standing out the acting of the farmers in the agricultural activities, in the cattleraising and in the commerce of resulting them and the insertion of the Sertão da Ressaca in the home market. The farms of cattle situated in the Sertão da Ressaca were the great responsible for the agriculture of subsistence, as also for the production been intended for the regional market in the century XIX, and for that the labour was used so much slave as the free one. The families owners were participating of the home market provided by the local production with possibility to produce local accumulations with economical own rhythm. The land routs builds through of the commerce of catte and of the practice of the troops, like also the opening of new roads that making possible the drainage and exchange of goods with other regions. We will check also the importance of the rivers Pardo and of the Rio das contas as river routs, which was providing the exchange of products of the Sertão da Ressaca with other towns of the province of the Bahia. . So much for the land routes as river the Imperial Vila da Vitória was maintaining commercial relations with Nazaré, Canavieiras, Valença, Ilhéus, region of the river São Francisco and also with the Province of Minas Gerais. So, the commercial routes were important roads that made possible the supply of the Sertão da Ressaca, the drainage of local goods for other towns, the commerce and communication between backwoods and coast.

KEY WORDS: Economy; Backwoods; road; Troopers.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Estado da Bahia.	19
Mapa 02: Sertão da Ressaca - período de 1831-1839.	20
Mapa 03: Sertão da Ressaca depois de 1839.....	21
Mapa 04: Caminhos de Minas a Bahia – Século XIX.	84
Mapa 05: Caminho percorrido pelo Príncipe Maximiliano passando pelo Sertão da Ressaca (1817).	85

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Principais produtos da Imperial Vila da Vitória - Século XIX	34
Tabela II: Número de inventariados por faixa de escravos – 1840-1888	55
Tabela III: Principais proprietários de escravos.....	56
Tabela IV: Especialização dos escravos na Imperial Vila da Vitória (Um total d 1.260 escravos).....	60
Tabela V: Proprietários de terras sem escravos.....	64
Tabela VI: Não-proprietários de terra.....	76
Tabela VII: Pesos e medidas do Século XIX.....	118
Tabela VIII: Dívidas ativas e passivas dos comerciantes da Imperial Vila da Vitória (Com o Monte-mor entre 44 contos a 2 contos de réis).....	126
Tabela IX: Dívidas ativas e passivas dos fazendeiros da Imperial Vila da Vitória (Entre 135 e 10 contos de réis).....	129
Tabela X: Dívidas ativas e passivas dos fazendeiros (Monte-mor entre 10 e 5 contos de réis).....	130
Tabela XI: Ações de cobranças de dívidas judiciais.....	135
Tabela XII: Inventariados devedores a escravos.....	150
Tabela XIII: Inventariados credores a escravos.....	158
 ANEXOS.....	 174
Tabela A: Distribuição da riqueza dos fazendeiros.....	176
Tabela B: Distribuição da riqueza dos fazendeiros e comerciantes.....	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Capa: tropa em marcha.....	01
Figura 02: Serra braçal.....	33
Figura 03: Couro de Onça.....	41
Figura 04: Roda de Fiar.....	47
Figura 05: Engenhoca.....	50
Figura 06: Recibo de pagamento de empregados.....	62
Figura 07: Mangueiros da fazenda Lagoa da Pedra em Vitória da Conquista.....	69
Figura 08: Mangueiros da fazenda em Barra do choça.....	69
Figura 09: Mangueiras da fazenda dos Quatis em Bom Jesus, Rio Grande do Sul.....	70
Figura 10: Recibo manuscrito de aluguel de manga.....	77
Figura 11: Viagem de canoa.....	89
Figura 12: Nota de Imposto sobre animais.....	95
Figura 13: Mercador Forasteiro.....	104
Figura 14: Nota de compra de mercadoria.....	112
Figura 15: Nota de compra de remédios.....	116
Figura 16: Praça da Matriz, antiga Rua Grande.....	119
Figura 17: Nota promissória.....	123
Figura 18: Letra, comprovante de empréstimo.....	125
Figura 19: Conta corrente, cálculos de juros.....	139
Figura 20: Nota do enxoval de Maria da Glória Nunes.....	141
Figura 21: Cálculo do Imposto de um alambique.....	148
Figura 22: Escravos de ganho.....	153
Figura 23: Escravos de ganho.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS

AFJM: Arquivo do Fórum João Mangabeira

AMVC: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia

SEI: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

MRVC: Museu Regional de Vitória da Conquista

MOEDAS

MOEDAS	VALOR EM REAL	REPRESENTAÇÃO EM REAL
O Vintém (moeda de cobre)	20 réis	0\$020
O “dump” (moeda de cobre)	40 réis	0\$040
O tostão (moeda de Níquel)	100 réis	0\$100
Dois Tostões (moeda de Níquel)	200 réis	0\$200
A Pataca	320 réis	0\$320
O cruzado	400 réis	0\$400
Moeda Papel	500 réis	0\$500
O Patacão	960 réis	0\$960
O mil-réis (nota de papel)	1.000 réis	1\$000

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
01 – PRODUÇÃO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA	28
1.1 – Criação de animais e produção agrícola	32
1.1.1 - Criação de gado	35
1.1.2 – Algodão	45
1.1.3 – Mandioca	48
1.1.4 – Cana-de-açúcar	49
1.1.5 – Café	51
1.1.6 – Fumo	52
1.1.7 – Milho, feijão e arroz.....	52
1.2 – Mão-de-obra escrava.....	54
1.3 - Fazendas e fazendeiros	66
02 – O COMÉRCIO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA	78
2.1 – As rotas comerciais do Sertão da Ressaca	79
2.2 – Boiadeiros e tropeiros	92
2.3 –A Imperial Vila da Vitória e o comércio	109
03 - NEGÓCIOS E CRÉDITOS	122
3.1- Cobranças de Dívidas: Relações de Conflito	130
3.2- Escravos: Credores e Devedores	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
FONTES	165
REFERÊNCIAS	168
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

A economia e a sociedade da Imperial Vila da Vitória assentaram suas raízes na economia do Brasil colonial, alicerçada e organizada na grande propriedade da terra nos moldes mercantilistas para atender, principalmente, à demanda da metrópole portuguesa. Essa estrutura econômica escravista voltada, sobretudo, para o mercado externo perdurou até o final período imperial alcançando as primeiras décadas da República. A produção firmada para o mercado exportador, priorizava os gêneros tropicais: a cana-de-açúcar, o fumo e o algodão, como também, a extração de ouro e diamantes e ainda a criação de gado. No decorrer do século XIX ocorreram alterações em relação aos produtos destinados a exportação, tendo o café assumido o primeiro lugar na economia nacional e decaiu a extração de ouro e diamantes.

Na Bahia oitocentista, manteve-se a produção colonial centrada no cultivo da cana-de-açúcar, do fumo e do algodão, destinados em grande parte para a exportação, mas floresceram outros cultivos de exportação, como café, cacau e uma pequena extração de minérios, sendo que o cacau assumiu a liderança no final do século. No entanto, no processo de interiorização e ocupação das longínquas terras do sertão baiano predominaram a criação de gado, a lavoura de algodão e de gêneros alimentícios e também a procura de metais preciosos. Esse movimento iniciou-se pela ação dos bandeirantes e sertanistas enfrentando os perigos dos sertões desconhecidos para atender aos anseios da Coroa Portuguesa.

A figura de João Gonçalves da Costa foi pioneira na conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão do Ressaca¹, que compreende a região situada entre dos rios Pardo e das Contas². Considerado um homem empreendedor e aventureiro, atuou como agente do Estado português, quando em 1744, apareceu integrado na

¹ Refere-se à Região do Sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. No final do século XVIII Mathias João da Costa já estabelecera a Fazenda Ressaca, no Riacho da Ressaca, dando nome também.

² O **Rio Pardo** é um rio brasileiro que nasce em Minas Gerais e que banha também o estado da Bahia. No período colonial foi batizado com o nome de Rio Santo Antônio. O **Rio das Contas** é um rio que banha o estado da Bahia. No período colonial era chamado de Rio Santo Agostinho. Nasce na Serra das Almas, no município de Rio de Contas, com o nome de Rio Brumado, passa pelas cidades, de Dom Basílio, de Sussuarana, de Jequié, e demais cidades até a sua foz no Oceano Atlântico, às margens da cidade de Itacaré. <http://pt.wikipedia.org/>.

bandeira do mestre-de-campo João da Silva Guimarães, ocupando o posto de capitão-mor, e após a morte deste, destacou-se como “exímio conquistador e violento dizimador de aldeias indígenas da região”³. Após frustradas buscas pelo ouro e submeter os índios do Sertão da Ressaca, João Gonçalves fixou-se na região, em fins do século XVIII, fundou o Arraial da Conquista e se tornou um grande proprietário de terras e criador de gado. Porém, não se limitou somente a esses feitos. Continuou a explorar os rios da região e seus afluentes, “limpando” o sertão daqueles que contrariavam os seus interesses, ou seja, os índios, sendo considerado o principal responsável pelo aniquilamento desses povos⁴, como também, abriu estradas que ligavam o sertão ao litoral, representando vias de comunicação e comércio, importantes para a formação e desenvolvimento de povoados e da pecuária. Esta última constitui-se, para o Sertão da Ressaca, na “atividade primordial e definitiva no processo de ocupação da área, complementando os dois primeiros fatores que haviam marcado inicialmente a conquista daquela região”⁵.

Na primeira metade do século XIX, o arraial da Conquista, que pertencia ao termo de Caetité, sofreu algumas mudanças de ordem administrativa e territorial. Em 1831, a freguesia do rio Pardo foi elevada a categoria de vila da Província de Minas Gerais e, conseqüentemente, o arraial da Conquista, assim como os arraiais de Santo Antonio da Barra, São Felipe e Poções passaram ao domínio administrativo da Província de Minas Gerais. Esta decisão não foi aceita pelos moradores desses povoados, principalmente o arraial da Conquista, gerando muitos protestos “justamente pela alegação dos seus habitantes da longa distância da capital mineira e pelo fato de já constituírem uma população de 8 a 10 mil pessoas”. Contudo, as respostas da presidência da província da Bahia e de Minas Gerais demoraram e, somente, em 1839 o território foi desmembrado da província de Minas Gerais. No ano seguinte, 1840, o arraial emancipou-se, conservando os limites anteriores com a denominação de Imperial vila da Vitória⁶.

³ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e Ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001, p. 48.

⁴ Os povos indígenas fazem parte do tronco dos Gês – integrados pelos mongoiós, pataxós e os imborés (botocudos) - habitavam a área entre os rios Pardo e das Contas.

⁵ Op. Cit. 2001, p. 101.

⁶ Op. Cit. p. 193-194.

MAPA 1

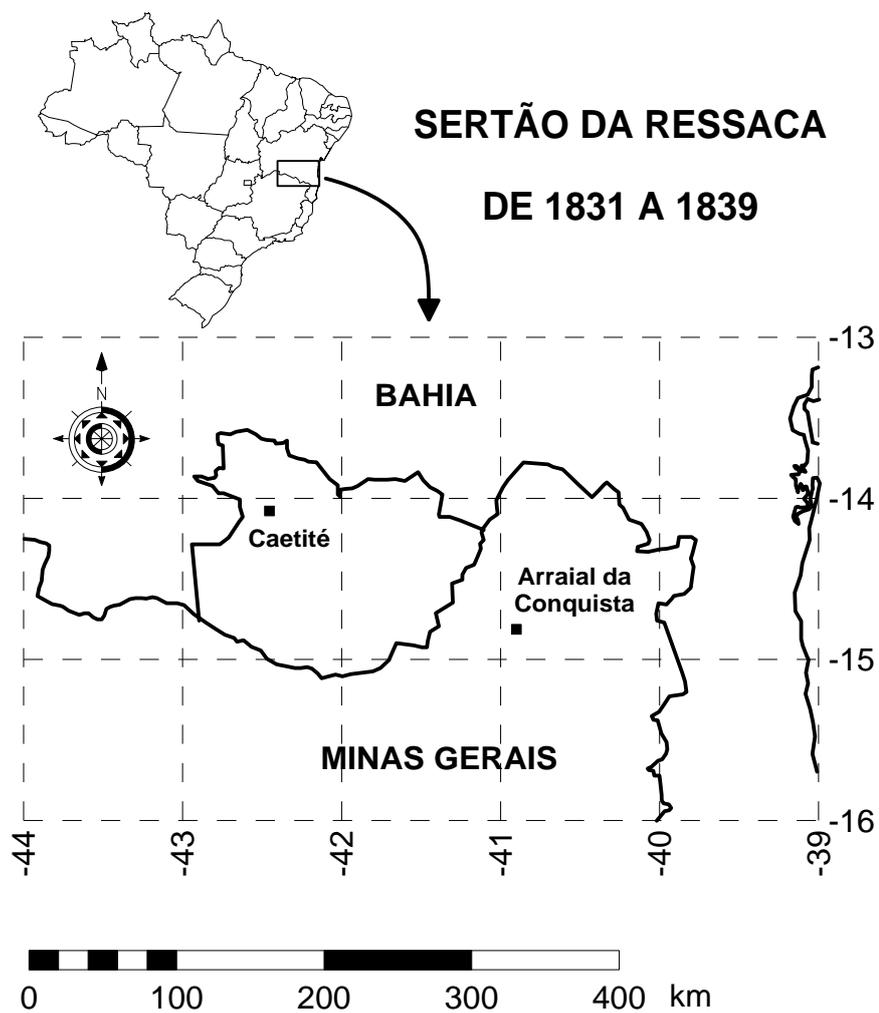


FONTE: CEPLAB/SEPLANTEC, Atlas do Estado da Bahia, 1996
Produção Gráfica: Francisco Magalhães⁷

O Mapa 1 retrata o território da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetité, ao qual pertencia o arraial da Conquista. Os mapas seguintes, retratam o período em que o território pertencente ao arraial da Conquista foi desmembrando do Termo de Caetité e passado para a jurisdição e território do Rio Pardo em Minas Gerais.

⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UFES 2005. p. 23.

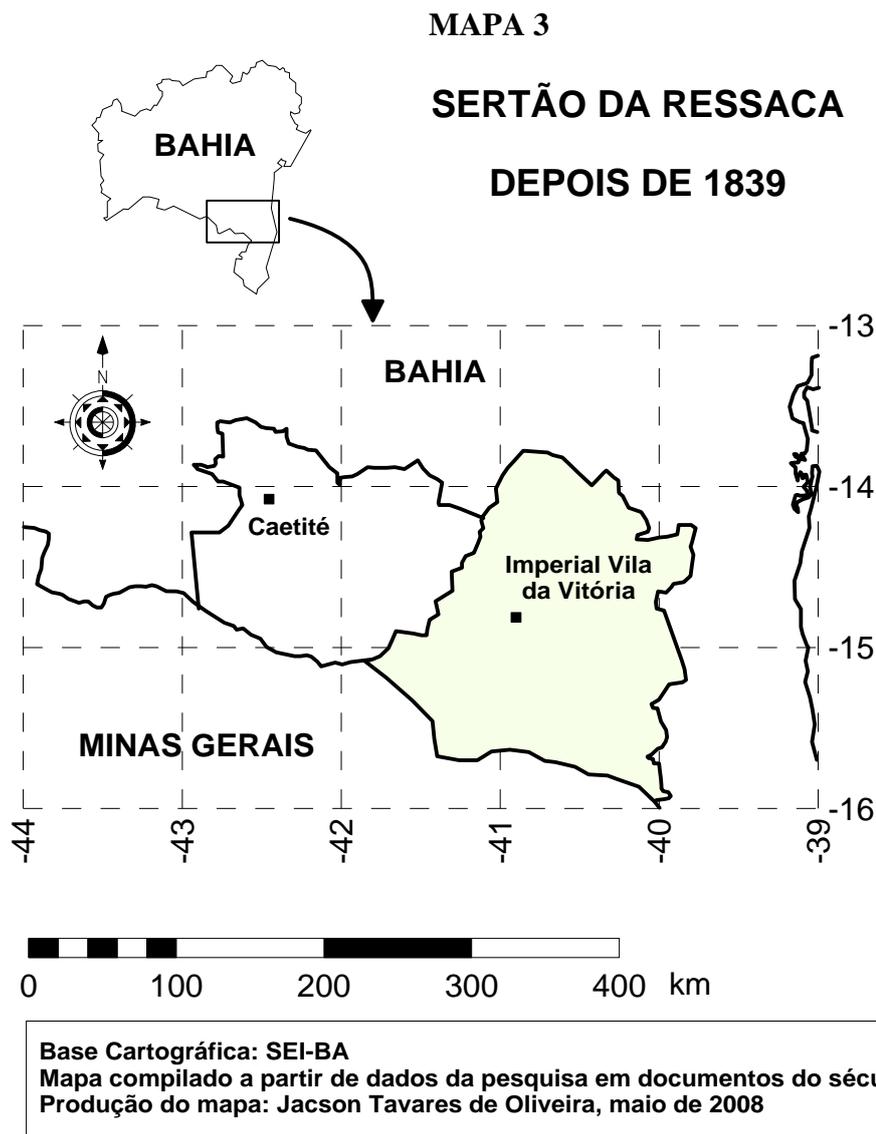
MAPA 2



Base Cartográfica: SEI-BA

Mapa compilado a partir de dados da pesquisa em documentos do século XIX

Produção do mapa: Jacson Tavares de Oliveira, maio de 2008



No Mapa 3, localiza-se território da Imperial Vila da Vitória e limites⁸, depois da edificação do arraial a Vila. Assim, a nova Vila foi edificada em terrenos acidentados, ao pé da serra do Periperi. De acordo com o relato de Durval Vieira de Aguiar, na região, o “clima e as águas são os melhores possíveis. A temperatura a noite principalmente é fria, regulando 10 a 17 graus no inverno e 18 a 25 (à sombra) no verão (...) por esta razão reputa-se a vila o lugar de mais salubridade do sertão, e

⁸ De acordo com a Lei n. 124 de 19 de maio de 1840, tanto a Vila como a Freguesia a Imperial Vila da Vitória terão por limites todo o termo desta província que tem pertencido a Freguesia do rio Pardo cuja Matriz estava assentada em terreno da Província de Mina Gerais. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências, 1840 maço – 1463. 1840-1866.

relativamente, o em que mais se vive (...) concorrendo muito para isso alguma regularidade das estações”⁹.

Essas condições geográficas favoreceram a prosperidade da pecuária, atividade interessante para a Coroa portuguesa, pois gerava receita, além de povoar o interior do território, abastecendo o mercado interno. Dessa forma, a metrópole incentivou a criação do gado, cedendo sesmarias e instalando fazendas. Para Ruy Medeiros, “o gado, portanto, serviria para integrar o vasto território à economia colonial, além de criar condições propícias à cobrança de tributos tão desejados pela coroa portuguesa”¹⁰. Manoel Alex da Silva Sousa e Rhanes Souza Alves, também evidenciam de forma semelhante o interesse da Coroa portuguesa em povoar o Sertão da Ressaca, através da exploração da região pelos bandeirantes para se apossassem e povoassem as terras entre os rios Pardo e das Contas, “buscando metais preciosos, combatendo as populações indígenas, destruindo as comunidades quilombolas que já encontrassem e instalando fazendas de gado”¹¹.

Assim, no século XIX, o Sertão da Ressaca e, em especial, a Imperial Vila da Vitória, representavam uma das principais áreas de criação de gado, cultivo de algodão e produção de alimentos, como também, por ser um entreposto ligando as várias regiões da província da Bahia, tornou-se ponto obrigatório de parada de viajantes, comerciantes e boiadeiros. O que favoreceu o surgimento e o crescimento do comércio na região.

Partindo desse contexto, nosso tema tem como objeto de estudo a produção e o comércio na Imperial Vila da Vitória no período de 1840-1888. Estudamos a Imperial Vila da Vitória no que se referiu a organização da sua economia e as relações que mantinha com outras localidades das províncias baiana e mineira. Em outras palavras, buscamos mostrar a dinâmica do mercado interno no Sertão da Ressaca, enfatizando a relação produção-comércio. Para tanto, é fundamental analisarmos o papel dos fazendeiros de gado, não só como agentes da produção rural, exercendo atividades como a pecuária e a agricultura de subsistência e ou de exportação, mas também como tropeiros, comerciantes e credores. A análise em torno dos aspectos econômicos não despreza os elementos sociais, antes a complementa, principalmente pelo fato das

⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979. p. 199.

¹⁰ MEDEIROS, Ruy. *Os Primórdios de Conquista. Fifo: ensaios conquistenses*. Vitória da Conquista, 1997, p. 7.

¹¹ SOUSA, Manoel Alex da Silva e ALVES, Rhanes Souza. *Ocupação da Terra e Pecuária no Arraial dos Poções no século XIX*. Vitória da Conquista: UESB. 2002 (Monografia), p. 21.

atividades de produções envolver relações entre produtores e mão-de-obra escrava, livre e familiar.

Ao definirmos o período de investigação, atentamos para as mudanças político-econômicas ocorridas no interior do Império, seus reflexos na Província da Bahia e, especificamente, no Sertão da Ressaca. De fato, os anos de 1840 marcam mais uma etapa no longo processo de configuração do novo Estado que as elites nacionais pretenderam instituir após o rompimento dos laços coloniais ocorrido em 1822.

As calorosas discussões em torno de questões consideradas centrais como as relações de trabalho, a propriedade, a forma de governo, a manutenção da unidade política, mobilizaram os gestores do Estado em construção. É, portanto, um recorte temporal que privilegia um período de grandes transformações na sociedade brasileira. Regionalmente, observamos a queda do prestígio econômico da Província da Bahia, provocada principalmente pela valorização do café na balança comercial, ainda que gozasse de uma inserção política importante no cenário nacional. Por outro lado, 1840 assinala a emancipação da Imperial Vila da Vitória e o progressivo aumento da sua população cada vez mais envolvida nas atividades econômicas propiciadas pelas condições da região. Além disso, o recorte temporal se encaixa, justamente em um período de recuperação econômica, levando sempre em consideração os fatores que contribuíram para as alterações na economia baiana no século XIX¹².

Partimos de 1840 por ser uma data importante para o Sertão da Ressaca, uma vez que assinala algumas mudanças, sendo a principal delas a elevação do arraial da Conquista a categoria de Vila, com a denominação de Imperial Vila da Vitória. Ocorre com isso a nova configuração do seu território, devido aos desmembramentos, primeiro da vila de Caetité em 1831 e, depois, de Minas Gerais, em 1839, passando definitivamente ao poder administrativo da província da Bahia, sendo emancipada em 1840. Desde então a Imperial Vila da Vitória passou a ter sua própria receita, proveniente principalmente da criação e comércio de gado e da agricultura, como também “do que cobra a municipalidade um pequeno imposto por cabeça” das tropas que passavam pela vila, e que atraíam atravessadores vindos principalmente de Maracás para revender suas tropas e cavalhadas com destino a capital¹³. A data limite de 1888

¹² MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 27.

¹³ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979. p, 198

justifica-se pela promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil e, evidentemente, provocou mudanças nas relações de trabalho interferindo diretamente na produção, inclusive no Sertão da Ressaca.

Em relação ao recorte espacial, o tema contempla a Imperial Vila da Vitória, situada no Sertão da Ressaca, que atualmente se localiza no sudoeste do estado da Bahia, entre os rios das Contas, ao norte e Pardo, ao Sul e limita-se ao oeste com a Serra Geral e ao leste com o Litoral Sul. O Sertão da Ressaca ocupa um ponto estratégico, local onde se instalou fazendas de gado, de produção para subsistência e de entreposto comercial, marcado por cruzamento de rotas que ligavam o sertão ao litoral, a Capital da Província da Bahia e a Província de Minas Gerais.

A análise do tema objetiva mostrar a economia no sudoeste baiano e a sua relação com o mercado local, regional e inter-provincial, se ampara na documentação cartorial e municipal e no diálogo com os estudos produzidos sobre a região até o momento. Desses estudos, respaldamo-nos na discussão historiográfica de vários autores como Kátia Matoso¹⁴, B. J. Barickman¹⁵, Stuart Schwartz¹⁶, Maria José Rapassi Mascarenhas¹⁷ que tratam da história econômica e social do recôncavo baiano.

Em relação ao sertão da Bahia ressaltamos as obras de Licurgo Santos Filho¹⁸, Erivaldo Fagundes Neves¹⁹, Jurema Mascarenhas Paes²⁰, Maria de Fátima Novaes Pires²¹, Eurico Alves Boaventura²², Luiz Cleber Moraes Freire²³, Sandra Regina

¹⁴ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978; *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001 e *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: Itinerário de uma Historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

¹⁵ BARICKAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁶ SCHWARTZ, Stuart B.. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção História). e *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (15350-1835)*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

¹⁷ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*. São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).

¹⁸ SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

¹⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local)*. Salvador: EDUFBA, 1998; *Estrutura Fundiária e dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UFES 2005; *História regional e local: Fragmentação e composição da história na crise da modernidade*. UEFS/Arcadis, 2002. e NEVES, Erivaldo Fagundes & Miguel, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: Ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia. 2007.

²⁰ PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e Tropicões na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).

²¹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O Crime na Cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

Mendes²⁴ e Argemiro Ribeiro de Souza Filho²⁵. As pesquisas desses autores foram fundamentais por tratarem de pontos em comum, como a produção de bens, amparada no trabalho escravo, a propriedade da terra, criação de gado e produção de gêneros alimentícios.

No que se refere, especificamente, ao do Sertão da Ressaca no século XIX, destacamos os autores: Maria Aparecida S. Souza que estudou a ocupação da região, e a instalação das primeiras fazendas de gado²⁶; Isnara Pereira Ivo²⁷ que aborda a organização político-social e as práticas para ascender e controlar o poder na região e Antonieta Miguel²⁸ que trata da economia, sobre a vida material e o cotidiano na Imperial Vila da Vitória.

Ruy Herman de Araújo Medeiros²⁹ publica entre os anos de 1977 a 1978 na coluna Ensaios Conquistenses do jornal local o Fifó, uma série de artigos acerca da história da Cidade, além de outros artigos; Aníbal Lopes Viana³⁰ publicou, em dois volumes, a “Revista Histórica em Conquista”, onde aborda a história da Cidade de Vitória da Conquista por meio de relatos de documentos, reportagens de jornais, causos, e, posteriormente completado por Mozart Tanajura³¹, com “História de Conquista, Crônica de uma cidade”.

O Museu Regional de Vitória da Conquista, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a partir de 1995 passou a publicar a série “Memória Conquistense” com a reedição do livro de “Regis Pacheco: esboços biográficos” como primeiro

²² BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiro*. Salvador: Centro Editoria e Didático da UFBA, 1989.

²³ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Salvador: UFBA, 2007 (dissertação de Mestrado).

²⁴ MENDES, Sandra Regina. *Nos Caminhos das Tropas: História, cultura e turismo em Ipiau e entorno*. Ilhéus: UESC, 2006 (Dissertação de Mestrado).

²⁵ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. *A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações políticas e violência na Formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador: UFBA, 2003. (Dissertação de Mestrado).

²⁶ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

²⁷ IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2004.

²⁸ MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 2000(dissertação de Mestrado).

²⁹ MEDEIROS, Ruy. *Os Primórdios de Conquista. Fifo: ensaios conquistenses*. Vitória da Conquista, 1997. e *A Questão Urbana: A cidade de Vitória da Conquista gênese e evolução*. Vitória da Conquista, 1985.

³⁰ VIANA, Aníbal L. *Revista História de Conquista*. Vitória da Conquista; Brasil-Artes Gráficas V. 01 e 2, 1982.

³¹ TANAJURA, Mozart. *História de Conquista, Crônica de uma Cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

volume e, o segundo, foi realizada uma reedição crítica o artigo “O Município da Vitória, de Tranquilino Leovigildo Torres. No terceiro volume, como nos posteriores, foram publicadas pesquisas ao nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) destinados a “História e Cotidiano no Planalto da Conquista” (1998), “Política: o poder em disputa em Vitória da Conquista” (1999), “A presença indígena no Planalto da Conquista”, (2000), “Recortes de memória: cultura, tradição e mito em Vitória da Conquista” (2002) e recentemente as publicações com as temáticas “gênero, identidade e etnia (2003) e “Poções: sua história e diversidade (2008), completando assim o volume 08 da série. São obras essenciais para o estudo da ocupação e da política na região, o viés econômico foi pouco explorado, principalmente sobre a pecuária, produção e comércio dos principais gêneros agrícolas e, também, a respeito da formação de uma elite agromercantil e sua atuação na sociedade como produtora, credora e comerciante, aspectos centrais de nosso trabalho.

Para a realização da pesquisa utilizamos fontes como inventários *post mortem*, testamentos, escrituras de compra e venda, atas da Câmara, códigos de postura, correspondências, ações judiciais, principalmente as referentes às cobranças de dívidas. Vale informar que grande parte dessa documentação se encontra no Fórum João Mangabeira em Vitória da Conquista, no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista, no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Museu Regional de Vitória da Conquista.

Dos inventários extraímos dados sobre a vida das pessoas inventariadas, como a quantidade de escravos e suas profissões, propriedades, o que produziam, a fortuna, as dívidas passivas e ativas. Os testamentos nos forneceram informações de caráter mais pessoal, como por exemplo, a origem, crenças e vontades de como a herança seria dividida entre os herdeiros, além do mais, podemos comparar o inventário com o testamentos e, assim, confirmar ou não informações contidas nesses documentos.

São importantes, ainda, as petições, inseridas no corpo dos inventários. Dos códigos de posturas colhemos informações sobre a atuação do poder público na sociedade local concernentes às relações comerciais e a produção. As atas e correspondências da Câmara Municipal fornecem subsídios para analisarmos os interesses da administração e da população local no que dizia respeito às estradas, as ações referentes a questões agrícolas e comerciais. bem como mostra as relações se estabelecidas entre os governos Provincial e Imperial.

Ainda recorreremos aos relatos dos viajantes, na medida em que representam o olhar de homens que viveram no século XIX e presenciaram a realidade do sertão baiano.

Assim, é nosso propósito no primeiro capítulo, analisar a participação dos fazendeiros como agentes impulsionadores da economia da região, da criação de gado, da produção baseada na policultura, como algodão e gêneros de subsistência, como também da produção manufatureira desenvolvida pelos moradores da vila. Os fatores de produção foram aqui observados, como a mão-de-obra e os equipamentos presentes nas unidades produtivas.

Já no segundo capítulo abordamos a dinâmica mercantil da vila, identificando os principais agentes comerciais, as redes de comércio, a circulação do gado, os tipos de produtos comercializados e as relações comerciais com outras localidades. As rotas terrestres e fluviais tiveram papéis fundamentais nessa dinâmica mercantil, através do tropeirismo, como também a importância do Rio Pardo e do Rio das Contas como rotas fluviais, que possibilitaram a troca de produtos da Imperial Vila da Vitória com outras localidades da Província baiana como Nazaré, Canavieiras, região do Rio São Francisco, dentre outras.

No terceiro capítulo tratamos do crédito como mecanismo da troca mercantil, sendo componente importante na composição das fortunas de fazendeiros e comerciantes. Com base nas ações de crédito e embargo, verificamos as situações de conflitos, produzidas nesse contexto de relações comerciais e creditícias e salientaremos ainda a presença de escravos credores e devedores na vila.

Essa pesquisa vem, portanto, contribuir para o preenchimento de algumas lacunas da historiografia do Brasil, no que se refere ao seu interior, principalmente ao Sertão da Ressaca, na medida em que reconhece as peculiaridades regionais e analisa a produção e o comércio, na formação econômica, social e espacial da Bahia.

CAPÍTULO I

PRODUÇÃO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA

No século XIX, predominava no Brasil a economia agrária, com alicerce na agricultura e na pecuária. O Sertão da Ressaca não fugia à regra, na segunda metade dos oitocentos, apresentava uma dinâmica econômica e regional baseada principalmente nas fazendas de criação de gado, no cultivo de gêneros de subsistência e no comércio decorrente dessas produções, projetando a Imperial Vila da Vitória no mercado interno.

A Imperial Vila da Vitória, situada no Sertão da Ressaca, constituía uma região com potencialidades econômicas, amplos recursos naturais proporcionando uma agricultura próspera, tendo como principais produtos além do algodão, a mandioca, o milho e feijão, contudo o destaque era a pecuária. Havia um fluxo comercial intenso, mantendo, essa região, relações comerciais com a Capital, norte de Minas Gerais e outras vilas da província da Bahia³².

Essa região, no século XIX, embora povoada e com presença de fazendas de gado e atividades agrícolas, ainda se constituía em espaços cheios de matas que abrigavam animais ferozes como que os amedrontavam os fazendeiros e atacavam os rebanhos e a população. Além desses animais, havia a ameaça constante de índios, apesar do combate ao indígena iniciado e intensificado por João Gonçalves da Costa, ainda existia a presença ativa de índios, sobretudo às margens dos rios Pardo e das Contas³³.

As correspondências da Câmara Municipal a presidência da Província, relatavam que o município era muito pequeno em extensão e muito menor em população, porque era muito distante uma morada da outra, principalmente na parte sul onde existia grande número de “índios selvagens de diversas tribos como os botocudos, camacãs e pataxós, quase todos antropófagos”. Os índios existentes na localidade atacaram, em 1855, a fazenda de um português e sua mulher, que conseguiram fugir até a casa do missionário que existia por perto, como também atacaram o vereador Joaquim F. Ribeiro e sua tropa, sendo obrigados a “pernoitar num lugar denominado Onça, onde

³² MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A imperial Vila da Vitória na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: UFBA, 2000. (dissertação de Mestrado), p. 60-61.

³³ Apontada principalmente pelas correspondências da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória com o Governo da Província.

flecharam seus animais da tropa os ditos índios, que no dia seguinte foram encontrados pelos tocadores destrinchados e comidos³⁴”. Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, as populações indígenas existentes na região não se curvaram ao colonizador, principalmente os pataxós, e devido a isso, faziam várias investidas em defesa de seu território³⁵.

As colônias³⁶ de imigrantes de regiões castigadas pelas secas, eram meios que o governo provincial encontrou para resolver principalmente o problema do povoamento em áreas que estavam com um número elevado de indígenas que dificultavam o desenvolvimento das fazendas de gado. Os documentos apontam a ação da Câmara Municipal e do Governo Provincial preocupada em encontrar uma solução para enfrentar essas dificuldades. Assim, atendendo a uma circular do Ministério da Agricultura, Comércio de Obras Públicas de 11 de janeiro de 1870, pedindo ao município uma remessa a cada três meses de uma estatística especial da Imigração, e que mencionasse tanto as condições de suas instalações quanto aos seus resultados econômicos. A Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, respondeu que até aquele momento não existia nenhuma imigração no município, como também não existia colônia alguma³⁷. Porém, na sessão extraordinária do dia 13 de fevereiro de 1858, dezoito anos antes, consta a criação de uma colônia nas margens do Rio Pardo composta de vinte famílias, no lugar do antigo quartel do Rio Pardo, mantidos e protegidos nos primeiros tempos pelo governo provincial, tendo como objetivos povoar a região, afastar os índios e melhorar a navegação naquele rio e expõe o seguinte:

- 1º que muito interessa melhorar quanto for possível a sorte das famílias miseramente pobres que para ali se vão estabelecer, contudo sejam fornecidas de toda ferramenta agrícola de mais tenda de ferro, outra de carpina, de armamento necessário com sua munição para se defender das agressões dos selvagens, além de merecer a diária de 500 reis para os chefes de famílias, e abonando-se com lona etape a todas as famílias.
- 2º que urge a necessidade de V.Excia. mandar uma comissão d’aqui que agenciando as compras dos gêneros alimentício, faça remessa mensalmente em canoas alugadas e que V.Excia. forneça os meios pecuniários para as compras.
- 3º Finalmente que o primeiro serviço d’aquela colônia, depois dos ranchos provisórios para se aninharem, seja a abertura de uma picada grossa que partindo do lugar do dito

³⁴ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1463. 1840-1866.

³⁵ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos de Ir e Vir e caminhos Sem Volta: índios estradas e rios no sul da Bahia. Salvador: UFBA, 1982. (Dissertação de Mestrado), p. 105.

³⁶ Nesse período não havia a instalação de imigrantes estrangeiros, confirmada principalmente pela correspondência da câmara. Mas a instalação da colônia de pobres às margens do Rio Pardo era composta de retirantes proveniente da secas que castigavam não só regiões da província baiana, como também de outras províncias do Nordeste.

³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências – Documentos avulsos – maço 1464. 1863-1889.

quartel, venha terminar no córrego do nado, onde chegam as canoas com os gêneros alimentícios, visto evitar-se com isso grandes detrimento de delongas e despesas com perda das canoas nos arrastos delas por terra através de muitas escavações e por cima de pedras. E quanto por ora se oferece a dizer a V.Excia a tal respeito (...)³⁸.

Esse documento expressa o interesse, tanto do governo da província, quanto do município em povoar a região do Rio Pardo, importante via de navegação e escoamento de produtos, afastando a ameaça que os indígenas representavam, munindo os colonos de armas para suposta defesa própria e expulsão e ou extermínio dos índios que ali viviam.

Um outro ponto é a questão da população “miseramente pobre”, sem meios para sobreviverem viam-se obrigados a arriscarem suas vidas numa região que oferecia constates ameaças a vida. Auxiliados pelo governo, recebiam alimento e remuneração até que tivessem como se manterem com seus próprios meios e pudessem realizar seus sonhos de serem posteriormente proprietários, agricultores e criadores de gado, caso sobrevivessem às investidas dos índios. Organizavam-se em unidades agrícolas e criatórias, constituindo mão-de-obra familiar e temporariamente remunerada pelo governo, recebendo uma diária de 500 réis.

Curioso é o fato da colônia se localizar em um local de “um antigo quartel”, construído para combater os indígenas, mas fracassou na tentativa de garantir segurança dos fazendeiros que tinham propriedades na região do Rio Pardo. Como essa tentativa fracassou, a alternativa foi montar uma colônia no mesmo lugar para tentar povoar, produzir e afastar a ameaça indígena.

As famílias ali instaladas teriam como primeira obrigação à abertura de estradas que dessem acesso ao Rio Pardo. Assim como na região do Rio Pardo, Neves mostra, que no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, a região do Alto Sertão da Bahia recebeu um fluxo considerável de imigrantes que povoaram a região, como pequenos proprietários utilizando o trabalho familiar e, também, um contingente de pobres que não podiam adquirir terras e trabalhavam como diarista e meeiros. Afirma o autor que esses imigrantes integraram-se no “desenvolvimento da pecuária e das policulturas agrícolas e formaram os incipientes mercados locais, conectados por tropeiros e boiadeiros aos circuitos de comércio inter-regionais”³⁹.

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências, 1858 – maço – 1463. 1840-1866.

³⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UFES 2005. p. 205.

Além dos indígenas representarem dificuldades para os fazendeiros nesse período, existia também a ameaça freqüente das secas. As estiagens prolongadas eram motivos de preocupação tanto dos fazendeiros como da Câmara Municipal, que sempre se reuniam para tomarem medidas preventivas indeferindo posturas provisórias que julgavam necessárias para épocas de secas prolongadas⁴⁰.

Em 1853, período de uma grande seca, a Câmara Municipal em sessão do dia 12 de julho de 1853, discutiu o impacto da seca na região, afirmando os males da seca, sendo os mais atingidos os “distritos das vilas de Poções por serem de matos de catinga, nas partes dos terrenos que eles compreendem que de maio até outubro é a época que tem havido maiores danos”, causando enfermidades que, neste tempo, atacavam os habitantes do Município⁴¹.

A seca de 1860 atingiu a Imperial Vila da Vitória de forma mais grave. Foi a causa primordial dos prejuízos as lavouras do município e das cidades vizinhas. O Sertão da Ressaca sofria os efeitos da seca indiretamente, uma vez que a cidade era invadida por pessoas famintas de outras regiões da Província baiana, pois a região possuía solo fértil e com muitas plantações de mandioca, feijão, arroz e outros gêneros, suficientes para manter a população local durante o período da estiagem,

(...) porém, mais seguramente desapareceram todas estas esperanças porque muitas outras pessoas de diversas partes que começaram por comprar até a força as farinhas, entretanto que os outros afastavam e finalmente muitas famílias inteiras fugiram espavoridas para aqui, mirradas de fome, produzia tudo este atormentável estado em que se acha o termo (...) cumpre portanto esta comarca levantar um dado sobre o quadro da miséria que apresenta este termo, cheio de povos de outros e leva este a chamar ao alto conhecimento de V.Excia afim de acodir ? amplamente da desventura com o fornecimento pecuniário para as ditas classes pobres, que morreram e outro definham por falta de alimentação suficiente, usando raízes do mato (...) com o que se tem desenvolvido grandes enfermidades. Com o auxilio reclamando pois compravam as classes pobres gêneros alimentícios na vila de Canavieiras pelo Rio Pardo e outras conduziram em lombos de animais de Ilhéus e de Areia, enquanto que alguma chuva possa oferecer e a lavoura lhe preste sustentação conveniente para os que escaparem d’esta seca (...) ⁴².

Houve socorro de particulares a famintos, como é o caso do fazendeiro e lavrador da Vila, o capitão Francisco das Chagas Gomes, socorreu em sua fazenda da Preguiça os pobres foragidos da seca das comarcas de Caetité e Rio de Contas, dando-lhes farinha em quantidade que carregaria trinta animais, avaliados em dois contos e

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos, secas, 1878. Maço 1464, 1863-1889.

⁴¹ AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

⁴² APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Presidente da Província. Secas. Maço 1607, 1845-1860.

quatrocentos mil réis. Ainda comprou duzentas cargas de farinha da capital e enviou para a comarca do Rio de Contas, com despesas de quinze contos de réis e sem apresentar documentação pediu ao Governo da Província que arcasse com as devidas despesas. Para tanto, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, interviu em favor do capitão Francisco das Chagas Gomes, afirmando que o fazendeiro

em dias de agosto do ano passado [1860] abriu sua fazenda da Preguiça com trinta mil pés de mandioca que dá pelo menos trinta cargas e a entregara aos pobres que perseguidos pela fome procuraram sua casa e quanto pelo preço que está a farinha nesta vila, poderia valer esse roçado e nestes termos por dois contos e quatrocentos mil réis⁴³.

Enfim, a produção da Imperial Vila da Vitória era significativa, mesmo em períodos de estiagens prolongadas garantia o abastecimento da vila e de regiões atingidas pelas secas.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A partir do momento em que se dava a ocupação do Sertão da Ressaca, os fazendeiros iam organizando as propriedades com uma estrutura de produção baseada na criação de gado e na agricultura de subsistência. Nesse período, estruturar uma fazenda não foi tarefa fácil, pois os fazendeiros não tinham conhecimentos agrônômicos e os processos existentes eram rudimentares, consistindo na derrubada de matas, existente em abundância na região, limpar a área a ser cultivada e realizar o plantio. Esses proprietários movidos por interesses de obterem uma maior e acelerada produção, realizavam a exploração da terra de forma descontrolada e desgastava rapidamente os recursos naturais⁴⁴.

A técnica da coivara utilizada pelos colonos consistia em por fogo na área destinado ao plantio e representava a forma mais rápida e prática de roçar e limpar o terreno, porém primitivo e prejudicial ao solo. O Código de Posturas não proibia tal prática, porém expressava a preocupação das autoridades, uma vez que exigia que os lavradores seguissem algumas regras para evitar incêndios nas matas e nas roças

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Presidência da Província – Secas, Maço 1608 – 1861-1889.

⁴⁴ DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 45.

vizinhas. Assim, o lavrador que fosse por fogo em suas terras teria que avisar aos vizinhos para que o fogo não os prejudicasse, como também lançar fogo nas matas e nos campos em tempos determinados, para prevenir incêndio, mas quando havia incêndio, os vizinhos eram obrigados a ajudar extingui-lo, caso contrário, seriam punidos⁴⁵.

Geralmente as plantações iniciavam-se próximas dos rios, desmatando as nascentes e isso causou preocupação às autoridades. De acordo com o Código de Posturas do período, principalmente no que dizia respeito ao desmatamento das regiões próximas aos riachos, era proibido roçar suas margens e tirar a cobertura vegetal das nascentes das águas: As punições para quem transgredisse as leis eram mais duras que as demais, conforme definidas no código de posturas de 1850.

Fica proibido deitarem-se roças nas margens do Riacho desta vila, do lugar da fonte pública para cima até na nascente, bem como de deitarem abaixo os arvoredos que mantem a conservação das águas do mesmo riacho, sob pena de trinta mil reis ou vinte dias de cadeia e na reincidência o dobro aos contraventores⁴⁶.

Após o uso da coivara, iniciava-se o plantio. Para maior eficiência no processo de desmatamento e instalação das roças e mangas, os fazendeiros utilizavam ferramentas e equipamentos simples como mostram os inventários: as foices, machados, enxadas, alavancas, cavadores serras e serrotes. As foices, machados e serras, mais numerosos, eram necessários principalmente para a derrubada de árvores, arbustos menores, chamadas de capoeiras.



Serra Braçal.

Fonte: Museu Regional, Sala Ruy Medeiros.

⁴⁵ APEB, Idem.

⁴⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.

Mesmo com o processo rudimentar do cultivo das lavouras, registra-se o êxito com o plantio e a colheita, pois a produção obtida abastecia a população local como também era exportada, principalmente para a região mineradora.

TABELA I
PRINCIPAIS PRODUTOS DA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA
SÉCULO XIX

TIPO DE PRODUÇÃO	Nº DE INVENTÁRIOS	%
GADO	181	87,4
ALGODÃO	14	6,7
MANDIOCA	13	6,3
CANA-DE-AÇÚCAR	13	6,3
COURO	11	5,3
CAFÉ	09	4,3
BANANA	03	1,5
OUTRAS FRUTAS	03	1,5
MILHO	02	1,0
ARROZ	01	0,5
TOTAL	207	100

Fonte: AFJM

Na Tabela I observamos os principais produtos constantes nos autos de inventários, destacando por ordem a criação de gado, seguido pelos produtos a lavoura do algodão, da mandioca, da cana-de-açúcar e do café. Dos derivados do gado, o couro tem uma posição de destaque, além do couro bovino, caprino, ovino e suíno, aparecem couros de animais de caça, como onça e lebre. As frutas era cultivadas principalmente nas propriedades que tinham sítios e chácaras integrados nas fazendas, sendo as principais bananas e laranjas. As roças de arroz, milho e feijão aparecem com pouca frequência nos inventários, geralmente eram registradas como “uma roça de mantimentos” ou, simplesmente, “uma roça”.

A documentação da Câmara, atas e correspondências, evidencia a importância das roças de cereais, e sempre eram citadas como a produção da região. Na década de 1860 a Câmara Municipal respondeu a um ofício do Governo Imperial, onde informava que “nossa agricultura, que incontestavelmente é a principal fonte de riqueza nacional a fim de que pudesse dar as providências a seu alcance para facilitar o melhoramento, de que ela é merecedora, possa responder [...] que os gêneros de nossa agricultura

existentes neste município são feijão, arroz, mandioca, milho, fumo, canas, café e algodão”⁴⁷.

Criação de Gado

O gado chegou ao Brasil com o governador geral Tomé de Souza, vindo da ilha do Cabo Verde. A princípio o gado era criado no curral dos grandes engenhos e utilizado nas tarefas de fabricação do açúcar, movendo a moenda. Depois, com o aumento da criação, ultrapassou o engenho e se estendeu em terras mais afastadas, penetrando nas áreas interioranas: primeiro na região agreste e depois no sertão. Não se sabe ao certo quando se deu o início da pecuária extensiva no norte. Para Sérgio Buarque de Holanda, a “história da expansão pastoril é bastante obscura e confusa”⁴⁸.

Segundo Maria José Rapassi Mascarenhas, o gado foi elemento fundamental na formação da riqueza colonial. A sua criação destinava-se a alimentação, a extração do couro, a força motriz e servia de meio de transporte. O couro além de ser consumido na colônia, ocupava lugar considerável no quadro das exportações. Para Mascarenhas “a expansão das fazendas de gado, pela natureza dessa criação e pela contingência da falta de recursos técnicos, realizou-se extensivamente, ocupando, cada fazenda vastas áreas de terra, que deu origem aos latifúndios, e, portanto, a concentração da terra”⁴⁹. As fazendas de gado geravam uma economia que garantia o enriquecimento do fazendeiro, movimentando a economia interna com a comercialização das charqueadas nas feiras dos centros urbanos como Salvador, Capoame e Feira de Santana.⁵⁰

A pecuária foi uma atividade econômica rendosa, importante, substituindo assim, a falta dos minerais que faziam do Norte e do Sul, centros criadores de gado, que

⁴⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Documentos Avulsos, Maço 1463, 1863-1889.

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo III. As Áreas de Criação de Gado. 1997, p. 221.

⁴⁹ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado), p. 126.

⁵⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária e Formação do Mercado Interno na Brasil Colônia*. Estudo, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, nº 08, abril, 1997.

abasteciam o mercado interno, principalmente a região das Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo⁵¹.

Em ofício de 31 de dezembro de 1864, José de Azevedo Almeida, comerciante, com prática de muitos anos no comércio de carnes verdes, afirma que os terrenos produtores da Província da Bahia eram divididos em três grandes zonas de criação: a primeira era o Sertão de Baixo, no norte da província “compreendendo as comarcas de Feira de Santa Ana, Inhambepe, Itapicuru, Geremoabo, Monte Santo e Jacobina”; a segunda, chama de Sertão Alto, situado no vale do São Francisco “compreendendo as comarcas de Santo Sé, Vila da Barra de São Francisco e Urubu” e a terceira zona de criação era a região de Caetité ao “Ocidente da província, composta pelas comarcas de Rio das Contas e de Caetité”. Nesta terceira zona estava englobado o Sertão da Ressaca e que abastecia principalmente as Lavras Diamantinas⁵².

O gado encontrou espaço para se desenvolver no sertão, adaptando à vegetação da caatinga⁵³, utilizada como pastagem natural e o salitre existente na região, formaram condições favoráveis à criação e a difusão dos rebanhos compostos, basicamente pelo gado “pé duro”, excelente pela sua capacidade de adaptação.

No Sertão da Ressaca, havia o agravante da degeneração da raça do gado *Malabar e Guadamar*⁵⁴, pois os fazendeiros conservavam-se estacionários, uma vez que não adquiriam outras raças para cruzar e aperfeiçoar a espécie “deixando de em comum viver e cruzar tanto a boa quanto a má criação”, provocando a decadência das fazendas por melhores que fossem os pastos, tanto em extensão como em superioridade do capim-andrequicé⁵⁵ e de outros capins. De acordo com Luiz Cleber Moraes Freire no sertão da Bahia não ocorreu a seleção das raças e o cruzamento foi livre, resultando nas variedades crioula, curraleira e caracu. Era descendente das primeiras que chegaram com os portugueses “eras de estatura pequena, de cabeças grandes e chifres compridos”⁵⁶.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., p. 219

⁵² APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Agricultura, abastecimento, Maço 1430, 1823-1888.

⁵³ A vegetação da caatinga é composta na sua maioria por plantas com espinhos e em épocas de secas, quando a planta perde o verde das folhas, de galhos secos, obrigavam os vaqueiros a se protegerem mais, usando roupas apropriadas confeccionadas em couro. O cavalo também recebia a devida proteção.

⁵⁴ Gado bovino oriundo do cruzamento do touro zebu com a vaca crioula, da terra.

⁵⁵ Nome científico *Lchanthus bambusiflorus*, é uma planta herbácea da família das gramíneas, nativa do Brasil (...) possui folhas lanceoladas e inflorescências em panículas eretas, pubescentes. A forragem é de qualidade regular quando nova, tendo ainda raízes com qualidade diuréticas. – <http://pt.wikipedia.org>

⁵⁶ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Salvador: UFBA, 2007 (dissertação de Mestrado) p. 50.

Ainda no período colonial existiam no Brasil duas grandes áreas pastoris: A primeira a ser povoado foi as das caatingas do Nordeste⁵⁷; a segunda área de criação foi a do sul que inicialmente se especializou no fornecimento de animais de carga, como muares para a zona mineradora; depois, na produção de couro; e, mais tarde, na produção da carne de charque, com o estabelecimento das primeiras charqueadas. Dessa forma, “ambas as áreas estiveram vinculadas à zona da mineração. O ouro com que ligou, por meio de boiadas e tropas de muares o norte e o sul do país”⁵⁸.

Desde o Código de Posturas de 1842, como nos posteriores, percebemos o empenho da Câmara Municipal em manter a ordem na Vila, como também no que diz respeito às normas referentes à agricultura e a criação de animais, explicitando, em certos trechos, o que os fazendeiros deviam ou não fazer. Assim, o art. 17, estabelecia que o município poderia criar gado ou outros animais em todo o território, porém seguindo algumas regras, para as terras das lavouras, assim, onde o gado era criado extensivamente na parte leste do município, as lavouras eram cercadas, já na parte oeste havia lavouras extensivas de algodão, cana-de-açúcar, café e mantimentos, o gado era criado em mangas⁵⁹.

No Sertão da Ressaca a criação de gado se deu de forma extensiva e intensa. Em resolução do ofício circular de 04 de maio de 1855, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória informou ao presidente da Província que todas as terras do município eram destinadas à criação e lavoura, não havendo demarcação específica para a criação de gado. Em relação a medida estipulada pelo Governo Provincial para criação de gado ser praticada em locais afastados dos centros urbanos e do litoral a Câmara Municipal não podia de informar “se todas essas terras estavam fora da demarcação da décima urbana ou algumas dentro dela por não haver no município demarcação de décima urbana”⁶⁰.

⁵⁷ Principal fornecedor de carne para a região mineradora, como também animais de tração para os engenhos.

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo III. As Áreas de Criação de Gado. 1997,

⁵⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889. Os limites aqui apontados são referentes a fazendas, ou seja, da fazenda dos Cocos de João de Magalhães a fazenda dos Olhos D’água de Joaquim Moreira, da estrada abaixo, do Rio Seco etc.

⁶⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Governo. Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória: Sessão extraordinária de 10/09/1855. Correspondências. Maço 1463 – 1840-1866. A “Décima Urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos” foi um órgão criado pelo alvará de 27/6/1808, para o lançamento e cobrança do imposto que a princípio, era cobrado apenas no Município da Corte, o Rio de Janeiro, mas pouco depois foi estendido às “cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar. Em cada cidade ou vila “notável” havia uma Junta composta de: um Superintendente, dois “homens bons, um nobre e outro do povo”, dois carpinteiros, um pedreiro e um fiscal, “que será advogado”. As dúvidas

Mesmo com as áreas demarcadas e cercadas para o plantio e a criação, sempre apareciam problemas com o gado invadindo as lavouras. Proprietários cansados com os prejuízos sofridos pelos “estragos em suas lavouras com gados, pelo gado vacuum que existem soltos nesta vila sem pastor, ou pessoa alguma que d’ele tinha cuidado”, reclamavam ao poder municipal, organizando um abaixo assinado pedindo o cumprimento da postura referente a este item, bem como pedindo aos fiscais para impor a multa aos infratores e evitar que o gado entrasse na lavoura e favorecesse aos agricultores que cultivam “verduras e legumes que é muito essencial em qualquer lugar”⁶¹. Esses cercados originaram as mangas e eram determinadas pelo código de posturas, onde estipulavam que todo lavrador, no lugar onde criasse gado seria obrigado a fazer cercas fortes com altura de sete palmos ao redor de suas roças, a fim de que o gado estranho não o prejudicasse obrigando os lavradores a se protegerem das investidas do gado em suas plantações⁶². No entanto, nem todas as propriedades possuíam mangas.

Com o sistema de criação extensiva o gado era criado solto e como as propriedades não eram cercadas ocorria do gado de um fazendeiro se encontrar e misturar como o gado de outro criador. Cabia ao vaqueiro a responsabilidade de cuidar do rebanho e não permitir que o gado se misturasse ou evitar que se perdesse na capoeira. Para que os vaqueiros separassem o gado de maneira correta, selecionando as cabeças do verdadeiro dono, era utilizado o ferro, que era a marca de fogo com o símbolo, brasão ou iniciais do proprietário. Dessa forma não havia como confundir a quem pertencia o animal na hora de juntar o gado⁶³ e se o vaqueiro reconhecesse o ferro de outro fazendeiro esse logo devolvia ao verdadeiro dono. A marca do ferro era, assim, um sinal de propriedade⁶⁴.

Preocupados com a criação extensiva, e com problemas referentes a identificação do gado, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória enviou editais aos diversos distritos “convidando os criadores e negociantes a marcarem o gado na parte inferior dos quartos traseiros ou das espáduas, a fim de evitar-se que sejam os

seriam resolvidas pelo Superintendente, cabendo recurso ao Conselho da Fazenda. (FONTES: Leis do Brasil, 1808, 1830 e 1831).

⁶¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Agricultura, abastecimento, Maço 4630, 1823-1888.

⁶² APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.

⁶³ Foi com a tarefa do vaqueiro de procurar o gado nas terras abertas e de capoeiras que deu origem as vaquejadas, muito famosas no nordeste.

⁶⁴ SANTOS FILHO, Licurgo. Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 218.

couros depreciados pelo sinal de fogo nos lugares salientes”⁶⁵. Observa-se que além de marcar o gado, a mesma marca deveria ser fixada em lugares estratégicos que pudesse ser vista e identificada, mas, ao mesmo tempo, que não danificasse o couro, que também era largamente comercializado, e assim evitar maiores prejuízos.

Era também tarefa do vaqueiro cuidar da alimentação, da ferra, tratar as doenças, conduzir os animais de um lugar para o outro, vigiar a pastagem, para que nenhuma rés se extraviasse na capoeira, como também evitar que animais predadores como a onça atacassem os animais, eram algumas das atividades comuns a sua função.

A remuneração do vaqueiro era a quarta, ou seja, de cada quatro bezerros que nasciam, um era dele e os outros três do dono. Esse tipo de pagamento possibilitou a mudança de vida de muitos vaqueiros, uma vez o acúmulo dos bezerros lhe daria a condição de proprietário. Essa prática do pagamento da quarta foi extinta quando outras raças do gado começaram a ser criados no Brasil, como é o caso do gado zebu, nelore e outros animais caros, que resultariam em prejuízo ao proprietário. Desse modo, o vaqueiro passou a receber o salário na moeda corrente⁶⁶.

Para alguns autores como Emerson Araújo, o vaqueiro tem um trabalho mínimo com o gado, resultando somente na ferra, na vigilância com a pastagem e em transportar esses animais em segurança⁶⁷. Para outros como Francisco Carlos Teixeira e Licurgo Santos Filho, a figura do vaqueiro é de fundamental importância para o desenvolvimento da pecuária. Para esses dois autores, o trabalho redobrava na época da seca, uma vez que devia se fazer a migração desses animais até a zona da mata, onde o gado permanecia lá durante todo o período da seca e retornava nas cheias⁶⁸.

Na época das grandes estiagens, quando o gado não fazia a migração, o vaqueiro tinha trabalho dobrado, pois, além das suas tarefas habituais, tinha que providenciar o alimento dos animais, geralmente palmas⁶⁹, cactos, plantas estas que permaneciam verdes durante a seca e se transformavam em alternativas alimentares para

⁶⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos. Maço 1464. 1863-1889.

⁶⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit., p. 201,202 e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op., p.133; FILHO, Licurgo Santos, Op. Cit., p. 213.

⁶⁷ ARAÚJO, Emerson Pinto. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGB Editora, 1997.p. 52.

⁶⁸ FILHO, Licurgo Santos, Op. Cit., p.211; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. Cit., p.

⁶⁹ O fruto e o broto da palma também serviam para aumentar a dieta do sertanejo, que faz o cortado refogado da palma com carne de sol picada, prato típico rico em fibras, muito usado pelo sertanejo e de gosto sabor

o gado. Algumas fazendas reservavam lotes de terras para cultivarem a palma, que seria muito útil para manter viva a criação na época da seca⁷⁰.

A água sempre foi um problema em algumas regiões do sertão e em épocas de seca prolongada a situação se agravava. A criação de gado foi possível nessa região através da fixação de fazendas ao longo das margens dos rios e, quando as fazendas foram se instalando no interior, em lugares onde não existiam rios, a solução encontrada para obter água foi a abertura de cacimbas, tanques e açudes que favorecessem o abastecimento de água para o sertanejo e para o gado⁷¹.

Do gado se aproveita tudo, além da carne, couro era muito importante para o sertanejo. Maria Isaura Pereira de Queiroz reafirmou a assertiva de Capistrano de Abreu, de que sertão era a “Civilização do Couro”, pois tudo era feito de couro: as roupas, sapatos, alpercatas, portas, arreios de animais, as cangalhas, a taca, entre outras coisas. Era comum chegar no sertão e ter um couro no chão para as crianças e os adultos sentarem. Era usado para cobrir as bruacas das tropas e não danificar as mercadorias, como também para a improvisação do rancho, quando não havia um por perto. O vaqueiro, procurando se proteger da vegetação da Caatinga, sempre espinhosa, usava uma roupa apropriada, feita toda em couro. Compunha-se seu indumentário de perneira, colete, luva, alparcata ou sapato, gibão, chapéu e casaco todo em couro. O cavalo também recebia proteção em couro, através da manta e um peitoral⁷². Segundo Capistrano de Abreu “pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessavam a época do couro”⁷³.

Nos inventários, em 5,3% deles, foram encontrados vários tipos de couros. Além do couro bovino usava-se couro de outros animais como carneiros, cabras e porcos, e de animais de caça a exemplo do inventário de João da Costa Nepomuceno, onde foram descritos “dezesseis parselhas de couro de matreiro, avaliados no total de 34\$400; cinquenta couros de porco avaliados em 9\$160; cinco meios de sola avaliados por 8\$400; três couros de lontra pequenos avaliados por 3\$000; dois couros de gato

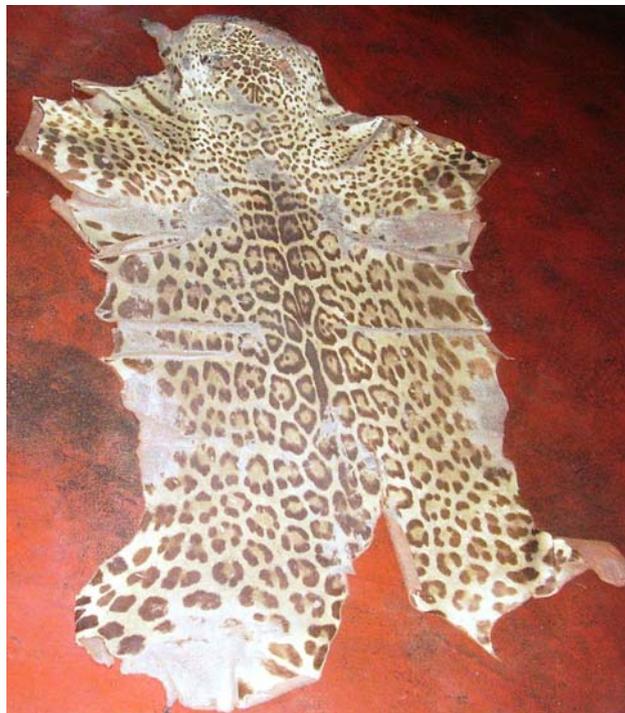
⁷⁰ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2002 (monografia).

⁷¹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit., p 202

⁷² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977, p. 30.

⁷³ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1954. P. 217.

curtidos avaliados por 0\$200⁷⁴. Tudo indica que esses inventariados eram proprietários de curtumes e/ou comerciantes.



Couro de Onça.

Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista, Sala Rui Medeiros.

Ao lado da criação de gado vacum os inventários revelam a importância do gado muar, cavalariço, ovino e suíno. Os cavalos eram importantes para o serviço nas fazendas, o transporte em pequenas distâncias uma vez que eram mais velozes, porém com menos resistência física que os muareiros. Nesses documentos os cavalões eram classificados conforme a idade, cor, raça e função, e o seu valor variava de acordo com essas características, e eram registrados como “bom de serviço” e “de cansado” quando estava mais velho, o que diminuía o seu valor. Por exemplo, “Um cavalo castanho, da sela do Congo, avaliado por 20\$000⁷⁵”, ou então, “Um cavalo cordão, da sela do moleque Bernardo, avaliado por 30\$000⁷⁶”.

⁷⁴ AFJM, Caixa Diversos 1844-1846: Inventário de João da Costa Nepomuceno, 03/1845.

⁷⁵ AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840. Segundo o mesmo inventário, Congo, se refere ao escravo Joaquim, Congo, 28 anos, vaqueiro e avaliado por 480\$000.

⁷⁶ AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de Felipe Coelho Sampaio, 05/1842. O escravo Bernardo, 14 anos avaliado por 300\$000, sem mais descrições. Nesse caso, o escravo aparece com a especialização de vaqueiro, só que na descrição do cavalo, não do escravo. Uma vez que o cavalo era usado frequentemente pelo escravo Bernardo para pastorear o gado.

As mulheres também utilizavam o cavalo como meio de transporte. Objetos de montaria feminina aparecem na relação de bens inventariados, indicando uma prática comum naquele tempo. Por exemplo: “um par de esporas de senhoras com 35 oitavas, avaliada por 5\$600” como “um selangote” “ou um selim”, tipos de selas, apropriada para montaria das mulheres⁷⁷.

Os equipamentos de montaria selins, selas, selangotes, bridas, cabeçadas, pares de esporas, arreios tinham valor alto, dependendo da utilidade, condições de uso e do material confeccionado.

Um selim com manta de onça, composto de coldres e aro de prata, avaliado por 16\$000⁷⁸.

Um selim com aro, pés de coldres e rabixeira, avaliado por 20\$000. Uma arriata de estribos, bridas de prata com o peso de 584 oitavas (cada oitava a \$160) e tudo avaliada por 93\$440⁷⁹.

Uma arreadura de prata, composta de freio, cabeção, cabeçadas, estribos e rabixo, com 580 oitavas (cada oitava \$220), avaliada por 127\$600. Uma sela de vaqueiro avaliada por 2\$500⁸⁰.

A criação e comercialização desses animais contribuíram para impulsionar o mercado interno, revelando uma atividade rendosa e significativa para os criadores e comerciantes. Um exemplo desse comércio é a feira de Sorocaba, referência em todo do Brasil, ponto de encontro de tropeiros e fazendeiros de várias regiões, que iam à procura dos melhores animais e dos menores preços. Ao falar de mercado interno a feira de Sorocaba é, sem dúvida, uma grande expressão⁸¹.

Os tropeiros foram os responsáveis diretos pela entrada desses cavalos e muares no Brasil. Segundo Rogich Vieira, os tropeiros traziam esses animais do Rio Grande do Sul, da Argentina, do Uruguai e de Santa Catarina, pois estes eram tidos como os melhores para o transporte de carga. Segundo ele, desde a década de 1750, a Coroa portuguesa arrecadava imposto sobre a entrada e a circulação de animais no Brasil. Isso já garantia um bom lucro para a máquina administrativa, como também para enriquecer o mercado e os comerciantes. A compra e venda desses animais, e também para o pagamento do imposto eram facilitados, pois, era feito uma “espécie de duplicatas” que possibilitavam o parcelamento do pagamento em um ou dois anos conforme contrato assinado. Quando o tropeiro estava precisando do dinheiro, este trocava a duplicata com

⁷⁷ AFJM, Caixa Diversos 1842: Inventário de Maria Antonia de Carvalho, 01/1842.

⁷⁸ AFJM, Caixa de Inventários 1847: Inventário de Constança Sancha de Jesus, 03/1847.

⁷⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840.

⁸⁰ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Ana Senhorinha de Jesus, 10/1848.

⁸¹ SANTOS FILHO, Licurgo. Op. Cit., p. 248.

um agiota e, mesmo perdendo alguns juros, usufruía o dinheiro para a compra de mercadorias necessárias para fins imediatos⁸².

Presentes, mas encontradas em menor quantidade, as criações de cabras, ovelhas e porcos representavam uma fonte de renda a mais para o agricultor, além de fornecer carne, lã e toucinho ao mercado local. Nesse período, havia o interesse do governo da província na criação de carneiros para a produção de lã registrado em vários ofícios onde percebemos o incentivo para que os fazendeiros diversificassem as suas lavouras como também criassem carneiros, exigindo da câmara municipal controle no melhoramento da criação bem como, informação sobre os resultados⁸³. Para isso, em 1853, o governo provincial ofereceu carneiros aos agricultores da Imperial Vila da Vitória para melhorar a qualidade da criação e oferecer lã a indústria da província⁸⁴. Contudo, foi somente a partir da década de 1850 que a criação de carneiros começou a aparecer nas ralações dos inventários, num total de 816 cabeças, o que indica que só 15,0% dos fazendeiros aderiram à criação de ovinos e caprinos. Já os porcos, foram encontrados em menor quantidade, um total de 185 cabeças, criados por 4,3% dos agricultores.

Geralmente criados soltos, os carneiros e porcos ameaçavam constantemente as roças. Dessa forma, o governo municipal interveio junto aos criadores e lavradores no sentido de manter a ordem e evitar que esses animais invadissem as plantações e causassem grandes prejuízos, como também andassem pelas ruas da vila. Com relação a isso o Capitão Felicíssimo Joaquim da Silva, morador no Distrito de Areão e proprietário de uma fazenda, entrou com ação judicial contra Bernardino José de Sousa, seu vizinho a meia légua de distância. Segundo Felicíssimo Joaquim da Silva, “plantador de mandioca, milho e outros cereais”, sentia-se prejudicado em suas roças pela invasão dos “quarenta e tantos porcos” de Bernardino José de Souza, criados soltos⁸⁵.

Os criadores de cabras e ovelhas que moravam na vila poderiam e an-las soltas a partir das nove horas da manhã e recolhê-las aos currais ao entardecer. Se fossem encontradas durante a noite, vagando pela vila e estragando as “beiras das casas

⁸² VIEIRA, Rogich. A feira de muares de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. *Tropeirismo e a Formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral: Skol/Momesso/Caracu. 1984, p. 32-34.

⁸³ AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

⁸⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1463. 1840-1866.

⁸⁵ AFJM, Caixa de Inventário de 1881-1882 Ação Sumária do Capitão Felicíssimo Joaquim da Silva,04/1881.

e edifícios públicos”, eram recolhidas ao curral do conselho e só retornavam aos seus donos depois que estes pagassem a multa de 2\$000⁸⁶, duas vezes mais o seu valor no mercado, uma vez que o preço encontrado nos inventários girava em torno de 0\$500 a 1\$000.

O controle dos suínos era mais rigoroso. Proibia-se criar porcos soltos na vila e nas povoações, além disso, os criadores deveriam mantê-los presos em currais apropriados, denominados de chiqueiros. Os chiqueiros ou “pequenos currais” ocupavam quase sempre terrenos próximos às casas, para suínos, caprinos e ovinos e eram alimentados ao “cair da tarde” nos tanques fixados nos quintais das casas, sendo a tarefa de alimentar os porcos “a cargo das cozinheiras que recolhiam os restos das comidas”⁸⁷ para dar aos animais e era completada com milho e outras frutas e verduras produzidas na fazenda⁸⁸.

Caso os porcos fugissem dos chiqueiros e fossem encontrados nas ruas da vila, seus proprietários eram multa em 4\$000 e se houvesse reincidência, os porcos eram mortos⁸⁹, porque os porcos eram mais prejudiciais as lavouras do que as cabras e ovelhas. O seu valor no mercado era maior do que ou outros animais, chegando a um valor de 9\$000. Nesse período, o toucinho derivado do porco, era alimento básico da população da vila juntamente com o feijão e a farinha.

Enfim, os fazendeiros, portanto, organizavam as propriedades para a criação e o plantio de alimentos. Nesse processo surgiam várias dificuldades, que eram sanadas com atuação conjunta dos fazendeiros e do poder municipal, que através do código de posturas e soluções simples, regulamentava a produção da Imperial Vila da Vitória.

Algodão

A partir de 1750 o algodão começou a ganhar mais importância e a pesar na economia do norte. Cultivado inicialmente na região da Mata, logo adentrou o interior onde encontrou condições naturais mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Segundo Manoel Correia de Andrade, o algodão era uma “cultura mais democrática que a da

⁸⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.

⁸⁷ Também denominada lavagem.

⁸⁸ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - 1822-1871*. Porto Alegre, RS, 2001 (Tese de Doutorado) p. 67.

⁸⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.

cana-de-açúcar, pois os fazendeiros utilizavam mão-de-obra escrava e assalariada, além de ser cultivado também por pequenos proprietários, foreiros e moradores⁹⁰”.

Vários são os tipos de algodão que produzem fibras diferenciadas, desde o algodão do mato, que crescia sem nenhum trato na região de Jacobina na Bahia; o algodão arbóreo, tipo nativo e o herbáceo, que produz uma melhor fibra. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, as melhores fibras eram exportadas, empregadas na tecelagem, dando origem a vários tipos de tecidos, que chegou até a ser utilizado como moeda de troca. Já os produtos inferiores do algodão eram utilizados na “fabricação de outros objetos, tais como pavios de vela, redes de pescar, fios de sapateiro, franças ou varandas de redes. Serviam, além disso, para acolchoar os celebres gibões estofados dos sertanejos”⁹¹.

Em 1853 o Governo Provincial, movido pela procura do mercado inglês incentivou a produção de algodão na Bahia e, em conseqüência, a Imperial Vila da Vitória recebeu sementes do algodão herbáceo para serem distribuídas aos agricultores do município, objetivando melhorar e aumentar o cultivo, exigindo da câmara municipal fiscalização e informação sobre o andamento da produção e os seus resultados⁹². O algodão cultivado até então nessa região era reduzido e abastecia, principalmente, a própria vila, sendo usado para a produção doméstica⁹³.

Nesse período a Inglaterra interessada em abastecer as suas crescentes indústrias têxteis importava algodão, principalmente de suas antigas colônias na América do Norte e de outras regiões, como o Brasil. De acordo com Alice P. Canabrava, a Inglaterra foi o único país da Europa que se interessou em desenvolver a produção algodoeira no Brasil, enviando inclusive sementes do algodão herbáceo para a Província de São Paulo, tendo como principal responsável Jean Jacques Aubertin, em 1861, pela receptação e distribuição das sementes sendo também o porta voz e defensor da indústria têxtil inglesa no Brasil. Afirma, ainda, que o motivo mais importante pela a expansão do algodão herbáceo em São Paulo e no Brasil, teria sido a contribuição do Governo Imperial em distribuir as sementes aos lavradores⁹⁴. Porém, oito anos antes, em 1853, essa prática da distribuição das sementes pelo governo da Bahia, na Imperial

⁹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 157-159.

⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 214.

⁹² AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 23/11/1853.

⁹³ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos. Maço 1464. 1863-1889.

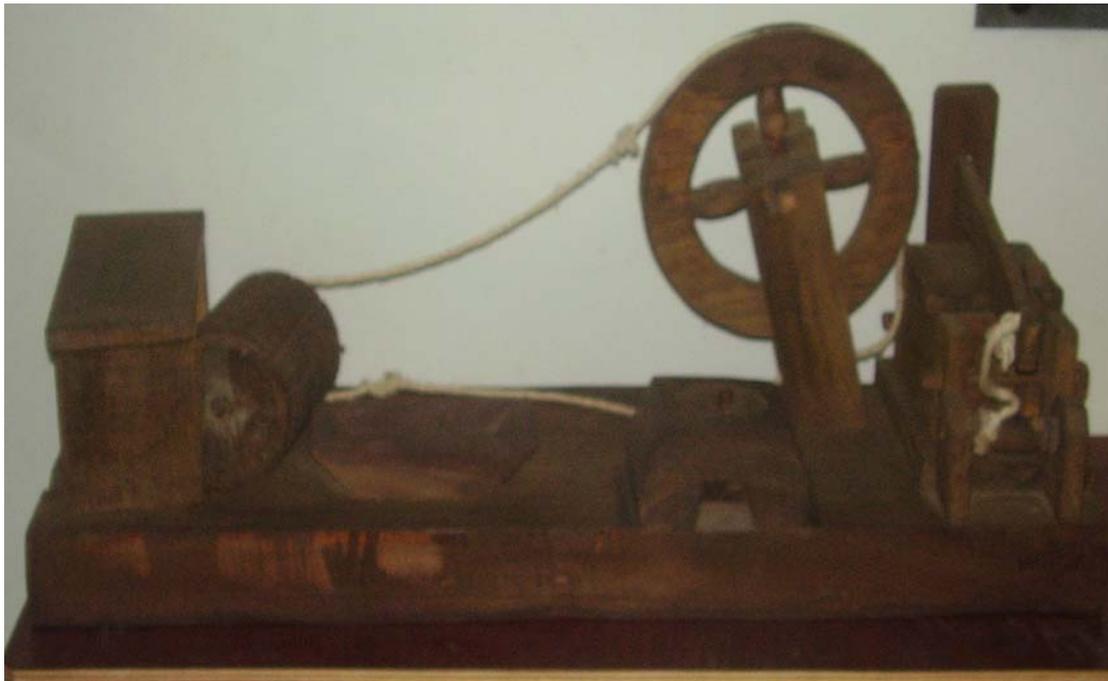
⁹⁴ CANABRAVA, Alice Piffer. *O Algodão em São Paulo: 1861-1875*. São Paulo: Quatro Rodas, 1984. p.10-09 e 22.

Vila da Vitória, já era uma prática real, evidenciando que o interesse do Governo brasileiro na produção do algodão antecedeu o inglês no envio dessas sementes.

No Sertão da Ressaca e no Norte em geral, os fazendeiros de gado aderiram ao cultivo do algodão como uma forma de ampliar suas rendas e aproveitar as ramas para alimento do gado. Conforme Alice P. Canabrava, o algodão herbáceo “se adequava às condições físicas e econômicas do meio geográfico” encontrado em algumas regiões do Brasil. Esse algodão é muito sensível às condições climáticas, pois “a planta vegeta admiravelmente sob temperaturas médias de 20 a 21° C, em altitudes médias, e para o amadurecimento das cápsulas é ideal a temperatura de 26° C (...), são fecundadas em épocas de chuvas moderadas (...) e a estação quase seca é propícia no período das floradas (...) condição fundamental para boas colheitas⁹⁵”. Essas condições naturais eram encontradas no Sertão da Ressaca, o que nos permite afirmar que este foi um fator importante para a existência e desenvolvimento do algodão nessa região. Dessa forma, os fazendeiros aferiam lucros tanto com a criação de gado e cultivo do algodão. A instalação da fábrica de tecido e conveniência em Valença estimulava os agricultores do Sertão da Ressaca a plantar algodão, pois a fábrica consumia a produção pois servia de matéria-prima para alimentar a indústria de tecidos existentes na Bahia, principalmente a fábrica de tecido de Todos os Santos, instalada em Valença, às margens do rio Uma. De acordo com Waldir Freitas de Oliveira, é fato marcante “que na década de 1860, tornara-se a Bahia o maior centro de fabricação de tecidos do Império, possuindo em 1866, cinco das nove fábricas de tecidos nele existentes, sendo a mais importante a de Todos os Santos” já em 1875, quando existia 30 fábricas de tecidos no Império, onze delas localizavam-se na Bahia⁹⁶.

⁹⁵ CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 110.

⁹⁶ OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Crise da Economia Açucareira do Recôncavo na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999. p. 47-48 e 59.



Roda de Fiar.

Fonte: Museu Regional, Sala Ruy Medeiros.

Dos 207 inventários da Imperial Vila da Vitória 73,9% possuíam roda de fiar, 29,5% descaroçadeiras, 2,9% prensa de algodão e 1,0% de tear. Além desses equipamentos os inventários arrolam a presença de escravas fiandeiras e costureiras, o que confirma a existência da manufatura doméstica na região, indicando a fabricação de derivados do algodão. Segundo Kátia Mattoso, o cultivo do algodão possibilitou uma produção artesanal de fabricação de tecidos e redes e não podendo chegar a Salvador, devido às dificuldades de transportes. Assim, o algodão se tornou em um importante item de comércio entre regiões da província, a exemplo daquele estabelecido entre Valença e Sertão da Ressaca, e até no âmbito interprovincial, uma vez que o algodão bruto do centro-oeste da província baiana era exportado, para a província de Minas Gerais antes mesmo do século XIX⁹⁷. Porém Kátia Mattoso não levou em consideração a afirmação de Spix e Martius ao informarem que o algodão dessa mesma região e período se destinava a Bahia⁹⁸.

⁹⁷ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 450.

⁹⁸ SPIX, Johann Bateste Von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976. p. 112-113.

Mandioca

A mandioca era o produto mais cultivado no Sertão da Ressaca, aparece em quase todos os inventários e é assunto freqüente nas correspondências e atas da câmara municipal, uma vez que representava um dos alimentos básicos da população sertaneja. Mas nem todos compravam a farinha, somente aqueles que não tinham suas próprias roças. Segundo Barickman, a demanda urbana de farinha em Salvador nesse período, abrangia dois segmentos amplos da população: um estável composto pelos moradores permanentes e, outro, mais variável, formado pelos viajantes, escravos em trânsito, marinheiros e que podiam flutuar de um ano para o outro. Assim, “esses dois segmentos formavam um mercado urbano para a farinha inegavelmente grande”⁹⁹.

Entre as variedades da mandioca existem principalmente a mandioca sutinga de galho, a sutinga de agulha, a saracura, a branca e a tiriciri, são as mais bravas que dão melhor em terreno do mato e as variedades mais mansas chamadas aimpins, não tem o suco picante venenoso. Muitas vezes, os animais e os homens se envenenavam ao comer as raízes da mandioca brava, ocasionando até a morte. Spix e Martius descreveram os sintomas de envenenamento de um de seus homens de viagem. Segundo eles os sintomas foram “dores de cabeça, tonteira, tremor, ardência no abdome e vômitos espasmódicos atacavam quase todos os doentes” e para aliviar os sintomas, foi dado o suco da própria folha da mandioca, que contém o antídoto para o envenenamento¹⁰⁰.

As cozinhas, casa de farinha, eram as benfeitorias onde alojavam os equipamentos que possibilitava ao fazendeiro manufaturar os seus produtos oriundos da mandioca. Nos inventários foram encontradas muitas casas de farinha, em um percentual de 21,3%, porém, mesmo os inventários que não aparecem a casa de farinha, havia a presença de equipamentos como roda de ralar mandioca, prensa e forno que também possibilitava uma fabricação caseira de farinha e outros derivados da mandioca. Com a raiz poderia se obter vários derivados, que formavam vários pratos que compunha a dieta do sertanejo, pois além da farinha, havia também a fabricação da puba e da goma, também conhecida como polvilho que eram utilizadas para fazer beiju, bolo, biscoito, cuscuz e mingau.

⁹⁹ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 99-100.

¹⁰⁰ SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976, p. 75 e 214.

Cana-de-açúcar

A plantação de cana-de-açúcar não se restringia somente ao litoral. No Sertão da Ressaca, a cana-de-açúcar representava 6,3% da produção local e que servia de matéria-prima para os engenhos e alambiques, além de alimentar o gado com as suas folhas. O açúcar, a rapadura e aguardente abasteciam o mercado da vila, como também exportava-se para outros lugares da província baiana, principalmente para as Lavras Diamantina.

O cultivo da cana-de-açúcar era trabalho simples, embora penoso, além de levar muito tempo com o preparo da terra, limpar os campos, arar e tudo com ferramentas rudimentares como machados, enxadas, foices. Segundo Schwartz “essas ferramentas, o suor dos escravos e o açoite produziam a cana para os engenhos baianos”¹⁰¹.

As cozinhas, o engenho e alambiques eram as benfeitorias onde alojavam os equipamentos que possibilitava ao fazendeiro manufaturar os seus produtos. Nos inventários, havia a presença de muitos tachos de cobres usados principalmente na fabricação de rapaduras. Já os engenhos e alambiques eram importantes para a fabricação do açúcar e aguardente.

¹⁰¹ SCHWARTZ, Stuart B.. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (15350-1835). 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 102.



Engenhoca.

Fonte: Museu Regional, Sala Rui Medeiros.

Em sessão extraordinária de 22 de janeiro de 1856, a câmara legislativa, respondeu ao governo provincial, informando-o sobre a produção da Vila. Comunicou, assim, “que as lavouras prosperam com rapidez, que já se achão 22 duas engenhocas as quais, nos últimos três anos tem produzido (pouco mais ou menos) dez mil canadas de aguardente, noventa arrobas de açúcar e dez mil rapaduras”¹⁰². Em 1855, um ano antes, o governo municipal aprovou a lei provincial nº. 503 de 03 de agosto de 1854, do artigo 40, autorizando a cobrança do imposto não só sobre os alambiques como também dos mercadores de aguardente¹⁰³. Já em 1857, a câmara informou a existência de 13 alambiques na Imperial Vila da Vitória, onde os mesmos empregavam 20 braços “produzindo anualmente 600 cargas de aguardente de dez canadas¹⁰⁴ cada uma”¹⁰⁵.

Do que se depreende a Imperial Vila da Vitória possuía estruturas que garantiam a manufatura dos produtos cultivados na região e comercializados principalmente na vila.

¹⁰² AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

¹⁰³ AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

¹⁰⁴ Antiga medida de capacidade, equivalente a 2.622 litros.

¹⁰⁵ AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

Café

O café também era um produto que fazia parte da produção do Sertão da Ressaca. Surgiu no século XVIII e se expande no século XIX chegando ao Sertão da Ressaca. O Brasil tornou-se, nesse século, o maior exportador de café, produzindo no período monárquico 50% do café mundial¹⁰⁶.

O café encontra condições propícias ao seu desenvolvimento, principalmente no centro-sul do país, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que essa região apresentava condições naturais para o seu desenvolvimento, como a existência de terras roxas, férteis e clima favorável. Além disso, possuía mão-de-obra farta e barata, com a utilização do escravo e, mais tarde, do imigrante. Porém, segundo Ana Luiza Martins, desde o início o café foi mal plantado, com a utilização de técnicas primitivas, herdadas da lavoura colonial de derrubar matas e queimar roças, procedimento que esgotava rapidamente o solo. E comprometia a qualidade da produção, com rendimento máximo de seis a oito anos¹⁰⁷. De acordo com Celso Furtado, “a primeira fase de expansão cafeeira se realiza com base num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados”¹⁰⁸. A proximidade dos portos que permitia solucionar o problema do transporte, pois da fazenda até o porto, se utilizava a mula, animal forte e resistente, para levar o café até o porto. Mesmo com essas limitações e dificuldades, o café apresentou grande importância para o desenvolvimento do Brasil e, principalmente, dos grandes cafeicultores.

Para Lapa, o café tornou-se, ainda no século XIX, o principal produto da economia brasileira provocando grandes modificações no país como, a construção de estradas, o melhoramento dos portos, o surgimento das cidades e o desenvolvimento de outras e também inovações como a introdução da mão-de-obra imigrante¹⁰⁹.

Até meados do século XIX, a produção do café se concentrava no centro-sul do país, porém outras províncias como Pernambuco, Ceará, Bahia e Mato Grosso passaram a cultivá-lo, porém com colheitas limitadas às necessidades locais de consumo. Segundo

¹⁰⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 106.

¹⁰⁷ MARTINS, Ana Luiza. *O Império do Café: A grande lavoura no Brasil – 1850 a 1890*. Rio de Janeiro: Atual, 1990. (Coleção História em documentos). P. 08.

¹⁰⁸ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004, p. 120.

¹⁰⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia Cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Alice P. Canabrava, “fora da grande região cafeeira, apenas o Ceará e a Bahia têm alguma importância na exportação do produto”¹¹⁰.

Já na Imperial Vila da Vitória desde a década de 1850 que o café é cultivado na região em pequenas quantidades, aumentando o cultivo no decorrer dos anos. No século XIX o café representou 4,3% do total dos inventários analisados e a produção era destinada principalmente para o consumo local.

Fumo

No século XIX o fumo representava o segundo maior produto de exportação da Bahia, com concentração da lavoura no Recôncavo baiano. Ainda no século XVII o cultivo, o comércio e consumo interno do fumo se consolidaram e a Bahia era a maior fornecedora de fumo para o mercado interno, mas ganhou também o mercado externo, tendo a África como principal consumidor através do comércio do fumo para a compra de escravos¹¹¹.

A cultura do fumo se expandiu pelo interior da Bahia, chegando ao Sertão da Ressaca. Era um produto acessível aos agricultores mais modestos, de menor prestígio e menos dispendioso, porém não representava uma “cultura do homem pobre. Alicerçava-se fortemente no braço escravo”¹¹².

No Sertão da Ressaca não foi encontrado o fumo na relação de produtos dos inventários analisados. Porém, nas Atas da Câmara o fumo aparece na relação de itens produzidos na região, sendo cultivado nas terras férteis, às margens do Rio Pardo¹¹³.

Milho, feijão, arroz

O sistema de roças era praticado no Sertão da Ressaca pelos índios mongoiós, que, na época da chegada dos colonizadores na região, já eram agricultores, sedentários e “revelavam estágio avançado de desenvolvimento, em comparação a outras aldeias

¹¹⁰ CANABRAVA, Alice P. A Grande Lavoura. In.: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 06. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 92.

¹¹¹ NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é História) p. 51 e 64.

¹¹² SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1535-1835)*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2005, p. 85.

¹¹³ AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1850-1858.

mais primitivas e mais arreadas ao colonizador”. Assim, além da cultura da mandioca, plantavam também batatas, bananas, feijão e fava¹¹⁴. Portanto, as roças de mantimentos estavam presentes tanto nas grandes, como nas médias e pequenas propriedades, sendo cultivado tanto pelos escravos, quanto pelos trabalhadores livres em forma de arrendamento. Eram produtos necessários ao abastecimento da população da fazenda e das cidades. De acordo com Stuart Schwartz, dentro do contexto da economia escravista, “os roceiros eram definidos como os provedores de alimentos¹¹⁵”.

O milho é um produto nativo, juntamente com a mandioca, fazia parte da dieta da população sertaneja. Diferente do que ocorreu nas áreas coloniais espanholas, o milho demorou para conquistar o paladar português, sendo consumido pelos indígenas e foi inicialmente usado para a alimentação e engorda de animais, como porcos, carneiros, cabras e mulas cargueiras em épocas de estiagens prolongadas. Sendo alimento de engorda de animais, ocorreu certa resistência da população em consumi-lo. Mesmo assim, o milho representou uma revolução agrícola no período colonial, uma vez que seu cultivo se espalhou pela Península Ibérica, Itália e França, África e Ásia, pois “o milho significava comida boa e barata na mesa dos pobres”¹¹⁶.

Planta nativa e cultivada em solo fértil produz grandes colheitas. Existem vários tipos, diferenciados pela cor, pelo tamanho e formato dos grãos. Dos seus grãos se faz vários pratos: a espiga do milho verde pode ser comida assada ou cozida, como também pode ser tirada a massa que se faz bolos, pamonha e mingau; do milho seco, se faz a farinha que produz outras receitas que incrementa a dieta sertaneja, como broas, cuscuz, biscoitos.

Paralelo ao cultivo do milho, fazia-se a do feijão. O feijão crescia a sombra do milho, era importante para aproveitar o espaço e aumentava a produtividade. O feijão, juntamente com o toucinho constituía o alimento básico da população do Sertão da Ressaca. Era plantado tanto para abastecer a população local como para exportar, principalmente para as Lavras Diamantina, região mineradora. Embora não conste nos inventários, era descrito nos documentos da Câmara e valorizado pelos vereadores em vários momentos.

¹¹⁴ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001. p. 86-87.

¹¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B.. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção História), p. 115.

¹¹⁶ DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 22-24.

Já o arroz teve a sua maior produção na Bahia na região do São Francisco, que devido as enchentes em épocas de chuvas, garantia a adubação das áreas inundadas e que originavam as chamadas “lagoas do arroz” que são áreas “divididas em quadrados de 50 por 60 braças e com declive da ordem de 30 a 40 centímetros”¹¹⁷. No Sertão da Ressaca, o arroz era cultivado às margens do rio Pardo e das Contas, onde ocorria o mesmo processo das cheias e as terras férteis favorecia a plantação.

O arroz também foi pouco descrito nos inventários, mas era um produto cultivado na região para abastecer o mercado local. Completava a dieta do sertanejo. Tanto o arroz, como o feijão e o milho eram produtos que em épocas de seca prolongada tinham os seus preços elevados no mercado.

Essa diversidade de culturas exigia muita mão-de-obra, pois a produção baseada na policultura, ocupava os trabalhadores o ano todo, pois logo após a colheita de um produto, iniciava-se a preparação e o plantio de outro.

MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

As relações de trabalho na agricultura e na pecuária basearam-se na mão-de-obra escrava, predominante entre os grandes fazendeiros, e mão-de-obra livre entre os pequenos proprietários.

Na Imperial Vila da Vitória 18,7% dos inventariados estudados não foram localizados escravos, 12,6% possuía um escravo e 14,9%, dois escravos. Porém encontramos um número relativamente grande, em se tratando de uma região do interior da província baiana, onde a principal atividade era a criação de gado, que não exigia muita mão-de-obra como as grandes lavouras de algodão, cana-de-açúcar, fumo, mandioca e outras. Dessa forma, podemos inferir que os fazendeiros praticavam a policultura, pois em várias fazendas se utilizava um grande número de escravos nas plantações.

Na Tabela II podemos observar o número de escravos por inventariado. Representa uma população relevante de cativos para o interior da Bahia.

¹¹⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.p. 142.

TABELA II
NÚMERO DE INVENTÁRIADOS POR FAIXA DE ESCRAVOS – 1840-1888

Nº DE ESCRAVOS	Nº DE INVENTÁRIADOS	%
00	40	18,7
01	27	12,6
02	32	14,9
03	14	6,5
04	21	9,8
05	08	3,7
06	10	4,7
07	08	3,7
08	10	4,7
09	06	2,8
10	08	3,7
11	02	0,9
12	01	0,5
13	02	0,9
14	03	1,4
17	01	0,5
18	03	1,4
19	02	0,9
20	02	0,9
23	03	1,4
33	01	0,5
35	01	0,5
36	01	0,5
40	01	0,5
43	01	0,5
46	01	0,5
50	01	0,5
72	01	0,5
Não se sabe	03	1,4
Total	207	100

Fonte: AFJM

O número de escravos arrolados nos 207 inventários nos revela que muitos proprietários de terra possuíam poucos escravos. Na Tabela II observamos que 62,5% dos inventariados eram donos de até quatro cativos, 23,3% continham de cinco a dez, 8,8% apresentava uma quantidade entre 11 a 23 escravos, sendo que 4,0% deles angariavam um número maior, entre 33 a 72 escravos. Poucas senzalas foram arroladas nos autos dos inventários, principalmente porque o maior número de proprietários de terra eram donos de poucos escravos e era inviável a manutenção desse pequeno contingente na senzala.

Na Tabela III, verificamos o número de escravos, os seus preços médios, bem como o percentual que os cativos tinham na formação das fortunas dos inventariados.

TABELA III
PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

ANO	QUANTIDADE DE ESCRAVOS	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL	%	MONTE-MOR
1847	72	305\$000	21:915\$000	35,9	60:963\$320
1868	50	536\$000	26:800\$000	19,7	135:843\$800
1840	46	319\$000	14:655\$000	38,1	38:452\$824
1862	43	450\$000	19:345\$000	52,8	36:658\$838
1870	40	619\$000	24:746\$000	79,6	31:066\$120
1842	36	306\$000	10:895\$000	59,1	18:445\$831
1876	35	732\$000	25:600\$000	33,0	77:355\$900
1847	33	221\$000	7:291\$000	35,0	20:772\$340
1849	23	220\$000	5:070\$000	47,9	10:570\$020
1864	23	577\$000	13:250\$000	87,4	14:993\$407
1877	23	690\$000	15:850\$000	39,1	40:504\$350
1850	20	254\$000	5:070\$000	47,9	10:570\$020
1871	19	492\$000	9:350\$000	63,9	14:625\$140
1881	19	608\$000	11:550\$000	38,1	30:319\$000
1846	18	357\$000	6:420\$000	43,9	14:637\$240
1873	18	604\$000	10:870\$000	78,6	13:833\$940
1859	17	573\$000	9:730\$000	51,9	18:728\$648
1857	14	546\$000	7:650\$000	60,9	12:560\$060
1858	14	366\$000	5:130\$000	34,4	14:888\$520
1845	13	317\$000	4:120\$000	52,3	7:876\$400
1873	11	373\$000	4:100\$000	28,4	14:425\$460
1876	11	436\$000	4:800\$000	50,2	9:545\$080
1848	10	306\$000	3:063\$000	42,5	7:207\$401
1852	10	397\$000	3:965\$000	46,9	8:444\$020
1878	10	790\$000	7:900\$000	17,6	44:877\$000
1870	09	512\$000	4:600\$000	42,9	10:717\$900
1879	09	689\$000	6:200\$000	18,6	33:390\$803
1868	08	588\$000	4:700\$000	34,5	7:332\$400
1881	08	838\$000	6:700\$000	23,9	28:008\$424

Fonte: AFJM

De acordo com a Tabela III, o maior número de escravos foi encontrado no inventário do casal Thereza de Oliveira Freitas e Capitão Luiz Fernandes de Oliveira, ao todo setenta e dois escravos, que representava 35,9% do total da sua fortuna equivalente a 60:963\$320. Ao todo eram vinte e seis homens, dezesseis mulheres e um número grande de crianças, trinta no total. Foram identificadas duas profissões, um oficial de

carpina e um vaqueiro. Não havia descrição de senzala e tudo indica que esses setenta e dois escravos estavam espalhadas pelas vinte e quatro propriedades do casal, trabalhando na agricultura de cereais, cana-de-açúcar, na criação de gado e na fabricação de aguardente e rapadura¹¹⁸.

O segundo maior proprietário de escravos era o casal Maria Clemência do Amor Divino e João de Oliveira Freitas. Foram arrolados um total de vinte e quatro homens, treze mulheres e treze crianças, somando assim, cinquenta escravos, que representava 19,7% do total do monte-mor de 135:848\$800. O inventário não descrevia as especializações dos escravos e eram distribuídos em dez unidades produtoras e trabalhavam na criação do gado e principalmente na agricultura¹¹⁹.

Lourenço Gonçalves da Costa e Ana Senhorinha de Jesus possuía o terceiro maior número de escravos, um total de quarenta e seis cativos e representava 38,1% da sua riqueza. Desse total, vinte e nove eram homens, nove eram mulheres e oito crianças, cinco estavam com idade acima de 60 anos. Os escravos eram originários de várias regiões da África: sete de Angola, um do Congo, um Aussá, um de Moçambique. Pela descrição do inventário, quatro eram vaqueiros de um total de seiscentas e setenta e oito cabeças de gado, o que mostra o uso de pouca mão de obra, um era carpina, um ferreiro. Esses escravos eram distribuídos em oito fazendas, onde trabalhavam na produção de algodão, cana-de-açúcar, mandioca e cereais¹²⁰.

Entre os fazendeiros comerciantes¹²¹, somente dois não possuíam escravos. Os outros como Antonio Barbosa Coelho, era o maior proprietário com quarenta e três escravos, representando 52,8% do seu monte-mor. Desses quarenta e três escravos dezessete eram homens, dez mulheres e quatorze crianças. Foram descritos um como oficial de carpina e um como oficial de ferreiro, os outros trabalhavam nas oito fazendas, onde Antonio Barbosa Coelho criava duzentas e setenta e uma cabeças de gado e tinha plantação de cana-de-açúcar, algodão e mantimentos, como também na produção de aguardente e rapadura¹²².

A Tabela III mostra, além da quantidade de escravos dos fazendeiros, o valor do escravo durante o período de 1840 a 1888. Na década de 1840 o escravo valia em média 300\$000, já na década de 1850 a 1860 ocorreu uma valorização do escravo em

¹¹⁸ AFJM, Caixa de Inventário 1847: Inventário de Thereza de Oliveira Freitas, 11/1847.

¹¹⁹ AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Maria Clemência do Amor Divino, 07/1868.

¹²⁰ AFJM: Caixa de Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840.

¹²¹ Ver tabela B em anexo, página 182.

¹²² AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861: Inventário de Antonio Barbosa Coelho, 03/1862.

decorrência, principalmente da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que pôs fim ao tráfico negreiro. A partir dessa data o escravo tornou-se mais escasso e mais caro, atingindo o preço médio de 500\$000 a 600\$000. mas com o avanço do movimento abolicionista, juntamente com as promulgações das leis Do Sexagenário e do Ventre Livre, aliado a um índice inflacionário, o escravo se torna cada vez mais caro, apresentando um preço médio de 700\$000 a 800\$000. Para ilustrar essa questão podemos tomar dois casos: em 1849, vinte e três escravos foram avaliados por 5:070\$000, tendo o valor médio de 220\$000 por escravo, já em 1877, vinte e três escravos foram avaliados em 15:850\$000, com o valor médio de 690\$000; em 1848 dez escravos foram avaliados em 3:063\$000, com preço médio de 306\$000, já em 1878 dez escravos forma avaliados por 7:900\$000, com o preço médio de 790\$000.

Muitos fatores eram levados em consideração na hora da avaliação de um escravo como o sexo, a idade, a origem, se estava em boas condições de saúde física e mental como também se possuía alguma especialização. Os inventários revelam que com o passar do tempo escravo sofreu um aumento considerável em seu valor. Na década de 1840, por exemplo, “Fortuoso, crioulo, dezoito anos, vaqueiro, que foi avaliado por 520\$000 e Maria, cabra, quinze anos, avaliada por 400\$000”¹²³. Na década de 1850 houve um aumento significativo no valor do cativo, assim, “Bernardo, crioulo, dezessete anos, que foi avaliado por 1:000\$000 e Izidora, cabra, dezessete anos, que foi avaliada por 1:000\$000”¹²⁴. Em 1860, o preço do escravo era duas vezes mais do que em 1840 “Enastaquio, cabra, dezoito anos, avaliado por 1:400\$000 e Joana, cabra, vinte e dois anos, avaliada por 1:000\$000”¹²⁵. Na década de 1870 há uma permanência no valor do escravo sendo “Francisco, crioulo, vinte anos, que foi avaliado por 1:200\$000 e Rosaura, crioula, vinte oito anos, avaliada por 1:000\$000”¹²⁶. Porém, em 1888, última década de escravidão no Brasil, havia uma diferença grande entre o preço do cativo masculino para o feminino como observamos nos exemplos: “Bernardo Grande, crioulo, trinta e cinco anos, solteiro, avaliado por 1:200\$000, Miguelina, crioula, trinta e dois anos, solteira, cozinheira, avaliada por 450\$000 e Bernardina, crioula, quatorze anos, fiandeira, avaliada por 700\$000”¹²⁷.

¹²³ AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 08/1841.

¹²⁴ AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859 n°. 09: Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

¹²⁵ AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Maria Germana dos Santos, 06/1868.

¹²⁶ AFJM, Caixa de Inventários 1871-1874: Inventário de Antonio de Oliveira Freitas, 09/1871.

¹²⁷ Nesse período a mulher escrava com filhos tinha o valor reduzido, o seu preço começou a cair em relação ao escravo homem. AFJM, Caixa de Inventários 1881-1882: Inventário de Shofia Maria de Oliveira e Manoel Ignácio Pereira, 11/1882.

As crianças geradas no cativeiro representavam uma fonte de lucro para o seu dono. Era mais um escravo que poderia comercializar, ou então uma futura mão-de-obra para sua fazenda. Assim como os escravos adultos, as crianças escravas também tinham o seu valor no mercado valorizado, a exemplo do “escravo João, três anos, filho da escrava Joaquina, avaliado por 95\$000¹²⁸” em 1848. Dois anos depois, em 1850, “Manoel, crioulo, dois anos, filho da escrava Luiza¹²⁹” foi avaliado por 200\$000 e em 1859, “Rosa, crioula, dois anos e quatro meses¹³⁰” foi avaliada por 400\$000.

Porém, essa situação muda com a promulgação da Lei do Ventre Livre, quando as crianças filhas de escravos passam a ser descritas como “filhos ingênuos”, não podendo ser vendidos e, conseqüentemente, o valor da mãe era reduzido, porque os filhos aparecem sempre aliados a mãe e quanto maior o número de filhos menor era o valor da escrava mãe, a exemplo da escrava “Leandra, parda, trinta e dois anos, casada com Benedicto, acompanhada de quatro filhos ingênuos, avaliada por 300\$000¹³¹”.

A partir da década de 1870, os escravos também foram descritos de acordo com seu estado civil, revelando que havia casamentos entre os escravos de um mesmo dono. Além do pecúlio, o matrimônio também consistia num fator utilizado pelos senhores para evitar fugas dos escravos. Segundo Maria de Fátima Novaes Pires, as uniões consensuais entre os escravos também foram freqüentes, face às sérias dificuldades em se manter uma família sob a escravidão. “Passava-se por tudo, desde a inexistência de espaços autônomos para a moradia, falta de recursos, bem como a iminente ameaça de dissolução do grupo familiar, com eventual venda de um dos escravos cônjuges e/ou filhos”¹³².

¹²⁸ AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário de Fortunato de Assunção de Jesus, 12/1848.

¹²⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1858-1859, n°. 08: Inventário de Manoel José Ribeiro, 09/1850.

¹³⁰ AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859, n°. 09: Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

¹³¹ AFJM, Caixa de Inventários 1883: Inventário de Julia Rosa de Souza, 02/1883.

¹³² PIRES, Maria de Fátima Novaes. O Crime na Cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. p. 84.

TABELA IV
ESPECIALIZAÇÃO DOS ESCRAVOS NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA
(UM TOTAL DE 1.260 ESCRAVOS)

OFÍCIOS	QUANTIDADE	%
LAVOURA	68	5,4
VAQUEIRO	13	1,1
DOMÉSTICO	42	3,3
COZINHEIRA	02	0,1
FIADEIRA	02	0,1
COSTUREIRA	02	0,1
PEDREIRO	01	0,07
TELHEIRO	01	0,07
OFICIAL DE FERREIRO	03	0,2
OFICIAL DE OURIVES	01	0,07
OFICIAL DE SAPATEIRO	01	0,07
OFICIAL DE CARPINA	07	0,6
APRENDIZ DE CARPINA	01	0,07
QUALQUER SERVIÇO	37	2,9
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.079	85,6
TOTAL	1.260	100

Fonte: AFJM

Na Tabela IV, podemos observar várias especialidades dos escravos na Imperial Vila da Vitória, descritos nos 207 inventários analisados. Por se tratar de uma região onde a criação de gado foi a principal atividade econômica, somente 1,1% dos escravos eram vaqueiros. Para a lavoura, aparecem 5,4% dos escravos destinados a este trabalho, 3,3 % para o serviço doméstico e 2,9% para qualquer serviço. Infelizmente 85,6% dos cativos arrolados nos autos dos inventários não foram classificados de acordo com a especialização que exerciam o que não nos possibilita fazer uma análise mais minuciosa das profissões dos escravos. Essas especializações nos permite concluir que havia na região uma espécie de produção artesanal de tecidos e roupas exercidas pelas fiandeiras e costureira, de móveis e objetos e madeira fabricados pelos oficiais e aprendiz de carpina, além da existência de oficiais de ferreiro e de sapateiro e até oficial de ourives. Os pedreiros e telheiros também foram encontrados.

Além dos Inventários, o livro de matrícula oferece dados importantes para um conhecimento mais detalhado sobre os escravos. Através da correspondência entre a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória e o Governo da Província verificamos a existência do livro de matrícula da vila. Os vereadores afirmavam nas cartas que o livro não era devidamente preenchido, pois apresentava vários espaços em branco, além dos nomes de fazendeiros e escravos rasurados, folhas soltas, “notando-se enfim, que as

avaliações e observações não se achão de modo claras que possam esclarecer a qualquer junta”. Assim, a Câmara Legislativa enviava uma relação de itens que deveriam constar no livro de matrícula para um melhor mapeamento dos escravos. Dessa forma, o mapa deveria abranger todos os cativos do município e que sua classificação deveria ter informações sobre o nome, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, moradia e nome do senhor e se tinha algum parente, número de filhos, seguidos do número da matrícula e de observações¹³³.

No livro de matrícula de 1871 foram matriculados 1590 escravos. Mesmo com classificação contendo alguns espaços em branco, principalmente em relação aos dados sobre a especialização do escravo, encontramos profissões que não foram descritas nos inventários como: lavadeira, jardineiro, carreiro, hortelão (sic), mucama, cocheiro, carpinteiro, além de serviço doméstico, lavoura, agrícola, cozinheira, pedreiro, sapateiro e costureira¹³⁴.

Os grandes fazendeiros tinham o escravo como principal mão-de-obra. Mesmo assim, as fazendas da Imperial Vila da Vitória utilizavam também os braços do homem livre juntamente com o trabalho escravo para efetuarem serviços nas suas propriedades, como mostra o documento abaixo, onde um dos grandes fazendeiros e proprietário de trinta e cinco escravos contratou o trabalho de três trabalhadores livres¹³⁵.

¹³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1464. 1860-1889.

¹³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1464. 1860-1889.

¹³⁵ AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 07/1876.

99

- Vitória 1.º Agosto de 1882 -

Recebemos do Senhor Cap. Paulino Fernandes de Oliveira
Testa dos órfãos João, José, Manoel, e Joaquim,
filhos do falecido Cap. Manoel Fernandes de Oliveira, a
quantia de trezentos e dez mil réis (310\$000) por quanto
to com o mesmo Senhor contratamos o concerto das man-
gas e currais pertencentes aos mesmos órfãos, e por
termos recebido a mesma quantia, pedimos a Joaquim
de Oliveira Freitas Primo, que este por nós passasse, e
a nosso rogo assignasse, por não sabermos ler nem escrever.
A e a dos senhores Theodorio Rodrigues do nasci-
mento, Pedro Ribeiro do (?), e Manoel Rodrigues de
Souza - Joaquim de Oliveira Freitas Primo
como Testa. Manoel Fernandes Santos Silva
José Corr. de Mello Freitas

Fonte: AFJM, Recibo: Vitória 1º de agosto de 1882. Recebemos do Senhor Capitão Paulino Fernandes de Oliveira, testa dos órfãos João, José, Manoel e Joaquim, filhos do falecido Capitão Fernandes de Oliveira a quantia de trezentos e dez mil réis (310\$000) por quanto com o mesmo Senhor contratamos o concerto das mangas e currais pertencentes aos mesmos órfãos, e por termos recebido a mesma quantia, pedimos a Joaquim de Oliveira Freitas Primo, que este por nós passasse, e o nosso rogo assinasse. Por não sabermos ler nem escrever. A e a dos senhores Theodorio Rodrigues do Nascimento, Pedro Ribeiro do (?) e Manoel Rodrigues de Souza. Joaquim de oliveira Freitas Primo. Testemunha Manoel Fernandes Santos Silva, José Correia de Mello Freitas. Vitória, 1º de Agosto de 1882¹³⁶.

Como se vê no documento citado, havia a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo. Porém, como afirma Maria Lúcia Laumonier, havia certa “divisão técnica do trabalho”. Assim, geralmente as tarefas que requeriam supervisão eram destinadas ao trabalho escravo¹³⁷.

Já os médios e pequenos fazendeiros geralmente possuíam um ou nenhum escravo. Assim 12,6% dos inventariados possuíam somente um escravo e 18,7% não possuíam nenhum, o que nos permite afirmar que a mão-de-obra livre era muito utilizada na Imperial Vila da Vitória. Assim é o caso de Guintiliano José Gonçalves, proprietário de um único escravo, homem e velho¹³⁸ e de duas fazendas com criação de gado e plantação da cana-de-açúcar, mandioca, uma chácara com plantação de café, bananeira e laranjeira, um engenho. É evidente que um único escravo não era suficiente para atender a demanda de trabalho de duas fazendas policultoras e criatórias, o que nos leva a concluir que parte da mão-de-obra empregada era livre.

¹³⁶ AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 07/1876.

¹³⁷ LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: A lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, SP: Papirus, 1988. p. 32.

¹³⁸ AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859: Inventário de Guintiliano José Gonçalves, 04/1857.

O casal Hedivirgens Alves Barreiras e Manoel Diogo Vera Cruz, possuía um escravo, ainda criança, e uma fazenda onde plantava cana-de-açúcar e mantimentos, poucas cabeças de gado e um engenho onde produzia açúcar e rapadura com a mão-de-obra livre uma vez que os três filhos do casal haviam falecido¹³⁹. Manoel Cláudio da Santa Ana, fazendeiro com sete propriedades onde criava gado e plantava mandioca e outros mantimentos, possuía um escravo avaliado em 500\$000, que trabalhava provavelmente ao lado da mão-de-obra livre¹⁴⁰. De acordo com os exemplos acima, podemos afirmar que nas médias e pequenas propriedades haviam a presença da mão-de-obra escrava concomitante com a livre e familiar.

Os proprietários de terra sem escravos, constantes na Tabela V, possivelmente eram donos de pequenas fazendas e pequenos e médios rebanhos e constituíam 18,7% do universo inventariado. A ausência de escravos indica que esses proprietários utilizavam a mão-de-obra livre remunerada ou familiar. O código de postura também nos dá uma indicação da presença de trabalho livre, onde no artigo 26 diz “que todo o escravo ou agregado dos ditos proprietários”¹⁴¹ deveriam cumprir as normas referentes a produção.

¹³⁹ AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário de Hedivirgens Alves Barreiras, 07/1870.

¹⁴⁰ AFJM, Caixa Diversos 1877-1879: Inventário de Manoel Cláudio de Santa Ana, 11/1877.

¹⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Livro 861. 1841-1889.

TABELA V
PROPRIETÁRIOS DE TERRAS SEM ESCRAVOS

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	GADO	%	PRODUÇÃO	MONTE-MOR
1883	210\$000	3,0	-	4:765\$000	68,2		6:982\$000
1871	268\$000	4,9	-	4:957\$000	90,0		5:510\$128
1885	1:309\$000	30,4	-	2:732\$000	63,5		4:305\$000
1883	1:357\$000	41,4	-	1:268\$000	38,7	E/C/B	3:274\$000
1884	2:230\$000	72,8	-	110\$000	3,6		3:062\$000
1861	1:580\$000	55,1	-	320\$000	11,2		2:869\$400
1881	520\$000	18,6	-	1:960\$000	70,0	M	2:800\$000
1883	647\$000	23,9	-	2:001\$000	73,9		2:708\$500
1885	230\$000	8,9	-	1:690\$000	65,3	M	2:589\$000
1880	220\$000	9,8	-	1:313\$000	58,5	M	2:243\$000
1871	820\$000	38,8	-	1:224\$000	57,8	M	2:115\$880
1883	170\$000	8,9	-	1:487\$000	78,0		1:906\$000
1885	220\$000	12,0	-	1:329\$500	72,7	M	1:829\$000
1876	230\$000	14,7	-	1:148\$000	73,4	M	1:563\$000
1868	300\$000	20,4	-	816\$000	55,4	E/C/M	1:472\$000
1975	551\$000	41,5	-	256\$000	19,3		1:327\$000
1861	110\$000	8,3	-	760\$000	57,3		1:325\$200
1873	20\$000	1,5	-	1:184\$000	91,1		1:300\$000
1871	50\$000	4,0	-	932\$000	74,7		1:247\$670
1870	425\$000	35,4	-	781\$000	65,0	E/C/M	1:201\$600
1872		0	-	1:074\$000	90,4		1:188\$000
1874	335\$000	28,5	-	601\$000	51,1	M	1:177\$100
1861	232\$000	21,5	-	532\$000	49,3		1:080\$000
1884	100\$000	9,8	-	513\$000	50,1	M	1:024\$000
1881	108\$000	10,8	-	795\$000	79,3		1:002\$000
1874		0	-	647\$000	70,7		915\$140
1850	354\$000	42,2	-	287\$000	34,2		838\$720
1864		0	-	603\$000	79,2		761\$000
1878		0	-	606\$000	80,8	M	750\$000
1845		0	-	475\$000	83,8		566\$500
1879		0	-	370\$000	82,2		450\$000
1877		0	-	348\$000	82,9		420\$000
1884		0	-	20\$000	5,4		371\$000

E – engenho , C – café, M – mandioca, B – banana,

Fonte: AFJM

O capitão Sergio Balbino Lopes e sua mulher Joana Belizaria de Jesus não possuíam escravos para trabalhar nas cinco fazendas e uma manga onde criava duzentas e quinze cabeças de gado e plantava mantimentos. Sem filhos para ajudar no trabalho, o fazendeiro certamente utilizava a mão-de-obra livre¹⁴². Raimundo Xavier de Barros e Ludivina Maria de Jesus e seus seis filhos trabalhavam em suas três fazendas onde

¹⁴² AFJM, Caixa de Inventários 1881-1882: Inventário do Capitão Sergio Balbino Lopes, 11/1883.

criavam trezentas e dezenove cabeças de gado, uma vez que não possuíam escravos¹⁴³. Provavelmente utilizava a mão de obra livre.

O comerciante Manoel Pereira do Amaral não possuía escravo. Além da casa comercial, também tinha uma fazenda com uma pequena quantidade de gado e o cultivo de mandioca e de outros mantimentos em uma fazenda, onde sem dúvida utilizava a mão-de-obra livre¹⁴⁴.

Na segunda metade do século XIX foi mais difícil para o proprietário adquirir um escravo. O fim do tráfico escravo, um grande número deixou de entrar no país e os escravos foram absorvidos num “imenso movimento de tráfico interiorano” pelos mercados do centro-sul onde o café estava em expansão¹⁴⁵.

Devido ao alto custo dos escravos e a sua difícil aquisição bem como a manutenção em períodos de secas prolongadas, Manoel Correia de Andrade afirma que no norte os senhores facilitaram o estabelecimento de homens livres morando em suas terras, chamado de “moradores de condição”, com a obrigação de trabalharem para a fazenda e suprir, assim a necessidade de mão-de-obra. As famílias fixadas na unidade produtora rural constituíam grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX¹⁴⁶.

Em 1888 com a promulgação a Lei Áurea abolindo a escravidão, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, composta por proprietários de terras, gado e escravos recebeu a notícia como sendo um golpe às suas produções, registrando, em reunião, a insatisfação com a abolição. Para os vereadores, a abolição representava uma violação ao “preceito do §22 do artigo 179 do nosso pacto fundamental, na parte em que, garantindo o direito a propriedade em toda a sua plenitude” e que a agricultura no Sertão da Ressaca passava por um período de crise, uma vez que

Grande número de lavradores, vendo-se abandonados por seus trabalhadores, sem meios de augarirem gente nova e indisciplinada (porque os libertos repugnam o serviço onde foram escravos), endividados e sem esperanças de compensação a novos sacrifícios que por ventura fizessem, terão de abandonar (e com que dor!) o trabalho de longos e penosos anos (...), da vida inteira de outros, deixarão suas terras e benefícios entregues à alimnaria (sic), porque não encontrarão compradores, e vão em busca de nova profissão, muitos cahirão irremediavelmente na pobreza, da pobreza à miséria não há mais que um passo e esse passo transpõe-se facilmente¹⁴⁷.

¹⁴³ AFJM, Caixa de Inventários 1871-1874: Inventário de Raimundo Xavier de Barros, 10/1871.

¹⁴⁴ AFJM, Caixa Diversos 1864: Inventário de Manoel pereira do Amaral, 07/1863.

¹⁴⁵ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 93.

¹⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 108-109.

¹⁴⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série correspondências. Maço 1464. 1860-1889.

Essa reação dos vereadores evidencia o desespero vivido pelos fazendeiros, uma vez que a abolição representava a ruína de muitos proprietários. Dessa forma, a câmara descreveu a insatisfação com o fim da escravidão como sendo um abalo à lavoura, como também ao proprietário de escravos, que tiveram dificuldades de conseguir mão-de-obra e que não estavam preparados para a chegada definitiva do fim da escravidão. Muitos tinham dificuldades financeiras de contratar trabalhadores assalariados. A câmara lamentou também o fato da Lei Áurea não ter sido acompanhada de “medidas previdentes que reprimisse o ócio e a vagabundagem” e que os ex-escravos, felizes por dizerem “agora somos livres!”, e movidos pela fome e recusando trabalho nas fazendas, estavam sujeitos a mergulhar na “prostituição e exercerem a gatunice, prenuncio estes de roubos qualificados e assassinatos cruéis”. Assim a Câmara Municipal mostrou a sua indignação e insatisfação com relação a Lei Áurea e conseqüentemente à abolição da escravidão, como também pediu ao Governo Geral, providências e medidas eficazes para melhorar o estado da agricultura “victima de uma precipitação, e a sorte dos infelizes ex-escravos¹⁴⁸”.

Enfim, a notícia da abolição deixou os fazendeiros indignados e descontentes. Muitos estavam em dificuldades de manter as suas propriedades funcionando e a utilização da mão-de-obra livre representava uma despesa a mais, evidenciando uma crise da agricultura no Sertão da Ressaca.

FAZENDAS E FAZENDEIROS

Estudar as propriedades rurais do Sertão da Ressaca do século XIX não é tarefa fácil. As informações, vagas e imprecisas, encontradas nos autos dos inventários não nos permitem descrever seus limites e suas extensões. Raramente se registrava a medida da terra, utilizando-se sempre os termos “uma sorte de terras”, “uma parte de terras” ou “as terras da fazenda tal”. Como o gado era criado de forma extensiva, poucas eram as propriedades totalmente cercadas, os limites são apontados pela indicação de um rio, uma árvore, uma serra, uma estrada. Indicadores naturais que podiam sofrer alterações

¹⁴⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1464.1860-1889.

de acordo com o tempo, as ações da natureza e do homem. É freqüente a descrição aparecer dessa forma:

As terras desta fazenda Açude ou Barra dos Campos de criar e plantar, na margem do ribeirão da Ressaca com seus terrenos e demarcações pela forma seguinte: pela parte do Norte com o Capitão Rimigio dos Santos Campos no desaguamento dos Morros e pela Nascente com ele inventariante no Enchu e Mandacaru pelos desaguamentos, a saber a vertentes a Ressaca ao Inventariado e pela mesma parte da Nascente com a fazenda da Vereda nos matos de cipó, que divide as catingas até chagar ao rumo da passagem do córrego do Mandacaru e pelo Caminho Velho dos campos até a porteira da Alagoa das Pedras e dali estremando com José Antonio dos Santos e Bernardino Gomes de Carvalho e José Francisco das Chagas Até o Ribeirão da Ressaca e esta abaixo até estremar com o Capitão Rimigio dos Santos Campos, a onde foram avaliadas pelos louvados na presença do juiz pelo preço de setecentos mil réis (700\$000)¹⁴⁹.

Cada fazendeiro conhecia os limites de suas propriedades. Os campos abertos e a imprecisão nos limites não aconteciam somente no Sertão da Ressaca. Segundo Mary Del Priori e Renato Venâncio ao descreverem as propriedades no Brasil colonial, afirmam que “por vezes, parecia algum marco – uma velha árvore, um regato, um olho d’água, um cupinzeiro, uma pedra”. Os campos eram conhecidos e assinalados por sinais exteriores e “raramente um roceiro invadia as terras cultivadas de outro e quando isso ocorria, nasciam conflitos por vezes sangrentos”¹⁵⁰. No Sertão da Ressaca, quando os proprietários se sentiam lesados recorriam a justiça para reaver suas terras pedindo a demarcação, evitando, assim, maiores conflitos.

As propriedades eram adquiridas principalmente por compra e por herança. Uma propriedade poderia pertencer a várias pessoas, geralmente familiares. Era comum nessa época a sociedade da terra por conseqüências da herança, como também pela junção de irmãos e outros parentes para efetuarem a compra de uma propriedade, como na descrição encontrada no inventário de Joaquim Ferrás de Araújo:

Uma sorte de terras na Fazenda São José, compradas a Alexo Francisco de Souza que as herdaram do falecido Capitão José Antonio dos Santos da Barra e são compradores em comum juntamente com o inventariado, Joaquim Ferrás de Araújo Junior, Justiniano Ferrás de Araújo, João Ferrás de Araújo, José Ferrás de Araújo, Antonio Nunes da Costa, João Manoel da Silva, Vitor Lopes Martinho e Benedicto Ferrás de Araújo, sendo a compra feita pela quantia de 600\$000, tornando por isso ao Inventariado nas ditas terras e casas da fazenda de São José somente a quantia de sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis réis (66\$666)¹⁵¹.

¹⁴⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de José Ferreira Salgado, 04/1841.

¹⁵⁰ DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. Uma História da Vida Rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 50.

¹⁵¹ AFJM, Caixa Diversos 1842: Inventário de Joaquim Ferrás de Araújo, 09/1850.

O acesso a terra também dependia do seu valor. Nesse período não existia um padrão para avaliar uma quantidade precisa e geral por todo o Sertão da Ressaca, pois vários fatores interferiam no valor da terra. Primeiro, variava conforme o tamanho da propriedade e suas características. As terras localizadas na região de caatinga e que sofriam mais intensamente os efeitos das estiagens prolongadas, da falta de água, a exemplo dos distritos da Verruga e dos Poções, tinham menor valor. As terras localizadas na região de matas eram mais férteis, mais chuvosas e com abundância de águas (rios e riachos) tinham o valor mais elevado, como as terras próximas aos rios Pardo e das Contas. Outro fator importante que valorizava a propriedade na hora da avaliação do inventário ou da venda era a existência de benfeitorias como cercas, porteiras, açudes, currais, casa de farinha, paiol, senzala entre outras.

O que se observa nos inventários, de maneira geral, é o fato do fazendeiro não possuir uma única propriedade onde exercia as atividades de criar e plantar. A maioria possuía várias fazendas, ou como aparece nos documentos, várias “partes de terras¹⁵²”. Um fazendeiro que possuía várias fazendas poderia dividir e aniza-las de acordo com a produção: em uma criava gado; em outra, plantava mantimentos; e, outra, era destinada para as lavouras de algodão, café ou cana-de-açúcar. Ou poderiam combinar a criação de gado com uma ou várias dessas lavouras.

A vantagem do fazendeiro ter várias propriedades de terra era executar o manejo do gado em períodos de grandes estiagens, mudando o gado de um local mais seco e sem capim e água para outro com melhores condições de alimentar o gado. Para melhor organizar e cuidar do gado, era utilizado o cercado, mangas ou mangueiro. As mangas eram importantes para o serviço na fazenda. Consistia em pequenas áreas cercadas da propriedade destinadas a vários fins: manter a rotatividade do gado, ou seja, deixar o gado determinado tempo em um mangueiro e quando o pasto estivesse gasto e a terra cansada, o gado passaria para outro mangueiro com pasto novo, enquanto o anterior se recuperasse; manter o gado fora do alcance das hortas e outras plantações de mantimentos que ficavam próximas aos terrenos de criação e, também, para auxiliar o trabalho do vaqueiro, pois com o gado preso no mangueiro era mais fácil para aplicarem remédios, ferrar o gado e, principalmente, para apartar o bezerro da vaca para a ordenha. As mangas tinham sempre uma porteira ou cancela que dava acesso a outra manga, ao curral e às terras abertas da fazenda.

¹⁵² É mais comum encontrar nos inventários as propriedades descritas como uma parte de terra ou duas partes de terra, não tendo uma descrição exata da propriedade.



Mangueiros típicos do Sertão da Ressaca. Observamos, nessa foto, cercas de estacas dividindo a propriedade para melhor aproveitar o espaço, na frente o pasto descansando, no meio uma área com duas cabeças de gado pastando, ao lado uma área com plantação de frutas e hortas e no fundo as terras abertas.
Fonte: fotografia do arquivo particular da autora



Mangueiro da região de Barra do Choça, no Sudoeste da Bahia. Vemos aí outro tipo de mangueiro feito com estacas afastadas e arame e no fundo uma plantação de café.
Fonte: fotografia do arquivo particular da autora.

Essas mangas, denominadas de mangueiros e também de “piquetes” eram feitas de madeira e arame, geralmente quadradas. Porém, no Rio Grande do Sul as mangas são de pedras empilhadas e denominadas de mangueiras.



Mangueira típica do Rio Grande do Sul: Observem na figura os quadrados feitos de pedras, em um não há a presença do gado, pois o pasto está descansando e no outro lado o gado pastando. As duas mangas são interligadas por meio de uma porteira ou cancela. Em outro quadrado há uma plantação de milho, em fase final de colheita. Ao fundo as terras abertas, destinadas a criação extensiva.

Fonte: fotografia do arquivo particular da autora.

Já o curral era um cercado menor, onde o gado ficava preso para ser abatido e para a ordenha das vacas. Nem todos os inventários apresentavam o curral na descrição dos bens, muitas vezes ele estava associado a outras benfeitorias, somente 16,9% dos inventariados tinham currais. Além do curral privado havia também o curral público, onde os boiadeiros, tropeiros e viajantes deixavam os animais descansando quando passavam pela vila, ali o gado permanecia em descanso por vinte quatro horas antes de ser abatido¹⁵³.

Os fazendeiros de gado dedicavam também a produção agrícola e muitos deles a atividade comercial e creditícia. Ao lado disso, vários deles participavam também da administração da Imperial Vila da Vitória, compondo a Câmara Municipal e os cargos do judiciário. Eram vereadores, juizes, delegados e, com isso, defendiam seus próprios interesses.

Licurgo Santos Filho, ao caracterizar a função do fazendeiro no século XIX, afirma que este reunia várias funções em uma só pessoa, pois o fazendeiro era criador, plantador, intermediário, capitalista, comerciante e mercador¹⁵⁴. Ruy Medeiros apresenta uma opinião similar, ao reforçar que o fazendeiro no início do século XX era

¹⁵³ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.

¹⁵⁴ SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 35;6

o “dono de terras e de gente”, ampliando o seu domínio sobre a população pobre, as terras, a política e o comércio¹⁵⁵.

Os cargos militares também eram ocupados por fazendeiros, pois muitos tinham patentes militares de capitão-mor, capitão, tenente, alferes e, portanto, esses fazendeiros atuavam em vários setores da sociedade no Sertão da Ressaca, controlavam a economia, a política e a justiça. Segundo Isnara Pereira Ivo as relações sociais e políticas de então foram marcadas por jogos de alianças e de conflitos, caracterizados por ocorrências de várias formas de violências e de vinganças. Essa elite se manteve no controle do poder local, formado por “grupos familiares originários de um único tronco, do qual o patriarca foi o capitão-mor, João Gonçalves da Costa”¹⁵⁶, que aliado às famílias Oliveira Freitas, Ferraz Araújo, Lopes Moitinho e Fernandes Oliveira, detiveram os postos de comando na administração local¹⁵⁷.

Entre os inventários dos fazendeiros analisados¹⁵⁸ o casal Maria Clemência do Amor Divino e João de Oliveira Freitas, era o mais rico, possuía um monte-mor no valor de 135:848\$800, provenientes de dez fazendas de gado e de cultivo agrícola, bem como cinquenta escravos. Criava 1124 cabeças de gado vacum, cavalar, muar, ovino e caprino. Tinha uma dívida ativa de 13:590\$650 a 23 pessoas, e era um dos poucos casais a possuírem dinheiro de contado, equivalente a 43:321\$150, provenientes, provavelmente, da venda de alguns bens e colheita¹⁵⁹.

O casal Manoel Fernandes de Oliveira e Umbelina Maria de Oliveira tinha uma fortuna de 77:355\$900, pautada na posse de várias fazendas de gado e de lavoura aparelhadas com várias benfeitorias como a residência, curral, casa de depósito, casa de farinha e senzala, onde abrigava 35 escravos avaliados em 25:600\$000. Foi o inventário

¹⁵⁵ MEDEIROS, Ruy. *A Questão Urbana: A cidade de Vitória da Conquista gênese e evolução*. Vitória da Conquista, 1985, p. 08.

¹⁵⁶ IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2004, p. 21

¹⁵⁷ Ver tabela em anexo I sobre os fazendeiros.

¹⁵⁸ Ver tabela A em anexo, página 176.

¹⁵⁹ De acordo com o processo de partilha amigável que se deu por falecimento de D. Maria Clemência do Amor Divino, casada pela primeira vez com o Capitão Francisco das Chagas Gomes e do qual se divorciou com separação de bens por sentença do Tribunal da Relação Metropolitana. Depois de ter vendido sua meação ao dito Capitão Francisco das Chagas Gomes, contraiu a segunda núpcia com o Capitão João de Oliveira Freitas, do qual tiveram cinco filhos e construíram uma fortuna de 135:484\$800 e se tornaram os maiores fazendeiros da região. AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Maria Clemência do Amor Divino, 07/1868.

que apresentou o maior número de cabeças de gado, num total de 1378 cabeças no valor de 26:895\$000¹⁶⁰.

Thereza de Oliveira Freitas e o Capitão Luiz Fernandes de Oliveira Freitas, grandes fazendeiros, donos de 1118 cabeças de gado e os maiores proprietários de escravos, sendo 26 homens, 16 mulheres e 30 crianças avaliados em 21:915\$000. Em suas fazendas desenvolviam atividades agropecuárias, criando gado vacum, cavalar e muar e com benfeitorias como casa de morada, casas de farinha, de ferreiro, de paiol, de carpina, curral e alambique. Portanto, numa estrutura que permitia desenvolver várias atividades lucrativas, desde a lavoura e a criação de animais, até a fabricação de aguardente e rapaduras. Todas esses bens constituíam uma riqueza de 60:963\$320.¹⁶¹

Com um monte-mor no valor de 40:504\$350, o casal Joaquina Fernandes de Oliveira e Domingos Ferraz de Araújo era grande proprietário, cultivando em vinte sete fazendas e três mangas, a lavoura de mandioca e outros mantimentos, bem como a criação de gado vacum, cavalar, muar e suíno, perfazendo um total de 635 cabeças. A mão-de-obra utilizada era de 23 escravos, caracterizados no inventário pela profissão que exerciam sendo 7 da lavoura, 9 domésticos, 1 oficial de carpina e 1 costureira. Além de desenvolver atividades agropecuárias, o casal também era credor de quinze pessoas na vila, num montante de 4:516\$000¹⁶².

No inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, com o monte-mor de 38:\$452\$824, foram descritas 8 fazendas de criação gado vacum, cavalar e muar, com um total de 678 cabeças e plantação de cana-de-açúcar, mandioca e pastos. Algumas fazendas eram equipadas com uma estrebaria, casa de farinha, 2 casas de ferreiro, um curral, 2 casas de paiol e 1 alambique, 22 descaroadadeiras e 6 rodas de fiar, 1 prensa de algodão, 60 cargas e 22 arrobas de algodão sem caroço avaliados em 974\$000 e mais 2 cargas e meia de algodão com caroço, no valor de 50\$000. Possuir descaroadadeira e prensas permitia ao fazendeiro obter um maior lucro com a venda do produto. Para amansar a terra constava 11 machados, 19 foices, 16 enxadas e 1 alavanca, utilizadas por 46 escravos, alguns deles com ofícios especializados como 4 vaqueiros, 1 oficial de carpina e oficial de ferreiro. Desses escravos, 10.8% foram encontrados com uma idade avançada, acima dos sessenta anos e dois doentes. Para o transporte da produção ao

¹⁶⁰ AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 07/1876. O casal é originário da família Oliveira Freitas que aliado aos Gonçalves da Costa eram grandes proprietários da região.

¹⁶¹ AFJM, Caixa de Inventários 1847: Inventário de Thereza de Oliveira Freitas, 11/1847.

¹⁶² AFJM, Caixa Diversos -1877-1879: Inventário Joaquina Fernandes de Oliveira, 10/1877.

mercado ou de uma fazenda para outra, eram utilizados 2 carros de boi e tropas. Lourenço Gonçalves Quaresma era um homem empreendedor, como também era credor de vinte e uma pessoas, no valor de 1:494\$259. Tinha 210\$000 em dinheiro contato¹⁶³.

Ana Senhorinha de Jesus, viúva de Lourenço Gonçalves Quaresma, natural da Imperial Vila da Vitória, mesmo não sabendo ler e escrever, como declara no seu testamento, mostrava ser uma mulher ativa e atenta às disposições testamentárias e ao controle dos bens deixados por seu marido, explicitadas na petição apresentada por ela, solicitando ao Alferes Joaquim Gonçalves Quaresma, irmão e testamenteiro de Lourenço Gonçalves Quaresma, prestação de contas dos produtos e animais por ele comercializados, alegando ser prejudicada com a venda desses animais e afirma que o testamenteiro, seu cunhado “a que se tem declarado incompetente” e que “a venda feita pelo testamenteiro prejudicou a herança e pede que o mesmo preste contas e por isso seja servido mandar ouvir ao mesmo e os interessados (...) para todo o tempo constar não só o nome dos animais vendidos, como os preços em poder do mesmo testamenteiro”¹⁶⁴. Ao todo foram 25 mulas, 7 cavalos, 216 cabeças de gado e 2 jumentas no valor total de 5:094\$000 de réis. Com a viuvez, Anna Senhorinha de Jesus, passou a administrar de forma dinâmica e competente a parte que lhe cabia de herança do marido¹⁶⁵ no valor de 18:715\$739, ampliando esse montante após 7 anos para 20:772\$340¹⁶⁶.

Nos exemplos trabalhados anteriormente, constatamos que 87,4% das fazendas tinham como atividade principal o gado. Em segundo lugar vinha o algodão e a seguir as posições alternavam-se entre a produção de cana-de-açúcar, mandioca, café e cereais. Poucos eram os fazendeiros que se dedicavam a uma única atividade, a maioria exercia duas ou mais atividades, associando, sobretudo, a agricultura e pecuária e estas a mais uma ou duas como o comércio e o crédito.

Na Imperial Vila da Vitória todo fazendeiro vendia diretamente no mercado local e regional os seus produtos. Porém, existiam fazendeiros que também possuíam casas comerciais na vila, ampliado às possibilidades de lucro para si e desenvolvimento da região. Sheila de Castro Farias reforça a assertiva, ao afirma que “os negócios com o gado eram, ao que tudo indica, feitos diretamente entre produtores e compradores,

¹⁶³ AFJM, Caixa de Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840.

¹⁶⁴ AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840.

¹⁶⁵ Equivalente a 18:715\$738, uma vez que a outra metade ficou para as disposições testamentárias.

¹⁶⁶ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Testamento de Anna Senhorinha de Jesus, 06/1848.

sendo enviados para o mercado em boiadas organizadas por alguns criadores maiores”¹⁶⁷.

Dos 207 processos arrolados, 15 dos inventariados eram ao mesmo tempo fazendeiro e comerciante, desse total analisaremos aqui os três mais ricos. O casal de fazendeiro e comerciante, Jacintha Maria da Conceição e Antonio Joaquim Soares possuía uma fortuna de 44:877\$000, baseada na terra, no comércio e no crédito. Era proprietário de uma loja de secos e molhados na Imperial Vila da Vitória. Era credor a quarenta e sete pessoas da vila, tendo a receber dívidas ativas de rol e de letra, no valor de 16:159\$000, correspondendo a 36,0% da fortuna, e dispunha de 4:137\$000 além de haver uma quantia de dinheiro contato. Possuía uma fazenda com 579 cabeças de gado vacum, cavalar e muar, e com plantações de café, de cana-de-açúcar, de alambique, bem como 10 escravos, sendo 4 destinados à lavoura, 4 domésticas e 1 vaqueiro¹⁶⁸.

Antonio Joaquim Soares, se casou novamente com Maria Sabina Pires, do qual teve mais dois filhos, e quando faleceu em 1882, deixou um monte-mor no valor de 32:771\$230, onde se observa, em um período de quatro anos, uma ampliação da sua meação de 22:438\$500¹⁶⁹ com as atividades produtivas e lucrativas. De posse de cinco casas, uma fazenda e uma manga onde criava 434 cabeças de gado vacum, cavalar e muar e tinha plantação de três mandiocais, dois canaviais e quatro mil pés de café. Possuía também uma casa de ferreiro bem equipada, um engenho e um alambique onde produzia açúcar, rapadura e aguardente. Sua dívida ativa era de 9:400\$000 a trinta e seis pessoas e 2:040\$740 em dinheiro contato. A mão-de-obra empregada era escrava, um total e quatro homens e uma mulher¹⁷⁰.

Marcos Ferreira Campos, era fazendeiro, comerciante e credor. Possuía uma loja de tecidos e outros objetos e se dedicava à criação de 691 cabeças de gado vacum, cavalar e muar, e ao cultivo da cana-de-açúcar, café, mandioca e capim em dez fazendas e em três mangas, com casa de farinha, um alambique e três currais. Empregava nessas propriedades nove escravos. Sua dívida ativa importava em 5:787\$500 a trinta pessoas e representava 17,3% de sua fortuna avaliada em 33:390\$803¹⁷¹.

¹⁶⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Coleção História do Brasil) p. 239.

¹⁶⁸ AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Inventário de Jacintha Maria da Conceição, 02/1878.

¹⁶⁹ Viúvo do primeiro casamento, Antonio Joaquim Soares recebeu a meação da herança da sua mulher, a outra metade foi distribuída entre os seus filhos. Quando contraiu a segunda núpcia, sua fortuna era de 22:438\$500.

¹⁷⁰ AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Inventário de Antonio Joaquim Soares, 02/1882.

¹⁷¹ AFJM, Caixa Diversos 1877-1879: Inventário de Marcos Ferreira Campos, 03/1879.

Outro fazendeiro e comerciante era Antonio Barbosa Coelho, dono de uma fortuna de 36:658\$838, e composta de fazendas com casa de ferreiro, casa de carpina, uma canoa e alambique, além de equipamentos que possibilitava uma produção caseira como oito tachos e nove rodas de fiar¹⁷².

A população situada nas áreas interioranas não somente produzia para o seu autoconsumo, como foi capaz de produzir excedente para o mercado regional e interprovincial, promovendo a acumulação interna¹⁷³. As fazendas da Imperial Vila da Vitória se configuravam como unidades policulturas e tendentes a auto-suficiência, adquirindo em outras regiões mercadorias não produziam na vila.

¹⁷² AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861: Inventário de Antonio Barboza Coelho, 03/1862

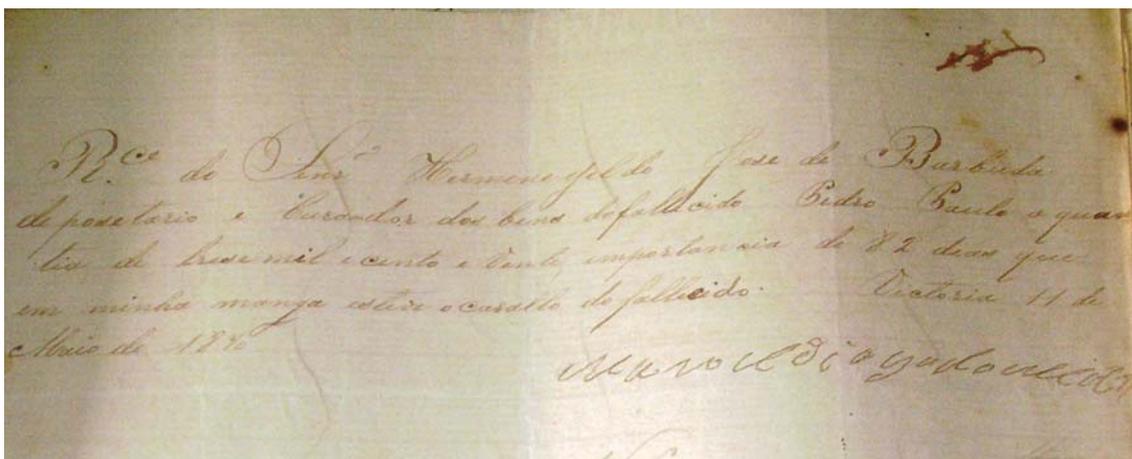
¹⁷³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local)*. Salvador: EDUFBA, 1998.

TABELA VI
NÃO-PROPRIETÁRIOS DE TERRA

ANO	ESCRAVOS		GADO		DINHEIRO	DÍVIDAS ATIVAS	DÍVIDAS PASSIVAS	MONTE-MOR
	QUA.	VALOR	QUA.	VALOR				
1863	20	12:265\$000	03	220\$000	-	-	-	15:557\$000
1864	23	13:105\$000	65	1:070\$000	-	392\$962	166\$000	14:993\$407
1868	08	5:830\$000	-	-	-	316\$000	114\$260	9:921\$000
1873	06	4:300\$000	-	-	5:050\$000	-	-	9:650\$000
1843	10	2:470\$000	100	1:062\$000	-	-	-	8:640\$630
1870	10	5:751\$000	-	-	1:314\$000	-	-	7:230\$600
1888	-	-	19	289\$000	-	3:029\$458	3:842\$872	5:170\$658
1868	07	4:800\$000	-	-	-	-	-	4:800\$000
1875	02	1:150\$000	53	927\$000	-	1:380\$000	61\$480	3:813\$500
1864	02	1:100\$000	15	1:042\$000	-	82\$000	968\$000	3:716\$500
1863	07	3:450\$000	-	-	-	-	201\$000	3:660\$720
1878	02	1:400\$000	55	810\$000	-	-	870\$000	2:229\$000
1881	01	1:100\$000	-	-	-	125\$000	439\$439	1:968\$529
1871	01	600\$000	44	1:205\$000	-	-	-	1:910\$800
1864	03	1:400\$000	-	-	-	-	-	1:500\$000
1862	01	500\$000	08	191\$000	-	-	519\$000	1:407\$500
1842	02	480\$000	36	710\$000	130\$000	-	-	1:391\$540
1840	04	720\$000	110	303\$000	-	-	-	1:289\$160
1842	02	225\$000	16	384\$000	-	-	-	1:256\$510
1842	04	770\$000	29	392\$000	-	35\$000	-	1:249\$000
1872	-	-	54	1:074\$000	-	-	-	1:188\$000
1865	01	800\$000	32	300\$000	-	-	-	1:160\$000
1884	-	-	27	513\$000	-	200\$000	-	1:024\$000
1874	-	-	29	647\$000	-	20\$000	-	915\$140
1843	04	700\$000	01	30\$000	78\$000	50\$000	175\$000	893\$960
1842	-	-	44	731\$000	-	30\$000	48\$000	812\$440
1864	-	-	23	603\$000	-	-	92\$160	761\$000
1878	-	-	41	606\$000	-	80\$000	-	750\$000
1845	-	-	37	475\$000	-	45\$000	-	566\$500
1879	-	-	22	370\$000	-	-	-	450\$000
1877	-	-	25	348\$000	-	-	-	420\$000
1884	-	-	01	20\$000	-	-	-	371\$000

Fonte: AFJM

Havia os criadores e agricultores proprietários de terra, mas também havia outros não-proprietários de terra. Estes eram os donos de gado e de roças, criadas e cultivadas em terras arrendadas, alugadas ou cedidas pelos proprietários, ao vaqueiro, o que nos permite inferir dois raciocínios sobre os não-proprietários de terra nessa região. No caso do vaqueiro, o gado e a lavoura eram frutos do pagamento do seu trabalho, pois era-lhe permitido a utilização de parte das terras para o cultivo de suas roças e o pagamento do vaqueiro geralmente era feito por meio de “sorte” a ou “quarta”, como já explicado anteriormente. Segundo, que os inventariados faziam suas lavouras e criavam o gado em terras arrendadas ou alugadas, como mostra o recibo abaixo, de Pedro Paulo da Silva que alugava a manga do fazendeiro Manoel Diogo de Vera Cruz.



Fonte: AFJM, Recibo.

Recebi do Senhor Hermenegildo José Barbudo, depositário e curador dos bens do falecido Pedro Paulo a quantia de treze mil e cento e vinte, importância de 82 dias que em minha manga esteve o cavalo do falecido. Vitória, 11 de maio de 1870.
 Manoel Diogo de Vera Cruz¹⁷⁴.

O importante disso é que os proprietários mantinham a produtividade da terra, seja para o benefício próprio ou de outro, trabalhando, arrendando ou cedendo partes dela, a pessoas interessadas em produzir.

¹⁷⁴ AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário de Pedro Paulo da Silva, 05/1870.

CAPÍTULO II

COMÉRCIO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA

A formação do mercado interno no Brasil, em fins do século XVIII e no século XIX, se deu principalmente pela agricultura de subsistência como o milho, feijão, farinha e pela criação do gado, que era destinado ao abastecimento dos centros urbanos. O gado, de início, era transportado a pé, andando vários quilômetros até chegar às feiras, para ser abatido nas próprias fazendas de criação perto das feiras e comercializado em forma da “carne verde”. Quando o gado encontrava-se distante das feiras, a carne era transformada em carne seca e levada à feira no lombo dos animais. O gado era produzido em larga escala nos sertões, fator que possibilitou a interiorização do Brasil. No Sertão Baiano não foi diferente. Aí houve o predomínio da pecuária e da agricultura para subsistência e para comercialização, sendo de fundamental importância a utilização das mulas, animais mais resistentes para o transporte. Dessa forma, a criação do gado vacum de muares e de cavalos contribuiu para impulsionar o mercado interno revelando uma atividade rendosa e significativa para criadores e comerciantes¹⁷⁵.

O Sertão da Ressaca constituía-se, ainda no século XVIII, num dos focos mais ativos de expansão de conquista de novas terras, graças à importância econômica da pecuária no mercado consumidor interno, sendo a construção de estradas essenciais para a integração das vilas litorâneas daquela comarca aos centros produtivos interioranos¹⁷⁶. Destarte, o interior da Província da Bahia apresentou ao longo dos séculos XVIII e XIX “uma capacidade de adaptação às condições de mercado, seja internamente” ou com outras províncias¹⁷⁷.

¹⁷⁵ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia*. UESB, Departamento de História. Vitória da conquista, 2002. (Monografia). p. 18

¹⁷⁶ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001. p. 40-41.

¹⁷⁷ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O Crime na Cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. p. 42.

AS ROTAS COMERCIAIS DO SERTÃO DA RESSACA

As relações comerciais estabelecidas entre as cidades da Bahia [Salvador], Nazareth, Valença, São Felix, Ilhéus, Região do São Francisco e norte da província mineira se tornaram possíveis, primeiramente pelo empreendedorismo dos fazendeiros da Imperial Vila da Vitória que não pouparam esforços no sentido de abrir e melhorar estradas que ligavam o Sertão da Ressaca a essas cidades, rompendo o isolamento entre interior e litoral. Os rios Pardo e das Contas foram importantes vias de comunicação e possibilitaram o escoamento de mercadorias na região.

A documentação analisada apresenta os fazendeiros do Sertão da Ressaca como homens empreendedores e preocupados com o desenvolvimento da região, não só pedindo melhorias no que dizia respeito a agricultura, como também do comércio e abertura de estradas para facilitar o escoamento de mercadorias e romper o isolamento da região, permitindo uma maior circulação de produtos, viajantes, tropas e correspondências. Os fazendeiros como dos políticos locais¹⁷⁸, estavam presentes na sessão extraordinária do dia 22 de janeiro de 1856, quando a câmara respondeu ao ofício do Governo da Província, apresentando, dentre outras exigências, pedidos de melhoramento e abertura de novas estradas que ligavam o Sertão da Ressaca a Canavieiras e também a construção de pontes nos rios Pardo e das Contas, em “benefício da agricultura, comércio e segurança pública” como também enalteceram importância da agricultura, afirmando que

lavouras prosperam com rapidez, que já se acham 22 engenhocas os quais nos últimos três anos tem produzido mais ou menos dez mil canadas de aguardente, noventa arrobas de açúcar e dez mil rapaduras e que também a criação de gado vacum e cavalari tinha aumentado em razão do consumo dos últimos anos.¹⁷⁹

Além da iniciativa pública, havia a atuação particular na abertura de estradas como a de João Gonçalves da Costa que abriu estradas ligando o sertão ao litoral. Essas vias de comunicação e comércio, tornaram-se importantes na formação e desenvolvimento de povoados e da pecuária “atividade primordial e definitiva no

¹⁷⁸ Vale ressaltar que os membros da Câmara legislativa da Imperial Vila da Vitória eram todos grandes fazendeiros.

¹⁷⁹ AMVC: Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, 1850-1857.

processo de ocupação do Sertão da Ressaca”¹⁸⁰. Essas estradas eram importantes para o transporte de gado e algodão que viam do norte e Minas Gerais e da região do São Francisco.

A dinâmica na economia local foi registrada pelo príncipe austríaco Maximiliano de Wied-Newied, em sua passagem pela região no início do século XIX.

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral [...]. Independente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das boiadas que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida. As boiadas que vem do rio São Francisco passam também por essa localidade, e algumas vezes vêm a chegar, numa semana, para mais de mil bois que se destinam à Capital¹⁸¹.

O transporte do gado às feiras era um problema desde o início do povoamento, devido a inexistência de estradas. Ubirajara Brito afirma que o Sertão da Ressaca ficou muito tempo isolado dos principais centros urbanos, como Salvador, devido a precariedade de estradas¹⁸². Para Ruy Medeiros os meios para o escoamento do gado só foram resolvidos no século XX¹⁸³.

Para abrir as estradas necessitava de muita mão-de-obra, pois a tarefa era árdua e custosa, tanto em ferramentas como em recursos humanos, pois “compunham principalmente de índios e dos negros, que eram obrigados a se transformar em guias ou carregadores¹⁸⁴” para a primeira etapa de exploração. Depois eram utilizados na abertura das estradas. Os indígenas, no entanto, representavam para os colonos “a obtenção de mão-de-obra farta e pouco dispendiosa. Daí a sua incorporação em diversas frentes de trabalho, sujeitando-se as péssimas condições de tais atividades”¹⁸⁵. Além disso, as principais estradas abertas buscando integrar o Sertão da Ressaca ao litoral e a capital, seguiam, sobretudo, os cursos dos rios sendo João Gonçalves da Costa um dos primeiros responsáveis por esse empreendimento, “já que era experiente explorador dos rios daquela área, como por exemplo, o Pardo (...) Em outras palavras, pode se afirmar

¹⁸⁰ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e Ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001, p. 101.

¹⁸¹ WIED-NEUWIED, Maximiliano (príncipe de.). *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940, p. 427.

¹⁸² BRITO, Ubirajara. *Vitória da Conquista ou a Capital do Sertão da Ressaca*. Texto xerocopiado, Vitória da Conquista, 1997, p. 3.

¹⁸³ MEDEIROS, Ruy. *Os Primórdios de Conquista. Fifo: ensaios conquistenses*. Vitória da Conquista, 1997, p. 7.

¹⁸⁴ MENDES, Sandra Regina. *Nos Caminhos das Tropas: História, cultura e turismo em Ipiau e entorno*. Ilhéus: UESC, 2006 (Dissertação de Mestrado) p. 36.

¹⁸⁵ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e Ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001, p. 86.

que ele foi fundamental na ruptura do isolamento do Sertão da Ressaca e adjacências”¹⁸⁶.

A preocupação em abrir e conservar estradas estava no Código de Posturas de 1842, no artigo 20, que se refere à punição de proprietários ou pessoas que tinham terras junto das estradas e caminhos públicos e não cuidavam da sua limpeza. Também não podiam desmanchar pontes ou qualquer obra que servisse de utilidade pública. Enfim, não podiam realizar qualquer alteração nas estradas ou caminhos de trânsito público sem licença da comarca,

Nenhum proprietário poderá impedir que em suas terras se abram estradas ou caminhos, que o bem público exigir, d’um para outro lugar e que nela se cortem madeiras e se arranquem pedras para a construção ou reparo de alguma ponte ou de qualquer outra obra pública. Pena de 30\$000 rs. Duplicando-se na reincidência.

Todos os moradores, proprietários, rendeiros ou administradores de terras pelas quais passam estradas ou caminhos de servidão pública são obrigados uma vez todo ano a e-las limpas e desramadas, e isto dentro dos meses de janeiro à março, tirando todas os embaraços que estiverem os viajantes e limpando-as da largura com que foram abertas, como são obrigadas na forma do regulamento e Ordens do governo, sob pena de 100\$000 de multa ou 04 dias de prisão e o dobro nas reincidências, quando forem as ditas estradas ou caminhos passarem em terras comuns a pena imposta será a cada um dos infratores não sendo compreendidos aqueles que tiverem limpado suas costas ou listados que lhe possa pertencer. Fica sem auto a postura n° 20¹⁸⁷.

Com as ações dos fazendeiros, intensificados pelas ações municipais com o código de posturas, as estradas eram abertas e a sua manutenção e conservação garantidas. No decorrer do século XVIII, o caminho chamado de “estrada geral da Bahia”, “estrada real do sertão” ou simplesmente de estrada geral, era uma das mais antigas a ligar Minas Gerais a Bahia e o litoral ao sertão. Partindo de Minas Gerais, possuíam três variantes: a primeira seguia para o Rio São Francisco até a Barra do Rio das Velhas; a segunda, aberta por João Gonçalves ia do Rio Prado até a nascente do Rio Verde; e, uma terceira via, que passava pelo Sertão da Ressaca até a Vila da Valença no litoral. Segundo afirma Ângelo Alves Carrara, mesmo que o caminho da Província de Minas Gerais à Província da Bahia fosse mais longo, “era muito melhor que o do Rio de Janeiro e da vila de São Paulo e menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as

¹⁸⁶ SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e Ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001. p. 98-99.

¹⁸⁷ APEB, Seção Colonial de Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861-1841-1889.

cargas”¹⁸⁸. Por isso era a preferida e a mais usada pelos boiadeiros e tropeiros mineiros para escoar a sua produção e importar produtos necessários a região. A afirmação também revela que a preocupação da Imperial Vila da Vitória em atender bem aos boiadeiros, tropeiros e viajantes eram reconhecidas por eles.

Nesse período havia uma maior fiscalização em relação às estradas que destinavam a Minas Gerais, em consequência da mineração, sendo que em muitas delas o trânsito de carga era proibido pela Coroa portuguesa. Ângelo Alves Carrara afirma que o caminho da Bahia não era totalmente proibido, uma vez que era por ele que abastecia as minas de “gados, fazendas sertanejas e mais coisas que não se proibem a introdução delas”, uma vez que eram destinadas a sustentação dos lavradores¹⁸⁹. Mafalda Zamela afirma que só o comércio de gado era permitido e “quem viesse da Bahia e não fosse boiadeiro não poderia entrar nas gerais”. Porém, essa proibição não era efetiva, uma vez que “contrariava as leis naturais que regem as trocas econômicas”¹⁹⁰.

Em 1846 a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória enviou um ofício ao Governo da Província declarando “que a Estrada Geral por onde transitam as boiadas e tropas que passa neste Município vem da Província de Minas Gerais e vai ter seu fim nos portos de Valença, Nazareth e Aldeia”. Como a estrada apresentava os limites da Vila do Rio Pardo, na Província de Minas Gerais até o litoral da província baiana, a Câmara informava aos tropeiros, boiadeiros, viajantes e outros interessados o melhor caminho para chegar ao litoral, bem como os locais que existiam pousos certos, geralmente seguindo os cursos dos rios e outras aguadas para a tender as necessidades que surgiam durante a viagem e que em lugares mais secos havia a construção de tanques para armazenar água que ficavam a disposição dos viajantes¹⁹¹. Além disso, havia a instalação da venda que comercializava milho e outros produtos para os tropeiros, boiadeiros e viajantes.

O percurso indicado pelo ofício tinha início na Vila do Rio Pardo, em Minas Gerais, fazia seu primeiro pouso na Fazenda da Ilha; o segundo, na Fazenda Ressaca, que tinha um riacho com o mesmo nome. Depois fazia o terceiro pouso obrigatório na localidade chamada de Curral de Varas, seguindo para o Furado Grande, local inclusive

¹⁸⁸ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2006, p. 124-125.

¹⁸⁹ Idem, p. 131.

¹⁹⁰ ZAMELA, Mafalda P.. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed.. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1990. (Estudos Históricos; v. 19), p. 71-72.

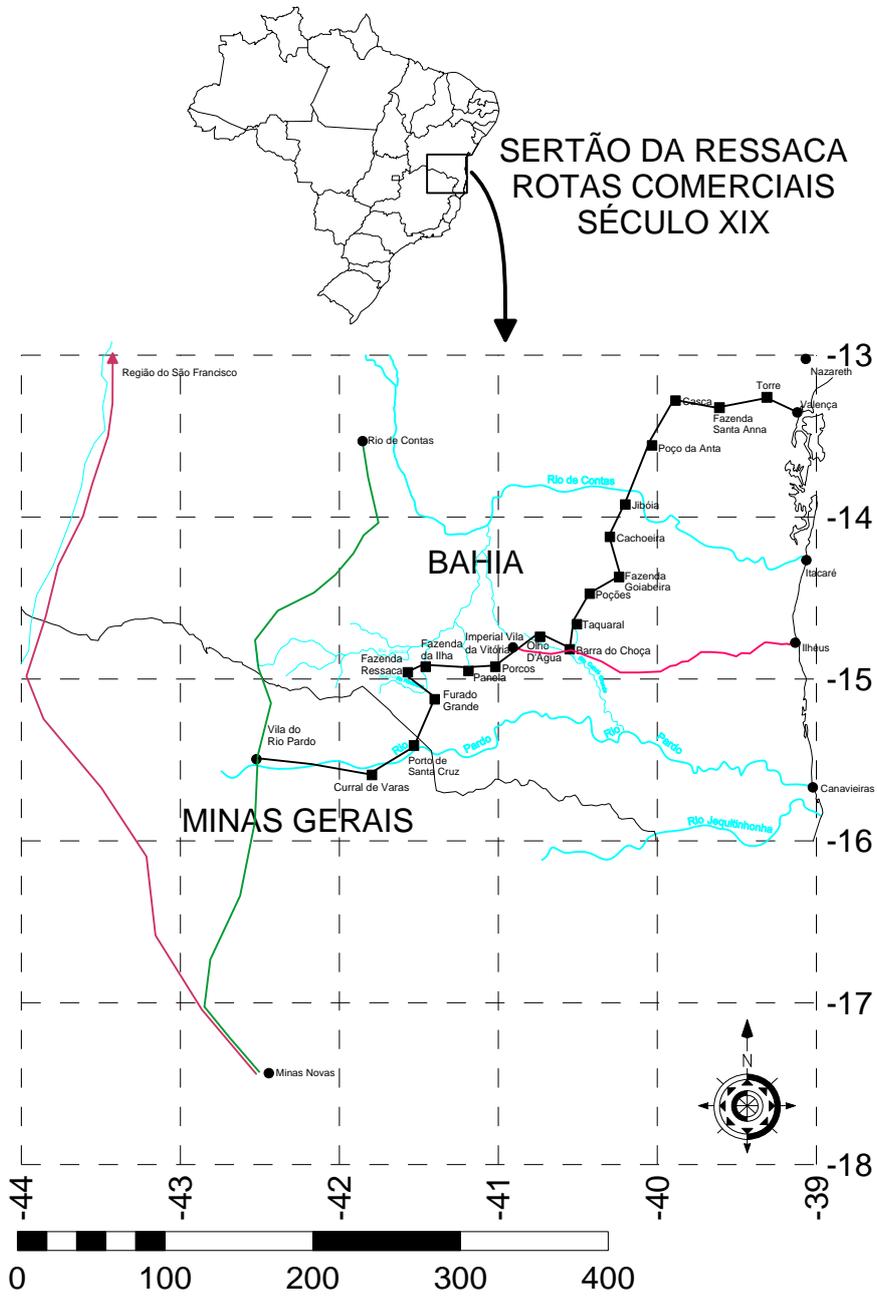
¹⁹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

que deu “muitos prejuízos aos Boiadeiros e Tropeiros por secarem-se as lagoas; porém são veredas boas e muitas vertentes para elas correm, e por córregos podem-se conservar as águas por meio de tanques”.

Nessas regiões mais secas, desprovidas de rios perenes, eram locais de pousos certos, onde montavam uma estrutura para atender aos boiadeiros, tropeiros e outros viajantes com a construção de tanques, geralmente usando pedras e madeiras, assim eram os pousos de lugares denominados Panela, Porcos e Olho D’água. Daí, seguia então para o oitavo pouso, o lugar denominado Barra do Choça “com água corrente que não seca”, seguindo então para Taquaral, “com água em brejos que não seca” e dali para o Arraial dos Poções, lugar seco, onde havia um tanque já construído e com condições de construir outro. Do Arraial dos Poções seguia-se para a Fazenda Goiabeira, depois para o lugar denominado Cachoeira e posteriormente para a localidade da Jibóia. Da Jibóia seguia-se para a região do Rio das Contas, onde não havia problemas relativos com a falta de água. Já os pousos posteriores denominados de Poço da Anta, Casca e Fazenda Santa Anna eram lugares mais baixos, seguros e podiam construir tanques. Antes de chegarem aos portos, fazia-se uma última parada na localidade de Torre. Assim, se completava o caminho da Estrada Geral que partia da Província mineira, atravessava todo o Sertão da Ressaca até chegarem aos portos da Província baiana¹⁹².

¹⁹² APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866. “VILA DO RIO PARDO – Hoje Município do Rio Pardo (Minas Gerais). FAZENDA DA ILHA – Localiza-se em terras do atual Município de Tremedal do antigo Distrito de São Felipe (Imperial Vila da Vitória, Bahia). Hoje ainda resta pequena parte do antigo latifúndio com o mesmo nome, nas proximidades do açude de Tremedal; FAZENDA RESSACA – Compreende parte dos atuais municípios de Tremedal e Cordeiros (limite destes), banhado pelo Rio (da) Ressaca. Vide Rio da Ressaca. CURRAL DE VARAS – Localizava-se em Berizal (Minas Gerais). Há, ainda, parte do latifúndio, com o nome Curral de Varas, em Minas Gerais. FURADO GRANDE – Atual Vila de Quaraçu (Município de Cândido Sales). PANELA – Hoje é Campo Formoso (Município de Vitória da Conquista). Quase no limite de Conquista com Belo Campo. PORCOS – antiga fazenda, depois povoado (casas esparsas) no Distrito de Iguá, Município de Vitória da Conquista (também foi chamada – e alguns ainda a chamam – de Lagoa dos Porcos). OLHO D’ÁGUA – Há muitas localidades com esse nome. Como o documento omitiu a sede da Imperial Vila da Vitória, passando logo para a Barra do Choça é possível que se trate do Olho d’Água do Benedito, local distante do Centro (Bairro Panorama, cidade de Vitória da Conquista), ou qualquer outro entre Vitória da Conquista e Barra do Choça (proximidades da Estiva/Fazenda Preguiça). Mas tudo indica tratar-se de Olho d’Água do Benedito. BARRA DO CHOÇA – Lugar em que o riacho da Choça desemboca no Riacho Catolé Grande (não confundir com a atual cidade de Barra do Choça). Próximo da cidade de Barra do Choça. TAQUARAL – Fazenda antiga (latifúndio já bastante parcelado, mas do qual uma parte ainda conserva o nome). Vila de José Gonçalves, em lado oposto a esta/Município de Planalto. Situa-se atualmente em Planalto, próximo da confluência de limites com Vitória da Conquista e Barra do Choça. FAZENDA GOIABEIRA – No atual Município de Boa Nova, que antes tinha o nome de Boca do Mato. CACHOEIRA – Trata-se do atual Município de Manoel Vitorino. JIBOIA - o Rio Jibóia/São Domingos (Povoado). CASCA, hoje município de Santa Inês”. Antes de Chegar em Valença, havia ainda dois pousos, FAZENDA Santa ANNA e a localidade denominada TORRE, que, até o momento não podemos ter uma localização atual precisa. Informações cedidas pelo pesquisador Ruy Medeiros.

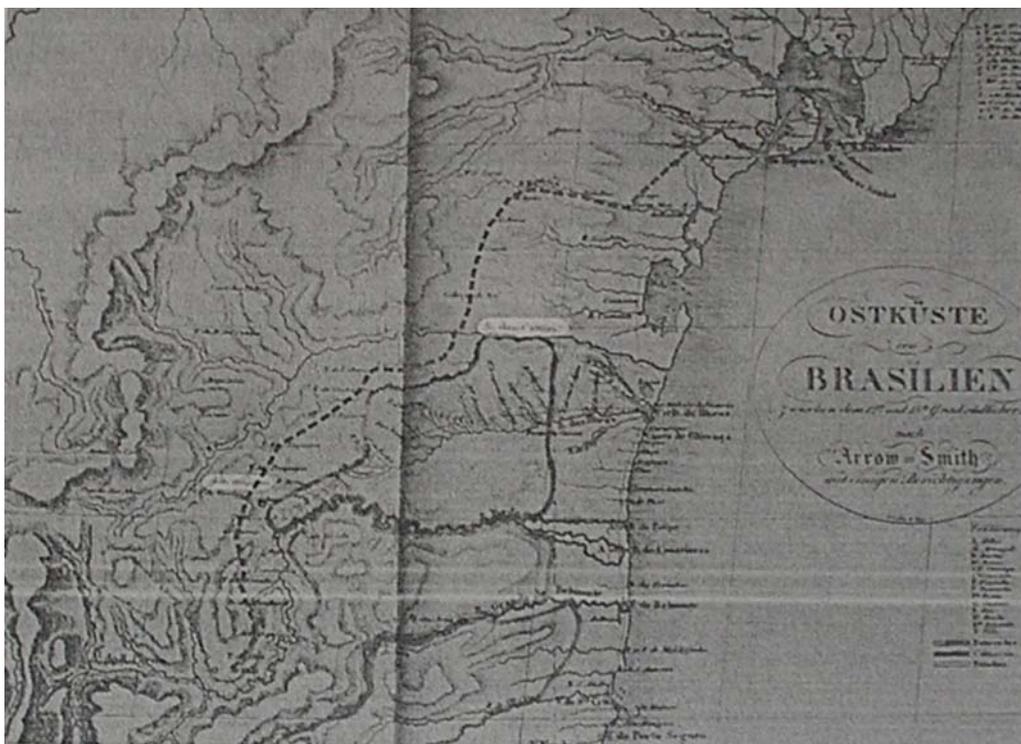
MAPA 04
CAMINHO DE MINAS GERAIS A BAHIA – SÉCULO XIX



- Vila do Rio Pardo - Valença
- Minas Novas - Região do São Francisco
- Minas Novas - Rio de Contas
- Imperial Vila da Vitória - Ilhéus

Base Cartográfica: SEI-BA
 Mapa compilado a partir de dados obtidos da pesquisa em documentos do século XIX
 Produção do mapa: Jacson Tavares de Oliveira, maio de 2008

MAPA 05
**CAMINHO PERCORRIDO PELO PRINCE MAXIMILIANO PASSANDO
 PELO SERTÃO DA RESSACA (1817)**



Mapa com o reoteiro que o príncipe Maximiliano fez, partindo de Minas Novas e passando pelo Sertão da Ressaca é o mesmo descrito no ofício da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, em 1846 e completa assim as três vias que partem da Estrada Real em Minas até o território baiano.

FONTE: WIED-NEUWIED, Maximiliano.¹⁹³

Além dessa estrada que iniciava em Minas Gerais e atravessava o Sertão da Ressaca, o mesmo ofício também indicava um caminho que partia da Imperial Vila da Vitória e ia até a Vila de Ilhéus “por onde com muito custo e não pequeno trabalho descem alguns lotes de gado a qual é abundantíssima de água e fértil de pastos em todos os pousos”. Porém não havia uma descrição mais detalhada de onde exatamente se fixavam os pousos¹⁹⁴.

As condições e abertura de novas estradas eram assuntos frequentes nas correspondências e atas da Câmara de Vereadores, sempre com a justificativa de estar em busca do “benefício da agricultura, comércio e segurança pública”. Assim, na sessão

¹⁹³ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1817. p. 439.

¹⁹⁴ APEB, APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

extraordinária de 22 de janeiro de 1856, os vereadores discutiam as condições das estradas bem como das suas distâncias e principais problemas, pois a maioria delas se tornavam intransitáveis durante as estações chuvosas, e procuravam encontrar soluções para o melhoramento das ditas estradas. A mesma sessão discutiu também “no intuito de prosperar a agricultura e o comércio, iria dar início a abertura de mais duas estradas que partam d’esta vila para o da Barra do Rio das Contas e para Canavieiras”. Além disso, havia a necessidade de construírem pontes tanto no Rio Pardo como no Rio das Contas porque “pela abundância das águas privam em quase metade do ano”, atrasando a travessia desses rios não só dos animais como dos viajantes e tropeiros¹⁹⁵.

Da região do Rio São Francisco também vinham muitos animais e tropas cargueiras que passavam pela Imperial Vila da Vitória. Segundo Spix e Martius, descrevendo sua passagem pela região entre o período de 1817-1820, em Caetitê, havia um período de vinte anos em que a região se dedicava ao cultivo do algodoeiro, existindo compradores que remetiam anualmente mil cargas de mula para Bahia, sendo que não era produzido somente nos arredores, mas também em Minas e Goiás e que “as regiões do Norte e Leste daquela província despacham o seu algodão do lugar de saída, no Arraial do Rio Pardo, para a Bahia, por duas estradas recentemente abertas, via Conquista e Gavião”¹⁹⁶.

Os fazendeiros também reivindicavam, inclusive com abaixo assinado, a construção e melhoria das estradas. É o caso do abaixo assinado que os habitantes do distrito da Verruga, onde reconhecia que a acessibilidade ao distrito era difícil, uma vez que existia um trecho de duas léguas, com ladeiras íngremes e passagens perigosas tanto para as pessoas como para os animais de carga e de gado. Assim a população pedia a presença das autoridades ao local para verificarem e efetuarem os melhoramentos que a estrada necessitava¹⁹⁷.

O fazendeiro Joaquim José D’Araújo Fonseca enviou uma petição á Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, “no cumprimento do seu dever e no intuito de informar da necessidade e utilidade da estrada da Povoação de Santo Antônio da Cruz e o Ponto do Salto”, e que inclusive foi iniciada por ele. Porém, por ser compreendida como estrada pública e, portanto, dever da municipalidade em abrir a estrada. A Câmara Municipal, depois de buscar “informações com pessoas instruídas”, provavelmente

¹⁹⁵ AMVC: Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, 1850-1857.

¹⁹⁶ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976, p. 111.

¹⁹⁷ AMVC: Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, 1850-1857.

engenheiros, e verificando a “necessidade de construir uma ponte no Ribeirão cujas águas em qualquer estação impede o transito” direcionou a quantia de cinco contos de reis, pois é por ela que facilitava

a condução de todos os gêneros de beira mar que de canavieiras poderão importar aquela povoação para onde ocorrerão, sem devidos compradores, não só desta vila e Município, como de Caetité, Rio Pardo, Província de Minas, que desta dali quatorze léguas havendo de andarem mais tantas léguas quanto por outras estradas só contar daquele Município a beira mar, e já que foi esse mesmo motivo tem de afluir a negociação de gado destes sertões vizinhos as povoações que a qualifica, pois na mesma seca estação, quando por outras estradas se não pode guiar boiadas [...] por falta de água e de pastos que se conserva contida à margem do Rio Pardo e mais de uma légua de distância por onde tem de seguir a estrada, uma delonga e fertilidade dos pastos, que pela prosperidade local podem confundir as estações, acusando mais aos marchantes a vantagem de sem depender com tropas grandes economias para poderem trazer [...] depressa avultadas carregações pelo Rio Pardo cuja navegação pelo mesmo petinonario [...] tem convidado os habitantes deste e de outros Municípios a estabelecerem-se ali para a lavoura do café, da cana, do tabaco e de outras produções vegetais, podendo [?] com quaisquer outras de diversas espécies¹⁹⁸.

Os fazendeiros construía ou exigiam a construção de estradas, com o objetivo de ligar a região com outros centros urbanos, principalmente para escoar os produtos de suas propriedades. O teor do documento mostra a importância dessa estrada para a Imperial Vila da Vitória como também para Caetité, Rio das Contas e Província de Minas Gerais, tendo como principal preocupação a redução da distância entre essas localidades com o litoral, bem como favorecer o transporte e negociação do gado, principal item da circulação econômica.

Havia, assim, uma redução na viagem e no carregamento de mercadorias e do gado, além de associar o transporte fluvial com o terrestre. É uma ata importante, por trazer muitas informações sobre a região, os tipos de produtos cultivados na região, como tabaco, cana-de-açúcar e café. No que diz respeito às questões climáticas e à vegetação, o texto mostra uma diversidade, existindo no Sertão da Ressaca, regiões secas, sem água e temperaturas elevadas, como também locais férteis, principalmente as margens dos rios.

Em 1857, a Câmara da Imperial Vila da Vitória respondeu a circular ao Governo da Província informando sobre as atividades econômicas da vila, sobretudo referente a produção, ao comércio, as estradas e ao transporte terrestre e fluvial através do Rio Pardo e do Rio das Contas. Pela circular, temos uma noção da dinâmica comercial que a região mantinha com outras vilas da província baiana e mineira, pois os

¹⁹⁸ AMVC. Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

mercados para onde iam os produtos da Imperial Vila da Vitória, como feijão, mandioca, milho, arroz, algodão e aguardente eram também para as vilas de Santa Isabel, em Valença, sendo importados em pequenas quantidades para a vila “gêneros necessários da produção estrangeira, nos mercados da Vila de Canavieiras e da vila da Barra do rio das Contas”¹⁹⁹.

A mesma circular descrevia as péssimas condições das estradas e apontava as que precisavam de melhoria com urgência, como as que ligavam a Imperial Vila da Vitória às cidades de Valença e Nazareth. O documento também pedia melhoramento da estrada que passava pela Barra do Choça, principalmente, no que diz respeito a segurança dos tropeiros e viajantes, por ser região de muitos perigos. Além desses reparos nas estradas, houve a necessidade de abrir outras para facilitar a passagem das boiadas na região do Ribeirão em épocas de chuvas, pois nesse local era “impossível o transito neste tempo” e que causava “grandes prejuízos e demoras nas subidas das tropas, das boiadas e cavalarias, que são os principais do comércio neste município”. A estrada que ligava a vila à Província de Minas Gerais também necessitava ser reparada “para a descida dos gados magros” da província mineira “para soltar no lugar d’este município”, no qual seriam engordados e enviados para o consumo dos lugares denominados Suçuarana e Furado Grande²⁰⁰.

Os rios foram fundamentais no processo de povoamento e exploração do interior do Brasil. Quando iam a pé, com tropas, os exploradores, percorriam as margens dos rios, abrindo trilhas para futuras estradas. Mas serviam também como caminhos navegáveis por embarcações como balsas, jangadas, monções, canoas feitas de madeiras e as pelotas, feitas com couro. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em São Paulo essas embarcações, de fabricação indígena, estiveram presentes nos rios brasileiros desde o século XVII, tanto para o transporte de pessoas como de mercadorias.

“Em regra, durante as viagens, ir o piloto de pé (sic), no bico da proa, o proeiro da mesma forma e cinco ou seis remeiros, também de pé, distribuídos pelo espaço livre de carga, que em média, junto à proa, pouco mais ou menos dois metros e meio. À popa, e espaço de tamanho correspondente a esse, amontoavam-se, mal abrigados, os passageiros”²⁰¹.

¹⁹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866

²⁰⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

²⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Coleções Estudos Brasileiros/Casa do Estudante do Brasil, 1995, p. 124.



Imagem do Príncipe Maximiliano em sua passagem pela região (1817-1818) e retratando o percurso feito pelo rio Ilhéus. Nesse trecho a canoa passa por uma corredeira com muitas pedras e os canoieiros têm que ser habilidosos e se equilibrarem para a canoa não virar. Observe as mercadorias sendo transportadas no meio da embarcação e logo atrás a imagem do Príncipe Maximiliano. Fonte: WIED-NEUWIED²⁰².

Os rios apresentavam algumas dificuldades. Nos lugares de quedas d'água, “encachoeirados, levava-se um guia ou prático, às vezes dois”, pois conheciam os rios e com os movimentos das águas e correntezas podiam saber onde era mais profundo ou mais raso e então indicar o caminho mais seguro, além de saber a forma correta de passar pelas cachoeiras sem grandes prejuízos. Eram embarcações que transportavam todo tipo de mercadorias, desde alimentos até produtos de luxo importados. Até animais eram transportados pelas canoas, inclusive gado.

De acordo com Holanda, os primeiros animais a serem transportados foram galinhas e porcos e depois bois e cavalos²⁰³. No início da implantação da pecuária no Mato Grosso, no século XVIII, o transporte de cabeças de gado foi também por via fluvial e com grandes dificuldades, pois mesmo no XIX, era difícil a ligação do Mato

²⁰² WIED-NEUWIED, Maximiliano (príncipe de). *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 332.

²⁰³ HOLANA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 124 e 148.

Grosso com outras regiões da Brasil, devido ao território de matas fechadas, com poucas estradas²⁰⁴.

Como vimos, as vias de transporte que facilitavam a circulação de mercadorias, viajantes e informações não eram somente as terrestres. As vias fluviais do Rio Pardo e do Rio das Contas foram importantes no Sertão da Ressaca. De acordo com a circular já citada, as “vias de transporte por onde vem algum sal e algum ferro e aço são pelo Rio Pardo e rio das Contas em canoas e capacidade de 50 sacas” e apesar da navegação nesses dois rios apresentarem algumas dificuldades em determinados trechos, significava

um futuro lisonjeiro para o município (removidos certos obstáculos) pela facilidade do transporte e fertilidade e suas margens especialmente as do Rio das Contas, próprias para a criação de gado e para todos os demais produtos agrícolas de primeira necessidade. Os demais gêneros importados são conduzidos por terra em lombos de animais pelas estradas de Nazareth, Valença e pelas de Ilhéus. [...] os animais empregados na condução dos gêneros são burros e cavalos que carregam as 7 arrobas e viajam 4 a 5 léguas por dia, sendo o preço do porte de cada um 300\$000 por légua sem a do tropeiro, custando os burros de 120\$000 a 140\$000 e o cavalo de 50\$000 a 80\$000²⁰⁵.

Tanto os canoeiros, quanto os tropeiros enfrentavam perigos de serem atacados, principalmente pelos indígenas. Em correspondência enviada pela Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória ao Governo da Província havia a preocupação os ataques dos índios aos viajantes, tropeiros e canoeiros. Segundo a mesma correspondência, muitos casos ocorrem nas estradas do Sertão da Ressaca sendo que na estrada que liga este município a Ilhéus, o pardo Mucanan foi flechado pelos índios e no “Rio Pardo o canoeiro Clemente, cuja flechada empregada na região umbilical atravessou os dois rins, e dentro de 24 horas sucumbiu e não recearão sujeita a tantos canoeiros que ali estavam, donde se pode inferir que muito maior era o número de índios que vagam nas margens daquele rio”²⁰⁶.

O perigo de ataques indígenas não intimidava as autoridades, fazendeiros e comerciantes de manterem as viagens e os negócios com as outras localidades. Além de dizimarem essas populações, os documentos apontaram como solução para esse problema o povoamento e cultivo nas áreas de matas no sentido de afugentar os silvícolas e, assim, manter as viagens dos tropeiros e canoeiros mais seguras²⁰⁷.

²⁰⁴ LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na História: Comitivas e Peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. (Centro de Estudos e Pesquisas) p. 56.

²⁰⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

²⁰⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

²⁰⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

O fluxo nos rios Pardo e das Contas, apesar dos perigos e dificuldades era intenso. Em 1855, o Rio Pardo recebeu uma frota de 30 canoas, carregadas de sal e necessitava de uma mão-de-obra de “90 canoieiros para a respectiva tripulação”, ou seja, uma média de três pessoas para trabalhar em cada canoa. O trabalho era rigoroso, pois em “muitos lugares arrasta-se as canoas por terra com distância de muitas braças, não podendo elas descerem se não juntas por ser muito grande os esforços para as ditas rolar”. Havia a necessidade, portanto, de recrutar braços em várias localidades do município uma vez que em Verruga, local onde havia iniciado o recrutamento de braços, não pode fornecer toda essa mão-de-obra²⁰⁸. As viagens em frota tanto serviam para facilitar o trabalho da população os trechos difíceis como para a defesa dos próprios tripulantes, quando estes se encontravam com os indígenas.

O transporte terrestre e fluvial foi importante para o desenvolvimento do mercado interno. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o que estimulava as expedições era o lucro certo, permitindo o comércio pelos sertões, sendo que a quantidade de “mercadoria levada pela embarcação era a mesma transportada a pé em distâncias mais ou menos longas”²⁰⁹. Em sua análise, ressalta a importância da pecuária e do tropeirismo como mecanismos que asseguraram o desenvolvimento econômico interno brasileiro, pois os “lucros produzidos pela pecuária, ao contrario da mineração e da agricultura comercial, foram incorporados ao país, contribuindo para o seu progresso material, apesar do pouco que fez a metrópole no sentido de auxiliar essa atividade econômica”²¹⁰.

O trabalho iniciado por João Gonçalves da Costa em percorrer e explorar os rios da região continuou depois de sua morte por outros fazendeiros com interesse de ampliar as rotas comerciais. Isso fica evidente na sessão da câmara de onde os vereadores exigiram informações do fazendeiro de gado Antonio Joaquim dos Anjos quanto a exploração que fez no “Rio das Contas, da Barra do Gavião até a beira do mesmo Rio das Contas em beira mar” e se “o Rio Gavião por ele explorado é ou não navegado da barra dela no Rio das Contas até o arraial de São Felipe”²¹¹. Só os rios Pardo e das Contas eram navegáveis e o interesse o governo municipal, bem como dos

²⁰⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências, 1855. Maço – 1463. 1840-1866.

²⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Coleções Estudos Brasileiros/Casa do Estudante do Brasil, 1995, p. 99.

²¹⁰ PETRONE, Teresa Schorer. As Áreas de criação de gado. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo I: A época Colonial: administração, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 227.

²¹¹ AMVC. Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1850-1857.

fazendeiros em que os outros rios fossem navegáveis se explica pelo fato das rotas fluviais agilizarem o transporte de mercadorias, e utilizarem as mulas cargueiras nos caminhos terrestres em localidades onde não havia rios navegáveis e de difícil acesso.

Os transportes fluviais elevavam os custos dos produtos que eram destinados a comercialização, pois depois de percorrer os perigos existentes no rio e o longo percurso litoral interior, as mercadorias eram transportadas pelos muares, das margens dos rios até a vila, onerando os custos do produto. Dessa forma, o sal era a mercadoria mais transportada pelas rotas fluviais e, também, possuía o frete mais caro, uma vez que o preço era “razoável não atendendo-se ao carreto como o perigo da condução por água de Canavieiras pelo rio Pardo”, pois caso ocorresse algum acidente era perda total da mercadoria. Assim, “o preço convencional do transporte de 105 alqueires em canoadas de sal ficava por 140\$000”, elevando assim o preço da mercadoria quando este chegasse ao mercado da Imperial Vila da Vitória, pois além do frete pago ao canoeiro, ainda havia os gastos com o transporte das mulas das margens do rio até ao mercado da vila²¹².

BOIADEIROS E TROPEIROS

As vias terrestres eram mais utilizadas principalmente para a condução do gado. O comércio do gado era muito trabalhoso e difícil, pois começava com saída dos animais das fazendas e daí percorriam longas distâncias até chegar aos principais centros de consumo. Com as longas caminhadas, o gado chegava magro e em péssimas condições para o abate, e isso se refletia no preço do animal, o qual nem sempre correspondia ao valor equivalente ou esperado pelo proprietário. A solução encontrada foi a instalação de fazendas de engorda perto dos grandes centros de comércio, onde o gado permanecia um tempo até se recompor da viagem e estar pronto para ser vendido por um bom preço. Francisco Carlos Teixeira aborda essas dificuldades em seu trabalho e ainda faz um apanhado sobre as principais feiras de gado da Bahia, para ele,

As grandes feiras da Bahia, como Nazareth, Capoame, Jequié e São João da Mata foram pouco a pouco substituídas, no alvorecer do século XIX, por feira de Santana. Esta,

²¹² AFJM: Caixa Diversos 1874: Ação Orçamentária de Joaquim Fernandes Ribeiro, 05/1874.

transformou-se em um poderoso ponto de articulação entre duas zonas distintas: os tabuleiros, mais ricos e agriculturáveis, e o Sertão, mais seco e pastoril. Santana articula com Salvador, a região da Chapada da Diamantina, os sertões de Vitória da Conquista e Itambé, criando na sua periferia uma região de invernadas²¹³.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o gado já estava acostumado com as grandes distâncias. Segundo afirma, o sertão não foi só de grande circulação de gado, mas também de gente: retirantes, vaqueiros, fazendeiros, comerciantes, tropeiros percorriam o sertão de uma fazenda a outra, visitando familiares, vizinhos, fregueses²¹⁴, contribuindo cada vez mais para a interiorização do Brasil.

Outra solução encontrada para um melhor escoamento da carne foi o surgimento das charqueadas no Ceará e Pernambuco. Depois de um período de grande estiagem, o Rio Grande do sul assumiu o controle do mercado, mas as charqueadas do norte continuaram a aparecer nas grandes feiras da região como Caruaru. A “carne-seca”, a “carne do Ceará”, como é conhecida, encontrou no sertão um ambiente propício ao seu preparo e desenvolvimento, uma vez que secava mais rápido devido ao clima quente²¹⁵. O seu preparo consiste em abrir e fatiar a carne, pôr sal e deixar tomando sol e sereno durante uns três a quatro dias. Esse tempero produzia uma carne saborosa, apreciada pelo consumidor, que sempre lhe era fiel na compra²¹⁶.

As charqueadas entraram em crise devido a medidas de controle do governo Francisco Carlos T. da Silva diz que essas medidas foram tomada em relação a charqueada quanto a outros produtos de abastecimento como a farinha de mandioca. Essa foi uma tentativa de se livrar dos atravessadores, porém o Senado da Câmara da Bahia, e outras vilas resolveram, para solucionar o problema, tabelar os preços da carne seca. Assim, por volta de 1740, os criadores e os plantadores de farinha sofreram um certo prejuízo nas vendagens²¹⁷.

Na Imperial Vila da Vitória existia um fluxo intenso de passagem de tropas, boiadas e viajantes. Com isso a Câmara Municipal arrecadava uma quantia considerável de Imposto sobre esse trânsito. Na década de 1850, era cobrado o imposto por cada cabeça de gado exportado, assim, cobrava-se por cabeça de gado vacum a quantia de 0\$050, a do cavalari 0\$100 e a besta, pagava um valor mais elevado, de 0\$300. Quanto a

²¹³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Op. Cit. p. 145

²¹⁴ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977, p. 27

²¹⁵ HOLANDA, Sergio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo III. As Áreas de Criação de Gado. 1997, p. 219

²¹⁶ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2002 (monografia).

²¹⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. 1997, p. 147.

importação o valor cobrado era de “0\$320 por cada fardo de mercadoria importado de besta de muar, com exceção do sal, ferro e aço” e que seria cobrado o valor de 0\$500 por carga.

Já a exportação dos gêneros produzidos no Município e que iam geralmente para as Lavras Diamantinas eram cobrado a taxa de 0\$500. No que diz respeito a arrecadação dos produtos exportados para as Lavras Diamantinas, foi de 5\$000 do gado vacuum e 8\$000 com as muares carregados. Em 1873, a câmara votou o aumento do imposto de 0\$300 para 0\$500 sobre cada besta muar que entrasse ou passasse pelo município para ser vendidos²¹⁸. Segundo Rafael Straforini, o grande numero de impostos elevava o custo do animal na ato da venda, por isso “muitos condutores procuravam outros caminhos com o objetivo de evitar taxaço sobre os animais o que proporcionava altas porcentagens de lucro no ato da venda”²¹⁹.

No documento abaixo, observa-se o imposto cobrado por cabeça de animal, sendo relacionado não só o tipo de animal, mas também carregado com mercadoria, e também, sobre o trânsito de carro de boi, o que evidencia ser um uso freqüente desse transporte nesse período. Esses impostos eram importantes para a arrecadação provincial, e era prática comum nas estradas do Império e a Imperial Vila da Vitória não era uma exceção. Os recursos arrecadados sobre o transito de tropas pela Estrada Geral representava uma importante parcela nas contas públicas, justificando, assim as medidas regulamentares da fiscalização, pois a “conversão dos impostos sobre animais em renda provincial resultou no aumento do controle sobre os transito de tropas”²²⁰.

²¹⁸ AMVC. Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1850 – 1857.

²¹⁹ STRAFORINI, Rafael. *No Caminho das Tropas*. Sorocaba, SP: TCM, 2001. p. 58.

²²⁰ BODDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: Comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002, p. 59.

TAXAS ITINERARIAS. Documento nº5
DIVERSAS ESTRADAS. CONHECIMENTO N.º 869 Mo. de

Pagou Sr. Antonio Fernandes de Oliveira

Animas	á	3\$920	\$
Ditos da 1.ª excepção	á	\$160	\$
Ditos da 2.ª dita	á	\$160	\$
Cabeças de gado vacum da 2.ª dita	á	\$160	\$
Ditas de dito cavallar	á	\$160	\$
Ditas de dito muar	á	\$160	\$
Animas da 3.ª dita	á	\$160	\$
Ditos da 4.ª dita	á	\$160	\$
Ditos da 5.ª dita	á	\$050	\$
Ditos da 6.ª dita	á	\$040	\$
Carros	á	19\$200	\$
Ditos exceptuados	á	1\$000	\$
Somma		3\$920	\$

Recebedoria d o Rio Pardo
de 1862.
O Administrador
O Escrivão

TAXAS ITINERARIAS. Documento nº5
DIVERSAS ESTRADAS.
CONHECIMENTO N.º 869

Pagou Sr. Antonio Fernandes de Oliveira

Animais	á	3\$920	\$
Ditos de 1ª excepção	á	\$160	\$
Ditos de 2ª dita	á	\$160	\$
Cabeças de gado vacum de 2ª dita	á	\$160	\$
Ditas de dito cavallar	á	\$160	\$
Ditas de dito muar	á	\$160	\$
Animais da 3ª dita	á	\$160	\$
Ditos da 4ª dita	á	\$160	\$
Ditos da 5ª dita	á	\$050	\$
Ditos da 6ª dita	á	\$040	\$
Carros	á	19\$200	\$
Ditos exceptuados	á	1\$000	\$

Somma 5\$920

Recebedoria d o Rio Pardo

3 de julho de 1862.

O Administrador. (Assinatura).

O Escrivão

Fonte: AFJM. Imposto sobre animais²²¹.

O gado era vendido nas feiras e apresentava preços variados de acordo com a idade e função de cada animal. Assim, existia animal cavallar de diversos preços, variando conforme a qualidade. Na década de 1840, no inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, foram encontrados animais cavallares entre 4\$000 a 100\$000: “Um cavalo ruço velho, chamado Ciúme, avaliado por 4\$000” e “Um cavalo melado de sela e de estrebaria avaliado por 100\$000”. Já um cavalo de serviço da fazenda custava em média 40\$000. O gado vacum também tinha preços diferenciados, geralmente custava em torno de 9\$500 a 8\$000 a cabeça de uma vaca comum, mas o boi manco de carro ou de tração custava em torno de 18\$000 a 20\$000. Os animais com maior valor no mercado eram os muares. Uma mula valia entre 80\$000 a 90\$000, já a jumenta entre 100\$000 a 200\$000 e se estivesse prenha custava em torno de 220\$000 a 300\$000²²².

²²¹ AFJM, Caixa de Inventário 1860-1861: Inventário de Maria Viana Campos, 08/1862.

²²² AFJM, Caixa de Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 08/1841.

Quando era efetuada a venda do gado em grande número de cabeças, principalmente se fosse para um local longínquo, levava-se em conta as grandes distâncias percorridas e os custos com as viagens. Nos inventários as relações de animais vendidos, são sempre em grandes quantidades. A relação dos animais vendidos pelo testamenteiro do finado Lourenço Gonçalves Quaresma, na qual a viúva Ana Senhoria discordou da venda, pois sentiu-se lesada em seu patrimônio e na petição apresentada por ela, pedindo para que o Alferes Joaquim Gonçalves Quaresma, irmão e testamenteiro de Lourenço Gonçalves Quaresma, prestasse contas dos produtos e animais por ele comercializados, alegando ser prejudicada com a venda desses animais. Afirmo ainda, que o testamenteiro, seu cunhado “a que se tem declarado incompetente” e que “a venda feita pelo testamenteiro prejudicou a herança” e pede que o mesmo preste contas e “por isso seja servido mandar ouvir ao mesmo e os interessados (...) para todo o tempo constar não só o nome dos animais vendidos, como os preços em poder do mesmo testamenteiro”²²³. Ao todo foram 25 mulas, 7 cavalos, 216 cabeças de gado e 2 jumentas no valor total de 5:094\$000 de réis²²⁴.

Nos inventários e nos testamentos podemos verificar a venda de animais descritos em notas ou relação de bens vendidos. O fazendeiro Agostinho Ferreira do Espírito Santo, possuía 167 cabeças de gado. Para pagar as dívidas que possuía com diversos credores, vendeu 76 cabeças, sendo cinquenta e seis vacum a 597\$000, quinze muaras a 880\$000 e cinco cavaleiros por 110\$000. Em seu testamento, relatou, porém, que havia comprado gado na região do São Francisco de D. Antonia, negócio esse intermediado por Manoel Ferreira Reis, sendo o meio de pagamento um escravo no valor 330\$000, um escravo²²⁵. Dono de 173 cabeças de gado, o fazendeiro Antonio Coelho Sampaio também comprava e vendia animais. Em seu inventario há o recibo de compra de cinquenta e oito cabeças de gado²²⁶.

Geralmente a negociação dos animais era intermediada pelo boiadeiro ou pelo vaqueiro, como fez o fazendeiro Manoel José Viana que ignorava a quantidade de animais comercializados, pelo laço de confiança existente entre ele e seu vaqueiro. Assim, diz em seu testamento que “Clemente Vieira comprou me dezoito bois, a saber os que foram juntos no Gavião a 20\$000 e os que foram juntos na Barra da Panela a

²²³ AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 1841.

²²⁴ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Mulher, Família e Negócio: O papel da mulher no Sertão da Ressaca*. São Leopoldo: ANPUH. 2007.

²²⁵ AFJM, Caixa Inventário 1840: Inventário de Agostinho Ferreira do Espírito Santo, 11/1849.

²²⁶ AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Felipe Coelho Sampaio, 05/1842.

23\$000 e como ignoro o número tanto de uma como de outra parte, o vaqueiro Thomaz sabe o número dos da Barra, para se puder deduzir a conta. E eu, dessa conta, tenho recebido 300\$000 e do resto não tenho clareza”. Ainda no seu testamento, declara que comprou mulas de Joaquim Pedro, da Província de Minas Gerais, além da compra de cangalhas aparelhadas, sendo descritos dez mulas aparelhadas no seu inventário, no valor de 900\$000, fato que indica ser dono de tropa²²⁷.

Ana Senhorinha de Jesus também negociava a compra e venda de animais de suas fazendas. No seu inventário há a descrição da venda de dezenove animais, sendo quinze potros por 264\$000 e quatro burros pela quantia de 124\$000. Seu procurador e administrador, capitão Theotonio Gomes da Rozeira, havia remetido pelo vaqueiro “Camilo Gomes Cardoso vinte e quatro bois de criar da fazenda para serem vendidos, dos quais um fugira da beira do Rio das Contas, por isso que só vendeu a João Eleutério Alves, vinte e três, a preço de 23\$000 cada um, na importância todas de 598\$000, havendo de despesa a quantia de 22\$110”²²⁸.

Junto com as boiadas seguiam também outras mercadorias, o que diminuía os custos com as viagens. O capitão João Dias de Miranda descreve em seu testamento que, seu irmão, capitão Antônio Dias de Miranda “mandou vender doze potros nas matas de Nazareth, por José Pereira Bom Jardim em 1826; assim, mais cento e duas cargas de algodão a preço de 16\$000”²²⁹. Pela informação, o comércio entre a Imperial Vila da Vitória e Nazareth já era intenso, mesmo antes de 1840, pois essa comercialização foi realizada em 1826.

Além do gado ser comercializado por cabeça, em pé, também era vendido em partes separadas depois do abate. A carne verde ou seca era negociada nas feiras e açougues da vila, o sebo, os chifres também rendiam algum lucro. E havia um mercado nacional e internacional para o couro, do gado vacum principalmente.

Os cavalos e muares eram vendidos para as montarias e para o transporte de cargas. O mais vendido era o muar, e o seu preço era de acordo a sua qualidade, as “bestas florão” e as “berros grossos” eram os mais caros, de qualidade excepcional; já os “refugos” os “alcaides”, eram animais ruins e difíceis de vender; Tinham ainda os “burros xucros”, não domados, os “tambeiros” e “cargueiros”, animais dóceis e mansos

²²⁷ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Testamento de Manoel José Viana, 05/1846.

²²⁸ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Ana Senhorinha de Jesus, 10/1848.

²²⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário e Testamento do capitão João Dias de Miranda, 02/1849.

e o “fuá” animal preguiçoso. Para cada tipo de animal, o tropeiro, o comerciante e o comprador, o identificavam de acordo com as suas qualidades e funções²³⁰.

A criação de gado tinha duas finalidades básicas: abastecer os centros urbanos com a carne e fornecer animais de tração para os engenhos e para o transporte do carro de boi. Dessa forma, o boi é empregado não só no uso do carro de boi para o transporte em terrenos planificados, de pedras, madeiras e produtos da colheita, como na condução das famílias às vilas²³¹. Os bois, devidamente amansados, geralmente substituíam os muares, não só para o transporte de cargas como de pessoas, uma vez que superiores aos muares na resistência física ao trabalho, além de ser um animal mais dócil²³². Os dados dos inventários evidenciam que o boi era bem valorizado, alcançando 3 vezes mais o valor de uma vaca.

A Imperial Vila da Vitória também era um local de engorda dos gados que desciam do São Francisco e de Minas Gerais para o Sertão da Ressaca ou vilas litorâneas. O gado que entrasse na Vila não podia pastar fora do lugar determinado pelo código de posturas, e o local próprio destinado às pastagens, descanso e engorda do gado era denominado de Vargem²³³.

Os boiadeiros, tropeiros e viajantes que passassem pela região, pelo Código de Posturas deveriam ser bem tratados pois desse relacionamento dependia a realização de bons negócios e garantia também o seu retorno ao comércio da vila. Para que isso ocorresse havia na região vários pousos, com uma boa estrutura com vendas, tanques nos locais que não havia água corrente, pastagens de engorda e curral público. E para evitar qualquer problema, era proibido os moradores da vila “fazer vexames e outro tipo de constrangimento aos criadores e a outras pessoas que trouxesse seus gados para com o objetivo de os desviar do mercado”²³⁴.

A documentação indica a ocorrência de pequenos incidentes com os animais transportados durante a viagem. Geralmente um animal que se perdia pelo caminho, adoecia, era atacado por algum animal, principalmente cobras e podia ser roubado,

²³⁰ VIEIRA, Rogich. *A Princesa dos Tropeiros*. Sorocaba, SP – ELU (Editora Literatura Universal), 1972, p. 11,12,17, e 69.

²³¹ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Salvador: UFBA, 2007 (dissertação de Mestrado). P. 53.

²³² DORNAS FILHO, João. *Tropas e Tropeiros*. Da academia Mineira de Letras.

²³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.

²³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.

causando grandes prejuízos. Quando acontecia de um animal morrer pelas estradas, o dono era obrigado a enterrá-lo em lugares afastados das vilas e caminhos públicos²³⁵.

Nos inventários e em algumas petições há sempre a reclamação de um animal que se perdeu ou que foi roubado pelos caminhos. A marca do ferro era importante para evitar problemas referentes ao sumiço ou roubo de um animal. A exemplo, de Martiniano de Souza Meira, que tendo sua égua tordilha, sem marca de ferro ou seu sinal, denunciou Apolinário Constancio de Melo, morador no termo de Maracás de ter roubado a dita égua. Este alegou que também tinha uma égua andorinha, sem ferro, visitando o local da Barriguda, levou a referida égua de Martiniano de Souza Meira como se fosse sua²³⁶.

Mesmo o gado ferrado não estava ileso de furtos. Assim foi o caso de José Alves de Aguiar, proprietário e morador na Fazenda Cachoeira, termo do Rio Pardo, na Província de Minas Gerais e que entrou na justiça contra Luiz da França por ter lhe roubado um boi. Em viagem para a Imperial Vila da Vitória, com uma boiada para ser vendida ao Tenente Pompílio Nunes de Oliveira, passou pelo lugar de Porto de Santa Cruz, no termo da Imperial Vila da Vitória. Nesse lugar deixou um boi de cinco anos. Porém, aconteceu que dois meses depois Luiz da França “sem nenhum escrúpulo, desprezando os ditames da razão, despoticamente, furtou-contraferrou com seu ferro o dito boi e o conserva em uma manga de pasto”²³⁷. Infelizmente que faltam algumas páginas desse auto e não foi possível saber o resultado do processo.

A perda de um animal era sempre um prejuízo, principalmente porque as viagens eram às vezes muito dispendiosas, dependendo da distancia percorrida ou do tipo de mercadoria que o tropeiro ou o boiadeiro levasse. Além de pagar as taxas de impostos cobradas durante o trajeto, havia o custo com alimentação dos viajantes e dos animais e os imprevistos que eventualmente ocorriam. De acordo com Antonil o custo de uma boiada que saia de Jacobina para a feira de Capoame, com jornada de dezessete dias era de 1\$000 por cabeça e se no

Caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as rezes que faltam. Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil reis, e ao homem que com o seu cavalo guia a boiada, oito mil réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionalmente a paga de todos. E, por isso, do rio São Francisco

²³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.

²³⁶ AFJM, Caixa Diversos 1874: Sumário de Culpa movido por Martiniano de Souza Meira, 04/1874.

²³⁷ AFJM, Caixa Diversos 1880-1882: Sumário de Culpa movido por José Alves de Aguiar, 07/1882.

acima, vindo para Capoame, alguns dos que tomam a sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões por cada cabeça, e mais, se for maior a distância²³⁸.

Tanto as viagens com o intuito de transportar gado e outras mercadorias tinham um custo elevado como também as viagens feitas pelos fazendeiros a outras regiões ou de pessoas que eles precisassem em suas fazendas, a exemplo de médicos para examinar os enfermos ou da presença do padre para dar a extrema-unção ou atender as confissões dos fiéis. Uma viagem de cocho²³⁹, por exemplo, poderia custar muito caro. Agostinho Ferreira do Espírito Santo declarou, em seu testamento, dever a Silvério Oliveira Santos, morador na Vila de Nazareth 77\$000 e a Luis Ignácio, morador no Periperi, a quantia de 85\$000, provenientes de viagens onde os dois o conduziram em cochos²⁴⁰. Comparando com a viagem que José Ferreira Salgado fez à povoação de Aldeia, no termo de Nazareth, conduzindo dois animais carregados de pedras pela quantia de 10\$000, custou bem menos que a de cocho²⁴¹, também para Nazareth, por 77\$000. Já Ana Senhorinha de Jesus, precisando de cuidados médicos, e sem a existência de um na Imperial Vila da Vitória, mandou chamar o Doutor João Dunga em Caetité. A viagem até a fazenda Uruba, onde residia e mais curativos lhe custou a quantia de 600\$000²⁴². Já o fazendeiro Manoel Cláudio de Santa Ana, enfermo e precisando de extrema-unção, mandou chamar o reverendo vigário José Muniz Cabral Leal de Meneses até a sua fazenda para receber a “confissão e encomendar o corpo”, pagando pela viagem 80\$000²⁴³.

Os boiadeiros e tropeiros cobravam pelas suas viagens e esperavam para que nada de errado acontecesse, pois, como vimos, eram responsáveis pelas boiadas e mercadorias levadas até o destino. Porém, além de ocorrer um animal fugir, ou ser roubado, uma mercadoria poderia estragar durante a viagem, principalmente em épocas de secas e no verão, quando as temperaturas eram mais elevadas. Geralmente o tropeiro transportava produtos perecíveis como, toucinho, requeijão que estragavam durante as longas viagens pelas condições climáticas. Como foi o caso do tropeiro Manoel José de Oliveira, morador na Piabinha, distrito da Verruga, que em setembro de 1882

²³⁸ ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência no Brasil*. 2ª ed. (1ª ed.1711). São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. p. 202.

²³⁹ De acordo com as descrições no testamento, o cocho seria uma espécie de transporte.

²⁴⁰ AFJM, Caixa de Inventários 1849: Inventário e Testamento de Agostinho Ferreira do Espírito Santo. 11/1849.

²⁴¹ De acordo com a descrição da documentação, cocho seria um objeto de transportar pessoas.

²⁴² AFJM, Caixa de Inventários 1847-1848: Inventário e Testamento de Ana Senhorinha de Jesus, 10/1847.

²⁴³ AFJM, Caixa Diversos 1877-1879: Inventário de Manoel Cláudio de Santa Ana, 11/1877.

transportou as mercadorias do fazendeiro Bartolomeu Fortunato Pereira até a vila de Canavieiras. O mencionado tropeiro entrou na justiça para ter a sua viagem paga pelo fazendeiro, alegando que não teve culpa da mercadoria ter estragado, pois se esforçou muito para tentar evitar o prejuízo. Mas o tropeiro, sob ameaças, foi obrigado a pagar 59\$000 ao fazendeiro, e sob efeito “de uma extraordinária violência assinou n’uma letra, que em seu nome foi passada [...] ao em vez de se pagar o salário” ou o frete ao tropeiro e justifica que as mercadorias perecíveis como “requeijão, tocinho e feijão, dos quais pouco se aproveitou, em consequência do péssimo tempo, que ocasionou a ruína daqueles viveres, não podendo [o tropeiro] aproveitar, sequer o capital empregado [...] não obstante o emprego de todas suas diligencias e esforços, vendo ter prejuízo por motivo todo independente da vontade”²⁴⁴.

Esse auto de protesto do tropeiro Manoel José de Oliveira mostra que o tropeiro enfrentava problemas sérios durante as suas viagens e que a atividade do tropeiro nem sempre foi pacífica, como mostrou a historiografia do tropeirismo, que aponta o tropeiro como uma pessoa que a população depositava confiança por ter algumas características como a honestidade e a lealdade. Cuidavam de suas encomendas e as entregavam com todo no melhor estado, pois eram considerados práticos e honrados nos negócios. O tropeiro era geralmente um homem corajoso e hábil. Andava pelos caminhos do sertão, sendo agente de ligação entre o mundo ruralizado com o urbano²⁴⁵. Trazia consigo uma bagagem cultural riquíssima, relacionando-se com pessoas diferentes de forma harmoniosa.

O tropeiro e o boiadeiro eram como agentes de ligação e intermediação das relações comerciais entre o Sertão da Ressaca e demais regiões das províncias baiana e mineira no século XIX²⁴⁶. O tropeirismo encontrou espaço para se desenvolver no Brasil deste o século XVII. Foi na mineração que essa prática cresceu, assumindo a importância e o dinamismo do mercado abastecedor. Os difíceis acessos da região das Gerais exigiam um tipo de animal que fosse resistente, que percorresse e suportasse as enormes distâncias, com terrenos íngremes e ainda com o peso da carga. Assim, o burro foi a solução para um período que não existia transportes motorizados e nem estradas com boas condições de trânsito.

²⁴⁴ AFJM, Caixa Diversos 1883-1884: Auto de protesto de Manoel José de Oliveira. 02/1883.

²⁴⁵ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia. Vitória da Conquista: UESB (monografia).

²⁴⁶ Principalmente os testamentos e petições.

Caio Prado Junior afirma em *Formação do Brasil Contemporâneo*, que no Brasil colônia não existia a produção de muares e que estes vinham de fora, da região platina²⁴⁷. Embora tenha importado muitos muares e cavalos, principalmente da Argentina e do Peru, houve criadores de muares no Brasil desde o século XVIII, sendo os principais centros produtores Sorocaba e a região mineradora, pois era necessário produzir o animal, uma vez que as grandes distâncias dificultavam a aquisição desses animais²⁴⁸. Caio Prado Junior apontou que no norte o transporte de carga era feito frequentemente a cavalo²⁴⁹, mas para esse tipo de tarefa o cavalo não é resistente e a mula foi desde o início o animal utilizado para o transporte tanto no sul, nas minas, como no nordeste. Para evidenciar esse fato, Paulo Mercadante afirma que “os tropeiros da mata são os mesmos do centro e do sertão”²⁵⁰. A prática do tropeirismo apresenta características semelhantes em todo o Brasil, embora alguns autores, apontam algumas diferenças quanto a linguagem, vestimenta e o tipo de mercadoria que transporta entre outras que analisaremos mais detalhadamente adiante.

A origem da palavra tropa é também muito discutida. Rogich Vieira acredita que seja palavra com sentido americanizado, provindo das colônias hispânicas, principalmente Peru e Argentina. Para Aluísio de Almeida tropa tanto pode ser de cavalos, bois, muares como até porcos, acrescentando a tudo isso a idéia de rebanho em marcha para a feira ou matadouro. Rogich Vieira ainda faz uma análise dessa palavra de acordo com as regiões brasileiras, para ela na Brasil Central restringiu-se o significado, designando apenas tropa de muares asininos, já para o norte a tropa é o “comboio” e o tropeiro unicamente o “comboeiro”²⁵¹.

Alguns historiadores divergem quanto à identificação do tropeiro. Para Licurgo Santos Filho e Paulo Mercadante²⁵², o tropeiro é o dono da tropa. Outros como João Dornas Filho²⁵³ afirmam que o tocador e o dono da tropa é a mesma pessoa, colocando ainda a função do tropeirismo como sendo uma profissão, sendo o tropeiro prático e honrado nos negócios. Alcir Lenharo afirma que o tropeiro é o negociante de tropas

²⁴⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 209.

²⁴⁸ MATTOS; Mário. Fases de Prosperidade e de Declínio do tropeirismo. IN. BONADIO, Geraldo. *O Tropeirismo e a Formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras, 1984, p. 18.

²⁴⁹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 260.

²⁵⁰ MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: Estudo de uma Região – a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.p. 61.

²⁵¹ VIEIRA, Rogich, A Feira de Muares de Sorocaba. IN. BONADIO, Geraldo. Op. Cit., 1984, p. 27-32.

²⁵² Ver respectivamente Uma comunidade Rural no Brasil Antigo, 1956 e Os Sertões do Leste, 1973.

²⁵³ DORNAS FILHO, João Tropas e Tropeiros, da Academia Mineira de Letras.

“solta” ou “carregada”, ou ainda “aquele que vive de negócio”, nesse caso tropa é composta por animais carregadas ou soltas à serem negociados²⁵⁴. Neste trabalho, o que é considerado o tropeiro é o tocador da tropa, é aquele que vive a prática do tropeirismo, e também por estar em contato direto com os animais e produtos, exercendo realmente o trabalho, também porque o dono da tropa participava do trabalho.

Além do tropeiro que viajava com mercadoria, havia o cometa, o mascate, o caixeiro viajante, cada um tendo a sua função e particularidade, pois o cometa era responsável pelas transações econômicas, trabalhava para firmas das cidades e percorria os sertões e outras regiões levando dinheiro para empréstimos e os últimos acontecimentos do mundo da moda, da dança e as informações. Não andava com tropa, apenas com um ou dois animais para conduzir pequenas mercadorias. Já o mascate viajava quase sempre a pé e comercializava pequenas coisas como sabonetes, rendas, espelhos, jóias entre outras coisas. Mesmo a pé, o mascate caminhava longos caminhos indo de vila em vila com seu malote levando novidades. Temos também o mercador, um dos primeiros a andar pelo Brasil, percorria enormes distâncias com seus animais, geralmente aos pares, um para montar e, outro, para as mercadorias, viajava de feira em feira, levando mercadorias que não tinha na região e retornava com produtos que faltava em outra. Mercador e cometa são parecidos, porém, o primeiro é independente e, o segundo, trabalhava para alguma firma da cidade²⁵⁵.

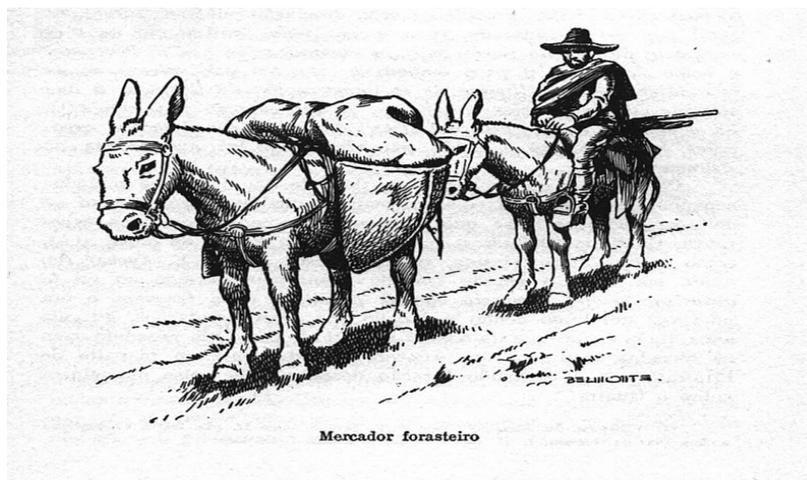
Tropeiro, caixeiro viajante, mascate e, também, joalheiro, eram tipos de uma única função, o comércio, grandes trabalhadores para a manutenção do Brasil. Segundo Eurico Alves Boaventura o tropeiro, o mascate e o joalheiro “fixaram a civilização no interior e ajudaram a se tornar luxuosa a vida no sertão”²⁵⁶, pois o luxo também fazia parte da vida das famílias e a população dispersa pelo sertão. Podemos perceber nos inventários produtos como mobílias, louças, tecidos, jóias e outros objetos usados pela população que eram transportados e vendidos por eles. Boaventura também afirma que havia diferenças entre o tropeiro, mascate e joalheiro, todos os três atuavam no transporte e na comercialização de mercadorias, porém a maneira, a postura e o produto com que comercializavam, distinguia cada um. A exemplo, do Joalheiro, segundo o autor,

²⁵⁴ LENHARO, Alcir. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 110.

²⁵⁵ DORNAS FILHO; João. Op. Cit. p. 122 – 124.

²⁵⁶ BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiro*. Salvador: Centro Editoria e Didático da UFBA, 1989, p.137.

O tropeiro mais fino era o joalheiro. Mais importante e requintado. Carregava e transportava mercadorias de forma um tanto aprimorada e sem óbices dos tropeiros de alpercatas. Um tropeiro elegante, mas com as mesmas possibilidades de fixar a vida do interior, de estabelecer a intercomunicação no mar e do sertão. Ao seu aparecimento, os bauzinhos de folha das sinhazinhas e das matronas se abriam, e o dinheiro obtido com a safra do fumo ou com os capados cevados se dissolvia em berloques de ouro, em almindrilhas [...] anéis, cordões e crucifixos [...] Relicários não podiam deixar de comprar [...] E jóias e enfeites, comprados tudo às mãos audaciosas e cúpidas deste joalheiro ambulante²⁵⁷.



258

Nesta figura, Belmonte retrata um mercador forasteiro e, ao contrário do tropeiro, este anda sozinho, montado em um burro e tocando outro carregado de mercadorias.

Fonte: BELMONT. *No Tempo dos Bandeirantes*, 4ª edição, São Paulo: Melhoramentos, p. 115.

Aluísio de Almeida, ao fazer o intróito do romance “A Princesa dos Tropeiros” de Rogich Vieira, aborda a figura do tropeiro como sendo uma figura nacional da história do Brasil somente comparável ao bandeirante. “O bandeirante gerou o tropeiro, o tropeiro gerou as indústrias”. Para ele o

bandeirante descobriu, o tropeiro uniu. Aquele devassou este civilizou. Tropeiros, houve-os em todo o país, houve-os na Europa, até há pouco havia-os no Oriente e ainda haverá o seu irmão, o cameleiro. Todos com outros nomes, por exemplo, o “muletier”²⁵⁹.

Já para Boaventura, o bandeirante desbravou o sertão, o fazendeiro o conquistou e o tropeiro o auxiliou nessa conquista e sem o auxílio do tropeiro, era quase impossível a fixação do fazendeiro no sertão²⁶⁰.

A tropa, composta com 12 ou 10 animais cargueiros, mulas ou bestas que eram mais resistentes, percorriam grandes distâncias para levar às vilas e feiras, mercadorias

²⁵⁷ BOAVENTURA, Op. Cit. P. 142.

²⁵⁸ BELMONT. *No Tempo dos Bandeirantes*, 4ª edição, São Paulo: Melhoramentos, p. 115.

²⁵⁹ ALMEIDA, Aluísio de. IN. VIEIRA, Rogich. *A Princesa dos Tropeiros*. Sorocaba, SP- ELU (Editora Literatura Universal) 1972, p. 07-08.

²⁶⁰ BOAVENTURA, Op. Cit. P. 139.

necessárias às populações e que eram difíceis de ser encontradas. Vera Ravognani Job, afirma “que isso representa mercadoria móvel, necessárias em outras áreas”²⁶¹.

Os tropeiros enfrentavam muitas dificuldades na sua atuação. Eram longos percursos, tocando os burros e prestando atenção para que nada de errado pudesse acontecer e machucar um animal ou danificar as mercadorias. Além do mais, o tropeiro precisava ter condições físicas para o trabalho, pois pegavam muito peso, caminhavam muito e dormiam e se alimentavam em condições inadequadas. O trabalho era árduo e a disciplina rigorosa: levantavam cedo, pegavam os animais, arriavam e começavam a andar até chegar em outro pouso ou ao seu destino.

Para arriar a tropa, utilizava-se arreio em couro, resistentes para agüentar o peso e o movimento dos animais. Era necessário prender muito bem a mercadoria no animal, para que ela não quebrasse, perdesse ou estragasse. João Dornas Filho descreve os arreios e o arriamento dos animais,

Para arriar-se o burro, põe-se-lhe primeiro, ao lombo, um albarda, que é de madeira e tem uma forte saliência vertical nas suas extremidades da parte superior; suspendem-se nelas, de cada lado, as caixas ou sacos a se transportarem. A fim de diminuir a pressão dessa cangalha, forra-se internamente com capim seco, de longas folhas estreitas e que é estendido bem por igual; põe-se por cima desse colchão de capim um coxim feito de esteiras encobre-se este com um pano de algodão. A albarda assim acolchoada é, ainda guarnecida de um couro recortado; a parte externa deste tem dois orifícios para deixar passar as pontas da cangalha, uma correia larga e, atrás, uma outra comprida (...) ²⁶².

A cangalha era um utensílio muito importante, pois era nela que a mercadoria seguia segura. Era feita em madeira, colocada no animal, ali se podiam prender as bruacas, confeccionadas em couro, com uma tampa, também em couro e colocada em cada lado da cangalha. As mercadorias e o peso deveriam ser iguais em cada bruaca para que houvesse um equilíbrio, e o animal não sofresse com o peso. Para reforçar a segurança, o tropeiro jogava por cima da cangalha e da bruaca um couro para proteger as mercadorias da poeira, do sol e das chuvas.

Depois de arriada, a tropa era organizada para seguir viagem. Quando ornamentada, os animais recebiam guizos, gongolos, chocalhos. O madrinheiro puxava a tropa e o restante o acompanhava. Segundo os ex-tropeiros, quando chegavam em uma cidade ou em uma vila, iam todos ver a tropa com aquele barulho dos guizos, pois

²⁶¹ JOB, Vera Ravognani. Algumas Considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo. In BONADIO, Geraldo. *O tropeirismo e a formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras. 1984, p. 13

²⁶² DORNAS FILHO, João. *Tropas e tropeiros*. Da Academia Mineira de Letras, p. 107,80

se ouvia o barulho de longe e todos faziam aquela festa para receber os tropeiros e reencontrá-los depois de uma longa viagem²⁶³.

Como os animais eram fundamentais na expansão do tropeirismo era necessário ter um cuidado especial com a alimentação e também para um bom preparo físico, pois além de caminharem longas distâncias, ainda carregavam peso de até 120 quilos, subindo e descendo ladeiras. Na seca, o cuidado era dobrado devido à falta d'água e o calor que desgastava o animal. Era preciso então diminuir o percurso e o peso da carga.

Como a produção de mercadorias era feita geralmente, na própria fazenda do tropeiro-fazendeiro, o tropeiro era um homem do campo, organizado no sistema familiar de produção, mas voltado para as atividades comerciais, elevando a categoria do tropeiro no âmbito econômico-social. Em relação a isso, Alcir Lenharo afirma que “no universo social deste tipo de famílias produtoras de gêneros de subsistência mercantil, a categoria tropeiro aparece como um tipo social indefinido, ofuscado pela parametrização detida sobre a categoria proprietário, densa e absolutizada, de quem o tropeiro se apresenta como se fosse apenas uma sombra”²⁶⁴. Essa afirmação de Alcir Lenharo pode servir de exemplo para os tropeiros do sertão da Bahia, pois o tropeiro, além de homem de negócios, comerciante, assumia outras funções, principalmente como difusor de idéias, notícias, além de levar bilhetes, cartas, recados e os últimos acontecimentos dos lugares visitados.

Quando uma tropa chegava em um lugar, todos corriam para ouvir as notícias e saber dos últimos acontecimentos. As tropas funcionavam como correios, e os motivos não eram apenas pela demora de conseguir notícias através de outros meios, mas, principalmente, pela confiança que as pessoas depositavam nos tropeiros, pois “o tropeiro era geralmente muito conhecido na vila, reconhecido como pessoa de bem que, vivendo deste trabalho, tornava-se credor de grande confiança e estima dos comerciantes”²⁶⁵. Essa confiança pode ser explicada pelo fato do tropeiro agregar algumas características como a honestidade e a lealdade, ao cuidar de encomendas e

²⁶³ O madrinheiro era quem ia na frente da tropa, sempre enfeitado, e tanto podia ser uma pessoa, um cachorro, como um burro.

²⁶⁴ LENHARO, Alcir. Op. Cit., p. 110

²⁶⁵ FONSECA, Humberto José & SILVA, Danilo M. da. Povoamento, Abastecimento e Cotidiano: Conquista nos séculos XVIII e XIX. IN. FONSECA, Humberto José (Org.). *História e Cotidiano no Planalto da Conquista*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/ UESB, 1998 (Memória Conquistense n 3), p. 143.

entrega-las com todo o cuidado, além de serem considerados práticos e honrados nos negócios.

A Imperial Vila da Vitória era uma região com potencialidades econômicas com amplos recursos naturais e apresentava uma agricultura significativa, como já foi dito. Era, portanto, uma região propícia para atuação dos tropeiros, pois tanto ali, como no sertão em geral, a auto-suficiência não era absoluta, pois havia uma troca de produtos entre sertão-litoral, e havia vários produtos vendidos na vila para atender as necessidades locais; e, ainda, possuía um fluxo comercial intenso, mantendo, essa região, relações comerciais com a Bahia (Salvador), norte de Minas Gerais e outras vilas da província da Bahia²⁶⁶. Segundo Antonieta Miguel,

as estradas tornaram-se um espaço essencial para as trocas mercantis (...) o comércio inter e intraprovincial movimentou a vida dos moradores das vilas sertanejas oferecendo, por outro lado possibilidade de enriquecimento, por outro, o contato com formas de pensar e agir que representassem a integração ao mundo civilizado do Império (...) pode-se afirmar que os contatos comerciais do arraial da Conquista e posterior Vila da Vitória foram mais intensos no âmbito regional Rio Pardo, Minas Novas, Chapada Diamantina, Ilhéus, Areia, Nazaré figuram como fontes de referências para as trocas. A cidade da Bahia aparece como fornecedora de produtos estrangeiros que chegavam às vilas em lombos de muarens sob o comando dos tropeiros²⁶⁷.

Ao tratar do Alto Sertão²⁶⁸, Jurema Mascarenhas Paes analisa o povoamento da região, bem como a abertura de estradas que possibilitava o intercâmbio entre vila, cidade e província, como também a circulação de comerciantes, viajantes e notícias, realçando a figura do tropeiro e a importância das tropas para a integração regional. Segundo a autora, as relações comerciais eram realizadas entre as províncias, sendo o tropeiro o responsável por consolidar o desenvolvimento da economia interna da colônia.

Graças às tropas foi possível a existência e a sobrevivência das cidades e vilas do Alto sertão, oxigenando através dos caminhos e estradas, as relações socioeconômicas do interior. Acampamentos, simples e estradas, grupos vicinais, lugarejos, esquecidos, vilas e províncias foram pouco a pouco, se integrando e se desenvolvendo através dos circuitos comerciais de exportação e de circulação interna. Tropas de burros permitiram que o fumo das terras altas do “Sertão de Baixo”, bem como, o algodão, o couro, o ouro e diamantes de alto Sertão se ingressassem no mercado de exportação²⁶⁹.

²⁶⁶ MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A imperial Vila da Vitória na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: UFBA, 2000. (dissertação de Mestrado), p. 60-61

²⁶⁷ Idem, p. 60-61.

²⁶⁸ Região da Serra Geral.

²⁶⁹ PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001. Dissertação de Mestrado. p. 54-53.

Em períodos de secas que assolavam o sertão baiano, os tropeiros socorriam a população faminta transportando alimentos para as regiões mais atingidas. Os alimentos comprados em Canavieiras eram transportados pelo rio Pardo e das Contas e outros conduzidos por “lombos de animais de Ilhéus e de Areia”, dirigiam-se principalmente para a comarca do Rio de Contas. Em alguns casos os tropeiros iam ao auxílio dos flagelados gratuitamente, em outros casos reduziam o valor cobrado pelo frete dos alimentos²⁷⁰.

Ao longo das estradas fixavam-se ranchos, nos quais tropeiros, viajantes e boiadeiros pernoitavam, gerando ali, um pequeno comércio, tendo a venda como o principal ponto. Essa função, o rancho, propiciou o surgimento de lugarejos, como é o caso de Jequié, região de pouso, de engorda e de criação de bovinos²⁷¹.

Aprofundando a questão, Cláudia Chaves analisa o papel do mercado interno mineiro no final do século XVIII, período de decadência da mineração quando ocorreu uma diversificação da economia, projetando a região, no início do século XIX, como principal centro abastecedor do Centro-Sul. Para isso, Chaves investiga o papel dos tropeiros neste processo, pois

não só os produtores rurais da capitania [de Minas Gerais] se preocupavam em abastecer a região mineradora, como também um grande número de comerciantes ligados às casas comerciais do Rio de Janeiro e Bahia, se dirigiam a esse mercado consumidor [...]. Esse movimento comercial estimulou a elaboração de um estudo sobre a atuação dos tropeiros no mercado mineiro [...]²⁷².

Kátia Mattoso faz uma análise sobre o mercado de Salvador no século XIX chamando atenção para o mau abastecimento e a má distribuição de gêneros de primeira necessidade. Por outro lado, a autora afirma que a cidade do Salvador apresentava várias funções, entre elas, a de praça de comércio internacional e, também, de importante praça de distribuição de mercadorias que alimentava regiões ainda longínquas, utilizando o transporte marítimo e as vias terrestres, seguindo pelos caminhos abertos pelas trilhas do gado que naquele período ainda chegavam à cidade de Salvador, transportadas pelas tropas de muares, segundo a autora, “essas tropas de tropeiros levam para as cidades e povoados distantes todo tipo de mercadorias e,

²⁷⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Presidente da Província – Secas. Maço 1607. 1845-1860.

²⁷¹ ARAÚJO, Emerson Pinto de. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGB editora, 1997, p. 48-49.

²⁷² CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 19-20.

seguramente, traziam de volta o que se produzia de economicamente significativo, como por exemplo algodão – ‘que dava com gosto nas terras altas de Caetité (...) Todavia, esse importante fluxo comercial interno é-nos pouco conhecido pois faltam-nos estudos dedicados ao comercio inter-provincial e provincial’²⁷³. Ainda segundo Mattoso, o circuito exportador, encontrava na atividade comercial inter-regional e local o complemento indispensável para assegurar uma margem de lucro, para os grandes comerciantes. Esse comércio inter-regional e interprovincial teve no trabalho dos boiadeiros, tropeiros e canoieiros a base fundamental para o desenvolvimento do mercado interno, impar pois eram o elo entre o sertão e o litoral.

A IMPERIAL VILA DA VITÓRIA E O COMÉRCIO

Na Imperial Vila da Vitória, 17 comerciantes, que representavam 8,2% dos inventariados pesquisados possuíam casas comerciais no Sertão da Ressaca, na vila e arraiais, oferecendo a população diversos produtos importados e nacionais, desde alimentos até objetos de higiene pessoal e beleza. Desses somente um não possuía terra, dois outros não possuíam escravos e um outro não criava gado. Portanto, esses comerciantes diversificando sua atividade com propriedades rurais e escravos, criação de gado e plantavam cana-de-açúcar, algodão, mandioca, café, e possuíam casa de farinha, engenho e alambiques onde fabricavam farinha, açúcar, rapadura e aguardente que vendiam em suas casas comerciais.

As sociedades comerciais eram comuns nesse período, principalmente entre os familiares, a exemplo do Capitão João Dias de Miranda e seus irmãos e sócios o Sargento mor Raimundo Gonçalves da Costa e o Capitão mor Antonio Dias de Miranda, filhos de João Gonçalves da Costa²⁷⁴. Outro caso de sociedade é o do comerciante Bernardo Lopes Moitinho com um dos seus filhos João Lopes Moitinho, que declarou em seu testamento, ter

“decidido em todos os meus negócios com meu filho João Lopes Moitinho e com quanto o trato que temos até hoje seja ele ter um quarto dos interesses ou lucros que houvessem do dito negócio. Contudo, a dois anos desta parte lhe prometo dar metade dos ditos interesses e isto vá calmamente, portanto, se ao tempo da minha morte este meu filho João se achar na minha companhia e não tivermos passados novos papéis de sociedade, meus herdeiros se conformarão em que receba metade de todos os lucros que aparecem desde aquela época para cá. Declaro mais que meus herdeiros se conformem

²⁷³ MATTOSO, Kátia, M. de Queirós. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX*. São Paulo: HUCITEC. 1978. p. 244-245.

²⁷⁴ AFJM, Caixa de Inventário 1849: Testamento do Capitão João Dias de Miranda, 01/1849.

com as contas que apresentadas forem por meu filho João, pois ao fato está ele de meus negócios e **muito certo estou de sua capacidade e honradez e por isso o considero incapaz de lesar a seus irmãos**²⁷⁵.

Os comerciantes desde o renascimento comercial na Europa, se associavam, trabalhavam juntos, se organizavam de várias formas, desde sociedade de curto prazo, para a realização de um único negócio, até a formação de companhias mais duradouras. Dessas, temos “a sociedade familiar – pai, filhos, irmãos e outros parentes – e tal como o nome indica (*cum*, com, e *panis*, pão) uma união cerrada, onde tudo é partilhado, o pão e os riscos cotidianos, o capital e o trabalho”²⁷⁶.

Outros comerciantes agiram em conjunto com outras pessoas para efetuarem seus negócios, principalmente quando eram efetuados em diferentes lugares. Havia a comissão e a participação, formas em que o associado participava apenas com uma parcela dos investimentos e lucros. Independente de qual seja a forma de parceria no negócio, todas “exigem fidelidade, confiança pessoal, exatidão, respeito pelas ordens dadas. Uma espécie de moral muito rigorosa”²⁷⁷. É o que se observa no testamento de Bernardo Lopes Moitinho, sobre a confiança de que seu filho e sócio atuava sempre com “capacidade e honradez e por isso o considero incapaz de lesar a seus irmãos”²⁷⁸.

As sociedades com base familiar nem sempre acabavam de forma harmoniosa e fraterna. A associação do Capitão Francisco das Chagas Gomes com o seu irmão o Capitão Camilo Gomes Cardoso é um exemplo disso. Depois do falecimento do seu irmão, o Capitão Francisco das Chagas Gomes moveu uma ação contra D. Cordula Maria de Carvalho, sua cunhada, exigindo que a viúva prestasse contas da sociedade entre ambos e apresentasse os livros, documentos e mais papéis que comprovasse a existência da sociedade e, ainda, as entradas e saídas de dinheiro. Alegava que os papéis que tinham em mãos foram “encontrados erros, até mesmo nas somas”, porém, novas contas foram realizadas em juízo e analisados por peritos, uma vez que D. Cordula Maria de Carvalho se recusava a prestar contas. O total das dívidas passivas relacionadas nas contas da sociedade importava no total de 4:144\$300, cabendo a cada um pagar a metade das dívidas²⁷⁹.

²⁷⁵ AFJM, Caixa de Inventário 1850-1859, nº. 09: Testamento de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

²⁷⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 02: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 384.

²⁷⁷ Idem, p. 127.

²⁷⁸ AFJM, Caixa de Inventário 1850-1859, nº. 09: Testamento de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

²⁷⁹ AFJM, Caixa Diversos 1874: Petição de Francisco das Chagas Gomes, 10/1864.

Do circuito estabelecido entre o sertão da Ressaca e as demais cidades baianas e mineiras, é interessante a petição movida por José Cardoso de Souza, português, morador em Nazareth e gerente do comerciante Francisco Felix de Souza Faria, residente na povoação de Areia, termo de Valença. O gerente José Cardoso de Souza entrou na justiça contra Francisco Felix de Souza Faria para receber as despesas em viagens no Rio Pardo e região, a fim de realizar o negócio com “ouro lavrado e estrangeiro e cobranças de dívidas na importância de 3:785\$880”. Para tal feito “andou em distância de cento e tantas léguas nesta e na Província de Minas gastando na disposição de negócio 36 dias e na arrecadação a quantia de 151\$700, além de outras despesas”. E, como o gerente andava sempre com “dois animais e dois moços alugados” e as despesas efetuadas totalizaram 400\$000²⁸⁰. Francisco de Felix Souza Faria não pagou ao gerente as referidas despesas das viagens nem ao seu trabalho, obrigando-o entrar na justiça, rever seus direitos e não ficar no prejuízo, que depois de julgados e avaliados os autos, obrigou o comerciante Francisco Felix e Souza Faria a pagar ao gerente as devidas despesas.

Essa petição além de ser uma ação trabalhista, é um indício de que as relações comerciais não tinham fronteira. As transações comerciais ocorriam independentes do local onde se fixava o estabelecimento comercial, a exemplo dessa ação onde os envolvidos residiam em Nazareth e foi executada na Imperial Vila da Vitória. Isso se tornou possível porque José Cardoso de Souza efetuou cobranças e outros negócios na Imperial Vila da Vitória, quando de passagem pela vila²⁸¹.

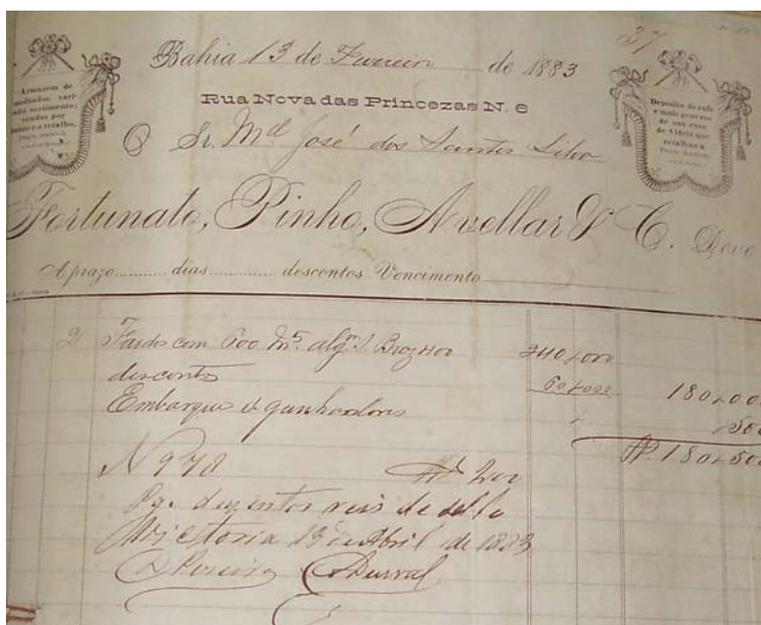
Para entendermos melhor a dinâmica comercial da Imperial Vila da Vitória é interessante analisar mais profundamente a trajetória de alguns comerciantes e a sua importância mercantil local e interprovincial, uma vez que exportavam para outras cidade da província gêneros produzidos em suas terras, engenhos e alambiques, principalmente a venda de gado.

O fazendeiro e maior comerciante da vila, o Tenente Manoel José dos Santos Silva, possuía um monte mor avaliado em 37:622\$608, proveniente de seis fazendas de plantação cana-de-açúcar, mandioca e de criação de gado, entre este havia 13 muares que formavam uma tropa para o transporte de suas mercadorias e era dono de oito escravos. A sua dívida ativa atingiu o valor de 12:438\$923, tendo crédito a receber de

²⁸⁰ AFJM, Caixa Diversos 1855-1857: Petição de José Cardoso de Souza, 03/1859.

²⁸¹ Quando esteve na Imperial Vila da Vitória uma das cobranças de dívidas efetuadas foi a de Agostinho Ferreira do Espírito Santo no valor de 492\$139. Ver capítulo III. AFJM, Caixa Diversos 1855-1857: Petição de José Cardoso de Souza, 03/1859.

duzentas e trinta e cinco pessoas, sendo estas 67 letras, 162 de rol. As mercadorias de sua loja procediam da Bahia, principalmente das casas de negócios de Anselmo D'Azevedo Fernandes e Cia. e dos senhores Fortunato, Pinho, Avelar e Cia.²⁸², como demonstra a nota abaixo.



Armazém de molhados, variedade e sortimento; venda por junto e a retalho. Preços ?.

Deposito de café e mais gêneros de sua casa de Mdeia (sic) que
retalhão a. Preços ...?.

Bahia 13 de fevereiro de 1883
Rua Nova das Princesas N. S.

O Senhor Manoel José dos Santos Silva.
Fortunato, Pinho, Avelar & C. Deve.

A prazo....dias...descontos vencimentos....

- 2 Fardos com 600 m. algodão Braz. 400 – 240\$000

Descontos – 60\$000 - 180\$000

Embarque de ganhadores - \$500

Soma – 180\$500. N978 (assinatura 200). Pg. Duzentos reis de solto.

Vitória 19 de abril de 1883. Assinatura de D. Pereira Durval.

Fonte: AFJM, Nota fiscal²⁸³.

Pelo balaço geral do estoque de sua loja identificamos várias mercadorias vendidas em se estabelecimento como ferragens, miudezas, drogas, fogos de artifício, molhados e fazendas “ultimamente compradas dos senhores Anselmo de Azevedo Fernandes e Cia no valor de 1:522\$274”. As mercadorias existentes na loja foram avaliadas em 11:974\$838²⁸⁴.

²⁸² AFJM, Caixa de Inventário 1883: Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 03/1883.

²⁸³ AFJM. Caixa de Inventário 1883: Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 03/1883.

²⁸⁴ AFJM, idem.

O casal Theotonio Gomes da Roseira e Rosa Maria de Jesus comerciante e fazendeiro, atuava principalmente com atividades ligadas diretamente com o crédito, tanto ativo como passivo. A dívida passiva era quase igual ao seu monte-mor, uma vez que devia a vinte sete credores, entre eles a Caixa Econômica da Bahia. A sua dívida passiva era de 36:257\$241²⁸⁵.

Comerciante e credor, Antonio Barbosa Coelho era também proprietário de oito fazendas onde criava duzentas e setenta e uma cabeças de gado e plantava cana-de-açúcar, algodão e mandioca com a mão-de-obra de quarenta de três escravos. Além de comercializar os produtos fabricados no alambique, ainda vendia objetos diversificados e ferramentas de ferro, prata e aço confeccionados pelos seus escravos. Os livros encontrados em seus pertences indicavam que era uma pessoa instruída nos assuntos relativos à advocacia e ao comércio, importantes para administrar os seus negócios de maneira eficiente²⁸⁶.

O comerciante Jacintho Fernandes Ribeiro era fazendeiro proprietário de gado e escravos. Das duzentas e setenta pessoas que constavam na sua relação de dívida ativa, oito eram escravos²⁸⁷. Seu comércio girava em torno de fazendas secas e miudezas, ou seja, pequenos objetos que eram úteis no dia a dia das pessoas. Observe abaixo a relação dos objetos comercializados em sua loja com seus respectivos preços²⁸⁸, a exemplo de vários tipos de fazendas e outros itens para costura como chitas, brim, algodão, rendas, linha cordão, cadarços, chales, lenços, luvas, toalhas, colchetes, botões, fivelas e outros objetos miúdos utilizados no cotidiano.

²⁸⁵ AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Theotonio Gomes da Roseira, 02/1868.

²⁸⁶ AFJM, Caixa de Inventário 1860-1861: Inventário de Antonio Barbosa Coelho. 03/1862.

²⁸⁷ Sobre os escravos devedores ver capítulo III.

²⁸⁸ AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Jacintho Fernandes Ribeiro. 10/1873.

MERCADORIAS	MERCADORIAS
- 8 peças de chita sortidas (214m) \$320-68\$480	- 3 dúzias de colheres p/ chá – 9\$000
- 33 m de chita em retalhos – 9\$000	- 16 colheres p/ café (\$300) – 4\$800
- 376 dedos de chita em retalhos – 105\$000	- 3 gravatas de cor – 1\$500
- 24 cadarços – 3\$840	- 6 colheres grandes – 6\$000
- 8 cadarços de pano casta – 4\$000	- 6 caixas de colchetes – 0\$480
- 9 chales de melindre – 27\$000	- 4 caixas de botão de calça – 1\$440
- 54 lenços de quadro a (\$160)– 8\$640	- 1 caixa de botão de seda – 1\$000
- 4 dúzias de lenços a (\$160) – 7\$680	- 1 groza de fivelas p/ calças – 2\$000
- 54 lenços de chita (\$080) – 4\$320	- 1 caixa com cadarço de seda – 2\$000
- 1 dúzia de toalhas pequenas (\$200) – 1\$200	- 1 caixa de fitas estreitas – 1\$000
- 3 toalhas felpudas – 3\$000	- 1 caixa com rendas ordinárias – 1\$000
- 5 cavados de apalca (\$700) – 3\$500	- 6 pares de luvas – 1\$500
- 11 lenços de sequirão (\$500) – 5\$500	- 1 dúzia de canetas – 0\$240
- 11 côvados de bareta ? (\$500) – 5\$500	- 5 dúzias de fivelas douradas – 3\$000
- 11 lenços para mão (\$200) – 2\$600	- Meia libra de retrós azul ferrete – 2\$000
- 7 varas de esquiação ? (1\$500) – 10\$500	- 4 dúzias de lápis – 0\$960
- 59 côvados de olanda (\$300) – 17\$700	- 1 maço de cadarço – 0\$500
- 45 côvados de casinha (\$500) – 22\$500	- 2 dúzias de pentes de trança – 2\$800
- 45 côvados de brim de cores (\$600) – 9\$000	- 9 caixas de espoletas – 0\$900
- 1 candeeiro de vidro – 5\$000	- 1 caixa com avelórios – 1\$500
- 21 meados de linha (\$100) – 2\$000	- 1 caixa de pena de (?) – 0\$500
- 7 maços de cordão – 0\$840	TOTAL= 377\$020

Fonte: AFJM.

Já Manoel Pereira do Amaral, comerciante e pequeno fazendeiro, vendia em sua casa comercial ferro e chumbo²⁸⁹, mas, também, produtos importados como chales, lenços e manteiga franceses e ferramentas e enlatados vindos de Portugal, como podemos ver na relação de mercadorias abaixo.

²⁸⁹ AFJM, Caixa Diversos 1864: Inventário de Manoel Pereira do Amaral. 07/1863.

MERCADORIAS	MERCADORIAS
- 36 libras de Pólvora – 57\$600	- 14 espelhos ordinários – 3\$500
- 1 barril de manteiga francesa – 8\$000 (com 700 li.)	- 2 latas de sardinhas – 1\$600
- 1 barrica de 3 @ de farinha do reino – 15\$000	- 12 vidros de (?) – 3\$840
- 10 libras de cera em vela – 22\$000	- 90 fivelas e argolas – 3\$600
- 1 enxada do Porto – 1\$600	- 5 dúzias e meia de cartas de baralho – 21\$120
- 13 fechaduras grandes de braça – 19\$500	- 06 dúzias de rosário – 1\$920
- 25 fechaduras pequenas – 8\$000	- 10 milheiros de taxa e broxa – 8\$000
- 4 pares de (?) – 2\$000	- 10 pentes do suco – 3\$200
- 3 libras de mercúrio – 15\$000	- 20 caixas de colchetes – 1\$200
- 2 dúzias e 6 talheres de faca cabo branco – 10\$800	- 1 dúzia de canivetes – 3\$840
- 2 dúzias de faca cabo preto – 8\$000	- 1 maço de linha – 1\$000
- 20 colheres de latão – 5\$000	- 17 caixas de espoleta – 2\$720
- 28 facas de cozinha – 7\$000	- 03 garrafões de vinho – 3\$200
- 33 dúzias de louça – 39\$200	- 5 dúzias e meia de linha sortida – 11\$000
- 6 dúzias e meia de casais de xícara – 19\$500	- 7 cortes de brim – 15\$400
- 12 copos de folha c/ cabo – 3\$840	- 2 chales franceses – 4\$000
- 06 canecos de folha – 1\$500	- 12 lenços franceses ordinários – 3\$880
- 03 broxas de graxa – 2\$880	TOTAL = 436\$340

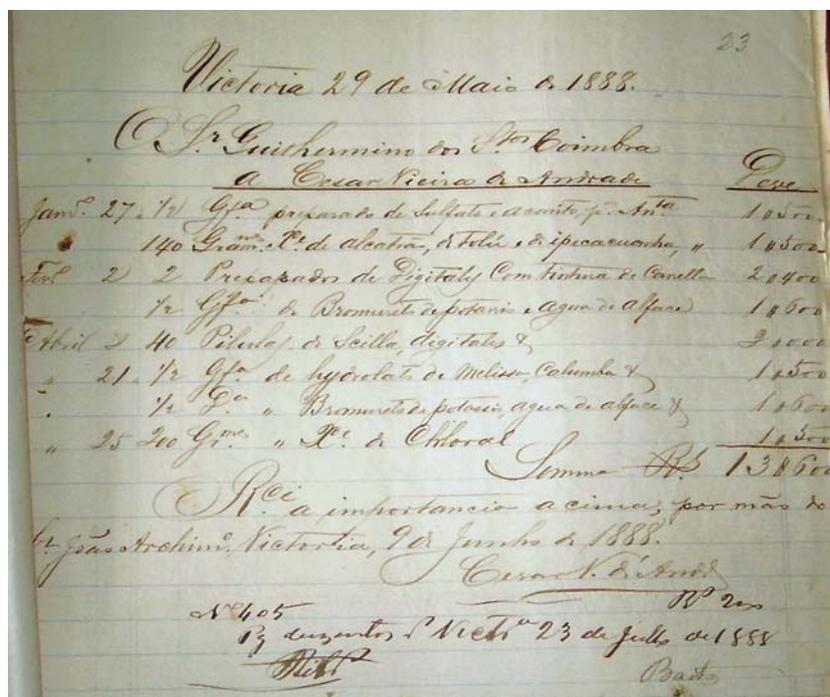
Fonte: AFJM

O rol das mercadorias ilustra que a população do Sertão da Ressaca no século XIX era abastecida de produtos nacionais e importada. Os comerciantes procuravam oferecer objetos que atendesse as necessidades básicas de consumo, mas também artigos do consumo consideradas como supérfluo para atender a uma demanda local que permitia a aquisição de objetos que indicava luxo e status para a elite local.

Como vimos anteriormente, havia mercadorias de todos os tipos, preços e várias qualidades para atender a todos os gostos e necessidades de diferentes condições sociais, financeiras, desde chitas ordinárias até outros tecidos mais finos, franceses e ingleses importados. Ofereciam ao mercador da Imperial Vila da Vitória alimentos produzidos na própria vila, como a rapadura, açúcar, farinha, aguardente; alimentos importados vindos do Porto como bacalhau, azeite, sardinha em lata, vinho e, também, manteiga francesa; objetos para cozinha como bandejas, pratos e talheres, pequenos objetos cotidianos como fósforo, lápis, cadernos, botões, agulhas, colchetes, espelhos e bijuterias e, ainda, remédios e perfumaria não podiam faltar no leque das mercadorias ofertadas.

O comércio da Vila era organizado e fiscalizado, especialmente no tocante a venda de remédios. Nenhum médico ou cirurgião poderia exercer as funções de boticário, como também não poderia preparar e vender remédios. A venda de

medicamentos estava destinada aos boticários, embora fosse comum encontrar alguns tipos de medicamentos em vários estabelecimentos da vila²⁹⁰.



Nota de Remédios. Fonte: AFJM²⁹¹.

Victória 29 de Maio de 1888

O Senhor Guilhermino dos Santos Coimbra

	Deve
Janeiro – 27 - 1/2 garrafa preparado de sulfato e a cometo para Anta	1\$500
- 140 gramas de xarope de alcatrão, de Tolu e de ipicacuanha	1\$500
Fevereiro – 02 – 02 preparados de Digitaly com tintura de canella	2\$000
- 1/2 garrafa de bromureto de potássio e água de alface	1\$600
Abril – 08 – 40 pilulas de scilla digitais	2\$800
- 21 - 1/2 garrafa de hydrolato de melissa columba	1\$500
- 21 - 1/2 dita (garrafa) de Brumereto de potássio, água de alface	1\$600
- 25 – 200 gramas de xarope de chloral	1\$500
Soma R\$	13\$600

Recebi a importância acima por mão

Do Senhor João Archimiro. Victória, 9 de junho de 1888

César N. de Andrade

No que se refere ao comércio da carne, havia muitas restrições. Os açougueiros e fazendeiros não podiam matar animais em qualquer lugar, só no matadouro público ou

²⁹⁰ APEB, Seção Colonial de Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861-1841-1889.

²⁹¹ AFJM, Caixa Diversos 1888-1889: Inventário do Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra, 07/1888. Não podemos fazer uma análise dos remédios apontados na nota fiscal como também do seu devido uso. Mas eram comercializados na Imperial Vila da Vitória. A água de alface, por exemplo, era um produto muito usado pelas pessoas da vila e encontradas em várias casas comerciais.

particular, se o proprietário tivesse a autorização do fiscal responsável. Além disso, o gado que fosse ser abatido para o consumo deveria permanecer no curral público ou na pastagem no período de 24 horas, isso em relação aos animais que viajavam grandes distâncias até chegar na vila. E mais, o cortador de carne verde não podia vendê-la logo após o abate, “bem como pelo verão depois de duas horas e pelo inverno depois das quatro, sob pena de 10\$000 pagos da cadeia e o dobro na reincidência além da perda da carne que será queimada ou enterrada a custa dos réus”²⁹².

Essa preocupação das autoridades municipais em controlar a qualidade do que a população consumia era muito importante e rigorosa, pelo menos na legislação municipal. Além desses cuidados com o abate, os donos dos açougues e cortadores de carne eram obrigados a conservar seus estabelecimentos limpos. Assim era permitido vender carne ao povo em qualquer dependência, desde que houvesse a “fiscalização quanto a limpeza dos talhos, salubridade das carnes e fidelidade dos pesos”²⁹³.

Outra preocupação constante das autoridades municipais se refere à fiscalização dos pesos e medidas, pois estes eram frequentemente alterados ou então usavam pesos de pedras que infringiam as medidas padrões e exigidas pela Câmara Municipal. Dessa forma, “os vendeiros e negociantes de fazendas secas e molhadas são obrigados a ter os pesos e medidas que precisarem aferidos pelo padrão do conselho” e se o comerciante vendesse ou comprasse por pesos falsificados seria punido a cinco dias de prisão ou então multado em 30\$000.

Além disso, as balanças só poderiam ter braços de ferro, chumbo ou bronze e os fiscais tinham a obrigação de corrigir esses pesos e medidas de três em três meses ou quando julgassem convenientes ou então se suspeitassem de algo errado ou recebessem alguma denúncia de fraude nos pesos. Toda essa fiscalização era necessária devido ao grande número de fraudes ocorridas no comércio²⁹⁴.

A dificuldade do controle do pesos e medidas provinha da variedade de representações entre as diferentes províncias e mercados, como côvado, vara, léguas,

²⁹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.

²⁹³ APEB. Idem.

²⁹⁴ APEB. Idem.

peças, entre outros. Na Imperial Vila da Vitória eram usados os seguintes pesos e medidas²⁹⁵:

TABELA VII
PESOS E MEDIDAS DO SÉCULO XIX

Pesos e Medidas	Equivalências	
1 metro = 39 polegadas	303 pés	4,54 palmos
Arroba (@)	32 libras ou arretéis	14,7059 kg (hoje 15 kg.)
Jarda (medida inglesa)	4,156 palmos	0,91432m
Vara	5 palmos	1,10 m
Côvado	3 palmos	0,66
arratel	459,056 g (2 marcos)	16 onças
onça	8 oitavas	28,691 gramas
libra	arratel	0,459 kg
oitava	72 grãos	3,587 gramas
Palmo (pm)	8 polegadas	0,22
dúzia	12 unidades	
Grozas (medida inglesa)	12 dúzias	
peça	360 gramas	
caixa	20 a 60 quilos	
carga	40 a 60 quilos	
fardo	50 a 200 quilos	
barrica	2 a 189 quilos	cereais
barril	40 a 400 litros	
canada	4 quartilhos ou garrafas	2,656 litros

A venda de todos os gêneros de consumo diário realizavam-se na Praça da Matriz e era proibido as quitandeiras da vila se juntarem e venderem seus produtos fora desse local determinado pelas autoridades da Câmara Municipal. Poderiam, entretanto, comercializar em suas próprias casas e se locomoverem nas ruas, sem, contudo, atrapalhar o trânsito. Os gêneros comestíveis, vendidos nos tabuleiros das quitandeiras, como doces e outras comidas prontas, só poderiam ser comercializadas nos dias de feiras, que eram aos sábados e domingos de cada semana²⁹⁶.

²⁹⁵ Pesos e Medidas usadas na Imperial Vila da Vitória. Para elaboração do quadro foi usado SPIX, Johann Bateste Von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976. p. 269-270 e DINIZ, João Maria Ferraz & Villela, Lea Maria Cardoso. *Pesos e Medidas no Tempo dos Tropeiros e Equivalências Atuais*. Castro, PR: Associação de Amigos do Museu Tropeiro, 2007. p. 02-07.

²⁹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.



Fonte: Museu Regional da UESB. Antiga Rua Grande, na Imperial Vila da Vitória, local destinado a feira.

O reaparecimento das feiras e dos mercados pela Europa se deu por volta dos séculos XIII e XIV. Fernand Braudel, afirma que os mercados e feiras cresceram concomitante com às cidades, e onde havia espaços vazios, as feiras se apoderavam deles. Assim, com o crescimento das trocas, surgiu a necessidade da construção de mercados cobertos, denominados de *halles*, e que geralmente eram rodeados pelas feiras ao ar livre e as vendas eram limitadas a alguns dias por semana, mas tornaram-se diários no século XVIII. Quase sempre esses mercados são permanentes e especializados, conforme as mercadorias que abrigam, como o mercado de trigo, o de tecidos, o de vinho, entre outros²⁹⁷. Esse fenômeno também ocorreu no Brasil, cuja venda nos pousos que influenciaram o surgimento de outros estabelecimentos e das feiras e a aglomeração de pessoas dando origem a povoações e cidades.

De acordo com Braudel, o mercado surgiu por volta do século XIII, na Inglaterra, entre o campo e a cidade e “pouco a pouco formam-se cadeias de intermediários, de um lado, entre produtor e o grande mercador, de um lado, entre produtor e o grande mercador, do outro, entre estes e os revendedores, sendo que por essas cadeias passará a maior parte do comércio”²⁹⁸, e que nem sempre é fácil distinguir

²⁹⁷ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 02: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 19.

²⁹⁸ Idem. 1996, p. 27.

entre os feirantes que vão de feira em feira e os mercadores desejosos de comprar nas próprias fontes de produção.

As feiras estão relacionadas com as autoridades dos grandes mercadores e fizeram delas o ponto de encontro de grandes negociantes. Porém, elas não são mercados para mercadores apenas, pois todos têm acesso à feira e há uma enorme participação popular. Segundo Fernand Braudel a feira é o centro natural da vida social, pois “é nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças as vias de fato”, além de ser um local onde se fecham acordos e contratos de compra e venda de terrenos, de doações e contratos de casamentos e dotes, pois tudo se acelera com a feira. “Tudo se vende na feira, menos a virtude e a honra”²⁹⁹.

Thompson reforça tal raciocínio afirmando que o mercado era o ponto em que os trabalhadores se sentiam expostos a exploração, mas, também, um ponto de encontro e de organização, pois representava uma conexão tanto econômica como social. Era também o lugar de notícias, de discussão, de política. “O mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosos, sentiam por um momento que tinham grande força”³⁰⁰.

O mercado era complexo, além de atender ou não as medidas de regular as vendas, supervisionar e de proteção ao consumidor, existia a presença dos atravessadores que, frequentemente, compravam antecipadamente, ainda nas próprias fazendas dos grandes produtores, enquanto aos pequenos fazendeiros continuavam a levar os seus grãos para o mercado. Na Inglaterra, Thompson identificou a prática fraudulenta, com essas vendas antecipadas e da atuação dos atravessadores e isso interferia nos preços dos grãos no mercado. Os fazendeiros evitavam a venda no mercado competitivo, para venderem a “negociantes e moleiros que estavam em melhor posição de reter os estoques e manter o mercado em alta”³⁰¹. No Sertão da Ressaca também existia a preocupação de coibir a atuação dos atravessadores e por isso, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória determinou que “nenhum negociante atravessará por qualquer forma os gêneros antes de estarem expostos a venda por seis horas no largo da Matriz, lugar determinado para a feira, ou que antes deste prazo vender por atacado”. Caso o negociante infringisse qualquer um destes itens era condenado a quatro dias de prisão ou a pagar multa de 8\$000.

²⁹⁹ BRAUDEL, Op. Cit. 1996, p. 16.

³⁰⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201.

³⁰¹ Idem, 1998. p. 163.

Várias eram as formas de se inserir no mundo dos negócios lucrativos, desde as práticas lícitas como aquelas desenvolvidas por comerciantes de gado e produtos de suas próprias lavouras, os donos de lojas e quitandeiras até mesmo as práticas de atividades ilícitas como a dos atravessadores e dos organizadores dos jogos de azar, rifas que eram proibidos na vila. Estes últimos, ocorriam, frequentemente, nas tabernas e nas feiras, mesmo sob as elevadas penas para quem cometesse tal infração. A punição recaía tanto sobre os donos das casas que organizavam os jogos de azar em 30\$000 ou oito dias de prisão e os jogadores em 8\$000 ou seis dias de prisão³⁰². Mesmo com essas restrições, as loterias, rifas e jogos de azar eram praticados na vila frequentemente. Manoel José Vianna, em seu testamento afirma ter “comprado um premio de Loteria” e que “Joaquim Pedro comprou outro e fizemos contrato de aquele que tirasse o prêmio que ignoro de quanto”³⁰³.

Enfim, o comércio na Imperial Vila da Vitória era dinâmico e atendia as necessidades básicas da população local, como também oferecia artigos de luxo e produtos importados. Vale ressaltar a importância das vias fluviais e terrestres utilizadas pelos canoieiros e tropeiros para o transporte dessas mercadorias e da circulação entre o sertão e o litoral.

³⁰² APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889.

³⁰³ AFJM, Caixa Diversos 1874-1878: Testamento de Manoel José Vianna, 11/1845.

IV CAPÍTULO

NEGÓCIOS E CRÉDITOS

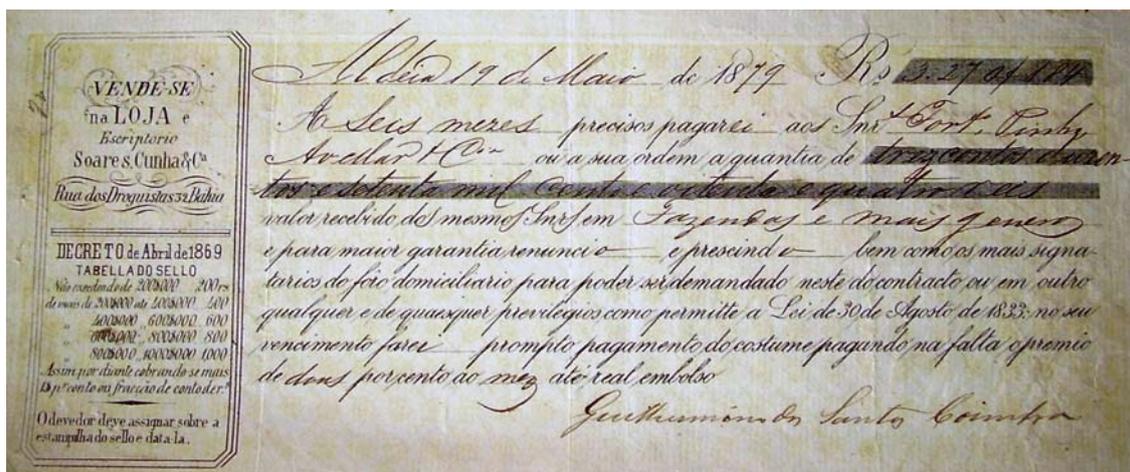
Os negócios comerciais da Imperial Vila da Vitória alicerçaram-se no uso do crédito, que estava presente em todas as transações realizadas pelos fazendeiros e comerciantes da vila com renomadas casas comerciais na cidade da Bahia, em Nazaré, nas pequenas povoações do Sertão da Ressaca e, também, entre os comerciantes e a população da vila. Geralmente os negócios a crédito eram pautados nas relações de confiança, parentesco, apadrinhamento e compadrio. Os escravos participavam vendendo a crédito seus produtos, como também tendo crédito nas lojas da vila.

O sistema de venda a crédito não era prática existente somente no Brasil colônia e império, teve importância principalmente a partir do século XVI, na Europa, com o Renascimento comercial, período em que o dinheiro era escasso e o comércio se expandia, surgindo todo tipo de comerciante, que tinham no crédito a base para a formação do seu negócio. Segundo Braudel, do pequeno lojista ao grande negociante, do artesão ao fabricante, todos viviam do crédito, sendo os fornecedores de capitais os grandes personagens nesse período, fosse ele comerciante ou fazendeiro, pois na categoria de fornecedores de capitais, qualquer rico entra, mais dia menos dia³⁰⁴, pois era uma forma de obter grandes lucros.

Ainda de acordo com Fernand Braudel o crédito é a troca de duas prestações diferentes no tempo: a prestação do serviço e o reembolso depois, originando uma dupla circulação, ou seja, a de moedas e a dos instrumentos de crédito como letras de câmbio, carta de crédito, nota de banco, cheque, nota promissória. Portanto, “cada vez que há uma crise de moeda metálica é preciso recorrer a tudo, e os papéis lá aparecem ou são inventados, agindo como verdadeiras moedas e assim afirma que se tudo é moeda, inversamente, também se pode pretender que tudo é crédito, isto é, promessa, realidade a prazo”³⁰⁵.

³⁰⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 02: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 342.

³⁰⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 01: As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 434 e 436.



Nota promissória :

<p>VENDE-SE Na LOJA e Escriptório Soares e Cunha & Cia. Rua dos Droguistas, 32, Bahia Decreto de Abril de 1869 TABELA DO SELLO Não excedendo de 200\$000 200rs. De mais de 200\$000 até 400\$000 400rs. De mais de 400\$000 600rs. De mais de 600\$000 800rs. De mais de 800\$000 1000rs. Assim por diante cobrando-se mais 1 por cento ou fração de conto de reis. O Devedor deve assinar sobre a estampilha do selo e data-la.</p>	<p>Aldeia 19 de maio de 1879 Rs 3:270\$184</p> <p>A seis meses precisos pagarei aos senhores <u>Fortunato, Pinho, Avelar e Cia.</u> Ou a sua ordem a quantia de <u>três contos duzentos e setenta mil e cento e oitenta e quatro reis.</u> Valor recebido dos mesmos senhores em <u>Fazendas e mais Gêneros</u> e para maior garantia renuncio ____ e prescindindo ____ bem como os mais signatários do foro domiciliário para poder ser demandado neste do contrato ou em outro qualquer e de quaisquer privilégios como permite a lei de 30 de Agosto de 1833 no seu vencimento farei ____ prompto pagamento do costume pagando na falta o prêmio de dois por cento ao mês até real embolso.</p> <p style="text-align: center;"><u>Guilhermino dos Santos Coimbra</u></p>
--	--

Fonte: AFJM³⁰⁶

Na época colonial, conforme Maria José Rapassi Mascarenhas, a escassez de moedas teria generalizado a prática do escambo, por exemplo, o uso do açúcar, ou outro produto, como meio de pagamento, variando de ano a ano as mercadorias que faziam as vezes de moedas, sendo comum encontrar esses referenciais de pagamento nos inventários. A escassez pecuniária, encontrada, até mesmo, nas grandes fortunas, tornava o dinheiro muito valorizado. Dessa forma, a solução era recorrer ao crédito e essa prática ocorria sempre quando os lucros não eram suficientes para igualar os custos, ou quando o dinheiro era necessário para a expansão dos negócios ou na compra inicial de uma propriedade.

Buscava-se o crédito para quase tudo, da aplicação na produção à compra de mantimentos e artigos de uso pessoal, sendo considerado como uma moeda invisível³⁰⁷.

³⁰⁶ Papel que circulava como verdadeira moeda na Imperial Vila da Vitória e região, século XIX. Esta é proveniente de Aldeia, Nazaré.

³⁰⁷ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado). P. 186.

O crédito constituía um dos componentes da riqueza colonial, e que a estrutura do crédito criou e manteve um regime de vínculos e dependência, mantendo a hierarquia da elite açucareira, associada a questão do prestígio. Dessa forma, “ter crédito e contrair dívidas eram sinais de riqueza, prestígio e status na Bahia Colonial”³⁰⁸.

A escassez monetária enfrentada durante o período colonial, perdurou até o último quartel dos oitocentos, estendendo por todo o Brasil, mesmo nas províncias da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e na região mineradora. No caso da Bahia, mesmo com a criação da filial da Casa da Moeda, as moedas continuaram insuficientes para atender ao comércio baiano. Assim se refere Sheyla Farias Silva a esse respeito:

as poucas moedas que circulavam na Bahia eram retidas pelos fazendeiros de gado do Piauí e do Maranhão, bem como pelos garimpeiros da região de Minas Gerais e Jacobina, os quais preferiam receber os pagamentos dos negócios efetuados em dinheiro, em vez de mercadorias, enquanto aos senhores de engenho não restava outra opção senão pagar seus débitos com safras de açúcar³⁰⁹.

Outro forma de intensificar a escassez de moedas metálicas e interferir na sua circulação era o fato das realizações comerciais “com os capitães de navios serem sempre efetuadas em dinheiro, o que deslocava o meio circulante local, levando, aqueles que conseguiam amearhar moedas, a transpor-las, através da prática da usura, com taxas de juros que oscilavam em função da maior ou menor dificuldade tida em obtê-las”³¹⁰.

Além do problema da escassez monetária, havia uma grande circulação na Bahia de moedas falsas, tendo sua fabricação conseqüências graves principalmente para a população mais pobre. Segundo Kátia Mattoso, a primeira cunhagem de moedas de cobre na Bahia ocorreu em 1823, e a partir de então a polícia a todo momento descobria falsificadores de moedas. Devido a isso, “o governo imperial se viu obrigado a promulgar uma lei pela qual a moeda de cobre da Bahia não teria mais curso no Império, só a moeda cunhada no Rio de Janeiro seria reconhecida como oficial. Foram então recolhidos 31:225\$000 de réis em moedas de cobre”. Porém, as moedas falsas continuaram circulando, provocando prejuízos a grande parte da população, como também um clima de desconfiança, pois “ninguém mais queria vender a crédito”³¹¹.

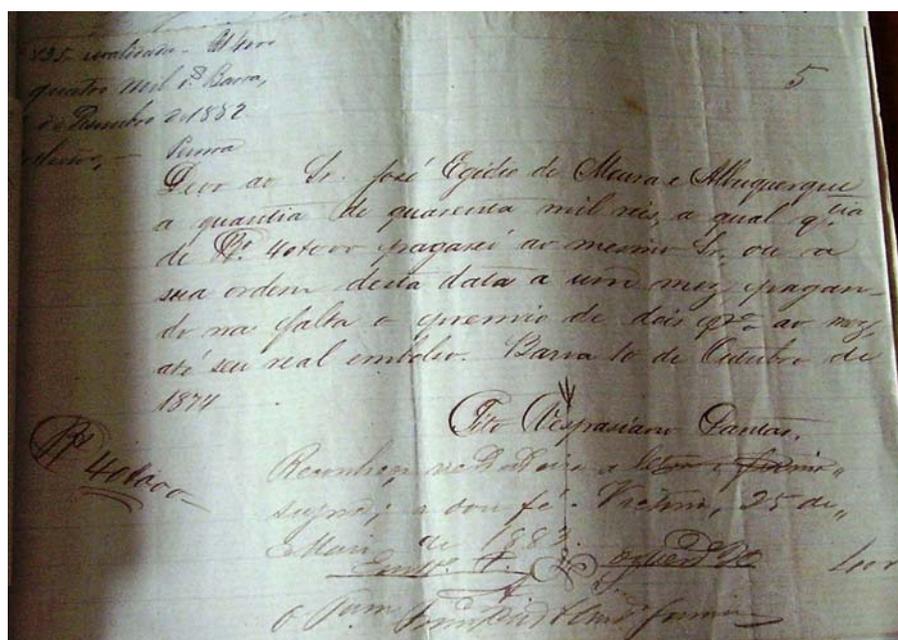
³⁰⁸ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado). p. 218.

³⁰⁹ SILVA, Sheyla Farias. *Nas Teias da Fortuna: Homens na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005 (dissertação de Mestrado), p. 109.

³¹⁰ OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Crise da Economia Açucareira do Recôncavo na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999. p. 19.

³¹¹ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 513.

No século XIX como no período colonial a ausência de um sistema de crédito oficial possibilitou a formação de redes de empréstimos pessoais. No caso do Sertão da Ressaca, as transações comerciais e de crédito eram pessoais e diretas, uma vez que os bancos estavam distantes, usando sempre a nota promissória ou apenas uma anotação numa folha de papel comum, assinada, atestando a realização do empréstimo ou do negócio, pois “a manutenção das fortunas rurais, mais prestigiadas, não era possível sem crédito”³¹².



Fonte: AFJM: Letra de Tito Vespasiano Dantas, passada ao coronel José Egídio de Moura e Albuquerque. 1350 validade R. 4\$000

Quatro mil reis

Outubro de 1882.

Devo ao senhor José Egídio de Moura e Albuquerque a quantia de quarenta mil reis, a qual quantia de R. 40\$000 pagarei ao mesmo Sr. Ou a sua ordem desta data a um mês, pagando na falta o prêmio de dois por % ao mês, até o seu real embolso. Barra 10 de outubro de 1874.

Tito Vespasiano Dantas

Reconheço nesta ? a letra e firma supra; dou fé. Victória 25 de Maio de 1883.

(Assinaturas)

De acordo com Kátia Mattoso um contrato de compra e venda de mercadorias era válido quando as partes concordavam quanto as condições de preços, porcentagem, pagamento e entrega, e que só em casos de produtos defeituosos e que não estivessem no acordo, é que poderia haver a denúncia, cabendo ao Tribunal do Comércio decidir

³¹² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 185.

sobre a contenda, se um acordo não fosse obtido³¹³. Além disso, o credor cercava-se de muitos cuidados, exigia do devedor algum bem, como garantia, pois caso este não cumprisse com o acordo, não tivesse como pagar a dívida, o devedor teria um bem para vender ou dá-lo para efetuar o pagamento. Para Júnia Ferreira Furtado, o sistema de crédito tinha a sua fragilidade, principalmente no sistema de recibos e “apesar de grande parte dos negócios serem feitos empenhados na palavra dada ou na confiança mútua, vários eram os litígios decorrentes da dificuldade de se acertarem as constas”³¹⁴.

Na Imperial Vila da Vitória o crédito era muito utilizado. Estava presente em todas as atividades desenvolvidas pelos fazendeiros e comerciantes. As dívidas ativas e passivas têm papéis importantes no resultado final da construção da riqueza³¹⁵. Dessa forma, os quadros que se seguem no decorrer do texto permitirão uma maior análise da prática do crédito na região.

TABELA VIII
DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS DOS COMERCIANTES DA IMPERIAL VILA DA VITORIA
Com o monte mor entre 44 contos a 2 contos de réis

ANO	COMERCIANTE	MONTE-MOR	ATIVA	%	PASSIVA	%
1840	João Martins Lima	2:935\$160	2\$240	0,1	270\$000	9,2
1849	Agostinho F. Do Espírito Santo	12:035\$910	4:560\$000	38,9	6:803\$685	56,5
1858	Bernardo Lopes Moitinho	18:728\$648	3:078\$940	16,4	991\$833	5,3
1862	Antonio Barbosa Coelho	36:658\$838	559\$000	1,5	5:926\$300	16,2
1862	João da Motta Coimbra	15:929\$757	4:529\$267	28,4	5:492\$769	34,5
1863	Manoel Pereira do Amaral	7:600\$658	1:231\$780	16,2	2:134\$309	28,1
1868	Rosa Maria de Jesus	36:564\$722	5:479\$937	15,0	3:303\$000	9,0
1868	Theotonio Gomes da Roseira	36:564\$722	9:674\$362	26,5	36:257\$241	99,2
1872	Manoel Militão de Brito	2:152\$223	574\$140	26,7	619\$700	26,7
1873	Jacinto Fernandes Ribeiro	14:425\$460	6:331\$320	44,0	949\$870	6,6
1878	Jacinta Maria da Conceição	44:877\$000	16:159\$000	36,0	-	-
1879	Marcos Ferreira Campos	33:390\$803	5:787\$500	17,3	358\$853	1,1
1882	Antonio Joaquim Soares	32:771\$230	9:400\$000	28,7	2:587\$381	7,9
1883	Tenente Manoel José dos Santos Silva	37:622\$608	12:438\$923	33,1	125\$756	0,3
1884	Antonio da Costa Neves	24:215\$438	4:105\$568	16,9	-	-
1884	Alferes Candido Pereira Guedes	10:998\$608	4:987\$924	45,4	2:066\$040	18,8
1886	Cláudio de Sena Brasil	3:938\$260	285\$560	7,3	1:522\$260	38,7
1888	Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra	5:170\$658	3:029\$458	58,6	3:842\$872	74,3

Fonte: AFJM

³¹³ Idem, p.500.

³¹⁴ FURTADO, Júnia, Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio na Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos) p. 112.

³¹⁵ As dívidas ativas são aquelas que o inventariado tem a receber pela sua ação de credor e eram somadas ao monte-mor. Já as dívidas passivas são aquelas em que o inventariado tem a pagar ao seu credor, sendo este valor retirado do total do monte-mor.

Na Tabela VIII estão relacionados os comerciantes da Imperial Vila da Vitória situados na faixa ente 44 contos e 2 contos de réis e suas respectivas dívidas ativas e passivas em relação ao total dos valores de suas fortunas. É importante, verificar que grande parte das fortunas desses comerciantes são compostas por suas dívidas ativas e nessa relação de comerciantes, podemos destacar os principais credores, como é o caso de Jacinta Maria da Conceição, de 1878, possuidora da maior fortuna encontrada entre os comerciantes da Imperial Vila da Vitória. Além de possuir 16:159\$000 em dívidas ativas, equivalente a 36,0% do monte-mor, a quarenta e sete pessoas. Não tinha dívida passiva. Também possuía dez escravos, uma fazenda de gado, três casas, seiscentas e onze cabeças de gado, sendo um dos poucos a se encontrar dinheiro de “contado”, no valor de 4:137\$000³¹⁶.

O segundo maior crédito era o do comerciante tenente Manoel José dos Santos Silva, possuidor de 12:438\$923 em dívidas de rol³¹⁷ e empréstimos passados, equivalente a 33,1% do monte-mor, a duzentas e trinta e cinco pessoas. Possuía ainda três casas, tinha por herança seis partes de terra, oito escravos e noventa e seis cabeças de gado³¹⁸. Já o terceiro maior credor, Antonio Joaquim Soares, possuía 2:040\$740 em dinheiro “contado”, uma fazenda de gado, cinco casas, cinco escravos, uma casa de ferreiro, três roças de mandioca, dois canaviais, quatro mil pés de café, um alambique e quatrocentas e trinta e quatro cabeças de gado, fortuna diversificada, tendo dinheiro investido tanto nas atividades comerciais como na produção agropecuária. Com uma dívida ativa no valor de 9:400\$000, a trinta e seis pessoas, representando assim, 28,7% do monte-mor e uma dívida passiva no valor de 2:587\$381, sendo a 7,9%, da fortuna inventariada que indica ser utilizado tanto na renovação do estoque quanto no incremento das atividades agropecuárias, era o segundo maior devedor entre os comerciantes³¹⁹.

O comerciante Marcos Ferreira Campos, que no quadro aparece como o quinto maior credor, tendo uma fortuna considerável, composta por dez fazendas, cinco casas, três mangas³²⁰ com plantações de mandioca, cana-de-açúcar e banana, 691 cabeças de gado, nove escravos e tendo uma dívida ativa de 5:787\$000, 17,3% do monte-mor

³¹⁶ AFJM, Caixa de Inventários 1880 – 1885: Inventários de Jacinta Maria da Conceição, 02/1878.

³¹⁷ Palavra que aparece frequentemente nos inventários coletados na Imperial Vila da Vitória e que corresponde a lista de mercadoria compradas do vendedor. “Resto de Rol”.

³¹⁸ AFJM, Caixa de Inventário 1883: Inventário do tenente Manoel José dos Santos Silva, 05/1883.

³¹⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1880 – 1885: Inventário de Antonio Joaquim Soares, 07/1882.

³²⁰ Manga era um lugar cercado, plantado de capim, onde o gado era solto e protegido contra uma possível investida nas roças que existiam na propriedade.

distribuídos a trinta pessoas, na qual 2:197\$000 desse valor, em posse de doze pessoas, e que foram declaradas como incobráveis³²¹ no seu inventário³²². Fato que mostra os riscos que os credores assumiam, resultando em grandes prejuízos.

Dos comerciantes apresentados, somente João da Motta Coimbra apresenta uma dívida passiva bem maior do que a sua dívida ativa. Ao todo foram 5:492\$769 de dívida passiva, a quatro pessoas e 4:529\$627, de dívida ativa a setenta e cinco pessoas, provenientes de rol e empréstimos. Fato que ocorreu também com o Agostinho Ferreira do Espírito Santo que aparece na Tabela VIII como o segundo maior devedor, no valor de 6:803\$685. Comerciante e proprietário de fazendas de gado e com plantações de algodão e cana de açúcar, Agostinho se mostra uma pessoa dinâmica e empreendedora, com contatos comerciais em vários lugares da província da Bahia, como Nazaré e região do São Francisco. Tinha tropas que utilizava também como frete à outras pessoas, como demonstra a descrição de sua dívida ativa de “1:000\$000 proveniente de fazendas secas e frete de animais para Julião de tal, no Urucuia”. Assim, lucrava duas vezes, ou seja, com a venda das mercadorias e com o frete dos animais para transporta-las³²³.

Outro caso interessante é o do casal Teotônio Gomes da Roseira e Rosa Maria de Jesus. Comerciantes e fazendeiros, ambos são inventariados no dia 08 de fevereiro de 1868 com um monte-mor no valor de 36:564\$722. Porém, apresentam descrições diferenciadas dos bens e dos seus valores. No inventário de Rosa Maria de Jesus, por exemplo, listaram cinco casas avaliadas em 10:650\$000 e oito fazendas de gado no valor de 8:530\$000, cinco escravos na quantia de 4:050\$000 e uma lista de dívidas ativas de vinte e oito pessoas no valor de 5:479\$937, mas também aparece como quarta maior devedora, no valor de 3:303\$000 a sete pessoas. Já o do seu marido, apresentou 5 casas no valor de 10:800\$000, sete fazendas de gado por 8:373\$000 e sete escravos avaliados por 5:000\$000. Mas é na relação das dívidas ativas e passivas que a diferença é maior. A sua dívida ativa era de 9:674\$362 também a 28 pessoas, 4:194\$425 a mais do que no inventário de sua esposa. Porém, é com sua dívida passiva que Teotônio Gomes da Rozeira desponta como principal devedor, ocupando o primeiro lugar, com 99,2%, que corresponde a um total de 36:257\$341, distribuídos a 27 credores, entre eles: a Caixa Econômica na Bahia no valor de 13:340\$000; a Izidoria Oliveira Santos,

³²¹ No inventário só aparece a relação dos devedores. Não há justificativas das dívidas serem incobráveis. As mais prováveis são: mudança de endereço, sem avisar ao credor e, portanto, difícil de encontrar o devedor, como também devedores que não tinham condições de quitá-las.

³²² AFJM, Caixa Diversos 1877 – 1879: Inventários de Marcos Ferreira Campos, 03/1879.

³²³ AFJM: Caixa Inventário 1849: Inventário de Agostinho Ferreira do Espírito Santo de 11/1849.

8:126\$880 e o capitão João R. Guerreiro, 5:120\$232, ambos da Imperial Vila da Vitória. Dessa forma, depois de pagar as dívidas, só restou do monte-mor o valor de 307\$481 para ser repartido entre os seus onze herdeiros³²⁴.

Dos comerciantes com o monte-mor abaixo de 10 contos de réis o Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra possui dívidas ativa e passivas altas. A sua dívida ativa no valor de 3:029\$458 representando 58,6% de uma riqueza avaliada em 5:170\$658 composta de 03 casa na vila, dezenove cabeças de gado³²⁵. É também o segundo na tabela com a maior dívida passiva, com o percentual de 74,3% no valor de 3:842\$872. Na lista de seus credores, está a casa comercial de Fortunato, Pinho, Avelar e Cia., do arraial de Aldeia, na cidade de Nazaré³²⁶.

TABELA IX
DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS DOS FAZENDEIROS DA IMPERIAL VILA
DA VITÓRIA – Entre 135 e 10 contos de réis.

ANO	FAZENDEIRO	MONTE-MOR	ATIVA	%	PASSIVA	%
1840	Lourenço Gonçalves Quaresma	38:452\$824	1:494\$259	3,9	854\$520	2,2
1842	Felipe Coelho Sampaio	18:445\$831	1:040\$000	5,6	1:258\$460	6,8
1847	Tereza de Oliveira Freitas	60:963\$320	281\$370	0,5	-	-
1847	Ana Senhorinha de Jesus	20:772\$340	790\$000	3,8	60\$000	0,4
1859	Bernardo Lopes Moitinho	18:728\$648	3:078\$944	16,4	991\$833	5,3
1867	José Pereira do Rosário	17:018\$720	1:983\$920	11,7	-	-
1868	Maria Clemência do Amor Divino	135:843\$800	13:590\$650	10,0	-	-
1868	Rosa Maria de Jesus	36:564\$722	5:479\$937	15,0	3:303\$000	9,1
1870	Maria Madalena Ferreira Campos	31:066\$120	70\$000	0,2	20\$000	0,1
1876	Manoel Francisco de Oliveira	77:355\$900	1:796\$000	2,3	14:000\$000	18,1
1877	Capitão Antonio Coelho Sampaio	16:699\$720	2:000\$000	11,9	1:250\$000	7,5
1877	Maria da Paixão de Jesus	11:221\$000	2:247\$000	19,6	-	-
1877	Joaquina Fernandes de Oliveira	40:504\$350	4:516\$000	11,2	-	-
1881	Sofia Maria de Oliveira e Manoel Inácio Pereira	33:3050\$600	2:285\$000	6,9	-	-
1881	Cassiam Fernandes de Oliveira	28:008\$424	3:759\$000	13,4	-	-
1882	Cordulina Maria da Graça	20:592\$833	1:872\$000	9,1	3:366\$000	16,3
1883	Julia Rosa de Souza	10:176\$000	2:400\$000	23,9	1:603\$000	15,1
1888	Joaquim Ferreira Souto	14:654\$800	5:580\$000	38,1	3:900\$000	26,6

Na Tabela IX percebemos a presença significativa da mulher. O fato da viúva ser consumidora da riqueza, como também aquela que agrega riqueza e assume o

³²⁴ Os inventários encontram-se no AFJM em caixas separadas: O de Teotônio Gomes da Rozeira na Caixa Diversos – 1867. O de Rosa Maria de Jesus na Caixa Diversos 1870 – 02/1868.

³²⁵ Esse Gado provavelmente estava em pasto alugado, uma vez que não foi encontrada a descrição de terra ou manga.

³²⁶ AFJM, Caixa Diversos 1888 – 1889: Inventario do Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra, 06/1888.

controle da família destacando o papel feminino na sociedade do século XIX, como uma pessoa decidida, capaz de gerenciar os seus negócios, administrar e sustentar a família³²⁷. A exemplo de Anna Senhorinha de Jesus que com a viuvez passou a administrar os bens herdados do marido, no total de 18:715\$739 da meação do total de 38:452\$814, uma fortuna considerável para o período e região. Durante a sua vida, mostrou competência para administrar os seus bens, ampliando-os em apenas sete anos, pois quando faleceu, em 1848, o monte-mor do seu inventário era de 20:772\$340. Fortuna essa que deixou aos irmãos e sobrinhos, uma vez que não possuía filhos e continuou com sua condição de viúva até a sua morte³²⁸. No seu testamento deixou a sua terça para Theotonio Gomes Rozeira em remuneração pela qualidade de seu “procurador e por me ter servido e administrado os meus serviços desde o falecimento do meu marido que desde então com todo o zelo e atividade se me tem prestado e bastante cuidado”³²⁹.

TABELA X
DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS DOS FAZENDEIROS
(Monte-mor entre 10 e 5 contos de réis)

ANO	FAZENDEIRO	MONTE-MOR	ATIVAS	%	PASSIVAS	%
1842	Maria Antonia Carvalho	8:468\$185	75\$000	0,9	650\$000	7,7
1843	José Pedro da Silva	5:556\$420	255\$260	4,6	48\$800	0,9
1845	Joana Maria das Graças	7:876\$400	390\$000	4,9	466\$000	5,9
1845	Alferes Floriano Gomes Cardoso	5:478\$510	441\$660	8,1	97\$075	1,8
1848	Alferes Joaquim Ferraz de Araújo	7:207\$401	1:325\$800	18,4	423\$845	5,9
1848	Fortunato de Ascensão de Jesus	5:692\$480	-	-	150\$600	2,7
1849	João Dias de Miranda	9:651\$400	1:752\$000	18,1	774\$000	8,0
1852	Manoel João Gonçalves da Costa	8:444\$020	97\$260	1,2	661\$960	7,8
1853	Vitório Fortunato da Rocha	5:798\$920	-	-	349\$906	6,0
1861	Manoel Ângelo de Souza	5:911\$700	2:186\$000	35,0	35\$000	0,6
1863	Manoel Pereira do Amaral	7:600\$749	1:200\$149	15,8	2:134\$309	28,0
1872	Luiz Inácio Pereira	8:024\$828	3:989\$438	49,8	110\$850	1,4
1874	Agostinho Pacheco Ribeiro	5:895\$680	1:343\$000	22,8	-	-
1875	Alferes Francisco Manoel Pereira	11:650\$000	543\$000	4,7	1:043\$648	9,0
1883	Capitão Sergio Balbino Lopes	6:082\$000	+ 930\$000	15,3	803\$843	13,2

As Tabelas IX e X mostram as dívidas ativas e passivas dos fazendeiros relativamente grandes, embora sejam proprietários que atuavam na criação de gado e na

³²⁷ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Mulher, Família e Negócio: O papel da mulher no Sertão da Ressaca*. São Leopoldo: ANPUH. 2007.

³²⁸ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.

³²⁹ AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Testamento de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.

agricultura. Dos fazendeiros relacionados, Maria Clemência do Amor Divino é a maior credora, com um crédito passado a vinte e três pessoas, somando o valor de 13:590\$650. Porém esse valor só corresponde a 10,0% de sua fortuna, avaliada em 135:590\$650. É também a fazendeira mais rica dentre os inventariados. Sua riqueza está distribuída principalmente na posse de três casas, dez fazendas de gado com mil cento e vinte quatro cabeças e plantações de algodão e cana-de-açúcar, cinquenta escravos e 43:321\$150 em dinheiro de contado. Não possuía dívida passiva³³⁰.

Joaquim Ferreira Souto é o segundo maior credor e também devedor. Os seus empréstimos concedidos aos seus herdeiros, no valor de 5:580\$000, representando 38,1% da sua fortuna, evidenciam o fato do crédito estar também inserido nas relações familiares. Já a sua dívida passiva de 3:900\$000 é proveniente da compra de uma tropa. Entre os seus bens foram arrolados uma casa com muitas benfeitorias, oito fazendas de gado, café, cana-de-açúcar, mandioca e bananal, três mangas e dois terrenos, cento noventa e oito cabeças de gado³³¹.

Já o terceiro maior crédito foi encontrado no inventário de Joaquina Fernandes de Oliveira, possuidora de uma fortuna considerável. Era dona de trinta e três bens de raiz, vinte e três escravos, seiscentas e trinta e cinco cabeças de gado e uma lista de quinze pessoas na sua dívida ativa no total de 4:516\$000. Não possuía dívidas passivas³³².

Manoel Francisco de Oliveira, dono da maior dívida passiva, era também o segundo maior fazendeiro com o monte-mor no valor de 77:355\$900, correspondente a posse de trinta e seis bens de raiz, entre eles 30 fazendas com mil trezentas e setenta e oito cabeças de gado e plantações de mandioca, três mangas plantadas de capim e quatro casas com benfeitorias como casa de farinha, senzala, currais, casa de depósito. Possuía também trinta e cinco escravos e uma dívida ativa de 1:796\$000 a cinco pessoas. Porém, sua dívida passiva era de 14:000\$000 a duas pessoas na vila à D. Izidora Maria de Oliveira Santos como uma letra de 10:000\$000 e ao Capitão Paulino Fernandes de Oliveira, com uma letra de 4:000\$000, sendo este último parente do Manoel Francisco de Oliveira³³³.

Das pessoas que utilizavam o crédito como forma de realização de negócios, vendendo, comprando ou emprestando na faixa de 5 a 10 contos de réis, constantes na

³³⁰ AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventários de Maria Clemência do Amor Divino, 07/1868.

³³¹ AFJM, Caixa Diversos 1888 - 1889: Inventário de Joaquim Ferreira Souto, 10/1888.

³³² AFMJ, Caixa Diversos 1877 - 1879: Inventário de Joaquina Fernandes de Oliveira, 10/1877.

³³³ AFJM, Caixa de Inventários 1875 - 1876: Inventário de Manoel Francisco de Oliveira, 07/1876.

Tabela X eis Luiz Inácio Pereira como o maior credor, tendo 49,8% da sua riqueza em dívida ativa no valor de 3:989\$438 a seis pessoas, com juros de 2% ao mês. Os demais 51,2 % do seu monte-mor compreendem quatro fazendas com plantação de cana-de-açúcar, mandioca e alguns pés de café, quatro escravos e cinqüenta e nove cabeças de gado³³⁴.

A terceira maior dívida, 2:186\$000, pertencia ao inventariado Manoel Ângelo de Souza, pequeno proprietário de dois bens de raiz, sendo estes uma casa e uma manga com pastos, setenta e uma cabeças de gado e um escravo, compondo assim, um monte-mor no valor de 5:911\$700³³⁵.

Já o Alferes Francisco Manoel Pereira, dono de vinte bens de raiz com 03 casas, dezessete fazendas com duzentas e trinta e quatro cabeças de gado, roças de algodão, milho, mandioca e um canavial, onze escravos e 400\$000 em dinheiro contado, somando o valor de 11:650\$000, porém devia a catorze pessoas na vila, proveniente de rol, crédito e empréstimo³³⁶.

Nas Tabelas IX e X, os fazendeiros contraem dívidas para investir na sua propriedade, comprando equipamentos tais como alambiques, ferramentas, engenho, roda de fiar, entre outras, como também para comprar objetos de uso pessoal e gêneros de primeira necessidade dos quais não produziam, a exemplo do sal.

Embora existissem na Vila grandes comerciantes, os fazendeiros também atuavam, eventualmente, nas atividades mercantis, vendendo os seus produtos agrícolas e o gado diretamente com os comerciantes e consumidores. Além de realizarem transações de crédito, também emprestavam dinheiro, principalmente aos familiares. Licurgo Santos Filho afirma que dentre os fazendeiros do sertão da Bahia, a exemplo da fazenda do Campo Seco, Antonio Pinheiro Pinto era um senhor rural e mercador, efetuando negócios de algodão, gado, mantimentos como também transações em dinheiro, emprestando a pessoas de seu conhecimento, como parentes, compadres e vizinhos. Segundo ele,

Antonio Pinheiro Pinto além de criador, intermediário, ou revendedor, foi também uma espécie de capitalista, de banqueiro da Região. Empréstou grandes e pequenas quantias, a maior parte das vezes sem cobrar juros. E tomou emprestado de fazendeiros vizinhos para realização de compra e revenda de mercadorias³³⁷.

³³⁴ AFJM, Caixa Diversos 1872 – 1873: Inventário de Luiz Inácio Pereira, 07/1872.

³³⁵ AFJM, Caixa de Inventários 1860 – 1861: Inventário de Manoel Ângelo de Souza, 11/1861.

³³⁶ AFJM: Caixa de Inventários – 1875 – 1876: Inventário do Alferes Francisco Manoel Pereira, 05/1875.

³³⁷ SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 35.

É importante salientar que mesmo havendo pessoas dedicando-se a uma atividade, seja ela comercial ou agropecuária, como podemos observar nas Tabelas X e XI, havia também pessoas que realizavam outras atividades afins, pois não existia uma separação rígida entre agricultura, criação e comércio, pois havia pessoas que atuavam paralelamente nos mais variados ramos da atividade lucrativa.

Observando as dívidas ativas e passivas dos inventariados, a partir das fortunas entre cinco a dez contos de réis, percebemos que segue o mesmo padrão dos outros inventários de monte-mor acima de dez contos de réis. Todos apresentavam números relevantes tanto de dívida ativa quanto de passiva, confirmando a prática do crédito vivenciada pela população do Sertão da Ressaca em todos os segmentos sociais, dos mais ricos aos mais pobres.

COBRANÇAS DE DÍVIDAS: RELAÇÕES DE CONFLITO

Caso não fosse efetivado o pagamento da dívida, os credores recorriam à Justiça, tentando no processo jurídico um último recurso para ressarcimento dos prejuízos. São processos ricos em informações e cercados de muitos artifícios para tentar provar a verdade, sendo apresentado documentos como letras, notas promissórias, notas de cadernetas³³⁸, cartas e testemunhas. Nos processos analisados, as cobranças dos credores foram iniciadas no ato do arrolamento do inventário, mas como o pagamento não era feito se recorria às cobranças jurídicas. De acordo com Sheyla Farias Silva, construir uma riqueza baseada nas dívidas era muito perigoso. Para ela, “tal riqueza em movimento poderia desaparecer com a morte dos credores ou dos devedores, pois mesmo a garantia oferecida pela legislação a qual estipulava que as dívidas contraídas em vida seriam salgadas pelos herdeiros”³³⁹. Geralmente os herdeiros não tinham condições de saldar as dívidas ou simplesmente não pagavam, ficando o credor

³³⁸ Letras eram as assinaturas que os devedores tinham que assinar se comprometendo a pagar. Geralmente era uma forma menos formal e escrito em papel comum, porém com a mesma validade de um papel oficial. Já a nota promissória era um documento impresso onde tinham os termos de venda ou empréstimos e que o devedor assinava se comprometendo a pagar na data também estipulada na nota. Notas de cadernetas eram as notações que os comerciantes faziam em um caderno das mercadorias que os seus clientes compravam no crédito.

³³⁹ SILVA, Sheyla Farias. *Nas Teias a Fortuna: Homens na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005 (dissertação de Mestrado), p. 123.

no prejuízo ou então movendo ações na justiça. As dívidas poderiam ser perdoadas no ato do testamento, porém eram dívidas relacionadas com os laços de parentesco ou compadrio, perdoadas em favor dos sobrinhos ou afilhados.

Os processos jurídicos de cobrança de dívida recebiam diversas denominações como Ação Orçamentária, Ação de Cobrança, Ação de Libelo Cível, Ação Sumária e Petição. No entanto, todas tinham a mesma finalidade: a de pedir perante o juiz a presença do devedor para que efetuasse o pagamento da dívida, do principal, juros de mora ou prêmios e, ainda, à custa do processo. Nem sempre o devedor tinha obrigação de efetuar o pagamento de todos esses itens, pois ocorria a existência de algum processo ser irregular e o devedor pagar somente o principal e os juros e o cobrador pagar as custas, ou da cobrança de uma dívida já paga e o processo ser considerado nulo e o autor arcar com as custas. Na maioria das vezes, o autor da ação oferecia-se para pagar as custas desde que o devedor comparecesse na primeira audiência para se efetuar um acordo amigável, o que raramente acontecia, levando o autor a entrar com pedidos inclusive de embargos.

Na Tabela XI, consta a relação de algumas cobranças de dívidas, com os respectivos valores, que poderia ser feita desde altas quantias de 5:027\$000, como as pequenas, de 60\$000. O maior juro cobrado foi a quantia de 3%, sendo a maioria no valor de 2%.

TABELA XI
AÇÕES DE COBRANÇAS DE DÍVIDAS JUDICIAIS

ANO	COBRADOR	DEVEDOR	QUANTIA	PERÍODO DA DÍVIDA	JUROS
1855	Tent. Coronel Henrique Manoel de Almeida	Agostinho Ferreira do Espírito Santo	1:821\$500	Desde agosto de 1852	2%
1855	João de Souza Guimarães	Agostinho Ferreira do Espírito Santo	122\$760	-	-
1855	Francisco Felix de Souza Farias	Agostinho Ferreira do Espírito Santo	2:354\$286	Desde 25/01/1847	2%
1855	Lourenço Barbosa Braga	Agostinho Ferreira do Espírito Santo	177\$000	-	-
1855	Capitão Manoel José Lopes Junior	Agostinho Ferreira do Espírito Santo	492\$139	Desde 29/03/1849	2%
1857	Tenente José Nunes Bahiense	Severo Fortunato Pereira	1:750\$724	-	2%
1859	Sinésio Álvares Lima	Antonio Joaquim da Cruz	1:254\$500	-	2%
1864	Tenente José Nunes Bahiense	Guintiliano Antunes de Oliveira	400\$000	-	-
1869	Alferes Manoel da Silva Coimbra	José Cupertino da Costa Pinheiro	60\$000	Desde 21/07/1869	-
1872	Luis José Affonso Fernandes	Carlota Carolina do Carmo	1:724\$509	Desde 24/07/1871	-
1874	Joaquim Fernandes Ribeiro	Manoel Lopes Moitinho Sobrinho	827\$470	-	-
1874	Raymundo Pereira de Magalhães	Carlota Carolina do Carmo	5:027\$000	Desde 16/01/1871	1%
1874	Cypriano Gomes Pereira	Joaquim Galdino de Jesus	378\$070	Desde 22/11/1871	-
1881	Capitão Baldoino Nunes de Meirelles	Maria da Glória Nunes de Oliveira	186\$000	Desde 1875	-
1882	Antonio Gomes dos Santos	Mathias da Silva Gusmão	3:412\$608	Desde 06/05/1878	-
1883	Estevão Prates	José Candido Choça Lira	120\$000	Desde 04/07/1871	-
1883	Coronel José Egidio de Moura Albuquerque	Tito Vasconcelos Dantas	305\$000	Desde 02/07/1876	-
1884	José Antonio dos Santos	Ludovico Martins Pereira	780\$000	Desde 20/06/1883	-
1885	Fazenda Pública Provincial (imposto)	Josepha Gonçalves da Costa	91\$240	Desde 1880	3%

Fonte: AFJM

Das cobranças jurídicas nesse período, Agostinho Ferreira do Espírito Santo, fazendeiro e comerciante, principalmente de fazendas secas, foi o que mais recebeu autuação, ao todo foram cinco ações movidas por cinco pessoas diferentes, sendo as dívida de rol, crédito e empréstimo, somadas em 4:967\$685, além das dívidas que não foram cobradas judicialmente. Infelizmente seu inventário está em péssima

conservação³⁴⁰ e não pudemos obter maiores informações, e dos poucos bens que foram coletados, como seis fazendas com 90 cabeças de gado e com plantação de cana-de-açúcar, sete escravos, e uma dívida ativa no valor de 4:560\$000, distribuídas a dezesseis pessoas e 313\$350 em dinheiro.

Além dos credores que aparecem na Tabela XI, Agostinho F. do Espírito Santo devia ainda a “Eustaquio de tal, na Vila de Nazaré, na quantia de 314\$000, a D. Antonia, moradora na Beira do Rio São Francisco, por crédito proveniente da compra de gado, no valor de 330\$000”, dentre outros relatos presentes em seu testamento. No seu Inventário, foi encontrado uma relação de bens destinados ao pagamento da dívida do credor Francisco Teles de Souza Farias, sendo estes cinqüenta e seis vacas, quinze burros, cinco cavalos e 2 créditos, no valor total de 2:361\$000. O total de sua dívida passiva era de 6:803\$685³⁴¹.

Pelo seu testamento, constatamos que Agostinho F. do Espírito Santo mantinha relações comerciais com várias pessoas, em diversos lugares da província baiana como Nazaré, Bom Jesus, Mata da Bahia, Margens do Rio São Francisco, revelando a dinâmica comercial dos moradores da Imperial Vila da Vitória e da circulação de mercadorias com outras regiões da Província.

Carlota Carolina do Carmo, listada na Tabela XI aparece com a maior dívida passiva no valor de 6:751\$509, a dois credores. É a segunda devedora em número de cobranças, num intervalo de dois anos. Viúva e com uma propriedade para administrar, Carlota Carolina recorreu ao crédito com Raimundo Pereira de Magalhães e com Luiz José Afonso Fernandes. Tendo dificuldades de saldá-la, sofreu ações judiciais para efetuar o pagamento.

Assim, Raimundo Pereira de Magalhães entrou com uma ação orçamentária para cobrar a dívida de 5:027\$000, contraída em 16 de janeiro de 1871, com escritura pública tendo como garantia a hipoteca de seu Engenho Rio Grande, oito escravos e alguns outros bens imóveis. Obrigou-a a pagar no prazo de quatro anos, com prêmio de 1% ao mês e podendo amortizá-la com o açúcar e aguardente produzidos pelo referido engenho a preços fixos, com a exigência de exclusividade, pois Carlota não poderia comercializar os seus produtos com outras pessoas a não ser com Raimundo P. de

³⁴⁰ AFJM, Caixa Inventário 1849: Inventário de Agostinho Ferreira do Espírito Santo de 1849-1855. O Inventário está dividido em dois blocos e faltam 73 folhas. A outra parte do inventário se encontra na caixa diversos -1850-1854, e que são da partilha. Devido a isso não deu para saber o valor aproximado do monte-mor, no valor de 12:035\$910. O testamento é que ajudará a coletar algumas informações, principalmente sobre as dívidas passivas e ativas. 11/1849.

³⁴¹ Idem.

Magalhães. A amortização de 182\$980, mais 63\$660 dos gêneros produzidos no engenho, somava-se 246\$000 em três anos e, por isso, acusava Carlota Carolina de descumprir o acordo firmado, alegando que ela estava vendendo os produtos a outra pessoa, pois, no ano de 1872, recebeu da venda nesses gêneros a quantia de 880\$000, praticamente 3 vezes mais³⁴².

Além disso, alegava que Carlota tinha alforriado dois escravos hipotecados, sem o consentimento dele, acusando-a de crime de estelionato, citando o artigo 264§2 do Código Criminal e, que, dos oito escravos hipotecados, restavam somente cinco, pois outro foi dado a ele como pagamento, sendo três de “pouco valor, não só por suas qualidades, como por serem do sexo feminino”³⁴³. E por Carlota Carolina do Carmo ter infringido as condições do contrato, Raimundo exigiu o pagamento da dívida antes do prazo estipulado, pois temia que o pagamento não fosse realizado integralmente, caso Carlota continuasse a desfazer dos escravos hipotecados. Assim, pedia que a Carlota pagasse a dívida de 4:580\$321 de principal, prêmios e custas³⁴⁴. Segundo Maria José Rapassi Mascarenhas, as hipotecas eram uma prática relativamente comum em finais do século XVIII e início do XIX, como garantia de pagamento da dívida³⁴⁵.

Luiz Afonso Fernandes também moveu ação de libelo cível contra D. Carlota Carolina do Carmo e cita-a a fim de pagar-lhe a quantia de 1:000\$000 que lhe devia por crédito, porém o filho de Carlota Carolina do Carmo, Torquato Viana Campos, pedia dois meses de espera para se aconselhar por parte de sua mãe, mas como tinha decorrido dois anos e não tendo pago a dívida recorreu a justiça³⁴⁶. D. Carlota foi citada e entrou com um pedido de abatimento da dívida e entraram no acordo no qual a ré pagaria somente a quantia de 1:000\$000, mas como não foi pago, Luiz Afonso Fernandes pediu na justiça para ser pago com qualquer bem da ré que concordou pagar a dívida com o escravo Thiago, porém sem condições legais para o devido pagamento³⁴⁷, pois o escravo estava, hipotecado a Raimundo Pereira de Magalhães, em garantia de outro empréstimo. Em seguida sugeriu que a mesma pagasse com outros bens, uma vez que a

³⁴² AFJM, Caixa Diversos 1884: Ação Orçamentária de Raimundo Pereira de Magalhães.

³⁴³ Confirmando o fato da escrava ter um valor aquisitivo menor que o escravo.

³⁴⁴ AFJM, Caixa Diversos 1884: Ação Orçamentária de Raimundo Pereira de Magalhães.

³⁴⁵ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado). P. 203.

³⁴⁶ Dívida essa que Luiz Afonso Fernandes adquiriu por herança de duas outras pessoas, uma “proveniente da quarta que lhe cabia pagar a casa do finado Coronel Pedro José e outra que restava a Manoel Lopes Moitinho Sobrinho, no valor de 1:724\$509”, de principal e prêmios vencidos.

³⁴⁷ Não pode pagar com o escravo porque a ré não tinha saldado com a Fazenda Pública pela qual se achavam embargados 4 escravos, entre eles o escravo Thiago, e só pode pagar com o escravos depois de saldar a dívida com a Fazenda Pública.

ré queria pagar com terras, mas não chegaram a nenhum acordo³⁴⁸. Constrangida com a situação dona Carlota Carolina do Carmo escreveu ao seu credor

Gameleira, 25 de Março de 1874

Sr. Luiz Afonso de o já estimo que esteje com saúde e tudo o quanto pertencer.

Mando oferecer a Vossa Senhoria o seu pagamento a minha Fazenda da Barra do Choça, é o único bem que tenho, Vossa Senhoria mesmo sabe que os meus poucos bens estão todos de embargo [...] e não posso desfazer destes bens, e por isso lhe ofereço, o bem que tenho, já vivo atormentada com situação, que já não posso mais com tanta aflição de dívida para ver se posso ter um sossego. Vossa Senhoria querendo receber as terras mande me dizer para eu ir lhe pagar o título das ditas terras aí mesmo eu fico sossegada de meu espírito.

Nada mais.

Carlota Carolina do Carmo³⁴⁹.

Na carta podemos notar a situação que se encontra Carlota devedora à vários clientes e, portanto, cobrada e pressionada por eles, revelou a sua aflição, angústia em que vive por causa das cobranças. Como não se encontra em condições de vender bens, por estarem embargados, propõe pagar a dívida com terras e, assim, ia se desfazer dos seus bens para quitar as dívidas e se livrar da angústia e das cobranças dos credores.

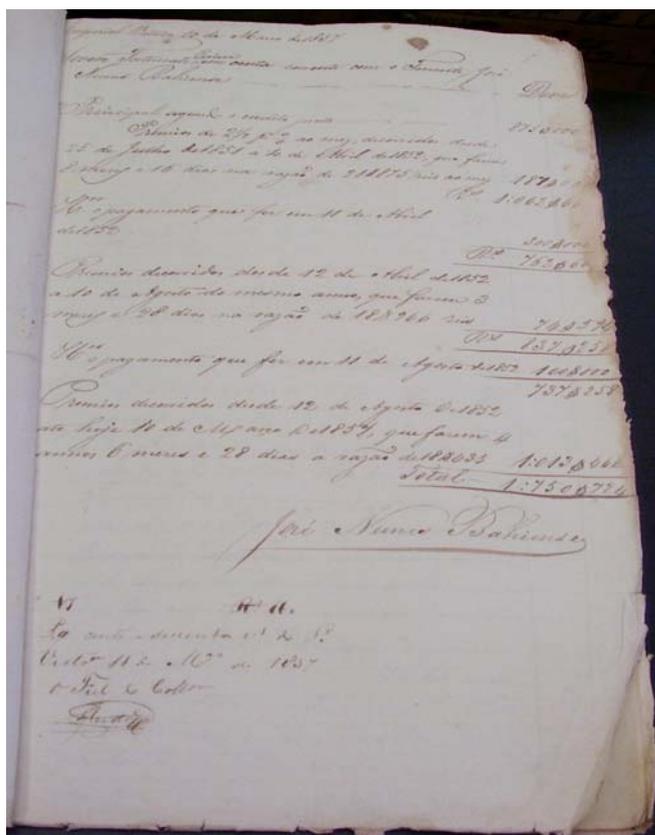
As ações de embargo eram usadas sempre que havia alguma dificuldade de quitação da dívida, como aconteceu com os bens de Carlota Carolina do Carmo, pois quando há dívidas com vários credores a dificuldade para quitá-las é ainda maior. Como a mesma colocou a situação de aflição em que vivia, sendo pressionada por todos os seus credores a pagar as dívidas no ato do inventário. Nesse caso os credores pedem a separação dos bens para efetuar o pagamento, episódio que sempre ocorre, mas que nem todos conseguem, como foi o caso de Luiz Afonso Fernandes, pois não chegaram a nenhum acordo. O suplicante afirmou que a carta não foi escrita por Carlota Carolina e, sim, por seu genro, João Coelho Sampaio, pois ela não sabia ler e escrever, embora ele usasse o texto da carta para confirmar o desejo de Carlota saldar a dívida. Também não reconheceu Torquato, seu filho como procurador, pois o mesmo não realizou a vontade da mãe que sempre manifestou desejos, inclusive na carta, de pagar a dívida, sendo nisto obstada por seu filho e procurador, conhecido “por seu gênio protelatório, somente procura escapar o termo” e que a dívida devia ser saldada com outros bens que não com terras. A sentença declarada foi que a ré deveria pagar 1:334\$006 com principal, juros e custas³⁵⁰.

³⁴⁸ AFJM, Caixa Diversos 1872-1873: Ação de Crédito de Luiz Afonso Fernandes.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Idem.

Já o tenente José Nunes Bahiense alegou que Timoteo José Freire lhe tomou a quantia de 875\$000 a qual lhe emprestou sem menor interesse, por tempo de 3 meses a prêmio de 2% ao mês, no prazo de 3 anos já lhe pagou 400\$000, mas que faltava ainda um total de 1:750\$724. Disse ainda que o devedor menosprezou todos os pedidos de conciliação, mesmo tendo lhe concedido provas e perdoado prêmios e por não ter embolsado-o em tempo marcado, recorreu a justiça para receber o seu débito que fora feito e assinado³⁵¹.



Imperial Vila da Vitória 10 de Março de 1857
 Severo Fortunato Pereira em conta corrente com o tenente José Nunes Bahense Deve
 Principal segundo o crédito junto 75\$000
 Prêmios de 2 ½ por % ao mês, decorridos desde 25 de junho de 1851 a 10 de Abril de 1852, que fazem 8 meses e 16 dias na razão de 21\$875 reis ao mês 187\$000
 Rs. 1:062\$660
 Houve o pagamento que foi em 11 de abril de 1852 300\$000
 Rs. 762\$660
 Prêmios decorridos desde 12 de abril de 1852 a 10 de Agosto do mesmo ano, que fazem 3 meses e 28 dias na razão de 18\$966 reis 74\$594
 Rs. 837\$258
 Houve o pagamento que fez em 11 de agosto de 1852 100\$000
 737\$258
 Prêmios decorridos desde 12 de Agosto de 1852 até hoje 10 de Março de 1857, que fazem 4 anos, 6 meses e 28 dias a razão de 18\$431 1:013\$466
 Total 1:750\$724
 José Nunes Bahiense

P.G. cento e sessenta reis do ?

Victória 11 de Março de 1857, O Fiel do Coletor (Assinaturas)

Fonte: AFJM: Cálculos de juros da dívida de Timoteo José Freire com o tenente José Nunes Bahiense³⁵²

Outro caso de cobrança é o do capitão Balduino Nunes Meirelles, residente na cidade de Nazaré, representado na Imperial Vila da Vitória por seu procurador Francisco de Paula e Souza Bretas para cobrar a dívida de Felisberto Pereira de Oliveira, decorrente da compra de um enxoval a pedido de Maria da Glória Nunes, destinado para o seu casamento com o senhor Felisberto Pereira de Oliveira, no ano de 1877.

³⁵¹ AFJM: Caixa Diversos 1858-1859: Ação de Crédito do Tenente José Nunes Bahiense

³⁵² Idem.

Apesar de repetidas cartas solicitando pagamento da quantia supra mencionada, obtivera sempre em resposta pedidos de demora. Em razão das delongas e não realização do pagamento em tempo, o autor pediu judicialmente o pagamento da conta do enxoval e prêmios decorridos pela mora, a quantia de 186\$000. Dívidas essas que foram provadas também com duas cartas, entre elas uma escrita por Maria da Glória com firma reconhecida, atestando a preocupação da mesma, onde usa de apelos levando em consideração a relação de parentesco entre as partes, e com aflição e angústia pede ao primo que tenha paciência, como explicitado na carta abaixo.

Vitória, 25 de abril de 1871

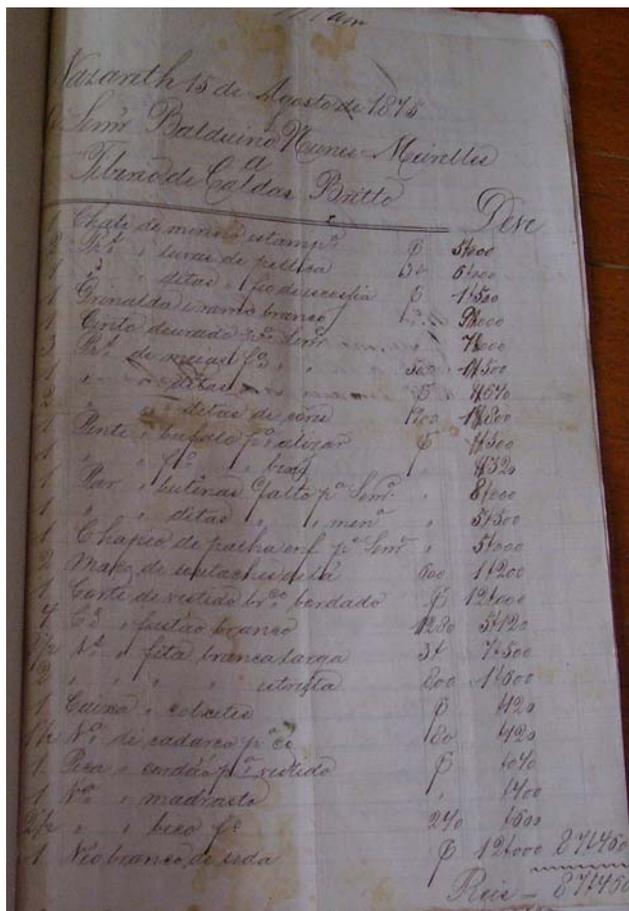
Primo e Senhor Baldoino

Desejo lhe saúde e tudo bem estar para da excelentíssima família a quem saúdo com lembranças.

Recebi sua carta e sei que vim (sic) está vexada para pagar ao Tibério meu primo, rogo-lhe por favor que porque a elle e que breve lhe remeto o seu dinheiro tenho tardado tanto, mas não tem sido por meu gosto, pois tenho sofrido demandas e perdeu ou (?) que tenho vendido escravos e casa para pagar dívidas que fora impugnada no inventário do meu falecido marido, e sem ser visto meu sogro mandou que eu desse 150 cabeças de gado no inventário e porque faltou 50 cabeças ele, meu sogro não quis saber que faltou e por isso demande mas e perdi uma por saber nula, tornei a passar por outro advogado e por isso meu primo, rogo lhe favor como um bom parente que é por veemência ter alguma paciência que estou muito aflita por este dinheiro e por isso não perderão seu dinheiro, é um favor que lhe peço e lhe ficarei desde já muito agradecida, que fico as suas ordens.

Prima Maria da Glória Nunes de Oliveira³⁵³

³⁵³ AFJM: Caixa Inventários 1880-1885: Ação Sumária do capitão Baldoino Nunes Meireles.



Nazareth 15de Agosto de 1875
 O Senhor Baldunino Nunes Meirelles a
 Tibério de Caldas Britto

		Deve
1 chale de menina estampada	por	5\$000
2 pares de luvas de pellica	por	6\$000
1 par de dita fio escorjia	por	1\$500
1 grinalda de ramo branco	por	9\$000
1 cinto dourado para senhora	por	7\$000
3 pares de meias finas	\$500	1\$500
1 par de dita fina	por	\$670
2 pares de ditas de cores	\$900	1\$800
1 pente de búfalo para alizar	por	\$500
1 pente de fio para bixo	"	\$320
1 par de butinas salto para senhoras	"	8\$000
1 par de ditas salto para menina	"	5\$500
1 chapéu " palha enfeitado p/ senhora		5\$000
2 maços de ? ?		\$600 1\$200
1 corte de vestido branco bordado		12\$000
1 corte de fustão branco	\$280	5\$120
2 ½ dita de fita branca larga	3\$000	7\$500
2 ditas de fita branca estreita	\$800	1\$600
1 caixa de colchetes	por	\$120
½ dita de cadaço para co.	\$080	\$120
1 peça de cordão para vestido	por	\$070
1 dita de madraço	"	\$700
2 ½ dita de bico f.	\$240	\$600
1 veo branco de seda	por	12\$000
	Reis	87\$460

Fonte: AFJM: Nota do Enxoval de Maria da Gloria Nunes de Oliveira³⁵⁴

A nota se refere a compra de produtos para o enxoval de casamento de Maria da Glória, nela há artigos de luxo, e mesmo endividada, possibilitava a aquisição do *status* e prestígio na sociedade da Imperial Vila da Vitória. Aqui o casamento representa uma forma de aquisição de *status* e estabilidade e usado como estratégia, no caso das mulheres, para ampliação de suas posses e uma melhor condição de vida³⁵⁵. Na nota podemos observar os vários objetos de luxo adquiridos por Maria da Glória para o seu enxoval, como dois pares de luvas de pelica, cinto dourado, vestido branco bordado, dois pares de botas para mulher, dentre outros. Podemos ver sua aflição pelos termos da carta anteriormente apresentada, por não ter condição de pagar a dívida, aguardando a venda de bens para poder saldá-las. Geralmente os pagamentos das dívidas eram feitos com bens dos devedores ou, então, tinham necessidade de vender bens para quitá-las.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ VOLPI, Alexandre. *A História do Consumo no Brasil: Do Mercantilismo à era do foco no cliente*. Rio de Janeiro: Elieser, 2007, p. 31.

Outra ação sumária importante de ser analisada é a que Cypriano Gomes Pereira moveu contra Joaquim Galdino de Jesus Amador, para a cobrança de 245\$000, além de cobrar os prêmios vencidos, na quantia de 420\$000, proveniente do gado que o suplicando comprara para revender e que até aquele momento, pagou somente o valor de 175\$000. Como não houve a conciliação entre as partes, Cypriano citou Joaquim para ser efetuada a cobrança em juízo. Uma questão a observar nesse documento, é o fato de Joaquim Galdino ter utilizado assinatura de uma outra pessoa para conseguir a compra do gado a prazo, pois o mesmo crédito foi assinado por Apolinário Ferreira Campos Meira “a rogo do réu, em presença de duas testemunhas de reconhecida capacidade sendo o documento valiosíssimo”³⁵⁶. Sheyla Faria afirma que em Estância, (Sergipe) essa prática configurou “as redes de endividamento em que uma pessoa pedia empréstimo para favorecer a outra pessoa, geralmente representando alguém a quem o crédito era vedado”³⁵⁷.

Cypriano Gomes Pereira entrou com a ação no juízo comercial, da qual levantou vários questionamentos por parte do réu e alegou a não procedência da mesma ação, afirmando que nem o autor e nem o réu eram comerciantes, “porque nenhum faz do comércio uma profissão habitual, e nem tem os dois livros que todo comerciante matriculado ou não, indispensavelmente deve ter”. E ainda diz que havia prova do réu não ser comerciante, pois “não pode ser comerciante quem não paga uma letra de 245\$000 e precisa ser condenado ao embargo”. De acordo com essa afirmação, nenhum comerciante teria futuro nos negócios, pois saldar as dívidas era uma forma de manter o nome limpo para ser utilizado em seu comércio, futuras transações mercantis, sendo o crédito uma forma muito praticada nesse período, uma vez que se vendia e se comprava a crédito.

Assim, o juiz julgou a ação comercial nula e Cypriano Gomes Pereira, pelo fato do crédito não ter sido considerado nem letra de terra nem nota promissória para gozar do efeito do crédito mercantil e também por não conter prazo fixo de pagamento. E “também não é mercantil o objeto da dívida, isto é a compra de gado, visto como não está provado que uma ou ambas as partes façam da compra e venda do gado profissão habitual do comércio, segundo a doutrina do código comercial”³⁵⁸.

³⁵⁶ AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação Sumaria de cobrança de Cypriano.

³⁵⁷ SILVA, Sheyla Farias. *Nas Teias a Fortuna: Homens na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005 (dissertação de Mestrado), p. 128.

³⁵⁸ Idem.

Porém Cypriano Gomes Pereira querendo receber a sua dívida, entrou com ação de embargo contra Joaquim Galdino de Jesus. Os oficiais de Justiça cumpriram o mandato do embargo, indo até a casa do embargado, obrigando-o a desocupá-las, “além de mais duas moradas de casa, duas partes de terras, uma parte de terra com uma roça e uma casa de farinha, um burro preto, cinco cabeças de rés (sic), duas novilhas e um garrote de ano”. Joaquim Galdino contestou o embargo dizendo que não foram observadas as formalidades legais, alegando não ter nenhum efeito. Levados em consideração os casos em que devem ocorrer os embargos e então cita o art. 321

O arresto ou embargo tem lugar: §2º quando o devedor, sem domicilio certo intenta ausentar-se ou vender os bens que possui, ou não paga a obrigação em tempo. §3º quando o devedor contrae dívidas extraordinárias e para não pagar põe seus bens em nome de terceiros. Além disso, diz o §5º que esses embargos só consentem a comerciantes não matriculados³⁵⁹.

Dessa forma, o juiz, alegando ter sido apenas um simples crédito, não derivado de obrigação comercial e não tinha prazo definido para pagamento da dívida e julgou insubsistente o embargo, condenando Cypriano Gomes Pereira a pagar as custas. Temos aqui mais um exemplo de que o devedor podia recorrer judicialmente também para aliviar os encargos excedentes da dívida contraída.

Nessa época era comum a venda de dívida a um terceiro, a exemplo, da ação orçamentária movida por Joaquim Fernandes Ribeiro que comprou a dívida de Manoel Lopes Moitinho Sobrinho do comerciante Jorge Adolfo Stolze, do qual emite a letra dizendo:

Vendi ao Senhor Joaquim Fernandes Ribeiro uma dívida do Senhor Manoel Lopes Moitinho Sobrinho de importância de oitocentos e vinte sete mil quatrocentos e setenta reis, conforme a conta que com este documento entrego. [...] 08 de julho de 1873³⁶⁰.

Dessa forma, Joaquim Fernandes entrou com uma ação para a cobrança da dívida no valor de 827\$470, alegando que Manoel Lopes Moitinho Sobrinho foi morador na margem do Rio Pardo, comprou mercadorias de Jorge Adolfo Stolze, também morador na margem do Rio Pardo, importando a totalidade das compras feitas no valor de 1:264\$270, dividido em várias parcelas, restando presentemente a quantia de 627\$470. Assim recorreu juridicamente para ser pago nas custas e juros desde a mora.

³⁵⁹ AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação de Embargo de Cypriano Gomes Pereira.

³⁶⁰ AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação Orçamentária de Joaquim Fernandes Ribeiro.

Manoel alegou que a ação já em princípio de nulidade era ilusório e até repugnante, pois ele devia apenas ao credor cedente Jorge Stolze, 247\$082. Não houve nenhuma conversação de ambas as partes para efetuar a negociação do pagamento da dívida e que a porcentagem estipulada na conta era indevida, porque os produtos foram comprados por preços extraordinários e que até aquele momento não foi possível pagar tão exorbitante porcentagem. Alegava ainda que Jorge Adolfo Stolze era estrangeiro, sem residência fixa no Brasil e que vivia de pequenos negócios ambulantes, como exportar madeira em pequena escala das matas as margens do Rio Pardo para a Capital. Confessou que retardou alguns pagamentos, mas que tinha sido por motivos independentes de sua vontade e que o libelo apresentado contra ele era mais uma sátira dirigida com o fim de ofender e desmoralizá-lo, do que uma exposição concludente, jurídica e verdadeira, uma vez pedia mais do que ele devia. E diz que

Depositando grande confiança no autor [Jorge], nunca tratou de segurar seus negócios com o mesmo, exigido documentos. Porém como estava enganado! Jorge Stolze aproveita-se d'esta facilidade, arranja uma conta de 827\$470 e vende-a (caso virgem! Uma conta de rol!) a Joaquim Fernandes Ribeiro, quando devia-lhe somente a quantia de 247\$082!³⁶¹

E continuou a argumentar contra o Senhor Jorge Stolze, enfatizando que nenhum valor tinha a cessão, não só por ser fraudulenta, mas também porque não existia nenhum título ou escritura assinada por ele que desse ao Senhor Jorge Stolze o direito de passá-la a terceiros. Alegou que Jorge Stolze não era negociante matriculado, nem pessoa pública ou como tal reputada, portanto um escrito por ele feito e assinado não dava força de figurar em juízo, porque faltaram as solenidades exigidas pela Lei. Dizia ainda que Stolze talvez julgasse que ele já não tinha as cartas do mesmo em que se tratava dos preços dos gêneros e quantias dadas, porém, felizmente, enganou-se, porque o Senhor Manoel tinha por costume guardar suas correspondências, não as perdeu e, assim, pôde comprovar o que dizia. Dessa forma, propôs que o caso fosse julgado, levando em consideração os seus argumentos e documentos apresentados. Mesmo assim, Manoel Lopes Moitinho Sobrinho foi condenado a pagar o valor de 627\$470, resto da maior quantia, os juros da mora e custas³⁶².

A venda de crédito (dívida a receber) era prática comum naquela época. A cadeia de endividamento constituiu um modelo de economia que teve início na colônia e persistiu durante o Império e incluía os próprios comerciantes como os proprietários

³⁶¹ AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação Orçamentária de Joaquim Fernandes Ribeiro.

³⁶² Idem.

rurais³⁶³. Além desses casos da Imperial Vila da Vitória, há casos notificados por Rogich Vieira no comércio de mulas na feira de Sorocaba, notificando que as vendas a crédito eram uma prática comum entre os tropeiros, pois o pagamento raramente era a vista, sempre com um a dois anos de prazo, assim,

Quando a venda era a prazo o novo proprietário da tropa assinava papéis que o vendedor logo descontava com algum agiota, coisa fácil de conseguir desde que a firma do comprador fosse “boa água”. Assim o tropeiro obtinha dinheiro para voltar ao sul e fazer novas compras. Perdia o valor dos juros descontados, mas continuava no negócio³⁶⁴.

A relação entre credores e devedores na Imperial Vila da Vitória, podia ser conflituosa. Além dos devedores não quererem ou não poderem pagar, existiam casos em que o credor agia de má fé, aumentando demais os juros, vendendo a dívida a um terceiro ou, ainda, cobrando, mais de uma vez, a mesma dívida. Um exemplo de má fé foi o caso de Estevão Prates que entrou com uma ação cobrando a dívida de José Candido Choça Lira da quantia de 120\$000 procedente da compra a crédito de um burro, apesar de ter sido exigido o pagamento. Como não foi efetuado, citou-o para receber a devida quantia, juros e custas. Mas o devedor não compareceu nas duas audiências marcadas para a conciliação das partes e, por isso, entrou com o processo de embargo para garantir o recebimento da dívida. Em resposta, José Candido Choça Lira, entrou com outra ação de embargo, afirmando que não devia quantia alguma, pois vencendo a nota promissória, foi a dívida paga no mesmo dia do seu vencimento, como atesta o documento assinado por Estevão Prates, e o mesmo não o entregou a nota promissora dizendo que tinha sumido³⁶⁵.

José Candido Choça Lira, afirmou que Estevão Prates agia de má fé, tentando descaradamente provar que sua nota era falsa, pois o mesmo apresentou testemunhas duvidosas, que são ligadas entre si por laços de parentesco, compadrio e amizade, portanto, protetores do Senhor Estevão, cujos depoimentos eram defeituosos sem nenhum valor e que outras testemunhas nada sabiam, ignoravam completamente o fato articulado. Reforçou a acusação afirmando que Estevão Prates procurou juizes “a seu bel prazer indo esbarrar no vice presidente da comarca saltando por todas as

³⁶³ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Coleção Histórias do Brasil) p.187.

³⁶⁴ VIEIRA, Rogich. A Feira de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. *O tropeirismo e a formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral: Skol/Momesso/Caracu. 1984. p. 34.

³⁶⁵ AFJM, Caixa Diversos 1880-1882: Cobrança de dívida de Estevão Prates.

formalidades da lei”. Ratificou os argumentos, descrevendo várias fraudes cometidas por ele, entre elas que

é forma pública nesta vila, sabida que o mesmo embargante com falsidades tem se locupletados porque com simulações e dolo tem alcançado em seu benefício a fatura daqueles que com ele tem tido a infelicidade e negociar como fora a viúva do finado José Ângelo de Borja, o finado Manoel Coelho, Carpinteiro Benedito Caetité, o finado Jorge D’oliveira, O finado Rodrigo Costa, e até o pobre Africano Francisco Nagô!³⁶⁶

Estevão Prates não passou de um composto de miseráveis trapaças e fraudes, mas também por ter atuado na vila desonestamente, emitindo e usando até moeda falsa. Ficando provado a má fé de Estevão Prates que pretendeu receber uma dívida que já tinha sido paga, o Juiz Luiz da Silva Barra julgou nula a ação movida por ele, condenando-o nas custas.

Diz Antonio Gomes dos Santos matriculado na praça da Bahia – que Mathias João da Silva Gusmão, da Imperial Vila da Vitória lhe devia a quantia de 3:412\$608 de principal e prêmios estipuladas pelas letras juntas e vencidas e não pagas. O suplicante pediu uma conciliação de pagamento da dívida, porém não obtendo resposta do devedor foi obrigado a entrar com um pedido de ação de cobrança. Os juros vencidos do prazo de quatro anos e dois meses a prêmio de 1% ao mês somaram um total de 1:114\$850. Como o devedor não compareceu na audiência marcada, o juiz o condenou também nas custas³⁶⁷.

A dificuldade de encontrar o devedor era outro problema enfrentado pelos credores. Muitas vezes isso ocorria devido a um endereço errado ou até mesmo a mudança de domicílio, como também o fato do período em que se contraiu a dívida, fosse muito longo, dificultaria a localização do devedor. Foi o caso de Sinésio Álvares Lima que entrou com uma ação judicial contra Antonio Joaquim da Cruz para o pagamento da quantia de 1:254\$500, proveniente de várias letras, condenando na referida quantia, prêmios e custas de seu vencimento até o real embolso. Porém o réu não foi encontrado em sua residência, assim não houve a conciliação. Dessa forma, o mesmo documento indica que no

caso de ocultação do devedor ou a sua família não declarar onde ele se acha, o oficial marcado hora certa em que deva ir a segunda vez a casa do suplicado para citá-lo, a mesma família ou vizinho, vá nessa ordem designada e não encontrando o suplicado na

³⁶⁶ AFJM, Caixa Diversos 1880-1882: Cobrança de dívida de Estevão Prates.

³⁶⁷ AFJM, Caixa Diversos 1880-1885: Cobrança de dívida de Antonio Gomes dos santos e Cia.

dita hora designada então cite lhe na pessoa de qualquer seu familiar, ou vizinho, marcando o oficial de diligencia o dia da audiência do comparecimento³⁶⁸.

De acordo com a ação o suplicado encontrava-se na Chapada Diamantina, pois o devedor indicou como local de moradia o arraial de Santa Isabel, distante da Imperial Vila da Vitória. Assim, o credor entrou com uma ação de embargo para garantir o pagamento da dívida, evitando o prejuízo total, uma vez que não ocorreu a conciliação amigável, e o mesmo não compareceu as audiências marcadas. Além da sua difícil localização e dos documentos de letras e papéis de crédito comerciais apresentados pelo credor ao juiz para que comprovasse a dívida e se efetivasse o pagamento. Assim, foi embargada a escrava Luiza, sendo o devedor condenado a pagar a quantia de 1:254\$500 e as custas³⁶⁹.

Antônio dos Santos também entrou na justiça contra D. Maria da Conceição Pereira logo depois do falecimento de seu marido Ludovico Martins Pereira, para cobrar a dívida de 780\$000. Como a viúva “não concordou com o pagamento” pedido por ocasião do inventário e nem quis conciliar, ele propôs contra ela e ao órfão, seu filho, a ação ordinária para requerer o pagamento. Porém a devedora, D. Maria da Conceição Pereira que herdou as dívidas do marido, não compareceu a audiência de conciliação. Desse modo, o juiz a condenou ao pagamento da dívida e das custas. Dívida essa proveniente de 2 letras, uma de duas compras de burros e de bois, a prêmio de 2% ao mês e, a outra, relativa de um empréstimo a prêmio de 1,5%³⁷⁰.

O Tesouro Provincial também recorria à justiça para a cobrança de impostos atrasados, como é o caso de Josefa Gonçalves da Costa, que recebeu a cobrança da Fazenda Pública Provincial, da quantia de 91\$240, referente ao imposto do alambique, sendo ameaçada de apreensão dos seus bens para a penhora. A referida dívida foi paga de imediato, ao oficial de justiça, quando este foi intimá-la³⁷¹.

³⁶⁸ AFJM, Caixa Diversos 1858-1859: Petição de Sinésio Álvares Lima.

³⁶⁹ AFJM, Caixa Diversos 1858-1859: Petição de Sinésio Álvares Lima.

³⁷⁰ AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Ação de Libelo Cível de José Antonio dos Santos.

³⁷¹ AFJM, Caixa Diversos 1885-1887: Execução Cível do Tesouro Provincial.

Imperial Vila da Vitória e Colletoria das Rendas Provinciais, em 27 de Novembro de 1885

A Sr. D. Josephha Gonçalves da Costa
do Tesouro Provincial

Exercício de 1880	Imposto de alambique	20\$000
	3% adicionais	\$600
À 1881	Multa	2\$060
Exercício de 1881	Imposto de alambique	20\$000
	3% adicionais	\$600
À 1882	Multa	2\$060
Exercício de 1882	Imposto de alambique	20\$000
	3% adicionais	\$600
À 1883	Multa	2\$060
Exercício de 1883	Imposto de alambique	20\$000
	3% adicionais	\$600
À 1884	Multa	2\$060
	Sellas	\$600
		91\$240

O Coll. João Archemino Fag. De g.

Certifico que a senhora dona Josephha Gonçalves da Costa deve a quantia de noventa e um mil Duzentos e quarenta reis conforme se vê, da conta corrente acima. O referido é verdade e dou Fé. Eu Ovídio Mariano Feixeira, escrivão que escrevi.

Ovídio Mariano Teixeira

Nº 240 Rs. \$200

Pg. Duzentos reis. Victória, 28 de novembro de 1885. (assinaturas)

Imperial Vila da Vitória e Colletoria das Rendas Provinciais, em 27 de Novembro de 1885.

A Senhora DD. Josephha Gonçalves da Costa ao Tesouro Provincial Deve

Exercício	Imposto de alambique	20\$000
De 1880	3% adicionais	\$600
À 1881	multa	2\$060
Exercício	Imposto de alambique	20\$000
De 1881	3% adicionais	\$600
À 1882	multa	2\$060
Exercício	Imposto de alambique	20\$000
De 1882	3% adicionais	\$600
À 1883	multa	2\$060
Exercício	Imposto de alambique	20\$000
De 1882	3% adicionais	\$600
À 1883	multa	2\$060
	Sellas	\$600
		Rs. 91\$240

O colletor João Archemino Fag. De g.

Certifico que a senhora dona Josephha Gonçalves da Costa deve a quantia de noventa e um mil Duzentos e quarenta reis conforme se vê, da conta corrente acima. O referido é verdade e dou Fé. Eu Ovídio Mariano Feixeira, escrivão que escrevi.

Ovídio Mariano Teixeira

Nº 240 Rs. \$200

Pg. Duzentos reis. Victória, 28 de novembro de 1885. (assinaturas)

Fonte: AFJM: Cálculo do Imposto de Josefa Gonçalves da Costa³⁷²

³⁷² AFJM: Caixa Diversos 1885-1887: Execução Cível do Tesouro Provincial. Na imagem, está o cálculo do imposto do alambique novembro de 1885, referente aos anos de 1880 até 1884, com as taxas de juros e multas.

O sistema de crédito era de grande importância para a dinâmica econômica da Imperial Vila da Vitória, presente entre os criadores de gado, agricultores e comerciantes. Como também, percebemos que o crédito originou situações conflituosas, entre credores e devedores da sociedade local. Além disso, o crédito se configurou como uma rede, pois muitos fazendeiros e comerciantes usaram o crédito ativo e passivo ao mesmo tempo por diferentes motivos e ocorriam casos da pessoa quitar uma dívida usando outra, como foi o caso de Agostinho do Espírito Santo que pagou uma de suas dívidas usando dois créditos que outras duas pessoas tinham com ele. É importante enfatizar o fato de uma pessoa efetuar um empréstimo para pagar um outro ou vender no crédito a uma pessoa e comprar também no crédito de outra. Dessa forma, configurou-se uma rede que dificultava ainda mais realizar o pagamento da dívida, pois geralmente se esperava receber de um outro devedor, para poder pagar um outro credor.

ESCRAVOS: CREDORES E DEVEDORES

Nos inventários e testamentos da Imperial Vila da Vitória, encontramos relações de escravos credores a seus senhores e devedores a outros senhores e a casas comerciais. Constatamos assim, uma economia escrava com base na formação do pecúlio, proveniente do cultivo de suas roças e de atividades de ganho. Esse pecúlio possibilitou à participação dos escravos nas atividades comerciais e de crédito do Sertão da Ressaca. Mesmo não sendo numerosos, não podemos deixar de analisar o seu significado, que, muitas vezes, passaram despercebidos pelos pesquisadores.

TABELA XII
INVENTARIADOS DEVEDORES A ESCRAVOS

ANO	INVENTARIADO	Nº DE ESCRAVOS CREDORES	VALOR
1841	José Ferreira Salgado	01	70\$800
1843	José Pedro da Silva	01	6\$000
1848	Fortunato de Assunção de Jesus	01	60\$000
1850	Manoel José Ribeiro	02	7\$000
1859	Bernardo Lopes Moitinho	01	200\$000
1873	Luiz de Oliveira Freitas	01	7\$000

Fonte: AFJM

Em meados do século XIX, 2,9% dos Inventários consultados da Imperial Vila da Vitória, mostram escravos credores, emprestando dinheiro aos seus donos e, também, comercializando seus produtos. É o caso do inventário de José Pedro da Silva, com um patrimônio de 10 escravos no valor total de 3:200\$000, e quatro propriedades onde criava animais vacum e cavalar além de plantar cana. O monte-mor foi avaliado em 5:556\$420. O inventariante apresentou a lista de credores composta de 24 missas pelas almas dos familiares falecidos no valor de 78\$080, e de oito pessoas no valor de 176\$180 entre esses credores, ele devia ao escravo Antonio (escravo do mesmo casal), a quantia de seis mil reis (6\$000)³⁷³. No mesmo inventário consta que o valor do escravo Antonio é de 320\$000, não aparecendo o tipo de atividade exercida por ele³⁷⁴.

Com base nessas descrições, José Pedro da Silva possuía muitos bens e uma fortuna considerável para o local e período, porém cabe aqui uma indagação: Por que devia ao escravo Antonio? Qual a relação existente entre ambos? Esse valor de 6\$000 seria resto de alguma venda da produção excedente ou um empréstimo em dinheiro? O mais importante nesse caso não é o valor da dívida, mas, sim, a própria dívida. José Pedro da Silva permitia em sua fazenda que os escravos cultivarem suas roças nos dias livres, comprando dos mesmos os seus produtos, além de permitir também que realizassem outras atividades de ganho na Vila, proporcionando ao escravo a formação do seu pecúlio.

³⁷³ É um valor muito baixo, mas o que interessa aqui é o fato do escravo ser credor.

³⁷⁴ AFJM, Caixa Inventário 1843: Inventário de José Pedro da Silva, 08/1843.

Outro caso é o do inventário de José Ferreira Salgado³⁷⁵, que em sua relação de dívidas passivas foi relatado a dívida do escravo Pedro com o seguinte teor: “Declarou elle inventariante que o falecido Inventariado ficou a dever ao Escravo Pedro a quantia de quarenta e nove mil e oitocentos reis (49\$800) provenientes de trinta e seis arrobas de algodão e vinte e um mil reis (21\$000) em dinheiro”, sendo o valor total da dívida de 70\$800³⁷⁶.

Ao analisar esse inventário, constatamos que na descrição dos bens de raiz aparece somente uma terra identificada como “de criar e de plantar” no valor de 700\$000, porém só foram apontados 4 vacas e 1 cavalo, o que nos leva a crer que a sua renda estava centrada no cultivo e comercialização do algodão e não do gado. Há no seu inventário a presença de 7 arrobas de algodão e nas dívidas ativas estão 36 arrobas de algodão com a soma de 28\$800 que o filho inventariante devia aos seus pais, assim, como a dívida de Maria Thereza de Jesus de uma carga de algodão, porém não é identificado o valor da carga. Ao todo, o seu monte mor foi avaliado em 1:124\$380 réis³⁷⁷.

Já nas relações das dívidas passivas o casal devia ao Conde da Ponte o valor de 201\$722 de resto principal, juros e contas na praça da Bahia com José Joaquim Alves Barbosa, com o capitão José Antonio dos Santos Barros, até ao escravo Pedro, no valor total de 70\$800. Isso mostra que ele tinha contato com diferentes pessoas como comerciantes, aristocratas, escravos, revelando o caráter dinâmico da economia do interior da Bahia nesse período³⁷⁸.

O fazendeiro Fortunato de Assunção de Jesus declarou em seu testamento que não teve herança e que tudo o que possuía foi adquirido pelo seu trabalho e agências, para explicar a sua pequena fortuna no valor de 5:692\$840, proveniente de quatro fazendas de gado e com plantação de algodão e cana de açúcar, uma chácara com café e frutas cítricas e treze escravos avaliados por 3:000\$000. Na sua dívida passiva, devia 90\$000 das despesas do funeral e 60\$000 a sua “escrava Joaquina, africana de 50 anos e doente de gota de olhos” e avaliada por 130\$000³⁷⁹.

³⁷⁵ AFMJ, Caixa de Inventário 1840-1841: Inventário de José Ferreira Salgado, 04/1841.

³⁷⁶ Na lista de quatro escravos aparece “dois escravos de nome Pedro, um Angola, 50-60 anos, no valor de 70\$000, e outro também Angola, 80 anos, no valor de 40\$000”. O documento não oferece dados para identificar a qual dos dois o casal é devedor.

³⁷⁷ AFJM, Caixa Inventário 1843: Inventário de José Pedro da Silva, 08/1843.

³⁷⁸ AFJM, Caixa Inventário 1843: Inventário de José Pedro da Silva, 08/1843.

³⁷⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário e testamento de Fortunato de Assunção de Jesus, 12/1848.

Já o fazendeiro de gado e de cana-de-açúcar, Manoel José Ribeiro, era dono de seis escravos e não possuía dívida ativa. A sua relação de dívida passiva foi avaliada em 21\$580 a quatro pessoas, sendo elas dois filhos e dois escravos a quem ele devia: 4\$000 a “Joaquim, cabra, de 29 anos”, avaliado por 400\$000, e 3\$000 ao escravo “Silvestre, crioulo, de 24 anos, filho de sua escrava Luiza, africana de quarenta anos”, avaliado por 400\$000³⁸⁰.

De acordo com a Tabela XII percebemos que as dívidas passivas que os inventariados contraíram entre os escravos apresentam uma relevância em relação aos valores das dívidas. São os casos, já mencionados, de José Ferreira Salgado (70\$000), Fortunato de Assunção de Jesus (60\$000) e, principalmente, do fazendeiro e comerciante Bernardo Lopes Moitinho, que devia 200\$000 a um dos seus 17 escravos, “Clemente, cabra, 34 anos, avaliado por 1:000\$000”³⁸¹.

Frente a esses casos, cabem aqui algumas questões: como esses escravos conseguiram o dinheiro para emprestar aos seus proprietários? Como se dava a relação de confiança dos escravos emprestando dinheiro para os seus donos? Como o escravo Pedro conseguiu o algodão? O algodão poderia ser fruto de sua roça, pois o algodão era um produto de valor e de boa aceitação no mercado, sendo provavelmente produção do proprietário e dificilmente do escravo. O algodão aparece, de acordo com os inventários, como o segundo principal produto da região, ficando atrás da criação de gado. Ao escravo era permitido o cultivo de alimentos para a sua própria subsistência como mandioca, milho e feijão. Barickman afirma que os escravos do Recôncavo da Bahia vendiam produtos por conta própria e que “podia alcançar um grau restrito, mas ainda sim real, no cultivo de suas roças e outras atividades que desenvolviam em seu tempo ‘livre’”. Aponta ainda o caso do escravo Teodosio da Silva atuando como credor de 37\$680 a José Manoel, morador em Iguape e lavrador de cana-de-açúcar³⁸².

Na sua passagem pelo Sertão da Província da Bahia, precisamente entre Caetité e a Vila do Rio de Contas, Spix e Martius pousaram na fazenda Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, que naquele momento, encontraram a seca na região e a falta de alimentação para os animais e esperavam serem socorridos nesse pouso. Uma das maiores propriedades do sertão, com um número de 160 escravos e em conversa com

³⁸⁰ AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859 n° 08: Inventário de Manoel José Ribeiro, 09/1850.

³⁸¹ Poucos são os casos em que há especificidades do teor da dívida. AFJM, Caixa de Inventários 1850 – 1859, n° 09: Inventário e testamento de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

³⁸² BARICKAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-114.

alguns deles “afirmaram que eles mesmos sofriam da carência de milho e só a grande custo conseguimos comprar a necessária provisão de negros, que cultivavam suas pequenas roças, nos dias de liberdade”³⁸³.

Várias eram as formas do escravo conseguir dinheiro, pois existiam espaços de trabalhos que possibilitavam aos escravos adquirirem alguns rendimentos, desde as atividades legais como as de ganho, o cultivo da própria roça, como também as ilegais como o roubo da produção, geralmente do seu dono. Segundo Kátia Mattoso, dentro do sistema escravista as ocupações e especializações dos escravos não eram bem precisas e definitivas, dentre elas as de ganho eram as mais lucrativas e que não necessitavam de especialização e, sim, de força física, como os carregadores e serventes; de aptidões pessoais, como os vendedores³⁸⁴. Essas ocupações eram, portanto, uma das formas dos escravos conseguirem juntar dinheiro.

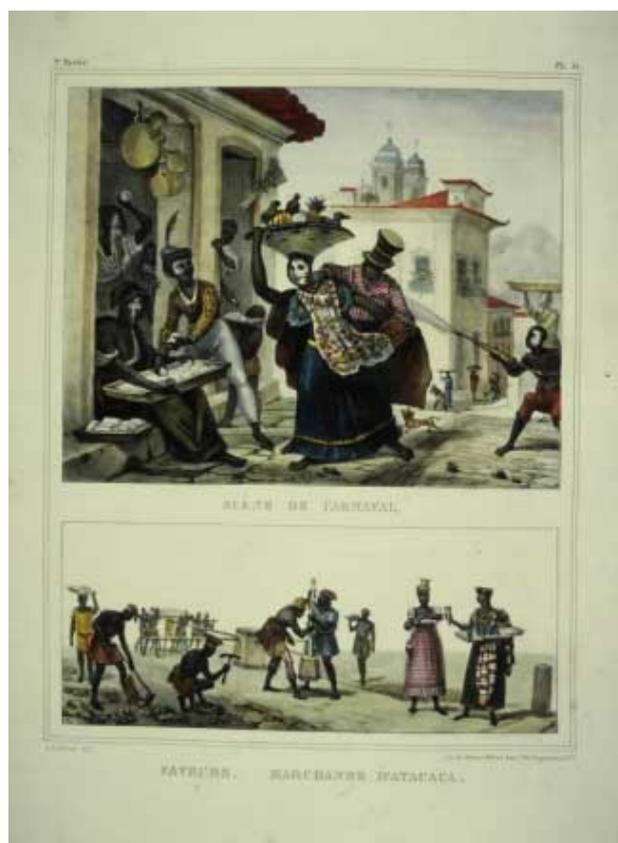


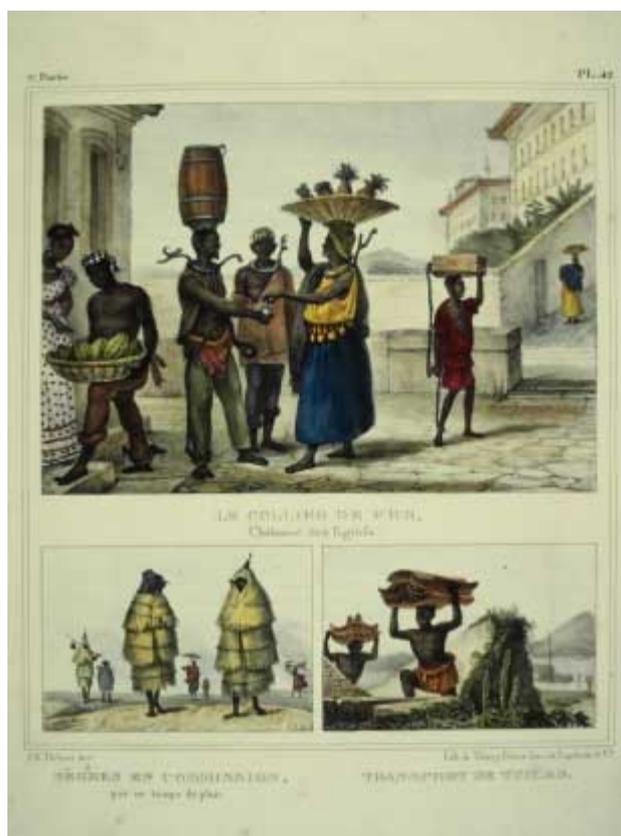
Imagem de Debret³⁸⁵

³⁸³ SPIX, Johann Bateste Von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976. p. 112-113.

³⁸⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: Itinerário de uma Historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 232.

³⁸⁵ Esses desenhos de Debret mostram os escravos atuando em vários serviços de ganho, principalmente o comércio. http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bma/obras_desaparecidas/0001

Os homens livres e escravos ofereciam igualmente sua força de trabalho, negociavam contratos e eram remunerados da mesma forma, porém com uma diferença, a de que os trabalhadores livres ficavam com toda a sua remuneração, já os escravos tinham que repassar parte dos seus rendimentos para os seus donos. Eram nas atividades ligadas ao pequeno comércio que os homens livres encontravam grande concorrência com os escravos³⁸⁶, pois, na maioria das vezes, eram nessas atividades que os escravos atuavam para sustentar a si e aos seus donos. Porém, essa competição deixava o homem livre em desvantagem, devido a isso, o governo provincial da Bahia tomou medidas que beneficiaram o trabalhador livre em certas atividades urbanas, como afirma Walter Fraga Filho, que “em 1848 o governo da província proibiu a contratação de escravos nas obras públicas e, em 1850, o presidente da província proibiu que africanos e escravos livres trabalhassem nas atividades portuárias”³⁸⁷.



Desenhos de Debret³⁸⁸.

³⁸⁶ MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 531 e 537.

³⁸⁷ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996 (Estudos Históricos), p. 23.

³⁸⁸ Nessa Imagem, mostram também os escravos comercializando produtos entre si, como também para outras pessoas. http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bma/obras_desaparecidas/0001

Com relação aos escravos que trabalhavam fora das casas dos seus donos, Kátia Mattoso apresenta algumas modalidades: primeiro, o escravo qualificado, que trabalhava sob a forma de remuneração fixa e, com isso, passava a se auto-sustentar; segundo, o escravo trabalhador sem remuneração fixa, mas que era obrigado a repassar parte dos seus ganhos ao seu senhor; terceiro, os escravos alugados e que tinham seus serviços remunerados anualmente; e, por último, os escravos domésticos, que a depender do grau de intimidade com seus senhores, podiam “obter a permissão de negociar por sua própria conta nas horas livres”³⁸⁹.

Outra possibilidade dos escravos conseguirem certa quantia para si era através do trabalho em suas próprias roças, pois, segundo Barickman, “permitir que os escravos cultivassem roças para proveito próprio era uma prática comum em muitas áreas de agricultura escravistas na América”. Afirma ainda que os inventários quase nunca registravam as roças cultivadas por escravos, mas que isso ocorria devido ao fato da roça não pertencer ao proprietário falecido³⁹⁰. A colheita dessas roças poderia ser usada tanto para o consumo dos próprios escravos, como fonte de aquisição de dinheiro, com a venda da colheita excedente no mercado ou na feira da vila mais próxima.

De acordo com Pierre Verger, as fontes e documentos sobre a situação dos escravos no Brasil durante o século XIX revelam um outro lado da escravidão: o de que os escravos gozavam certa “liberdade”, principalmente nos dias santos e domingos que eram utilizados para o repouso, como também para trabalharem para eles próprios³⁹¹, conseguindo aumentar os itens da sua dieta e obtendo alguma fonte de renda.

Barickman também indica a existência de uma autonomia no cultivo de suas roças e em outras atividades desenvolvidas em seu tempo “livre”, inclusive com a venda desses produtos, mas que, os poucos exemplos não permitem afirmar que essa venda fosse uma prática comum e regular³⁹². Sobre os domingos e dias Santos, há o caso do escravo Joaquim morador na Imperial Vila da Vitória, apresentado e pertencente a João Batista e Jeonima Maria de Jesus. Segundo petição anexa ao inventário, onde os filhos do casal pedem ao avaliador para calcular o serviço do período de dez anos do escravo

³⁸⁹ MATTOSO, Kátia de Queiroz. Bahia: a Cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978.p. 288-190.

³⁹⁰ BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo Baiano, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003 p. 107 e 110.

³⁹¹ VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos VII a XIX. Salvador: Corrupio 2002. p. 517

³⁹² BARICMAN, 2003, P.113 e 116.

Joaquim e que “há oito anos está nas lavras diamantina em poder do herdeiro Braz Francelene Celes”. Assim foi avaliado por 2:000\$000 “com os descontos dos domingos e dias santos”³⁹³. Todavia, a produção de alimentos pelos escravos não os elevavam a condição de roceiros, pois havia sempre coações e limitações impostas as suas condições, que era diferente do roceiro livre. Assim, para Schwartz “o mercado interno criou algumas oportunidades que os próprios escravos estavam ansiosos por aproveitar”³⁹⁴, oportunidades estas que beneficiavam tanto ao escravo como ao fazendeiro.

Outra forma do escravo conseguir produtos e dinheiro era através do roubo. Para Barickman, o roubo de produtos como frutas, galinha, era uma prática comum para auxiliar na sobrevivência³⁹⁵. Isnara Pereira Ivo, reforça afirmando a preocupação do controle social e de manter a ordem na Imperial Vila da Vitória, aos proprietários de tavernas *locus* de aglutinação de escravos, pois nas

cidades escravistas, o taberneiro estabelecia vínculos de solidariedade com os escravos, receptando, por exemplo, objetos roubados. Assim, aqueles donos de tavernas tornavam-se transgressores. Daí a preocupação da elite com o comércio deles e com o fato de esses recintos representarem o local privilegiado em que as pessoas pobres se encontravam. Os “ajuntamentos” nesses espaços eram vistos como perigosos para a classe proprietária³⁹⁶.

Dessa forma, o roubo tinha uma dupla finalidade: primeiro era utilizado para a própria subsistência e, segundo, eram produtos para a venda no mercado local, onde já existiam compradores certos. Outra questão interessante apontada pela autora, é o fato dos escravos freqüentarem as tavernas indicando uma relação mais ampla com homens livres, como também a “liberdade” de conviverem em outros espaços além da fazenda ou da casa que pertenciam, mesmo tendo a evidência da preocupação dos grandes proprietários para combater esses encontros nas tavernas, descritos como “perigosos” para a elite local. Esses autores afirmam a existência de alternativas para o escravo adquirir dinheiro, seja para se manter, para juntar e comprar a sua carta de alforria, porém sobre a existência de escravos que vendiam seus produtos no crédito para os seus donos, há também Ciro Flamarion Cardoso, que assim se expressa:

³⁹³ AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário do casal João Batista e Jeonima Maria de Jesus, 05/1870.

³⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart B.. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção História). p.156.

³⁹⁵ Op. Cit., 2003. p. 111.

³⁹⁶ IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista- UESB, 2004. p. 92.

Diversas pessoas, ao morrer, tinham dívidas para com escravos pela compra de gêneros alimentícios ou de cabeças de gado; ou haviam recebido de cativos somas de dinheiro, cabeças de gado e até imóveis³⁹⁷ por sua alforria (estas às vezes paga a prazo, em diversas prestações. Certos escravos possuíam quantidades consideráveis de cabeças de gado (doze a traze) (...) Isso implica o acesso a pastos (...) Vê-se, então, uma forma peculiar da “brecha camponesa”, numa região que na época era de pecuária, e confirmase uma vez mais a inserção do protocampesinato escravo nos circuitos mercantis locais (...)³⁹⁸.

Nos inventários da Imperial Vila da Vitória encontramos dívidas ativas dos escravos tanto pela venda dos seus produtos, como também em dinheiro, sob forma de empréstimo concedidos aos seus donos. Porém, até o momento, não foram encontrados indícios de que os escravos possuíssem gado ou propriedade, mesmo sendo uma região onde a economia girava em torno da pecuária, somente encontramos escravos com o ofício de vaqueiros.

O mais extraordinário, é que os escravos conseguiam juntar dinheiro, compravam suas alforrias, outros pertences e escravos, como afirmam Ciro Flamarion Cardoso e Pierre Verger para a existência de escravos que possuíam escravos. Cardoso relata o caso do escravo Nicolau da fazenda Jaguaribe, em Pernambuco, administrador competente que conseguiu comprar a alforria da mulher e dos filhos, mas devido a sua eficiência, o seu dono não querendo perdê-lo, o proibiu de comprar a sua própria alforria, porém autorizou que ele comprasse dois escravos para si³⁹⁹. Já Pierre Verger relata o caso da compra de alforria de Luis Raimundo Nunes de Barros, que “para obter sua liberdade, lhe pagou a soma de 340 mil réis, que quitou com um negrinho no valor de 300 réis e 40 mil em dinheiro (o que mostra que escravos possuíam seus próprios escravos)”⁴⁰⁰.

Marco Antonio Silveira, relata o caso do senhor Jerônimo que devia a um escravo por umas panelas mais de 5 oitavas e cita um trecho da carta onde Jerônimo afirma “que não pode se dever nada a quem é cativo. Para ele, a aflição do devedor justifica-se pela inversão contida no episódio: “a autoridade de credor” levava um escravo a exercer poder sobre um homem livre, rebaixando-o”⁴⁰¹. A autonomia

³⁹⁷ Grifo do autor.

³⁹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 106.

³⁹⁹ Op. Cit., 1987, p. 100.

⁴⁰⁰ Op. Cit., 2002, p. 521.

⁴⁰¹ SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 169.

vivenciada por alguns escravos não quer dizer que eles eram livres, eram casos que não ameaçavam o sistema escravista.

Outro ponto a analisar nos inventários da Imperial Vila da Vitória é o fato dos escravos serem devedores, o que mostra que eles tinham crédito em uma sociedade escravista. A Tabela XIII mostra comerciantes da vila que tinham escravos entre os seus devedores, provenientes de rol.

TABELA XIII
INVENTARIADOS CREDORES DE ESCRAVOS

ANO	INVENTARIADO	Nº DE ESCRAVOS DEVEDORES	VALOR
1848	Ana Senhorinha de Jesus	01	40\$000
1859	Bernardo Lopes Moitinho	03	16\$240
1859	Guilhermina Tereza de Jesus	01	12\$000
1861	João da Mota Coimbra	03	13\$920
1861	Rosaura Gonçalves da Costa	01	200\$000
1862	Antonio Barbosa Coelho	03	36\$440
1873	Jacinto Fernandes Ribeiro	08	71\$160
1876	Francisco Ferreira Campos	01	319\$000
1878	Jacinta Maria da Conceição	01	14\$000
1883	Manoel José S. Silva	01	15\$150

Fonte: AFJM

O comerciante Jacinto Fernandes Ribeiro vendia à crédito aos escravos da vila. Ao todo foram encontrados 08 escravos devedores. Da sua relação de dívida ativa no valor de 6:331\$320, em mãos de duzentas e setenta pessoas, os créditos dos oitos escravos correspondiam a 1,1% desse valor, devendo no total 71\$160, provenientes de rol, dos quais dois pertenciam ao vigário da cidade. Dos bens do comerciante, estão relacionados onze escravos⁴⁰², ou seja, um comerciante proprietário de escravos, que vendia fiado aos escravos de outras pessoas. Cabe aqui um questionamento: será que seus escravos tinham também essa autonomia de comercializar na vila ou eram somente os escravos de outros donos?

⁴⁰² AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Jacinto Fernandes Ribeiro. 10/1873

O mesmo ocorre com o comerciante Tenente Manoel José dos Santos Silva, num total de duzentas e trinta e cinco pessoas que devem a ele por rol, letra e empréstimo, somando 12:438\$923, um devedor era escravo. Possuía também oito escravos. Seu negócio era diversificado, comercializando fazendas, ferragens, miudezas, drogas, molhados e fogos de artifícios⁴⁰³.

Natural de Portugal, Bernardo Lopes Moitinho era fazendeiro e comerciante, com uma fortuna avaliada em 18:728\$000. Era dono de quatro fazendas com plantação de cana-de-açúcar, matéria-prima que impulsionava o alambique e a produção de cachaça, dezesseis escravos e 800\$000 em dinheiro de contado. Tinha uma dívida ativa de 3:078\$940 de crédito a juros de 2% ao mês a sessenta e seis pessoas e mais sessenta e cinco pessoas por dívida de rol, entre eles estavam incluídos três escravos: Um era o seu escravo “Custódio, cabra, 60 anos, avaliado por 90\$000 e devia 7\$640; Jacinta, escrava de João Mendes, devia 3\$620 e José, escravo de José Lopes a quantia de 3\$000”⁴⁰⁴. Bernardo Lopes Moitinho além de ser credor desses três escravos, era também devedor de 200\$000 ao seu escravo Clemente⁴⁰⁵. Isso revela que havia uma reciprocidade entre as duas partes e os escravos atuaram tanto como credores, quanto devedores.

Sendo dono de dez escravos, os comerciantes Antonio Joaquim Soares e Jacinta Maria da Conceição também possuíam o escravo Bernardo, pertencente a Bazílio, incluído na sua lista de quarenta e sete devedores, no total de 16:159\$000. Além de comerciante, o casal também criava gado e outras plantações, entre eles o café. Os seus escravos foram classificados como quatro da lavoura, quatro domésticos (que poderiam ajudar no estabelecimento comercial) e um vaqueiro⁴⁰⁶.

No Inventário de João da Motta dos Santos Coimbra, identificado como negociante da vila, com um monte-mor no valor de 15:929\$757, riqueza essa concentrada principalmente na posse de oito escravos avaliados em 5:529\$267; vinte e um animais muars cotados em 1:080\$000 e nas dívidas ativas, sendo um total de setenta e quatro pessoas com dívidas caracterizadas como de crédito com cálculo de juros de 2% ao mês, letra e de rol, no valor de 4:529\$267. Dessas setenta e quatro pessoas que deviam ao comerciante, três eram escravos, descritas da seguinte forma:

⁴⁰³ AFJM, Caixa de Inventário 1883: Inventário do tenente Manoel José dos Santos Silva. 03/1883.

⁴⁰⁴ AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859 n° 09: Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.

⁴⁰⁵ Idem. Ver tabela IV.

⁴⁰⁶ AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Inventário de Jacinta Maria da Conceição. 02/1878.

Disse mais que o seo casal deve por conta de rol Bernardo, Escravo do Capitão João de Oliveira a quantia de cinco mil e cem reis.

Disse que Albina Escrava de Joaquina Lopes deve por conta de rol a quantia de dois mil e duzentos reis.

Disse mais que Pedro Escravo do Capitão João de Oliveira deve por conta de rol ceis mil cetesentos e vinte⁴⁰⁷.

Dos escravos relacionados nas dívidas ativas do comerciante João da Motta dos Santos Coimbra, dois eram homens, de nomes Bernardo e Pedro e, uma mulher, Albina. Esses escravos não eram propriedades do comerciante, pertenciam aos moradores da Vila, Capitão João de Oliveira e de Joaquina Lopes. As dívidas dos escravos foram descritas como dívida de rol, o que nos leva a crer que são créditos provenientes da compra de mercadorias, provavelmente ingredientes para a produção de doces, quitutes e outras comidas, para serem vendidas na feira local, indicando a provável existência de escravos de ganho no mercado local da Imperial Vila da Vitória. Mas também poderia ser pela venda de outros itens de necessidade dos escravos como roupas, pois de acordo com Pierre Verger, muitos comerciantes tinham o interesse em vender artigos para uso dos escravos⁴⁰⁸.

O fazendeiro e comerciante Antonio Barbosa Coelho, proprietário de 43 escravos e oito fazendas de gado e plantações de algodão e cana-de-açúcar constituindo assim, um monte-mor no valor de 36:658\$838. A sua dívida ativa de 559\$000 a dezenove pessoas, continha 3 escravos por dívida de rol: do escravo “Furtuoso, cabra, 40 anos, avaliado por 700\$000 devia 22\$800; Marcos, africano, 70 anos, avaliado por 125\$000, devia 2\$000” e a “escrava Custódia”, sem maiores identificações, devia 11\$640⁴⁰⁹. Com um monte-mor de 20:772\$340, Ana Senhorinha de Jesus, fazendeira com seis propriedades de terra onde criava gado e plantava algodão, cana-de-açúcar e mandioca, dona de 33 escravos, também era credora de “Bernardo, cabra, escravo do finado Manoel, na quantia de 40\$000”⁴¹⁰.

Para que os comerciantes vendessem à crédito aos escravos era necessário primeiro que o comerciante conhecesse os seus donos e recebesse deles o aval para a venda dos produtos. Provavelmente esses escravos eram conhecidos do comerciante, atuando como vendedores, principalmente de comidas, nas ruas da vila, existindo assim a possibilidade desses escravos pagarem as dívidas com os rendimentos da própria venda das mercadorias compradas e produzidas por eles. Constatamos que para vender à

⁴⁰⁷ AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861: Inventário de João da Motta dos Santos Coimbra, 03/1862.

⁴⁰⁸ Op. Cit., 2002, p. 523.

⁴⁰⁹ AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861. Inventário de Antonio Barboza Coelho, 03/1862.

⁴¹⁰ AFJM, Caixa de Inventários 1847-1848. Inventários de Ana Senhorinha de Jesus, 04/1848.

crédito aos escravos, era necessário que o seu dono atuasse como uma espécie de fiador, pois vender fiado ao escravo tinha algo mais e era mais complicado do que vender a uma pessoa livre.

Tudo isso atesta a existência de uma relação de confiança entre escravos, senhor e comerciantes, onde cada um defendia seu interesse. O do senhor, de manter o escravo na fazenda dando a ele certo grau de autonomia, evitando fugas e rebeliões; a do escravo que tinha o interesse de ter certa autonomia e conseguir juntar seu próprio dinheiro com o objetivo, principalmente, de comprar a sua própria alforria. Caso encontrado nos inventários da Imperial Vila da Vitória, a exemplo de Rosaura Gonçalves da Costa, credora da escrava Antonia, no valor de 200\$000 para a compra da liberdade⁴¹¹ como também o de Francisco Ferreira Campos que cedeu o crédito de 319\$000 para que o escravo Joaquim Grosso Comprasse a sua carta de alforria⁴¹². Assim, muitos escravos recebiam a carta de liberdade, porém continuavam ligados aos seus antigos donos ou aos seus credores por conta do crédito contraído ainda quando era escravo.

Diante do exposto, constatamos a prática da venda à crédito a escravos na Imperial Vila da Vitória e fica evidente em 2,9% dos inventariados, a possibilidade dos escravos serem credores ou venderem seus produtos com um determinado prazo para os seus donos, como também encontramos casos de escravos com dívidas passivas no mercado local, 4,8% dos inventariados, e um total de 23 escravos de diferentes donos e devendo a vários credores. Mesmo existindo práticas de crédito ativas e passivas entre os escravos e os seus donos e comerciantes, os exemplos encontrados nos inventários não nos permite afirmar que era uma prática comum e freqüente em toda a Bahia, nem mesmo que esse acontecimento viesse por em cheque o sistema escravista dominante. Mas serve para nos dar uma nuance de alternativas escravas dentro do sistema maior.

⁴¹¹ AFJM, Caixa de Inventários 1850 – 1859 n°08: Inventário de Rosaura Gonçalves da Costa, 03/1861.

⁴¹² AFJM, Caixa de Inventários 1875-1876: Inventário de Francisco Ferreira Campos, 03/1876.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povoamento do Sertão da Ressaca se deu através da instalação de fazendas de gado desde o século XVIII. Nessa região a criação de gado tornou-se o principal produto da economia associada a agricultura do algodão, cana-de-açúcar, mandioca, café e gêneros alimentícios. Os fazendeiros foram importantes nesse processo de ocupação e produção, configuraram-se como pessoas empreendedoras, que a princípio agiam em proveito próprio, suas ações resultaram no desenvolvimento da região, principalmente no sentido de abrir caminhos terrestres e a utilização de rotas fluviais para o escoamento de mercadorias.

Os fazendeiros, representantes da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, agiam em conjunto com Governo Provincial e com o Governo Imperial. As duas esferas tinham interesse em desenvolver o interior, dando suporte, procurando se informar da produção local, propondo o que produzir, fornecendo para isso sementes, a exemplo do algodão herbáceo, ou fornecendo cabeças de ovelhas para criação e produção de lã. Além disso, o governo solicitava à Câmara Municipal para que fiscalizasse a produção e mandasse informações sobre os progressos na agricultura, pois era de extrema importância para o desenvolvimento Imperial.

A instalação das fazendas de gado, com a produção baseada na policultura, possibilitou a fixação do homem no Sertão da Ressaca. Para desenvolver essas atividades, os fazendeiros recorreram à mão-de-obra escrava e livre. O trabalho escravo e livre era utilizado para as atividades com o manejo do gado, para o cultivo de gêneros agrícolas, para o beneficiamento e manufaturas de produtos, como a rapadura, o açúcar, a cachaça e a farinha, possibilitando uma maior margem de lucro para os fazendeiros com a comercialização desses itens.

O fazendeiro poderia vender a produção diretamente ao comerciante da vila ou através de intermediário, nesse caso o boiadeiro e o tropeiro eram os responsáveis diretos por esse comércio e transporte. Entre os inventariados donos de casas comerciais na Imperial Vila da Vitória, 99,9% deles eram também fazendeiros, revelando a tendência mercantil dos homens e mulheres sertanejos, uma vez que detectamos a presença e participação ativa das mulheres, principalmente viúvas, nas atividades produtivas e comerciais da Imperial Vila da Vitória. Ainda de acordo com a

documentação, constatamos que as casas comerciais da Vila ofereciam a população todo tipo de mercadoria e para todos os gostos e preços, desde mercadorias da produção local, até produtos finos e importados.

Os rios Pardo e das Contas foram caminhos naturais favoreceram o povoamento, produção e comércio da região representaram grande importância para a região. Os fazendeiros se beneficiaram das suas margens para a criação de gado e produção agrícola das suas águas para a navegação e transporte de pessoas e escoamento dos produtos, ligando de forma mais rápida o Sertão da Ressaca com o litoral, precisamente com as cidades de Canavieiras e Itacaré. Paralelo aos rios e seguindo seus cursos foram abertas estradas que interligavam o Sertão da Ressaca com a Província de Minas Gerais, região do São Francisco e com litoral. Por elas havia um fluxo intenso de boiadas e tropas cargueiras que impulsionavam o comércio e a circulação de bois e outros produtos, revelando a dinâmica entre interior e litoral. A troca de mercadorias da produção sertaneja e das manufaturas importadas do litoral, no ir e vir entre cidades da Província da Bahia, como Salvador, Nazareth, Valença, Aldeia, região do São Francisco, lavras Diamantina e com a província de Minas Gerais proporcionou o surgimento de pousos estruturados para atender as necessidades de boiadeiros e tropeiros e viajantes durante as longas viagens. Esses pousos se transformaram em cidades no decorrer do processo histórico.

As relações comerciais, realizadas no âmbito local, dentro da própria vila e inter regiões da Província da Bahia e com a Província de Minas Gerais, pautavam-se no crédito. Este constituía numa prática comum e necessária nas grandes e pequenas transações comerciais, na manutenção e cultivo das fazendas, até na compra de um pequeno objeto para uso doméstico, assim o crédito estava presente em todos os níveis da sociedade, dos mais ricos até aos mais pobres, inclusive com os escravos. Muitas fortunas alicerçavam-se nas atividades de crédito, ou seja, emprestando dinheiro ou comprando e vendendo a prazo, muitas vezes gerando altas dívidas, colocando a fortuna em risco. Muitas vezes, ocorria do devedor não quitar as dívidas, originando processos judiciais por parte do credor, na tentativa de sanar o prejuízo.

Enfim, no Sertão da Ressaca havia uma produção variada com criação de gado e cultivo de alimento compondo assim, uma economia dinâmica e integrada ao mercado interno. Para tanto, o trabalho de boiadeiros, tropeiros e canoeiros que juntamente com os fazendeiros agiam de forma a abrir vias terrestres como também utilizar as vias

fluviais como rotas comerciais nesse processo de circulação de produtos, proporcionado assim, o desenvolvimento do Sertão da Ressaca.

FONTES:**ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA (APEB) – Salvador – Ba.**

APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889

APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço 1463. 1840-1866

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências – Documentos avulsos – maço 1464. 1863-1889.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências , 1858 – maço – 1463. 1840-1866.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos, secas, 1878. Maço 1464, 1863-1889.

APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Presidente da Província. Secas. Maço 1607, 1845-1860.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Presidência da Província – Secas, Maço 1608 – 1861-1889.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Governo. Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória: Sessão extraordinária de 10/09/1855. Correspondências. Maço 1463 – 1840-1866.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Agricultura, abastecimento, Maço 4630, 1823-1888.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Agricultura, abastecimento, Maço 1430, 1823-1888.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondência e ofícios de Minas Gerais. Maço 1119. 1823-1870.

ARQUIVO DO FÓRUM JOÃO MANGABEIRA (AFJM) – Vitória da Conquista – Ba.

AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Agostinho Ferreira do Espírito Santo, 11/1849.

AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de José Ferreira Salgado, 04/1841.

AFJM, Caixa de Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 09/1840.

AFJM, Caixa de Inventários 1840-1841: Inventário de Felipe Coelho Sampaio, 05/1842.

AFJM, Caixa Diversos 1842: Inventário de Joaquim Ferrás de Araújo, 09/1850.

AFJM, Caixa Diversos 1842: Inventário de Maria Antonia de Carvalho, 01/1842.

AFJM, Caixa Inventário 1843: Inventário de José Pedro da Silva, 08/1843.

AFJM, Caixa Diversos 1844-1846: Inventário de João da Costa Nepomuceno, 03/1845.

AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário e Testamento de Anna Senhorinha de Jesus, 06/1848.

AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Testamento de Manoel José Viana, 05/1846.

AFJM, Caixa de Inventários 1847: Inventário de Thereza de Oliveira Freitas, 11/1847.

AFJM, Caixa de Inventários 1847: Inventário de Constança Sancha de Jesus, 03/1847.

- AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário de Fortunato de Assunção de Jesus, 12/1848.
- AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário e Testamento do capitão João Dias de Miranda, 02/1849.
- AFJM, Caixa de Inventários 1848: Inventário e testamento de Fortunato de Assunção de Jesus, 12/1848.
- AFJM, Caixa de Inventários 1849: Inventário e Testamento de Agostinho Ferreira do Espírito Santo. 11/1849.
- AFJM, Caixa de Inventários 1850 – 1859 nº08: Inventário de Rosaura Gonçalves da Costa, 03/1861.
- AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859, nº. 08: Inventário de Manoel José Ribeiro, 09/1850
- AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859 nº. 09: Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 01/1859.
- AFJM, Caixa de Inventários 1850-1859: Inventário de Guintiliano José Gonçalves, 04/1857.
- AFJM: Caixa Diversos 1858-1859: Ação de Crédito do Tenente José Nunes Bahiense.
- AFJM, Caixa Diversos 1858-1859: Petição de Sinésio Álvares Lima.
- AFJM, Caixa Diversos 1855-1857: Petição de José Cardoso de Souza, 03/1859.
- AFJM, Caixa de Inventários 1860 – 1861: Inventário de Manoel Ângelo de Souza, 11/1861.
- AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861: Inventário de Antonio Barboza Coelho, 03/1862.
- AFJM, Caixa de Inventário 1860-1861: Inventário de Maria Viana campos, 08/1862.
- AFJM, Caixa de Inventários 1860-1861: Inventário de João da Motta dos Santos Coimbra, 03/1862.
- AFJM, Caixa Diversos 1864: Inventário de Manoel Pereira do Amaral, 07/1863.
- AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Theotonio Gomes da Roseira, 02/1868.
- AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Maria Germana dos Santos, 06/1868.
- AFJM, Caixa Diversos 1867: Inventário de Maria Clemência do Amor Divino, 07/1868.
- AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário de Pedro Paulo da Silva, 05/1870.
- AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário de Hedivirgens Alves Barreiras, 07/1870.
- AFJM, Caixa Diversos 1870: Inventário do casal João Batista e Jeonima Maria de Jesus, 05/1870
- AFJM, Caixa de Inventários 1871-1874: Inventário de Antonio de Oliveira Freitas, 09/1871.
- AFJM, Caixa de Inventários 1871-1874: Inventário de Raimundo Xavier de Barros, 10/1871.
- AFJM, Caixa Diversos 1872 – 1873: Inventário de Luiz Inácio Pereira, 07/1872.
- AFJM, Caixa Diversos 1872-1873: Ação de Crédito de Luiz Afonso Fernandes.
- AFJM: Caixa Diversos 1874: Ação Orçamentária de Joaquim Fernandes Ribeiro, 05/1874.
- AFJM, Caixa Diversos 1874: Sumário de Culpa movido por Martiniano de Souza Meira, 04/1874.
- AFJM, Caixa Diversos 18874: Ação Sumaria de cobrança de Cypriano.
- AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação de Embargo de Cypriano Gomes Pereira.
- AFJM, Caixa Diversos 1874: Ação Orçamentária de Joaquim Fernandes Ribeiro
- AFJM, Caixa Diversos 1874: Petição de Francisco das Chagas Gomes, 10/1864.
- AFJM, Caixa Diversos 1874-1878: Testamento de Manoel José Vianna, 11/1845.

- AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 07/1876.
- AFJM: Caixa de Inventários – 1875 – 1876: Inventário do Alferes Francisco Manoel Pereira, 05/1875.
- AFJM, Caixa de Inventário 1875-1876: Inventário de Jacintho Fernandes Ribeiro. 10/1873.
- AFJM, Caixa de Inventários 1875-1876: Inventário de Francisco Ferreira Campos, 03/1876.
- AFJM, Caixa Diversos –1877-1879: Inventário Joaquina Fernandes de Oliveira, 10/1877.
- AFJM, Caixa Diversos 1877-1879: Inventário de Marcos Ferreira Campos, 03/1879.
- AFJM, Caixa Diversos 1877-1879: Inventário de Manoel Cláudio de Santa Ana, 11/1877.
- AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Inventário de Jacinta Maria da Conceição, 02/1878.
- AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Inventário de Antonio Joaquim Soares, 02/1882.
- AFJM, Caixa Diversos 1880-1885: Cobrança de dívida de Antonio Gomes dos santos e Cia.
- AFJM: Caixa Inventários 1880-1885: Ação Sumária do capitão Balduino Nunes Meireles.
- AFJM, Caixa de Inventário 1880-1885: Ação de Libelo Cível de José Antonio dos Santos.
- AFJM, Caixa de Inventário de 1881-1882 Ação Sumária do Capitão Felicíssimo Joaquim da Silva, 04/1881.
- AFJM, Caixa de Inventários 1881-1882: Inventário de Shofia Maria de Oliveira e Manoel Ignácio Pereira, 11/1882.
- AFJM, Caixa de Inventários 1881-1882: Inventário do Capitão Sergio Balbino Lopes, 11/1883.
- AFJM, Caixa Diversos 1880-1882: Sumário de Culpa movido por José Alves de Aguiar, 07/1882.
- AFJM, Caixa Diversos 1880-1882: Cobrança de dívida de Estevão Prates.
- AFJM, Caixa de Inventários 1883: Inventário de Julia Rosa de Souza, 02/1883.
- AFJM, Caixa de Inventário 1883: Inventário do Tenente Manoel José dos Santos Silva, 03/1883.
- AFJM, Caixa Diversos 1883-1884: Auto de protesto de Manoel José de Oliveira. 02/1883.
- AFJM, Caixa Diversos 1884: Ação Orçamentária de Raimundo Pereira de Magalhães.
- AFJM, Caixa Diversos 1885-1887: Execução Cível do Tesouro Provincial.
- AFJM, Caixa Diversos 1888-1889: Inventário do Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra, 07/1888.
- AFJM, Caixa Diversos 1888 - 1889: Inventário de Joaquim Ferreira Souto, 10/1888.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (AMVC) – Vitória da Conquista – Ba

AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, década de 1850.

MUSEU REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (MRVC) – Vitória da Conquista – Ba.

- Imagens Da Sala Ruy Medeiros.

CRÉDITO DAS IMAGENS:

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- <http://www.sei.ba.gov.br/>

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/debret/debret.htm

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bma/obras_desaparecidas/00

01

FONTES INPRESSAS:

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

SPIX, Johann Bateste Von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. II. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/MEC, 1976.

WIED-NEUWIED, Maximiliano (príncipe de). *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1954.

ALMEIDA, Aluísio de. IN. VIEIRA, Rogich. *A Princesa dos Tropeiros*. Sorocaba, SP-ELU (Editora Literatura Universal) 1972.

AMADO, Janaína. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *Republica em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência no Brasil*. 2ª ed. (1ª ed.1711). São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- ARAÚJO, Emerson Pinto de. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGB editora, 1997.
- BARICKAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiro*. Salvador: Centro Editoria e Didático da UFBA, 1989.
- BODDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: Comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- BRANDÃO, Adelino. *Cana-de-açúcar: Álcool e açúcar na História e no desenvolvimento social do Brasil*. Brasília: Horizonte; INL, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 01: As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 02: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRITO, Ubirajara. *Vitória da Conquista ou a Capital do Sertão da Ressaca*. Texto xerocopiado, 1997.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Algodão em São Paulo: 1861-1875*. São Paulo: Queiroz. 1984.
- CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2006.
- CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CUNHA, Euclides da, citado por QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades. 1977.
- DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

- DINIZ, João Maria Ferraz & Villela, Lea Maria Cardoso. *Pesos e Medidas no Tempo dos Tropeiros e Equivalências Atuais*. Castro, PR: Associação de Amigos do Museu Tropeiro, 2007.
- DINIZ, João Maria Ferraz & Villela, Lea Maria Cardoso. *Breve História Sobre o Nosso Dinheiro*. Castro, PR: Associação de Amigos do Museu Tropeiro, 2007.
- DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. Da academia Mineira de Letras.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FILHO, Licurgo Santos. Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Nacional, 1956.
- FONSECA, Humberto José & SILVA, Danilo M. da. Povoamento, Abastecimento e Cotidiano: Conquista nos séculos XVIII e XIX. IN. FONSECA, Humberto José (Org.). *História e Cotidiano no Planalto da Conquista*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/ UESB, 1998 (Memória Conquistense n 3).
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996 (Estudos Históricos).
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997 (p. 27-43) .
- FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Salvador: UFBA, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2004.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio na Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos).

- GONÇALVES, Graziela Rodrigues. *As Secas na Bahia do Século XIX: Sociedade e Política*. Salvador: UFBA, 2000. (dissertação de mestrado).
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- _____. *Monções*. Rio de Janeiro: Coleções Estudos Brasileiros/Casa do Estudante do Brasil, 1995.
- IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2004.
- JOB, Vera Ravognani. Algumas Considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo. In BONADIO, Geraldo. *O tropeirismo e a formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras. 1984.
- LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: A lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia Cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na História: Comitivas e Peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. (Centro de Estudos e Pesquisas).
- LENHARO, Alcir. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - 1822-1871*. Porto Alegre, RS, 2001 (Tese de Doutorado).
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários na Brasil (Séculos XVII e XVIII). *Tempo*: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História- V. 1, nº 2, Dez. 1996- Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p.131-150.
- MARTINS, Ana Luiza. *O Império do Café: A grande lavoura no Brasil – 1850 a 1890*. Rio de Janeiro: Atual. 1990. (Coleção História em documentos).
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).
- MATTOS, Mário. Fases de Prosperidade e de Declínio do tropeirismo. In. BONADIO, Geraldo. *O Tropeirismo e a Formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: Itinerário de uma Historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MEDEIROS, Ruy. *A Questão Urbana: A cidade de Vitória da Conquista gênese e evolução*. Vitória da Conquista, 1985.

MEDEIROS, Ruy. *Os Primórdios de Conquista. Fifo: ensaios conquistenses*. Vitória da Conquista, 1997.

MENDES, Sandra Regina. *Nos Caminhos das Tropas: História, cultura e turismo em Ipiacu e entorno*. Ilhéus: UESC, 2006 (Dissertação de Mestrado).

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: Estudo de uma Região – a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIGUEL, Antonieta. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (dissertação de Mestrado).

NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é História).

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local)*. Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. *Estrutura Fundiária e dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UFES 2005.

_____. *História regional e local: Fragmentação e composição da história na crise da modernidade*. UEFS/Arcadis, 2002.

_____ & Miguel, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: Ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia. 2007.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2002 (monografia).

_____. *Mulher, Família e Negócio: O papel da mulher no Sertão da Ressaca*. São Leopoldo: ANPUH. 2007.

- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Crise da Economia Açucareira do Recôncavo na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999.
- PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos de Ir e Vir e caminhos Sem Volta: índios estradas e rios no sul da Bahia*. Salvador: UFBA, 1982.
- PETRONE, Teresa Schorer. As Áreas de criação de gado. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo I: A época Colonial: administração, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O Crime na Cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977.
- SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SCHWARTZ, Stuart B.. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção História).
- SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (15350-1835)*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e Formação do Mercado Interno na Brasil Colônia. *Estudo, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 08, abril, 1997.
- SILVA, Sheyla Farias. *Nas Teias da Fortuna: Homens de Negócios na estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador: UFBA, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade na Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. *A Guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetitê)*. Salvador: UFBA, 2003. (Dissertação de Mestrado).

SOUSA, Manoel Alex da silva e ALVES, Rhanes Souza. *Ocupação da Terra e Pecuária no Arraial dos Poções no século XIX*. Vitória da Conquista: UESB. 2002 (Monografia).

SOUZA, Maria Aparecida S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

STRAFORINI, Rafael. *No Caminho das Tropas*. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil-Artes Gráficas, v. 01, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos VII a XIX*. Salvador: Corrupio 2002.

VIANA, Aníbal L. Revista História de Conquista. Vitória da Conquista; Brasil-Artes Gráficas V. 01, 1982.

VIEIRA, Rogich. A Feira de Sorocaba. In.:BONADIO, Geraldo. *O tropeirismo e a formação do Brasil*. Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral: Skol/Momesso/Caracu. 1984.

_____. *A Princesa dos Tropeiros*. Sorocaba, SP – ELU (Editora Literatura Universal), 1972.

VOLPI, Alexandre. *A História do Consumo no Brasil: Do Mercantilismo à era do foco no cliente*. Rio de Janeiro: Elieser, 2007.

ZAMELA, Mafalda P.. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed.. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1990. (Estudos Históricos; v. 19).

<http://pt.wikipedia.org/>

ANEXOS

TABELA A - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DOS FAZENDEIROS

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1868	15:095\$000	11,1	26:800\$000	19,7	17:352\$000	12,8	43:321\$150	31,9	13590\$650	10,0		0,0	135:843\$800
1876	13:420\$000	17,3	25:600\$000	33,1	26:895\$000	34,8	75\$000	0,1	1:796\$000	2,3	14:000\$000	18,1	77:355\$900
1847	16:685\$000	27,4	21:915\$000	35,9	19:212\$000	31,5		0,0	281\$370	0,5		0,0	60:963\$320
1877	5:288\$000	13,1	15:850\$000	39,1	12:915\$000	31,9		0,0	4:516\$000	11,1		0,0	40:504\$350
1840	2:415\$000	6,3	14:655\$000	38,1	11:863\$500	30,9	210\$000	0,5	1:494\$259	3,9	854\$520	2,2	38:452\$824
1881	3:945\$000	11,9	11:550\$000	34,9	10:760\$000	32,5	1:840\$000	5,6	2:285\$000	6,9		0,0	33:059\$600
1870	5:520\$000	17,8	24:746\$000	79,7	3:140\$000	10,1		0,0	70\$000	0,2	20\$000	0,1	31:066\$120
1881	10:253\$442	36,6	6:700\$000	23,9	6:295\$000	22,5	250\$000	0,9	3:759\$000	13,4		0,0	28:008\$424
1848	515\$000	2,5	7:291\$000	35,1	8:635\$400	41,6	90\$000	0,4	790\$000	3,8	60\$000	0,3	20:772\$340
1882	1:325\$000	6,4	3:250\$000	15,8	12:499\$000	60,7		0,0	1:872\$000	9,1	3:366\$000	16,3	20:592\$833
1876	737\$332	3,9	7:250\$000	37,9	8:836\$000	46,2		0,0	319\$000	1,7	560\$000	2,9	19:145\$412
1871	2:490\$000	13,5	9:350\$000	50,5	5:774\$000	31,2		0,0	394\$000	2,1		0,0	18:500\$000
1842	3:037\$571	16,5	10:895\$000	59,1	3:389\$000	18,4		0,0	1:194\$820	6,5	1:258\$460	6,8	18:445\$831
1867	3:500\$000	20,6	3:300\$000	19,4	6:840\$000	40,2		0,0	2:033\$000	11,9		0,0	17:018\$720
1877	7:910\$000	47,4	1:400\$000	8,4	331\$000	2,0	180\$000	1,1	2:000\$000	12,0	1:250\$000	7,5	16:699\$720
1873	2:562\$000	15,4	10:870\$000	65,5	2:831\$000	17,1		0,0	4\$100	0,0	302\$140	1,8	16:594\$640
1862	140\$000	0,9	5:050\$000	31,7	2:106\$000	13,2		0,0	4:529\$267	28,4	5:492\$769	34,5	15:929\$757
1863		0,0	12:265\$000	78,8	220\$000	1,4		0,0		0,0		0,0	15:567\$000
1864		0,0	13:105\$000	87,4	1:070\$000	7,1		0,0	392\$962	2,6	166\$000	1,1	14:993\$407
1858	834\$000	5,6	5:130\$000	34,5	7:870\$000	52,9	170\$000	1,1	100\$000	0,7	450\$140	3,0	14:888\$520
1888	1:113\$000	7,6		0,0	2:719\$000	18,6	5\$000	0,0	5:580\$000	38,1	3:900\$000	26,6	14:654\$800
1846	1:400\$000	9,6	6:420\$000	43,9	1:665\$000	11,4	2:088\$800	14,3	666\$000	4,6	10:407\$700	71,1	14:637\$240
1877	2:965\$000	21,2	7:850\$000	56,1	2:937\$000	21,0		0,0	119\$000	0,9	91\$100	0,7	13:999\$800
1870	368\$000	2,9	1:150\$000	8,9	9:789\$000	75,9		0,0	504\$580	3,9	548\$570	4,3	12:889\$900
1857	591\$000	4,7	7:650\$000	60,9	3:066\$000	24,4		0,0	160\$000	1,3		0,0	12:560\$060
1875	368\$000	3,2	4:800\$000	41,2	4:375\$000	375,5	400\$000	3,4	543\$000	4,7	1:043\$648	9,0	11:650\$000
1877	295\$000	2,6	5:150\$000	44,9	3:353\$000	29,3		0,0	2:247\$000	19,6		0,0	11:457\$780
1879	6:000\$000	53,5	2:000\$000	17,8	754\$000	6,7		0,0	707\$000	6,3	266\$000	2,4	11:221\$000

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1862	1:319\$000	12,0	7:600\$000	69,0	1:170\$000	10,6		0,0	70\$000	0,6	3:629\$560	33,0	11:009\$620
1870	1:248\$000	11,6	4:600\$000	42,9	3:653\$000	34,1	500\$000	4,7		0,0		0,0	10:717\$900
1850	1:747\$000	16,5	5:070\$000	48,0	1:613\$000	15,3		0,0	172\$000	1,6	885\$000	8,4	10:570\$020
1874	1:980\$000	19,3	3:250\$000	31,7	3:911\$000	38,1		0,0	879\$000	8,6		0,0	10:252\$700
1883	2:200\$000	21,6	2:460\$000	24,2	2:390\$000	23,5		0,0	2:400\$000	23,6	1:603\$000	15,8	10:176\$000
1868		0,0	5:830\$000	58,8		0,0		0,0	316\$000	3,2	114\$000	1,1	9:921\$000
1849	950\$000	9,8	5:745\$000	59,5	2163\$000	22,4		0,0		0,0		0,0	9:651\$400
1873		0,0	4:300\$000	44,6		0,0	5:050\$000	52,3		0,0		0,0	9:650\$000
1863	670\$000	7,2	3:250\$000	35,1	3:850\$000	41,6	40\$000	0,4	222\$000	2,4		0,0	9:259\$680
1884	818\$000	9,0	3:650\$000	40,1	3:570\$000	39,2		0,0	60\$000	0,7		0,0	9:107\$500
1874	1210\$000	13,5	3:800\$000	42,2	874\$000	9,7		0,0		0,0		0,0	8:994\$420
1843		0,0	2:470\$000	28,6	1:062\$000	12,3		0,0		0,0		0,0	8:640\$630
1881	858\$000	10,1	6:100\$000	71,9	400\$000	4,7		0,0		0,0	900\$000	10,6	8:483\$000
1842	1360\$000	16,1	5:305\$000	62,6	1:114\$000	13,2	75\$000	0,9	75\$000	0,9	650\$000	7,7	8:468\$185
1852	415\$000	4,9	3:965\$000	47,0	3:405\$000	40,3		0,0	97\$260	1,2	661\$960	7,8	8:444\$020
1872	435\$000	5,4	1:650\$000	20,6	1:075\$000	13,4		0,0	3:989\$438	49,7	110\$000	1,4	8:024\$828
1845	1:220\$000	15,5	4:120\$000	52,3	1:676\$000	21,3		0,0	390\$000	5,0	466\$000	5,9	7:876\$400
1874	770\$000	10,2	1:210\$000	16,0	3:845\$000	50,8	2\$000	0,0	1:343\$000	17,7		0,0	7:570\$700
1868	192\$000	2,6	4:700\$000	64,1	509\$000	6,9		0,0	108\$000	1,5		0,0	7:332\$400
1870		0,0	5:751\$000	79,5		0,0	1:314\$000	18,2		0,0		0,0	7:230\$000
1848	532\$291	7,4	3:063\$000	42,5	1:166\$000	16,2	6\$000	0,1	1:325\$000	18,4	423\$845	5,9	7:207\$401
1883	210\$000	3,0		0,0	4:765\$000	68,2		0,0	930\$000	13,3	803\$845	11,5	6:982\$000
1865	535\$000	8,1	2:375\$000	36,2	1:449\$500	22,1		0,0		0,0		0,0	6:565\$620
1868	4:700\$000	71,7	1:505\$000	23,0		0,0		0,0		0,0		0,0	6:551\$000
1880	120\$000	1,9	2:000\$000	30,9	2:672\$000	41,2		0,0	125\$000	1,9		0,0	6:481\$072
1863	340\$000	5,4	3:500\$000	55,6	1:665\$000	26,5		0,0	342\$000	5,4		0,0	6:292\$000
1883	370\$000	6,2	2:580\$000	43,6	1:685\$000	28,5		0,0		0,0		0,0	5:920\$500
1861	100\$000	1,7	800\$000	13,5	1:985\$000	33,6		0,0	4:506\$000	76,2	35\$000	0,6	5:911\$700
1877	1:467\$000	25,0	4:050\$000	69,0	50\$000	0,9		0,0		0,0	544\$000	9,3	5:867\$800
1853	315\$000	5,4	5:150\$000	88,8	160\$000	2,8		0,0		0,0	349\$906	6,0	5:798\$920

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1859	20\$000	0,3	4:450\$000	77,0	1:112\$000	19,2		0,0	158\$000	2,7	49\$160	0,9	5:780\$000
1848	1:210\$000	21,3	3:000\$000	52,7	785\$000	13,8		0,0		0,0	150\$000	2,6	5:692\$840
1881	3:500\$000	62,5	1:300\$000	23,2	545\$000	9,7		0,0		0,0	421\$250	7,5	5:596\$000
1843	970\$000	17,5	3:150\$000	56,7	945\$000	17,0	15\$000	0,3		0,0	255\$260	4,6	5:556\$420
1871	268\$000	4,9		0,0	4:957\$000	90,0		0,0	260\$740	4,7		0,0	5:510\$128
1845	1:510\$000	27,6	840\$000	15,3	1:913\$000	34,9		0,0	441\$660	8,1	97\$075	1,8	5:478\$510
1877	491\$000	9,5	500\$000	9,6	1:652\$000	31,8		0,0	2:192\$000	42,2	183\$000	3,5	5:189\$500
1860	1:670\$000	33,0	12\$000	0,2	949\$000	18,7		0,0		0,0	587\$000	11,6	5:064\$247
1879	2:568\$200	50,9	1:850\$000	36,7	170\$000	3,4		0,0	356\$020	7,1	653\$000	12,9	5:046\$120
1880	20\$000	0,4	2:250\$000	45,1	1:452\$000	29,1	400\$000	8,0	547\$780	11,0	315\$050	6,3	4:985\$800
1863	145\$000	3,0	4:050\$000	83,1	340\$000	7,0		0,0		0,0		0,0	4:876\$010
1868		0,0	4:800\$000	100,0		0,0		0,0		0,0		0,0	4:800\$000
1876	150\$000	3,1	2:450\$000	51,4	1:853\$000	38,9	25\$000	0,5	276\$000	5,8	114\$680	2,4	4:762\$000
1863	1:950\$000	41,3	1:150\$000	24,3	1:080\$000	22,9		0,0	447\$000	9,5	372\$000	7,9	4:726\$200
1874	600\$000	12,8	826\$000	17,6	171\$000	3,6		0,0		0,0		0,0	4:689\$580
1884	1:167\$000	25,1	1:300\$000	28,0	1:221\$000	26,3		0,0	173\$640	3,7	269\$600	5,8	4:640\$640
1847	100\$000	2,2	2:320\$000	50,3	1:248\$000	27,0	155\$520	3,4	254\$520	5,5	200\$000	4,3	4:615\$200
1857	1:055\$000	22,9	160\$000	3,5	1:572\$000	34,1	88\$000	1,9	25\$000	0,5	275\$000	6,0	4:613\$040
1863	445\$000	9,8	1:400\$000	30,8	1:120\$000	24,7		0,0	30\$000	0,7	34\$000	0,7	4:543\$500
1871	572\$000	13,2	840\$000	19,3	1:608\$500	37,0	133\$000	3,1	84\$020	1,9	909\$570	20,9	4:349\$560
1880	1:697\$920	39,2	1:000\$000	23,1	1:030\$000	23,8		0,0		0,0	5:000\$000	115,4	4:334\$150
1885	1:209\$000	28,1		0,0	2:732\$000	63,5		0,0		0,0	1:000\$000	23,2	4:305\$000
1842	750\$000	17,6	1:670\$000	39,1	1:203\$000	28,2		0,0		0,0	240\$000	5,6	4:269\$420
1883	201\$000	4,9	2:740\$000	67,4	681\$000	16,8		0,0		0,0		0,0	4:064\$000
1843	474\$681	11,7	1:770\$000	43,6	590\$000	14,5		0,0	685\$700	16,9	1:570\$000	38,7	4:061\$967
1860	112\$000	2,8	625\$000	15,9	585\$000	14,9	130\$000	3,3	2:097\$519	53,3	211\$440	5,4	3:934\$766
1848	143\$000	3,7	2:300\$000	59,2	1:097\$000	28,3		0,0		0,0		0,0	3:882\$520
1875		0,0	1:150\$000	30,2	927\$000	24,3		0,0	1:380\$000	36,2	61\$000	1,6	3:813\$500
1882	266\$000	7,1	250\$000	6,7	1:352\$000	36,2		0,0	721\$000	19,3		0,0	3:736\$845
1864		0,0	1:100\$000	29,6	1:042\$000	28,0		0,0	82\$000	2,2	968\$000	26,0	3:716\$500

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1846	200\$000	5,4	2:000\$000	54,0	1:248\$200	33,7		0,0	93\$600	2,5	140\$640	3,8	3:701\$400
1857	30\$000	0,8	2:280\$000	62,3	612\$000	16,7		0,0	431\$000	11,8		0,0	3:662\$140
1864		0,0	3:450\$000	94,2		0,0		0,0		0,0	201000	5,5	3:660\$720
1880	500\$000	13,9	400\$000	11,1	2:152\$000	59,9		0,0	139\$000	3,9		0,0	3:589\$720
1878	430\$000	12,2	2:400\$000	68,0	201\$000	5,7		0,0	274\$000	7,8		0,0	3:532\$000
1862	1:109\$000	31,5	2:015\$000	57,3	145\$000	4,1		0,0		0,0		0,0	3:515\$200
1878	230\$000	6,6	1:200\$000	34,2	1:890\$000	53,8		0,0	120\$000	3,4		0,0	3:510\$000
1856	1:670\$000	48,1	1:640\$000	47,3	65\$500	1,9		0,0		0,0	367\$280	10,6	3:470\$000
1856	180\$000	5,2	2:950\$000	85,2	169\$000	4,9		0,0	57\$000	1,6		0,0	3:464\$100
1861	250\$000	7,3	2:850\$000	82,7		0,0		0,0	297\$000	8,6	487\$140	14,1	3:447\$000
1870	710\$000	21,0	1:150\$000	34,0	711\$000	21,0		0,0	220\$000	6,5		0,0	3:378\$940
1883	1:357\$000	41,4		0,0	1:268\$000	38,7		0,0	325\$000	9,9	877\$298	26,8	3:274\$000
1881	408\$000	12,5	1:600\$000	49,0	1:138\$000	34,8		0,0		0,0		0,0	3:265\$800
1850	236\$000	7,5	1:920\$000	61,1	613\$000	19,5		0,0		0,0	21\$580	0,7	3:141\$800
1867	724\$000	23,6	1:605\$000	52,3	525\$000	17,1		0,0	44\$000	1,4	45\$000	1,5	3:069\$750
1884	2:230\$000	72,8		0,0	110\$000	3,6		0,0	571\$000	18,6		0,0	3:062\$000
1885	1:358\$000	45,4	150\$000	5,0	936\$000	31,3		0,0	200\$000	6,7		0,0	2:991\$000
1872	190\$000	6,6	1:780\$000	61,6	428\$000	14,8		0,0	300\$000	10,4	90\$340	3,1	2:890\$500
1863	36\$000	1,2	2:320\$000	80,3	125\$000	4,3		0,0		0,0		0,0	2:887\$760
1861	1:580\$000	55,1		0,0	320\$000	11,2		0,0	780\$000	27,2	44\$833	1,6	2:869\$400
1855	78\$000	2,7	1:350\$000	47,2	275\$000	9,6		0,0	1:115\$000	39,0	810\$000	28,3	2:858\$060
1850	627\$000	22,0	2:100\$000	73,6		0,0		0,0		0,0	661\$960	23,2	2:853\$460
1881	520\$000	18,6		0,0	1:960\$000	70,0		0,0		0,0		0,0	2:800\$000
1861	99\$000	3,6	1:000\$000	36,1	1:114\$000	40,2		0,0		0,0	257\$000	9,3	2:771\$480
1842	280\$000	10,2	2:090\$000	76,4	78\$000	2,9		0,0	78\$420	2,9	24\$280	0,9	2:735\$620
1883	647\$000	23,9		0,0	2:001\$000	73,9		0,0		0,0		0,0	2:708\$500
1877	320\$000	12,0	900\$000	33,7	1:250\$000	46,9	550\$000	20,6	58\$000	2,2	342\$460	12,8	2:667\$250
1888	280\$000	10,6		0,0	1:431\$000	54,0	184\$000	6,9	254\$580	9,6	140\$620	5,3	2:650\$580
1885	230\$000	8,9		0,0	1:690\$000	65,3		0,0	448\$000	17,3		0,0	2:589\$000
1881	395\$000	15,3	650\$000	25,1	695\$000	26,9		0,0	562\$896	21,8	635\$350	24,6	2:584\$596

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1849	100\$000	3,9	900\$000	35,0	861\$000	33,5		0,0	158\$625	6,2	838\$140	32,6	2:573\$000
1872	440\$000	17,5	317\$944	12,7	1:495\$000	59,5		0,0		0,0	50\$000	2,0	2:512\$364
1848	110\$000	4,4	1:425\$000	57,1	654\$000	26,2		0,0	107\$000	4,3	92\$000	3,7	2:496\$880
1852	239\$715	9,6	1:760\$000	70,8	126\$000	5,1		0,0	349\$715	14,1		0,0	2:486\$695
1884	282\$000	11,4	87\$500	3,5	1:197\$000	48,2	282\$740	11,4	444\$720	17,9	1:695\$705	68,3	2:482\$000
1870	25\$000	1,0	1:050\$000	43,9	1:103\$000	46,1		0,0		0,0		0,0	2:392\$550
1855	40\$000	1,7	1:080\$000	46,4	1:040\$000	44,7		0,0	37\$000	1,6	270\$920	11,6	2:327\$580
1840	18\$000	0,8	740\$000	32,4	366\$500	16,1	90\$000	3,9	110\$840	4,9	36\$980	1,6	2:281\$312
1880	220\$000	9,808		0	1:313\$000	58,54	350\$000	15,6	100\$000	4,458		0	2:243\$000
1870	249\$000	11,2	1:500\$000	67,3	350\$000	15,7		0,0		0,0		0,0	2:229\$500
1878		0,0	1:400\$000	62,8	810\$000	36,3		0,0		0,0	870\$000	39,0	2:229\$000
1865	308\$000	14,2	582\$000	26,7	933\$000	42,9		0,0	218\$000	10,0	205\$800	9,5	2:175\$820
1871	100\$000	4,7	1:800\$000	84,7	162\$000	7,6		0,0		0,0		0,0	2:124\$200
1846	500\$000	23,6	1:300\$000	61,3	237\$000	11,2		0,0		0,0		0,0	2:122\$120
1871	820\$000	38,8		0,0	1:224\$000	57,8		0,0		0,0	27\$140	1,3	2:115\$880
1841	600\$000	28,4	910\$000	43,1	6\$500	0,3		0,0	116\$000	5,5	200\$000	9,5	2:111\$420
1884	360\$000	17,1	450\$000	21,4	1:230\$000	58,4		0,0		0,0		0,0	2:105\$500
1881	143\$000	7,0	800\$000	39,2	863\$000	42,3		0,0		0,0	164\$540	8,1	2:040\$000
1845	425\$000	20,9	150\$000	7,4	574\$000	28,2		0,0	671\$530	33,0	1:127\$982	55,5	2:031\$990
1883	194\$000	9,7	500\$000	25,1	1:064\$000	53,5		0,0		0,0	275\$000	13,8	1:990\$000
1881		0,0	1:100\$000	55,9		0,0		0,0	125\$000	6,3	439\$439	22,3	1:968\$529
1853	500\$000	25,6	1:245\$000	63,6	292\$000	14,9		0,0		0,0	50\$000	2,6	1:956\$740
1871		0,0	600\$000	31,4	1:205\$000	63,1		0,0		0,0		0,0	1:910\$800
1879	150\$000	8,0	1:150\$000	61,2	510\$000	27,1		0,0		0,0		0,0	1:879\$000
1885	220\$000	12,0		0,0	1:329\$500	72,7		0,0		0,0	400\$000	21,9	1:829\$000
1863	40\$000	2,2	850\$000	47,1	657\$000	36,4		0,0	105\$000	5,8		0,0	1:803\$150
1848	330\$000	19,8	820\$000	49,1	417\$000	25,0		0,0		0,0	380\$190	22,8	1:669\$700
1856	140\$000	8,4	800\$000	48,2	578\$000	34,8		0,0		0,0	2\$400	0,1	1:659\$020
1876	230\$000	14,7		0,0	1:148\$500	73,5		0,0		0,0		0,0	1:563\$000
1864		0,0	1:400\$000	93,3		0,0		0,0		0,0		0,0	1:500\$000

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1883	170\$000	11,4		0,0	1:487\$000	100,0		0,0		0,0		0,0	1:487\$000
1868	20\$000	1,4	450\$000	30,4	20\$000	1,4		0,0	800\$000	54,0	19\$3000	13,0	1:480\$750
1868	300\$000	20,4		0,0	816\$000	55,4		0,0		0,0	262\$000	17,8	1:472\$700
1867	40\$000	2,8	120\$000	8,5	1:197\$000	84,7		0,0	13\$000	0,9	361\$000	25,6	1:412\$400
1863		0,0	500\$000	35,5	191\$000	13,6		0,0		0,0	519\$000	36,9	1:407\$500
1842		0,0	480\$000	34,5	710\$000	51,0	130\$000	9,3		0,0		0,0	1:391\$000
1870	140\$000	10,2	400\$000	29,0	185\$000	13,4		0,0		0,0	1:113\$300	80,8	1:378\$045
1875	551\$000	41,5		0,0	256\$000	19,3		0,0	420\$000	31,7		0,0	1:327\$000
1861	110\$000	8,3		0,0	760\$000	57,4		0,0	44\$000	3,3		0,0	1:325\$000
1873	20\$000	1,5		0,0	1:184\$000	91,1		0,0	13\$000	1,0		0,0	1:300\$000
1840		0,0	720\$000	55,9	303\$000	23,5		0,0		0,0		0,0	1:289\$160
1853	15\$000	1,2	625\$000	49,0	476\$000	37,3		0,0		0,0	58\$840	4,6	1:276\$030
1875	90\$000	7,1	650\$000	51,3	340\$000	26,9		0,0	96\$000	7,6		0,0	1:266\$200
1842		0,0	225\$000	17,9	384\$000	30,6		0,0		0,0		0,0	1:256\$510
1842		0,0	770\$000	61,6	392\$000	31,4		0,0	35\$000	2,8		0,0	1:249\$440
1871	50\$000	4,0		0,0	932\$000	74,7		0,0	98\$370	7,9	157\$000	12,6	1:247\$670
1843	90\$000	7,3	725\$000	58,8	348\$000	28,2		0,0		0,0		0,0	1:232\$630
1884	205\$000	17,0	550\$000	45,6	364\$000	30,2		0,0		0,0		0,0	1:207\$000
1070	425\$000	35,4		0,0	781\$000	65,0		0,0	36\$640	3,0	33\$000	2,7	1:201\$600
1842	150\$000	12,5	390\$000	32,6	439\$000	36,7		0,0	124\$360	10,4		0,0	1:195\$920
1872		0,0		0,0	1:074\$000	90,4		0,0		0,0		0,0	1:188\$000
1874	335\$000	28,5		0,0	601\$000	51,1	100\$000	8,5		0,0		0,0	1:177\$100
1865		0,0	800\$000	68,9	300\$000	25,8		0,0		0,0		0,0	1:161\$920
1866	90\$000	7,7	800\$000	68,9	75\$000	6,5		0,0	179\$000	15,4		0,0	1:161\$880
1851	230\$000	19,9	560\$000	48,5	186\$000	16,1		0,0	1\$000	0,1	30\$860	2,7	1:154\$680
1841	700\$000	62,3	190\$000	16,9	37\$000	3,3	0\$640	0,1	28\$800	2,6	617\$324	54,9	1:124\$380
1862	232\$000	21,5		0,0	532\$000	49,3		0,0	216\$000	20,0		0,0	1:080\$000
1850	116\$000	10,8	400\$000	37,1	410\$000	38,0		0,0		0,0	99\$320	9,2	1:078\$660
1884	100\$000	9,8		0,0	513\$000	50,1		0,0	200\$000	19,5		0,0	1:024\$000
1881	108\$000	10,8		0,0	7:850\$000	783,4		0,0	30\$000	3,0	20\$000	2,0	1:002\$000

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDAS ATIVAS	%	DÍVIDAS PASSIVAS	%	MONTE-MOR
1874		0,0		0,0	647\$000	70,7		0,0	20\$000	2,2		0,0	915\$140
1843		0,0	700\$000	78,3	30\$000	3,4	78\$000	8,7	50\$000	5,6	175\$000	19,6	893\$960
1850	354\$000	42,2		0,0	287\$000	34,2		0,0	130\$000	15,5	74\$300	8,9	838\$720
1842		0,0		0,0	731\$000	90,0		0,0	30\$000	3,7	48\$000	5,9	812\$440
1864		0,0		0,0	603\$000	79,2		0,0		0,0	92\$000	12,1	761\$000
1878		0,0		0,0	606\$000	80,8		0,0	80\$000	10,7		0,0	750\$000
1867	80\$000	13,3	300\$000	49,9		0,0		0,0		0,0		0,0	601\$200
1845		0,0		0,0	475\$000	83,8		0,0	45\$000	7,9		0,0	566\$500
1879		0,0		0,0	370\$000	82,2		0,0		0,0		0,0	450\$000
1877		0,0		0,0	348\$000	82,9		0,0		0,0		0,0	420\$000
1868		0,0		0,0	397\$000	100,0		0,0		0,0		0,0	397\$000
1884		0,0		0,0	20\$000	5,4		0,0	123\$000	33,2		0,0	371\$000

TABELA B - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DOS FAZENDEIROS E COMERCIANTES

**TABELA II
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DOS FAZENDEIROS E COMERCIANTES**

ANO	TERRA	%	ESCRAVOS	%	GADO	%	DINHEIRO	%	DÍVIDA ATIVA	%	DÍVIDA PASSIVA	%	MONTE-MOR
1863	150\$000	2,0		0,0	836\$000	11,0	100\$000	1,3	1:231\$780	16,2	2:134\$309	28,1	7:600\$749
1888		0,0		0,0	239\$000	4,6		0,0	3:029\$458	58,6	3:842\$872	74,3	5:170\$658
1878	1:629\$000	3,6	7:900\$000	17,6	10:215\$000	22,8	4:137\$000	9,2	16:159\$000	36,0		0	44:877\$000
1883	340\$000	0,9	4:100\$000	10,9	2:190\$000	5,8		0,0	12:438\$923	33,1	125\$756	0,3	37:622\$608
1862	1:852\$000	5,1	19:345\$000	52,8	5:232\$000	14,3		0,0	559\$000	1,5	5:926\$300	16,2	36:658\$838
1868	8:530\$00	23,3	4:050\$000	11,1	310\$000	0,8		0,0	5:479\$937	15,0	3:303\$000	9,0	36:564\$722
1868	8:373\$000	22,9	5:000\$000	13,7	310\$000	0,8		0,0	9:674\$362	26,5	36:257\$241	99,2	36:564\$722
1879	2:387\$000	7,1	6:200\$000	18,6	14:751\$000	44,2		0,0	5:787\$500	17,3	358\$853	1,1	33:390\$803
1882	1:314\$500	4,0	4:100\$000	12,5	8:573\$000	26,2	2:040\$740	6,2	9:400\$000	28,7	2:587\$381	7,9	32:771\$230
1886	200\$000	5,1	650\$000	16,5	1:248\$000	31,7		0,0	285\$560	7,3	1:522\$260	38,7	3:938\$260
1884	1:252\$000	5,2	3:050\$000	12,6	5:155\$000	21,3		0,0	4:105\$568	17,0	4:987\$924	20,6	24:215\$438
1840		0,0	805\$000	27,4	251\$000	8,6	374\$800	12,8	2\$240	0,1	270\$000	9,2	2:935\$160
1872	68\$000	3,2	644\$000	29,9	756\$000	35,1		0,0	574\$140	26,7	619\$700	28,8	2:152\$223
1858	4:350\$000	23,2	9:730\$000	52,0		0,0	800\$000	4,3	3:078\$940	16,4	991\$833	5,3	18:728\$648
1873	1:740\$000	12,1	4:100\$000	28,4	890\$000	6,2	100\$000	0,7	6:331\$320	43,9	949\$870	6,6	14:425\$460
1849	5:026\$000	4,5	620\$000	0,5	1:935\$000	1,7	313\$350	0,3	4:560\$000	4	6:803\$685	6	11:2935\$910
1884	90\$000	0,8	650\$000	5,9	840\$000	7,6		0,0		0,0	2:066\$040	18,8	10:998\$608

03- BREVE HISTÓRIA DA MOEDA

No Brasil Império, assim como na Colônia, a unidade monetária básica era o real (réis no plural) e era também moeda de cálculo. Mas outras moedas fizeram parte da história do Brasil e circulavam, de forma reduzida, no comércio na Brasil. Logo no início as moedas francesas, espanholas e holandesas circulavam juntamente com as portuguesas. As moedas portuguesas que chegavam aqui, cunhadas em Portugal trazia a inicial de cada província juntamente com a Cruz de Cristo, exemplo Bahia (B)⁴¹³.

Em, 1664 surge a casa da Moeda na Bahia para produzir o Real, na qual ficou sendo a moeda brasileira. Em 1706 na Província de Minas Gerais foi criada a casa da moeda de Vila Rica que passou a produzir simultaneamente com a Bahia e a do Rio de Janeiro, cunhando as séries de Escudos e Dobrões de ouro. Já em 1810 surge o Patacão, moeda de prata de 960 réis. Com a abdicação de D. Pedro I, começaram a circular moedas em bronze denominadas Cruzados. Assim, “uma grande variedade de moedas circulavam no Brasil Colônia e Império: Peça ou Meia Dobra, Tostão, Cruzado, Vintém, Pataca, Meia Pataca, São Vicente, Cinquinho, Ceítil e outros”⁴¹⁴.

A moeda que mais circulava era o Real. Assim, a soma de 200 réis era escrita Rs \$200 e de 2000 mil réis era escrita 2\$000. Portanto, o valor de 5:340\$200, deve ser lido como cinco contos, trezentos e quarenta mil e duzentos réis. Observe a tabela para melhor compreensão do sistema monetário do Brasil. “Unidade de valor é igual ao Real que se escreve 0\$001”⁴¹⁵.

⁴¹³ DINIZ, João Maria Ferraz & Villela, Lea Maria Cardoso. *Breve História Sobre o Nosso Dinheiro*. Castro, PR: Associação de Amigos do Museu Tropeiro, 2007. p.01.

⁴¹⁴ Idem, p. 03.

⁴¹⁵ Idem, p. 04.

04 – AFJM: Recibo passado ao Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra.

22

Recebi do Sr João Archemiano
Fagundes de Souza a quantia
de quatro mil reis proveniente
de tapamento de carneira e ma-
terias para a mesma, do fune-
ral do Alféz Guilhermino dos Santos
Coimbra. Vitória 9 de junho
de 1888.

Clemente Fernandes da Cunha
Nº 406 ————— Nº 2
Pg duzentos e trinta e três de julho
de 1888

[Assinatura] *[Assinatura]*

Recebi do senhor João Archemian Fagundes de Souza a quantia de quatro mil reis proveniente de tapamento da carneira e material para a mesma, do funeral do alferes Guilhermino dos Santos Coimbra. Vitória, 09 de junho de 1888.

Clemente Fernandes Culha
Nº 404 Pg. Duzentos reis. Vitória 23 de julho de 1888.
(assinaturas)

05 – AFJM: Nota comercial de Aldeia, da Casa Comercial Fortunato, Pinho, Avelar e Cia. Comprovante de compra, importante para sabermos o tipo de mercadoria consumida pela população da Vila, como também os preços.

Aldeia 28 de Maio de 1888

O Sr. Guilhermino dos Santos Coimbra em C/ corrente com Fortunato, Pinho, Avelar & Cia. Deve Haver

Data	Descrição	Deve	Haver
1882- Setembro - 17	Saldo a nosso favor n'esta data, conforme a C/Corrente que prestamos	2:919\$011	
Outubro - 28	Dinheiro p/ conta corrente, por Victorio de Souza Fonseca		100\$000
Novembro - 13	Dito p/ conta por Paulino Ferreira de Oliveira		90\$000
1883- Fevereiro - 04	Importância de Preto Polícia, recebida por nossa casa na Bahia em 13 de janeiro.		291\$700
Abril - 15	Dinheiro por mão de Paulino Ferreira de Oliveira		60\$000
Maio - 07	1 ordem de João Archimino recebida de João Menezes Gonçalves, na Bahia em abril [?] por nossa casa filial		26\$720
Setembro - 24	1 frasco de xarope Matheus Sigel,	2\$400	
Novembro - 03	Importância de fazendas e miudezas	1:418\$481	
1884 - Julho - 20	Dinheiro por conta, por mão de Vicente		300\$000
Agosto - 25	Dito recebido de Joaquim Jesus de Oliveira nessa casa da Bahia em 29 de julho P. P.		39\$600
Novembro - 17	Dinheiro pago na casa da Bahia em 24 de Outubro p.p. de 1 publicação no Diário da Bahia em 28 de março de 1883.	8\$000	
1885 - Janeiro - 27	Dinheiro sem conta de 20 ao corrente por Marcelino		200\$000
			3:239\$872
	balanço	4:347\$892	4:347\$892

Saldo a nosso favor S. E. O. P. P. 3:239,872

Está conforme.

Aldeia 28 de Maio de 1888

G. P. Guilhermino dos Santos Coimbra

Aldeia 28 de Maio de 1888

O Senhor Guilhermino dos Santos Coimbra em C/ corrente com Fortunato, Pinho, Avelar e Cia.

	Deve	Haver
1882- Setembro - 17- Saldo a nosso favor n'esta data conforme a C/Corrente que prestamos	2:919\$011	
Outubro- 28 - Dinheiro p/ conta corrente, por Victorio de Souza Fonseca		100\$000
Novembro - 13 - Dito p/ conta por Paulino Ferreira de Oliveira		90\$000
1883- Fevereiro - 04 - Importância de Preto Polícia, recebida por nossa casa na Bahia em 13 de janeiro.		291\$700
Abril - 15 - Dinheiro por mão de Paulino Ferreira de Oliveira		60\$000
Maio - 07 - 1 ordem de João Archimino recebida de João Menezes Gonçalves, na Bahia em abril [?] por nossa casa filial		26\$720
Setembro - 24 - 1 frasco de xarope Matheus Sigel,	2\$400	
Novembro - 03 - Importância de fazendas e miudezas	1:418\$481	
1884 - Julho - 20 - Dinheiro por conta, por mão de Vicente		300\$000
Agosto - 25 - Dito recebido de Joaquim Jesus de Oliveira nessa casa da Bahia em 29 de julho P. P.		39\$600
Novembro - 17 - Dinheiro pago na casa da Bahia em 24 de Outubro p.p. de 1 publicação no Diário da Bahia em 28 de março de 1883.	8\$000	
1885 - Janeiro - 27 - Dinheiro sem conta de 20 ao corrente por Marcelino		200\$000
		3:239\$872
	balanço	4:347\$892

Saldo a nosso favor S. E. O. P. P. 3:239\$872

Está conforme. Aldeia, 28 de maio de 1888. (assinaturas)

06 – AFJM: Petição de João Archimino Fagundes de Souza requerendo a cobrança de dívida judicial da Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra.

18

Ilustríssimo Juiz da Provedoria.

Reprendão os interessados N.º 400 — R\$200
 e o Coletor das Rendas P.º Duzentos — p. Victória
 Provinciais. Victória 23 de 23 de julho de 1888
 julho de 1888. *[Assinaturas]* *[Assinatura]*

Diz João Archimino Fagundes de Souza que devendo-lhe o casal do falecido Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra a quantia de trezentos e cinqüenta e três mil e sessenta e um reis (353\$061) como provão os documentos juntos, e como se esteja procedendo o inventário dos mesmos bens, vem o suplicante requerer a V. S. que se digne na ocasião das partilhas ou alento mandar separar bens para seu pagamento. //

Assim o supli.

Concordo com o pagamento. Victória
 23 de julho de 1888. *[Assinatura]* a V. S. deferimento
[Assinatura]
 Concedo Victória
 23 de julho de
 1888. *[Assinatura]*
[Assinatura] João Archimino Fagundes de Souza

Ilustríssimo Senhor Juiz da Provedoria

Reprendão os interessados e o Coletor das Rendas Provinciais. Victória, 23 de julho de 1888.
 (assinaturas) N.º 400 R\$200 Pg. Duzentos – p. Victória 23 de julho de 1888. (assinaturas).

Diz João Archimino Fagundes de Souza que devendo-lhe o casal do falecido Alferes Guilhermino dos Santos Coimbra a quantia de trezentos e cinqüenta e três mil e sessenta e um reis (353\$061) como provão os documentos juntos e como se esteja procedendo o inventário dos mesmos bens, vem o suplicante requerer a V.S. que se digne na ocasião das partilhas ou alento mandar separar bens para seu pagamento. Assim o suplicante.

Concordo com o pagamento. Victória 23 de julho de 1888.
 (assinaturas)

V. S. deferimento
 E. R. M

